

Coleção Ciência Aberta nº 12 - Coordenação Prof. Sérgio Nunes de Jesus

Ida Lucia Machado
João Bôsko Cabral dos Santos
Sérgio Nunes de Jesus
(Organizadores)

ANÁLISE DO DISCURSO

afinidades epistêmicas
Franco-Brasileiras



Versão final

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Ida Lucia Machado
João Bôsko Cabral dos Santos
Sérgio Nunes de Jesus
(Org.)

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

ANÁLISE DO DISCURSO
AFINIDADES EPISTÊMICAS
FRANCO-BRASILEIRAS

EDITORA CRV
Curitiba - Brasil
2016

Copyright © da Editora CRV Ltda.

Editor-chefe: Railson Moura

Diagramação e Capa: Editora CRV

Tradução dos capítulos 3 e 4: Grenissa Bonvino Stafuzza, Clécio Luis Gonçalves de Oliveira, Carolina Fernandes e Maria Cristina Ramos Borges

Revisão: Os Autores

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR)

Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)

Prof. Dr. Carlos Alberto Vilar Estêvão

(Universidade do Minho, UMINHO, Portugal)

Prof. Dr. Carlos Federico Dominguez Avila (UNIEURO - DF)

Prof. Dr. Carmen Tereza Velanga (UNIR)

Prof. Dr. Celso Conti (UFSCar)

Prof. Dr. Cesar Gerónimo Tello

(Universidad Nacional de Três de Febrero - Argentina)

Prof. Dr. Elione Maria Nogueira Diogenes (UFAL)

Prof. Dr. Élseo José Corá (Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS)

Prof. Dr. Gloria Fariñas León (Universidade de La Havana - Cuba)

Prof. Dr. Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)

Prof. Dr. Guillermo Arias Beatón (Universidade de La Havana - Cuba)

Prof. Dr. João Adalberto Campato Junior (FAP - SP)

Prof. Dr. Jailson Alves dos Santos (UFRJ)

Prof. Dr. Leonel Severo Rocha (UNISINOS)

Prof. Dr. Lourdes Helena da Silva (UFV)

Prof. Dr. Josania Portela (UFPI)

Prof. Dr. Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNICAMP)

Prof. Dr. Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)

Prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL - MG)

Prof. Dr. Rodrigo Pratte-Santos (UFES)

Prof. Dr. Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)

Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)

Prof. Dr. Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)

Prof. Dr. Sydione Santos (UEPG PR)

Prof. Dr. Taídeu Oliver Gonçalves (UFPA)

Prof. Dr. Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)

Esta obra foi aprovada pelo conselho editorial.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

J64

Análise do discurso afinidades epistêmicas franco-brasileiras/ Ida Lucia Machado, João Bôsko Cabral dos Santos, Sérgio Nunes de Jesus (organizadores). – Curitiba: CRV, 2016.
336 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-444-1042-4

1. Linguística 2. Análise do discurso I. Machado, Ida Lucia. org. II. Santos, João Bôsko Cabral dos, org. III. Jesus, Sérgio Nunes de. org. IV. Título V. Série.

CDD 410

2016

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela:

Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418

www.editoracr.com.br

E-mail: sac@editoracr.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
<i>Ida Lucia Machado</i>	
<i>João Bôsko Cabral dos Santos</i>	
<i>Sérgio Nunes de Jesus</i>	
APRESENTAÇÃO.....	13
<i>Maria Cristina Leandro Ferreira</i>	
A LÍNGUA COMO MATERIALIDADE DISCURSIVA	15
<i>Ida Lucia Machado</i>	
<i>João Bôsko Cabral dos Santos</i>	
<i>Sérgio Nunes de Jesus</i>	
NARRATIVA DE VIDA: um espaço de liberação para vozes femininas?.....	29
<i>Ida Lucia Machado</i>	
O ESTUDO DA LINGUAGEM COMO FENÔMENO DA COMUNICAÇÃO: as contribuições da análise do discurso	55
<i>Patrick Charaudeau</i>	
SOCIOLINGUÍSTICA E ANÁLISE DE DISCURSO: maneiras de dizer, maneiras de fazer	81
<i>Josiane Boutet</i>	
<i>Dominique Maingueneau</i>	
A MOVIMENTAÇÃO DE SENTIDOS NOS FUNCIONAMENTOS DISCURSIVOS.....	121
<i>João Bôsko Cabral dos Santos</i>	
SIGNOS E VIDA NOS ESCRITOS DO CÍRCULO DE BAKHTIN E DE LADY WELBY.....	141
<i>Grenissa Bonvino Stafuzza</i>	
<i>Luciane de Paula</i>	

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: da perspectiva do discurso policial à análise linguístico-ideológica	169
<i>Celso Ferrarezi Junior</i>	
<i>Sérgio Nunes de Jesus</i>	
A ANÁLISE DO DISCURSO E SEUS APORTES CONTEMPORÂNEOS: um estudo sobre a transgressão de gêneros e a paródia.....	191
<i>Tânia Maria de Oliveira Gomes</i>	
<i>Glaucia Muniz Proença Lara</i>	
TEORIA DAS IDENTIDADES PERFORMATIVAS E MISE-EN-SCÈNE SEMIOLINGUÍSTICA: relações e reflexões teóricas	211
<i>Daniel Mazzaro</i>	
A ENUNCIÇÃO TELENOVELÍSTICA: um estudo de <i>O Astro</i>	237
<i>Leonardo Coelho Corrêa-Rosado</i>	
O PROCESSO DE NOMEAÇÃO E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM NARRATIVAS DE VIDA	267
<i>Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis</i>	
A INSCRIÇÃO DA HISTÓRIA NA LÍNGUA E O EFEITO DISCURSIVO DA NOMEAÇÃO NO JOGO POLÍTICO ENTRE O DIZÍVEL E O ENUNCIÁVEL.....	287
<i>Leda Verdiani Tfouni</i>	
<i>Anderson de Carvalho</i>	
<i>Dionéia Motta Monte-Serrat</i>	
PRÁTICAS LINGUAGEIRAS E O MOVIMENTO DE SENTIDOS EM REDES SOCIAIS: os silenciamentos das liberdades.....	309
<i>Rafaella Elisa da Silva Santos</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	331

PREFÁCIO

*Ida Lucia Machado
João Bôsko Cabral dos Santos
Sérgio Nunes de Jesus*

Os índios Tupi da costa hoje desapareceram; só se conhece deles o que contam os relatos da época, redigidos pelos viajantes em sua volta. Eles descrevem com detalhes seus costumes e seus mitos. O mais conhecido deles se refere a um dilúvio que o grande deus Tupã teria infligido aos homens que o tinham enraivecido. Toda a humanidade morreu, com a exceção de dois irmãos, um rapaz e uma jovem. Da união deles nasceu a nova raça humana. Tal lenda é difícil de interpretar. Os etnólogos têm opiniões divididas sobre seu significado. Mas nós, que conhecemos essa história, temos nossa opinião sobre ela. E ninguém poderá nos impedir de ver, atrás desses dois heróis do mito, o vestígio dos dois personagens que amamos, o que resta de Just e Colombe (RUFIN, J.-C., 2001, p. 595)¹.

Escolhemos os dois últimos parágrafos do livro *Rouge Brésil (Vermelho Brasil)*, de Jean-Christophe Rufin para começar o Prefácio de um livro centrado em Estudos Lin-

1 Nossa tradução livre para este Prefácio de: Les Tupi de la côte ont aujourd'hui disparu ; on ne connaît d'eux que ce qu'en rapportent les récits d'époque, rédigés à leur retour par les voyageurs. Ils décrivent en détail leurs coutumes et leurs mythes. Le plus attesté de ceux-ci met en scène un déluge que le grand dieu Toupan aurait infligé aux hommes qui l'avaient courroucé. Toute l'humanité y périt, à l'exception d'un frère et d'une sœur. De leur union devait naître la nouvelle race humaine. Cette légende est d'interprétation difficile. Les ethnologues sont partagés sur sa signification. Mais nous, qui connaissons cette histoire, nous avons là-dessus notre idée. Et personne ne pourra nous empêcher de voir, derrière ces deux héros du mythe, la trace de deux personnages que nous avons aimés, tout ce qui reste de Just et de Colombe (RUFFIN, J.-C., 2010, p. 595).

guísticos, o que pode parecer bizarro para mais de um leitor... Tentemos, pois, explicar porque elegemos Rufin como a voz que abre nossa coletânea. Mas, não poderemos fazer isso sem ainda mesclar mais um pouco esses dois pontos – o literário e o linguístico – aparentemente estranhos um ao outro.

Rufin já havia escrito alguns outros livros, mas foi com uma história cuja ação se passa no Brasil do XVI século que ganhou o prestigioso prêmio francês de literatura, o *Goncourt*, em 2001. A história de *Rouge Brésil*, sintetizando bem, conta a invasão francesa no Brasil e os vãos esforços desprendidos pelos franceses para aqui implantar uma nova França, a *França Antártica*, entre 1555 e 1565. Este livro, que conta com personagens pitorescos e entre eles o próprio Brasil que é elevado a essa categoria, mais que simples pano de fundo exótico para uma movimentada ação, alcançou uma excelente vendagem, além de ser traduzido para dezenove línguas! Segundo Gomes (2010):

Villegagnon, Thévet, Jean de Léry e os pastores Richer e Chartier são personagens verdadeiros que presenciaram o primeiro culto reformado em toda a América, e fizeram parte da história real. Just, Colombe e outros são personagens da imaginação do autor para ilustrar as buscas e descobertas pessoais no contexto da descoberta e construção do novo mundo por franceses no Brasil (GOMES, E. C., 2010, p. 111).

Tais palavras ilustram a bem-sucedida empreitada do autor de *Rouge Brésil*, ao misturar seres reais a outros, fictícios, no livro. Rufin é alguém que já viajou muito e, parece ter se encantado com o Brasil, já que seu romance fala da *afinidade* – sobretudo a do personagem feminino, Colombe, que é mais livre (pelo menos na maior parte do livro) que seu irmão adotivo Just, e se integra rapidamente ao Brasil, ao se embrenhar na mata e começar a viver em uma tribo de índios,

adotando seus costumes e sua língua. Para falar do casal que ela vai formar com Just, Rufin recupera discursos bíblicos e da mitologia indígena, criando assim um novo Adão e uma nova Eva, que irão povoar esse mundo selvagem e belo e a ele se unir de modo indelével. A França, mesmo não tendo tido o sucesso real dos colonizadores portugueses em terras brasileiras, teve um sucesso maior na imaginação do escritor: ela se fundiu ao Brasil. Para sempre. Ela virou Brasil, permitindo assim que o Brasil se tornasse França, em uma fusão meio mágica.

Revelemos enfim o porquê da transcrição dos dois parágrafos da supracitada obra em um Prefácio dirigido para um livro onde diferentes autores – brasileiros e franceses – vão discorrer sobre vários fenômenos linguageiros²: mostrar a fascinação que o Brasil sempre exerceu sobre os franceses, desde tempos remotos. Há um mistério a ser desvendado em torno dessa atração que é também recíproca.

Esse longo preâmbulo dentro de um prefácio tem, pois, uma razão de ser. Ele deve ser visto como uma metáfora ou um símbolo poético para as trocas discursivas e linguísticas que fazemos com a França (e vice-versa) já há tantos anos. Se Just e Colombe fazem parte de um mundo imaginário, as afinidades epistêmicas dos estudos linguísticos e discursivos entre a França e o Brasil são bastante reais. O termo “afinidades” que se mostra no título do livro indica analogias, similitudes entre os modos de pensar o discurso tanto de nossa parte quanto da parte francesa. São teorias francesas e modos brasileiros de concebê-las e recriá-las o que veremos nessa Coletânea.

No caso da Análise do Discurso, sabe-se que Althusser, Pêcheux e Barthes foram nossas primeiras e grandes fontes de inspiração, fontes essa que não se secam, como as fontes de água do belo país descrito pelo imaginário de Rufin, o escritor. Outros analistas do discurso como Maingueneau e

2 Tais como a língua e suas materialidades, seus sentidos, a sociolinguística e a análise do discurso, a enunciação discursiva, as narrativas de vida e a análise do discurso etc.

Charaudeau também tiveram/têm seus conceitos e teorias absorvidos/empregados/relidos/reaplicados pelos analistas do discurso brasileiros que os devolvem a eles, impregnando-os de seu jeito de ser, ver e entender o outro.

É preciso dizer que achamos pouco relevante a opinião daqueles que afirmam que nós, analistas do discurso brasileiros, deixamo-nos colonizar por teorias vindas da França/Europa e que devíamos lutar por implantar uma análise do discurso puramente brasileira, esquecendo-se de que *pureza* é um conceito perigoso, se aplicada a povos ou a teorias. *Pureza* parece mais, no caso das últimas, querer apagar, deletar como se nunca houvesse existido, a *épistème* primeira. A ideia de apagar o outro para poder se afirmar, parece-nos perversa, se podemos nos integrar uns aos outros em harmonia, se podemos realizar trocas em pé de igualdade entre colegas de diferentes Universidades no Brasil e na França/Europa, como as trocas que esta coletânea encerra.

São diversos os autores dos artigos ou capítulos do livro. Três autores franceses assinam dois deles; e doze brasileiros discorrem sobre suas pesquisas ligadas aos estudos linguageiros e à análise do discurso. Em vários deles notamos a influência sempre benéfica de Mikhaïl Bakhtin. Nesse sentido queríamos dizer que sempre seremos gratos – apesar de críticas e análises posteriores – às primeiras traduções de Bakhtin, feitas por uma pesquisadora que havia escolhido a França como terra de estudos e que nela, desde então vive: Kristeva. Por vezes esquecemos de dizer o quanto devemos à sua iniciativa de descortinar, nos anos sessenta o pensamento límpido e tão avançado de Bakhtin. Outros tradutores/difusores do pensamento bakhtiniano na França, como Jean Peytard (1995), por exemplo, operaram essas primeiras passagens³ do mestre russo da França para o Brasil.

Nossa pesquisa, sobretudo na área a qual nos consagramos – a da linguagem e a do discurso - passa pela França.

3 Entre outras, que também respeitamos.

Como o explica tão poeticamente Rufin, se Colombe e Just a nós se mesclaram, nós também, intelectualmente falando, nos mesclamos aos nossos amigos franceses e as suas ideias e conceitos.

Agradecemos a todos os autores que atenderam nossos convites para compor essa coletânea, que foi se organizando naturalmente, sem pressões inúteis, sem desgastes para seus participantes. Sem angústias, com açúcar e afeto. Pois, para ser linguista-discursivo, para amar esse objeto concreto, mas sempre mutável formado pelos fenômenos linguageiros e pelas teorias e análises de *corpus* que nos ajudam a melhor refletir sobre eles é preciso que haja uma liberdade de escolha: de teorias, de *corpus*, de conceitos. Esperamos ter aqui conseguido respeitar/acolher nossos autores franceses e brasileiros, com suas diferenças e suas afinidades.

REFERÊNCIAS

GOMES, E. C. “Vermelho Brasil, de Jean-Christophe Rufin: Algumas Reflexões”. In: *Fides Reformata* XV, Nº 1, 2010. p. 111-128.

RUFIN, J-C. *Rouge Brésil*. Paris: Gallimard, 2001.

Versão final

APRESENTAÇÃO

A Análise do Discurso Francesa, surgida nos agitados anos 60, e a Análise do Discurso Brasileira, que ganha cada vez mais presença como uma teoria da linguagem e do discurso, apresentam uma relação incontornável de nunca acabar. É inevitável que se esteja constantemente remetendo nossos achados, pesquisas e questões, ao quadro teórico existente na França na época de sua fundação e também agora, quando a realidade da Análise do Discurso é bem outra. Mas não estamos trilhando um caminho de mão única, e sim, consolidando, cada vez mais, uma via de mão dupla com nossos pares franceses, diálogo sempre enriquecedor quando colocado em bases de igualdade entre os interlocutores.

A presente coletânea contribui positivamente para reforçar esse elo entre os dois vizinhos, mostrando o quanto a Análise do Discurso praticada no Brasil ganhou densidade e maturidade, construindo um dispositivo teórico e analítico com feições próprias. As afinidades entre os campos aqui mobilizados passam além das questões teóricas, como bem avaliaram os organizadores ao designá-las como epistêmicas.

Uma leitura atenta do sumário já mostra a diversidade de tópicos e olhares que foram contemplados, abarcando distintos conceitos e materialidades discursivas, a partir de uma interface rica com áreas e autores que são concernidos pela Análise do Discurso. O leitor encontrará nesta obra um panorama atual e revelador de como se trabalha com a Análise do Discurso, em diferentes grupos de pesquisa existentes no país, o que atesta o impacto que a teoria exerce no Brasil. Nesse sentido, há diferenças sensíveis no modo como repercute e circula a teoria no campo francês e brasileiro. O ponto que mais me agrada nesse diálogo é que sendo ele fértil e aberto, como é o caso presente, propicia que retornemos à nossa teoria com um olhar mais arguto, com uma escuta mais fina sobre nossos objetos.

Uma palavra em particular sobre a língua que nos une enquanto estudiosos da linguagem e do discurso, em particular. Na Análise do Discurso a língua é tomada em sua forma material, enquanto ordem significante capaz de equívoco, de deslize, de falha, ou seja, enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo que comporta a inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história para produzir sentidos. A passagem de uma forma linguística, tradicionalmente considerada nos estudos da linguagem, para uma forma material, traz algumas consequências de peso e a principal delas é que a língua passa a ser trabalhada como lugar material de realização dos processos discursivos, onde se manifestam os sentidos.

Muito enriquecedor poder perceber em muitos dos artigos da coletânea como a língua do analista de discurso tem um funcionamento ideológico e como suas formas materiais estão investidas desse funcionamento, com todas as consequências que isso acarreta para a teoria e para a análise.

Ser analista de discurso no Brasil hoje significa o empenho em demarcar os limites e as especificidades do quadro teórico, não deixando banalizar o aparato conceptual construído, nem diluir os procedimentos de análise sob a forma de modelos úteis de aplicação imediata. Significa manter presente a ideia de ruptura e de resistência, traços fundadores da teoria que estão na base de muitos dos conceitos com os quais ela opera e que a faz enfrentar as evidências da significação. E significa também a sabedoria de não se fechar em guetos, reconhecendo nas diferentes abordagens discursivas elementos de visibilidade e de amadurecimento para a teoria.

Estamos todos de parabéns com a publicação dessa coletânea, em boa hora organizada de forma tão competente e generosa com a diversidade própria de nosso campo.

Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira
PPGLET-UFRGS
Março de 2016.

A LÍNGUA COMO MATERIALIDADE DISCURSIVA

*Ida Lucia Machado
João Bôsko Cabral dos Santos
Sérgio Nunes de Jesus*

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Introdução

Partindo do princípio de que a língua se constitui como uma materialidade discursiva, independente de sua constitutividade linguística ela é essencialmente espelho de inscrições ideológicas do sujeito. Nessa perspectiva, a língua se materializa enquanto superfície linguageira de sentidos na representação dos acontecimentos discursivos. Uma superfície cujas fronteiras de significação se dão pelo crivo da subjetividade para fazer emergir os discursos.

Quando se toma o enunciado de Lênin “a língua sempre vai onde o dente dói” vê-se de forma clara como sua materialidade linguística é perpassada por uma inscrição ideológica. Uma inscrição que revela representações imaginárias decorrentes da historicidade e da memória de um processo de subjetividade que se instaura pela simbologia metafórica que significa uma ação política. Trata-se, pois, das fronteiras do sentido numa conjuntura de significações que implica lugares, forças, lutas, resistências entre outras demarcações que transpassam o enunciado realizado por Lênin.

É nessa trajetória que se pretende problematizar a língua enquanto materialidade linguística. Considerando o primado marxista da luta de classes, vinculam-se a essa luta as formações sociais que se apresentam como implicaturas dela e as tomadas de posição no interior dos processos de subjetivação na e pela língua. É preciso enfatizar que a matiz

política que sustenta o primado dessa luta reside na conjuntura fenomenológica que a língua ocupa enquanto mecanismo referencial de significação.

A esse respeito, saltam aos olhos dois fenômenos linguísticos que estabelecem uma lógica para se pensar a língua enquanto materialidade discursiva: a explicação e a determinação. A primeira por seu caráter descritivo-proposicional, caracterizando as significações segundo uma lógica de ocorrências sustentada por ações descontínuas do/no processo de subjetividade. A segunda significa causaliza e casualiza, refletindo propriedades de semiologização, articulação e encaixe para os usos linguísticos em seus propósitos ideológicos.

A proposta que aqui se coloca imbricará o funcionamento linguístico vinculado aos seus correspondentes referenciais pela força languageira da enunciação enquanto fenômeno único e irrepetível. Abordar-se-ão as formações sociais como processos ideológicos constituintes da língua enquanto materialidade discursiva. Isso significa pensar a emergência dos discursos no interior dos conflitos e confrontos que balizam os processos de subjetivação.

A materialidade discursiva enquanto espelho de inscrições ideológicas do sujeito

É relevante partir da premissa de que a materialidade discursiva trata de um *continuum* linguístico, dotado de uma autonomia relativa de significação, que emerge a partir de uma lógica espontânea, configurada pelo crivo da história, da memória e da subjetividade constituinte de um acontecimento discursivo. Esse crivo se dá na contingência de escrutínio de diferenças que se instauram por meio de uma relação ideológica instaurada no interior das classes sociais. Dessa forma, a língua se coloca a serviço da sociedade, concebida como um legado político que subjaz à cultura historicamente construída do funcionamento de uma classe.

Trata-se, pois, de um domínio simbólico que se torna um fenômeno de encaminhamento e realização das práticas ideológicas. A esse respeito, convém refletir sobre as posições de Balibar (2007) quando afirma que:

Marx mostrará que a ideologia é produzida em si mesma, antes se constituindo como uma estrutura autônoma de produção (os ‘produtos’ sobre os quais emergem as ideias, a consciência coletiva: este é o objeto de uma teoria do trabalho intelectual). A crítica da ideologia é a pré-condição para um conhecimento do ser social como desenvolvimento de produção: a partir das formas imediatas, vinculadas à subsistência dos indivíduos, em suas formas de mediação, opera apenas em um papel indireto na reprodução da vida humana. Para acessar o fio da história, não é suficiente contemplar os fatos; alguém pode apenas ter acesso a um fato por meio da crítica da ideologia dominante, uma vez que ela é ao mesmo tempo uma inversão da realidade e uma autonomização dos ‘produtos intelectuais’ em que o traço da origem real das ideias se perdeu e que nega a existência de sua própria origem⁴ (BALIBAR, 2007, p. 35-36). (os grifos são do autor)

4 Tradução do Inglês: Marx will show that ideology is itself produced, before constituting itself as an autonomous structure of production (the ‘products’ of which are ideas, collective consciousness: this is the object of the theory of intellectual labour). The critique of ideology is the necessary precondition for a knowledge of social being as development of production: from its immediate forms, linked to the subsistence of individuals, to its most mediated forms, which play only an indirect role in the reproduction of human life. To gain access to this guiding thread of the whole of history, it is not enough to contemplate the facts; one can only get to it through the critique of the dominant ideology, because this latter is both an inversion of reality and an autonomization of the ‘intellectual products’ in which the trace of the real origin of ideas has been lost and which denies the very existence of that origin (BALIBAR, 2007, p. 35-36).

Nesse sentido é preciso visualizar a ideologia como uma estrutura autônoma, vinculada às relações de produção, quer sejam relações de reprodução quer sejam relações de transformação. A ideologia, portanto, identifica-se enquanto domínio aleatório do destino das ideias.

A partir dessa reflexão é que se torna possível afirmar que as contradições ideológicas se desenvolvem a partir das descontinuidades da língua enquanto relações contraditórias entre si nos processos discursivos. Dessa forma, as relações de classe se conduzem num crivo lógico-linguístico, balizado pelo caráter de materialidade dos discursos. Isso torna possível afirmar que a ideologia é um fundamento da realização linguística da língua.

Do ponto de vista do marxismo, a ideologia é fundada na interpelação da economia pela luta de classes. Assim, as leis do desenvolvimento histórico do sistema produtivo tornaram-se o devir da ideologia. Os sujeitos, então, são inscritos em um fio ideológico que espelha suas inscrições discursivas.

Para pensar a materialidade discursiva enquanto espelho de inscrições ideológicas do sujeito é preciso construir um gesto de interpretação que suscite uma percepção crítica das formações sociais que atravessam a transformação das sociedades.

A seguir, torna-se relevante abordar a materialidade discursiva enquanto representações imaginárias decorrentes da historicidade e da memória de um processo de subjetividade.

A materialidade discursiva enquanto representações imaginárias decorrentes da historicidade e da memória de um processo de subjetividade

A ideia de representação imaginária aparece aqui como hipótese de percepção exercida pela subjetividade na interação com a materialidade discursiva. Isso quer dizer que a materialidade discursiva possui uma função social determinada pela forma como os discursos emergem nos aconteci-

mentos linguageiros. Essa função é demarcada na potencialidade da anterioridade histórica subjacente aos processos de subjetivação. Trata-se, pois, de uma demanda de valores que emergem no cotidiano das práticas sociais.

Para Žižek (2001):

Aqui estamos no centro nervoso da ideologia liberal: liberdade de escolha, baseada na noção de sujeito ‘psicológico’, dotado de propensões de lutas a encampar. Especialmente em nossos dias, na era em que sociólogos como Ulrich Beck chamam de ‘sociedade de risco’, em que uma ideologia de regras esforça-se para nos vender a insegurança causada pelo desmantelamento do Estado de Bem-Estar como uma oportunidade para novas liberdades: você pode trocar de emprego todos os anos, confiar em um contrato de curta duração em vez de um vínculo estável de longa duração. Por que não ver isso como uma liberação das limitações de um emprego fixo, como uma chance para se reinventar sempre e sempre, para se tornar apto a revelar potenciais escondidos da sua personalidade? Você não pode nem sempre confiar nos seguros de saúde nem nos planos de aposentadoria, então você tem que optar por uma cobertura para a qual você possa pagar. Por que não perceber que isso possa ser uma oportunidade adicional para escolher; ainda que uma vida melhor agora ou uma segurança em longo prazo? E se essas previsões lhe causam ansiedade, a ideologia pós-moderna ou ‘segunda modernidade’ imediatamente acusará você de ser incapaz para assumir sua completa liberdade, de ‘escapar da liberdade,’ da degola imatura da velha forma de estabilidade ... Mesmo melhor, quando isto é inscrito na ideologia do sujeito como um indivíduo psicológico, ávido por habilidades naturais e tendências, então como se isso fosse interpretado automaticamente como todas as mudanças e resultados de minha personalidade, não como o resultado

de mim, sendo arremessado às forças do mercado⁵. <<https://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/ot/zizek.htm>>, consultado em 21/06/2015 às 13h27 (os grifos são do autor).

O autor apresenta uma perspectiva em que a linguagem vai surgindo em decorrência de uma “realidade”. Tal “realidade” funda-se enquanto uma inscrição enunciativa em uma formação discursiva. Inscrição esta que conflita uma constante transformação pela infinitude na qual se manifesta esse dito “real”.

A língua, então, confronta essa “realidade” naquilo que se pode denominar de historicidade casual. Essa casualidade determina a materialidade discursiva enquanto substrato linguageiro vinculado a uma dada prática ideológica – no caso da citação, a ideologia capitalista predatória. É possível afirmar, então, que o fenômeno ideológico é influenciado pela historicidade que perpassa a materialidade discursiva.

5 Tradução do Inglês:

Here we are at the very nerve center of the liberal ideology: freedom of choice, grounded in the notion of the “psychological” subject endowed with propensities he or she strives to realize. This especially holds today, in the era of what sociologists like Ulrich Beck call “risk society,” when the ruling ideology endeavors to sell us the insecurity caused by the dismantling of the Welfare State as the opportunity for new freedoms: you have to change jobs every year, relying on short-term contracts instead of a long-term stable appointment. Why not see it as the liberation from the constraints of a fixed job, as the chance to reinvent yourself again and again, to become aware of and realize hidden potentials of your personality? You can no longer rely on the standard health insurance and retirement plan, so that you have to opt for additional coverage for which you have to pay. Why not perceive it as an additional opportunity to choose: either better life now or long-term security? And if this predicament causes you anxiety, the postmodern or “second modernity” ideologist will immediately accuse you of being unable to assume full freedom, of the “escape from freedom,” of the immature sticking to old stable forms ... Even better, when this is inscribed into the ideology of the subject as the psychological individual pregnant with natural abilities and tendencies, then as it were automatically interpret all these changes as the results of my personality, not as the result of me being thrown around by market forces. <https://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/ot/zizek.htm> consultado em 21/06/2015 às 13h27.

Entretanto, há que se confrontar um contraste na ideologia que decorre da historicidade, que seria a contradição que se instaura pelo recorte da memória discursiva. A memória discursiva resgata a historicidade em nível de subjetividade, singularizando a percepção de mundo. Trata-se, portanto, de um conjunto de ideias que se coordenam entre si e fundam um conjunto de representações que dominam o intelecto do homem ou de um grupo social.

Assim, no processo de subjetividade, a materialidade discursiva emerge enquanto uma manifestação linguageira que é imaginária, ao mesmo tempo em que resgata elementos da história e da ideologia vigente. Nesse resgate, instaura-se uma espécie de história própria, um reflexo invertido da “história real”, compilada pelo efeito da ideologia no crivo da memória discursiva dos processos de subjetividade. Essa relação imaginária estabelece uma correspondência com a “realidade” – “[...] e se essas previsões lhe causam ansiedade, a ideologia pós-moderna ou ‘segunda modernidade’ imediatamente acusará você de ser incapaz para assumir sua completa liberdade, de ‘escapar da liberdade,’ da degola imatura da velha forma de estabilidade...” – fazendo crer que a imaginação faz parte da realidade.

Na sequência, será abordada a questão da materialidade discursiva enquanto substrato de formações sociais que se apresentam como implicaturas da luta de classes.

A materialidade discursiva enquanto substrato de formações sociais que se apresentam como implicaturas da luta de classes

As formações sociais constituem uma ilusão de referência a “realidade”. Elas mais são representações imaginárias de uma alusão de mundo do que uma existência material propriamente dita. Conjugadas no seio dos Aparelhos Ideológicos de Estado e dos Aparelhos Repressores do

Estado às formações sociais emergem na evanescência das práticas institucionais.

Elas consistem de um *continuum* de condições culturais e históricas que são produzidas enquanto estruturas políticas de produção de comportamentos e ideias. Trata-se, pois, de um modo de produção historicamente definido que encarna a unidade entre as forças produtivas e as relações de produção em conjunto com as concepções políticas, jurídicas, religiosas, artísticas e filosóficas e as instituições da sociedade que correspondem a essas relações. Sua implicatura com a luta de classes se justifica exatamente pelo fato dessas formações sociais representarem um processo natural e histórico, subordinado a leis econômicas objetivas, independentes da vontade e da consciência dos homens.

A esse respeito é necessário contrapor a posição de Pêcheux (1995) quando afirma que:

[...] “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Especificamos também que “a interpeção do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (PÊCHEUX, 1995, p. 214) (grifos do autor).

Pêcheux (*op. cit.*) deixa claro que a formação social é absorvida e se refrata pelas inscrições da subjetividade na interpeção das formações discursivas, vinculadas a uma formação ideológica. Assim, a produção de ideias, de concepções e as tomadas de posição nos processos de subjetividade estão diretamente ligadas à conjuntura da atividade econômica, perpassada pela atividade material e pelo crivo da atividade intelectual.

É inegável, portanto, que exista uma ligação entre a estrutura política e as relações de produção. Ainda que a ideolo-

gia seja um sistema ordenado de ideias, representações, normas e regras, não se pode deixar de pensá-la sem inseri-la no escopo das relações econômicas e das condições materiais. É daí que emergem simultaneamente as facetas de dominação e deformação como decorrência dessas implicaturas da ideologia no seio da luta de classes.

Assim sendo, a materialidade discursiva enquanto substrato de formações sociais que se apresentam como implicaturas da luta de classes remonta uma dialética da alienação da subjetividade no que diz respeito à dicotomia economia *versus* políticas sociais. Uma dialética que obrigatoriamente engloba a exploração da *mais valia* do trabalhador como ícone de uma subjetividade em eterno estado de luta. Nesse contexto, a materialidade discursiva emerge como representação simbólica da relação entre a subjetividade e a ideologia.

É necessário, pois, que seja tratada a língua como materialidade discursiva.

A língua como materialidade discursiva

A língua, em sua faceta de materialidade linguística, significa propósitos ideológicos, garantindo-lhes um caráter de monumentos dos dizeres. Um monumento que acaba por constituir-se enquanto integração social, transfigurado pela ideologia e pelo contexto histórico que o representa. Uma dinâmica do pensar que cristaliza uma dada *práxis* social.

A materialidade discursiva conserva as inscrições da subjetividade tanto em formações discursivas quanto em formações ideológicas. Configura uma superfície de dizeres, constituída pela motivação de significar os lugares discursivos em que se colocam os processos de subjetivação. Nela figuram a historicidade, a memória, a subjetividade, a sentiduralização, a interdiscursividade e a evanescência dos acontecimentos discursivos.

Torna-se relevante, neste momento, o suporte teórico de Henry (1992) quando problematiza que:

No materialismo histórico, a ordem de determinação do prático ao teórico é restituída, não por princípio, mas na medida em que ela se impõe com os conceitos que a especificam como ciência. Nessas condições levar em conta a dimensão da história, aquela da luta de classes, na linguística, supõe uma transformação da relação entre a forma-sujeito da ciência e a forma-sujeito realizada no campo da complementaridade da realidade psicológica e da realidade social (HENRY, 1992, p. 136).

O que significa que a materialidade discursiva, de certa maneira, enuncia o que impulsiona as práxis sociais. Essa dimensão histórica traz à tona o *continuum* de formações discursivas que revela as inscrições discursivas dos processos de subjetivação na enunciação.

No esteio das posições preconizadas por Henry (*op. cit.*) observa-se que a língua assume um caráter determinativo, se for levado em conta que ela se estabelece na dimensão da história. Nesse sentido, a língua pode ser vista de forma mais ampla, estabelecida segundo uma concepção de mundo que representa simbolicamente uma comunidade social numa determinada circunstância histórica. Dessa maneira, constata-se uma relação direta entre a língua e a ideologia.

A língua como materialidade linguística, portanto, acaba por balizar a significação da cultura em detrimento da significação linguística apenas como fronteira de um processo de subjetividade. A força languageira da materialidade discursiva, enquanto superfície de manifestação da língua, possui uma dinâmica sentidural que a enuncia sempre como existência inacabada, como uma potencialidade discursiva em constante movimento e transformação. Isso permite o pressuposto de que a materialidade discursiva é um ato social, realizado sob o crivo de uma subjetividade que a instaura enquanto criação ideológica.

Considerações finais

O propósito deste capítulo foi problematizar a língua como materialidade discursiva. Para tal, estabeleceram-se algumas balizas pelas quais se abordaria a questão, tais sejam: a materialidade discursiva enquanto espelho de inscrições ideológicas do sujeito; a materialidade discursiva enquanto representações imaginárias decorrentes da historicidade e da memória de um processo de subjetividade e, por fim a materialidade discursiva enquanto substrato de formações sociais que se apresentam como implicaturas da luta de classes.

Ao abordar a materialidade discursiva enquanto espelho de inscrições ideológicas do sujeito, o enfoque predominante foi à premissa de que tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Isso significa que uma materialidade linguística fora de um contexto não possui ideologia, pois, para se constituir em materialidade discursiva existe a necessidade premente da existência de um valor simbólico que implique a significação a um processo de subjetivação. Assim, uma materialidade discursiva não existe apenas como parte de uma realidade; ela não só significa como também reflete e refrata uma ideologia.

Quando a materialidade discursiva se apresenta enquanto representações imaginárias decorrentes da historicidade e da memória de um processo de subjetividade, observa-se a existência de lugares discursivos que são representados enquanto uma série de formações imaginárias que designam as tomadas de posição subjacentes aos processos de subjetividade na enunciação. Nessa perspectiva, a historicidade se apresenta como projeções que se estabelecem entre as situações e as posições relacionadas aos processos de subjetividades envolvidos no acontecimento discursivo. O recorte da memória aparece, portanto, como um elemento distintivo das diferenças de situação que possam corresponder às representações projetadas pelas formações imaginárias.

Num terceiro momento, a materialidade discursiva foi examinada enquanto substrato de formações sociais que se apresentam como implicaturas da luta de classes. O propósito da abordagem compreendeu uma percepção dos mecanismos de funcionamento das universais da língua quando estas derivam da estrutura de uma ideologia no interior de uma formação social. A partir dessa derivação, constatou-se uma ligação entre as circunstâncias do discurso e as condições de produção subjacentes ao processo linguageiro.

Finalizando este capítulo, mas não esgotando a abordagem do tema, fica patente que a língua como materialidade discursiva funciona nos processos discursivos para designar o lugar de confrontação das diferentes superfícies discursivas, balizadas por efeitos metafóricos de formas possíveis, de remissões ou mesmo de justaposição de significações no crivo das tomadas de posição dos sujeitos discursivos.

Versão online

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

AUROUX, S. *A filosofia da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BALIBAR, E. *The Philosophy of Marx*. Trad. Chris Turner. New York: Verso, 2007.

BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 8. ed. Tradução Michel Lahud e Yara Frateshi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARTHES, R. *Elementos de semiologia*. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

HENRY, P. *A ferramenta imperfeita*. Trad. Maria Fausta Pereira de Castro. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. 241p.

PÊCHEUX, M. "Língua e ideologia". In: *Semântica e Discurso uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. p. 87-94.

ŽIŽEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Versão final

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

NARRATIVA DE VIDA: um espaço de liberação para vozes femininas?

Ida Lucia Machado

La femme est l'avenir de l'homme
(Louis Aragon)

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Introdução

Nos últimos seis anos muito temos escrito sobre nossa concepção de narrativa de vida e sua adequação à Teoria Semiociológica, de Patrick Charaudeau. Ressaltamos sempre a utilização desta teoria, no âmbito da Análise do Discurso, mas queremos deixar claro que poderia ser outra: a teoria de Pêcheux, aquela que privilegia as reflexões de Foucault, a Análise Crítica do Discurso etc. Como sempre, aqui tentamos passar a ideia, mais que ideia, aliás, a nossa firme convicção que, no campo da análise do discurso, ao elegermos uma corrente teórica para determinados trabalhos, não queremos dizer com isso que menosprezamos as outras. Tudo depende desse ou daquele *corpus*, dessa ou daquela situação.

No nosso caso específico – o de lançar um olhar analítico-discursivo em pesquisas formadas por narrativas de vida - a Teoria Semiociológica de Charaudeau nos atraiu, em primeiro lugar, por ser uma teoria que visa o estudo da comunicação social e, a partir daí, interessa-se pelos “porquês” dos atos de linguagem que, enquanto seres sociais, enunciamos ao longo de nossas vidas. Em segundo lugar, nela encontramos dados vindos da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia social. Tudo isso nos permitiu facilmente conjugá-la à outra teoria, vinda da sociologia (BERTAUX, 1997): a da narrativa de vida propriamente dita.

Queremos ainda elucidar, para os que nos leem pela primeira vez, que “narrativa de vida” resulta de uma tradução nossa do sintagma francês *récit de vie* utilizado pelo supracitado sociólogo francês em suas pesquisas.

Outra inspiração que recebemos veio de Paraná (2008). O livro realizado por esta pesquisadora, com suas detalhadas entrevistas com Luís Ignácio Lula da Silva e alguns membros de sua família, resultou em um ótimo trabalho sobre a história de vida do político. Mas, além disso, a pesquisadora enriqueceu tal trabalho com a parte denominada “A busca de uma história” (PARANÁ, 2008, p. 354-454). Nela, em dois capítulos, Paraná discorre sobre os conceitos de “Cultura da pobreza” e “Cultura da Transformação. A clareza de sua exposição muito nos influenciou para assumir como objeto de pesquisa a narrativa de vida, ao ver que um estudo genealógico pode assumir características ideológico-políticas e que as vozes dos *seres-que-se-contam* devem ser compreendidas como vozes que refletem a vida social de um povo e, sobretudo de uma faixa do povo de um determinado país em determinado lugar e ponto da história.

A partir daí lançamo-nos em pesquisas tendo como temas narrativas de vida⁶, levando em conta que estas podem ser esclarecedoras de diferentes ângulos da sociedade e da época em que são proferidas. De certo modo, os *seres-falantes* que assumem as *narrativas-de-si* buscam nelas definir suas identidades ao expor suas crenças e o olhar que têm sobre o mundo no qual vivem.

Assim, nessa união de conceitos por nós praticada, a Semiologia cumpre o papel de averiguar o discurso de quem fala, de onde fala e também o porquê dessa fala; por sua vez, a narrativa de vida atende ao propósito de verificar as

6 Em Projetos de pesquisa que receberam do CNPq os números 455410/2009-7, já encerrado e 304049/2012-3, em andamento. Neles e nos trabalhos que deles resultaram adotamos o sintagma “narrativa de vida” que, para nós, engloba outras produções no domínio de escritos genealógicos (biografias, autobiografias, diários etc.).

artimanhas narrativas dos sujeitos-comunicantes em determinadas situações e épocas.

Neste artigo privilegiaremos alguns depoimentos femininos, ou seja, vozes femininas que contam fatos de suas vidas, de modo simples e direto, mas não destituído de muita emoção. Para tanto, tomaremos como base um dos projetos do escritor francês J.-P. Guéno, que explicaremos no próximo segmento.

A pesquisa de Jean-Pierre Guéno e alguns ‘porquês’ das narrativas de vida

Sempre houve escritores ou pesquisadores que se interessaram em estudar ou simplesmente, em expor o que dizem vozes femininas. É nesse último item que encaixaremos o escritor/radialista Jean-Pierre Guéno que, como ele mesmo deixa entrever, em uma entrevista⁷ é um apaixonado pela história, que deseja manter acesa sua chama a partir da compilação de relatos de pessoas que se dispõem a contar suas vidas. Pelo que pudemos apurar, a condição de Guéno como radialista (*Radio-France*) lhe facilitou as chamadas feitas aos seus ouvintes para a compilação dos *corpora* que lhe permitiram reunir grande número de testemunhos de vidas de determinados grupos sociais.

Alguns deles deram origem a publicações tais como *Paroles de poilus*⁸ (1998), livro este organizado com Yves Laplume ou então *Paroles de femmes* (2007), livro que nos interessa agora.

Para compor o livro em questão, além de depoimentos das ouvintes de *Radio France*, o autor a ele acrescentou excertos vindos de livros de mulheres que se dedicam à escritura, às

7 Fornecida em 2010 a Nathalie Jungermann, disponível no site <<http://www.emotionducourrier.fr/la-...>>.

8 O termo *poilus* é empregado para designar os soldados franceses que combateram na 1a. Guerra Mundial (1914-1918). Tal termo designava, na gíria da época, “homem viril, corajoso”.

leis, à política (como por exemplo, Marguerite Duras, Michèle Fitoussi, Marie Cardinal, Eva Joly, Edith Cresson, Simone Weill, entre outras) e alguns excertos de publicações francesas (jornais ou livros ligados aos direitos femininos).

No interior do livro, Guéno (2007, p. 155-157) organizou este *corpus* em quatro gerações: (i) *O tempo da sombra* (de 1900 a 1919); (ii) *o tempo das lutas* (de 1920 a 1944); (iii) *o tempo das conquistas* (de 1945 a 1974) e (iv) *o tempo das mulheres* (de 1975 a 2007)⁹. Vamos recorrer às palavras do próprio autor que melhor explicará a razão do livro e dessa divisão:

Eu quis captar o olhar das mulheres e sua evolução de 1900 a 2007, no momento em que coexistiram quatro gerações: a geração daquelas que nasceram em 1914 em uma França rural onde as estradas não eram ainda asfaltadas. A geração daquelas do *baby-boom* que conheceram uma prosperidade não desfrutada por suas antecessoras. A geração de mulheres nascidas depois de 1968 que desfrutaram os benefícios das lutas de suas mães. Enfim, a das mulheres mais jovens que têm hoje entre 18 e 22 anos e que já viraram, de modo definitivo, certas páginas sombrias da condição feminina (GUÉNO, J.-P., 2007, p. 9)¹⁰.

O livro, em seu todo, além de estar ligado ao nosso tema de pesquisa – narrativas de vida – suscitou-nos duas questões que aqui buscaremos responder. A primeira está contida no

9 Nossa tradução do original: “(i) Le temps de l’ombre; (ii) Le temps des luttes; (iii) Le temps des conquêtes”.

10 Nossa tradução de: « J’ai voulu saisir le regard des femmes et son évolution de 1900 à 2007, au moment où coexistent quatre générations: la génération de celles qui sont nées en 1914 dans une France rurale où les routes n’étaient pas encore goudronnées. La génération de celles du baby-boom qui ont connu une prospérité qui n’avaient pas connue leurs aînées. La génération des femmes nées après 1968 qui ont profité des luttes de leurs mères. Celle enfin des jeunes femmes qui ont aujourd’hui entre 18 et 22 ans et qui ont définitivement tourné certaines pages sombres de la condition féminine. »

próprio título do artigo e sua resposta aparecerá à medida que formos escrevendo e, sobretudo, nas *Conclusões*. Já a segunda está ligada ao nosso desejo de melhor compreender as razões que justificam essa sede de narrar, de contar problemas íntimos a desconhecidos. Diversas são as possibilidades suscetíveis de responder tal indagação. Começemos pela reflexão abaixo:

A narrativa torna-se um lugar possível para uma palavra que exprime lembranças felizes, medos, angústias, esperanças de novos futuros e [exprime também] a oportunidade, para muitos, de dar um sentido a suas vidas (LÉOMANT, s/d. *apud* LANI-BAYLE, Préface livre *L'Intervention Narrative en Travail social*, 2008, p. 10)¹¹.

As palavras de Léomant nos permitem também, ainda que de modo indireto, explicar o gosto por esse tipo de pesquisa não só em Guéno, mas também em diversos outros autores que se dedicam aos escritos genealógicos: todas as vidas, mesmo as mais banais merecem ser contadas. Viver é uma aventura e aventuras devem ser transcritas.

Além disso, mesmo vidas aparentemente “sem-graça” são impregnadas de fragmentos reveladores da História de um povo, em determinado momento. Ora, o conhecimento dessas “pequenas histórias” (que irão compor a “grande”) só virá à tona quando aqueles que as vivenciaram decidirem narrá-las.

Sabemos que o exercício que consiste em expressar seus sentimentos por meio de palavras pode se revelar nem fácil e muito menos prazeroso. No entanto, como afirma Cyrulnik (1999, p. 34), o relato de algo sofrido faz com que os narradores desses momentos difíceis os aceitem e a partir daí se aceitem melhor; o primeiro passo para ser benquisto pelos outros

11 Nossa tradução de: « Le récit devient un lieu possible d'une parole exprimant des souvenirs heureux, des peurs, des angoisses, des espoirs d'avenirs et l'opportunité, pour beaucoup, de donner sens à leur vie. »

reside na autoaceitação. Para o supracitado autor, colocar-se como personagem de uma história já é um passo para entrar em um processo de cura. Tal processo será na maior parte dos casos, de grande ajuda na edificação identitária.

Dizem que as mulheres são mais aptas que os homens para falar de si, para expor seus sentimentos [...] porém, preferimos acreditar que os dois gêneros nos oferecem espécimes do *homo narrans*, conforme afirma Lani-Bayle:

Mais que o *homo sapiens* e seu contrário o *homo demens*, seria então o *homo narrans* que caracterizaria nossa espécie, no momento em que a narrativa do combate teria, por vezes, precedido o combate real e permitido o que, bem mais tarde, Freud chamaria de “sublimação” ou Jürgen Habermas de “função emancipadora” do saber. Em todo caso, a faculdade narrativa [...] é uma capacidade expressiva não neutra e específica colocada a serviço do ser humano (LANI-BAYLE, Prefácio livro *L’Intervention Narrative en Travail Social*, 2008, p.14)¹².

A classificação acima enfatiza o lado “contador de histórias” próprio de todo ser humano, na noite dos tempos. Então, a partir daí concedamos igualdade aos gêneros masculino e feminino, ao menos nesse ponto!

No próximo segmento, exporemos nosso *corpus* e refletiremos, rapidamente, sobre algumas estratégias discursivas que o exercício da narratividade traz em si.

12 Nossa tradução de: “Plus que *l’homo sapiens* et son revers, *l’homo demens*, ce serait donc *homo narrans* qui caractériserait notre espèce, au moment où le récit du combat aurait, parfois, commencé à prendre le pas sur le combat réel et permis ce que, bien plus tard, Freud a appelé la “sublimation” ou Jürgen Habermas la “fonction émancipatrice” du savoir. En tout cas la faculté narrative [...] est une capacité expressive non neutre et spécifique au service de l’humain.”

Alguns casos de narrativas femininas

Escolhemos para o presente artigo dois fragmentos de depoimentos do livro organizado por Guéno (2007). O primeiro deles faz parte de um livro da escritora Marie Cardinal, cujos herdeiros devem ter autorizado a publicação; o segundo reflete a voz de uma das ouvintes de Guéno, que acreditamos, deve ter atendido ao seu pedido feito pela *Radio-France* e, posteriormente, também concordado com a publicação de sua história. Assim procedendo, quisemos comparar as estratégias narrativas de uma escritora e as de uma ouvinte de Radio-France e também enfatizar como seus diferentes “eus” tratam da questão ou dos problemas femininos, em diferentes épocas: o relato de Marie Cardinal pertence ao “Tempo das conquistas” e o de Michèle ao “Tempo das mulheres” como os classificou Guéno (2007, p. 9).

Sem mais tardar, aqui os transcrevemos, traduzidos (livremente) por nós do francês para o português¹³.

Excerto 1. A primeira vez de Marie- “Balançar a colossal religião”

A romancista Marie Cardinal nasceu em Argel, no dia 9 de março de 1929. Após estudos, lecionou de 1953 a 1960, em Tessalônica, Lisboa, Viena e Montreal. Em seguida trabalhou na reescrita de textos e como leitora nas editoras Gallimard e Grasset e também como jornalista para diferentes jornais. Curada pela psicanálise de uma grave depressão motivada pela Guerra da Argélia e tendo assim tomado consciência do mal estar que sofrera compeçosas de seu meio [social], com sua família e mesmo com seu corpo, ela nunca deixou

13 Os originais em francês das narrativas de vida aqui abordadas foram transcritos e se encontram no final do artigo, em seu Anexo.

de descrever suas fragilidades e penas em seus livros (in: GUÉNO, 2007, p. 66)¹⁴.

Quando eu vi aquele moço nu com uma ereção, quando eu senti na minha mão seu membro doce como um veludo de seda, quente como um pão que sai do forno, eu senti uma alegria imensa. Eu achei bonito demais seu corpo magro de jovem, como se todos os seus músculos, toda a sua pele, todos os seus pelos tivessem sido feitos para brandir seu sexo duro. Quando eu abri minhas pernas e que, ajoelhado entre elas, ele começou devagarzinho a me desvirginizar, com um ar teimoso, um ar que me fez compreender que nada iria parar seu ato, que eu devia deixar que ele continuasse, eu pensei que o que ele estava fazendo era útil, necessário, perfeitamente harmonizado com meu eu. [...] Nada me chocou, nada me surpreendeu. Mesmo quando o ritmo tornou-se mais brutal e que eu senti ceder em mim não sei qual barragem acetinada. [...] Este moço que eu escolhi pela sua habilidade, tinha a reputação de ser bom de cama, um amante. Eu sabia que ele estava apaixonado por uma mulher casada, mais velha que eu. [...]

E assim, de repente, eu tinha decidido, sozinha, deixar de lado os princípios de meu status, os preconceitos de minha família, as leis de minha mãe, dar uma balançada geral na poderosa religião e fazer amor com um rapaz que eu nem amava, com o qual eu não precisei procurar a desculpa da paixão ou da razão. Simplesmente eu quis fazer e fiz amor

14 Nossa tradução de: "La romancière Marie Cardinal est née à Alger, le 9 mars 1929. Après ses études, elle enseigne de 1953 à 1960, à Salonique, Lisbonne, Vienne et Montréal. Elle a ensuite travaillé à la réécriture de textes et comme lectrice chez Gallimard et chez Grasset ainsi que comme journaliste pour différents journaux. Guérie d'une grave dépression née de la guerre d'Algérie, elle ne cessa, après avoir pris conscience du malaise qu'elle endurait dans son milieu, dans sa famille et jusque dans son corps, de décrire tout au long de son œuvre ses fragilités et ses déchirures..."

porque eu tinha vontade. Marie CARDINAL. *Les mots pour le dire*. Grasset & Fasquelle, 1976 (in: GUÉNO, 2007, p. 68).

Excerto 2 – As três vidas de Michèle. “Não lamento nada do que se passou”.

Michèle nasceu em 1950, em uma cidadezinha da Bélgica. Sua família: o pai engenheiro, a mãe sem profissão [do lar], uma irmã; uma infância sem problemas. Estudou Letras Clássicas.

Michèle primeira fase

Antes de 1970, uma mulher era feliz quando seu marido “a ajudava”. Quanto a mim, como várias mulheres de minha geração, quis estudar para escapar custe o que custe do destino de minha mãe cuja vida toda, dedicada a servir seu marido e seus filhos me deixava horrorizada.[...] Quando um dos primeiros domingos à tarde de minha vida de mulher casada, me surpreendi arrumando uma pilha de roupas para passar enquanto meu jovem marido, com toda ingenuidade, tinha se instalado confortavelmente para ler, comecei subitamente a chorar [...] Alguma coisa que eu não sabia definir me faltava.[...] Nossas primeiras relações sexuais me deixaram estupefata por sua banalidade: então a coisa era ISSO? [...] e eu [que] esperava um deslumbramento.[...]

Michèle segunda fase

E depois houve o acontecimento, este acontecimento que pode mudar uma vida: o movimento feminista [...] Conheci uma baixinha silenciosa, de cabelos negros, com um nariz perfeito, um ar vagamente asiático [...]. Ela tinha 23 anos e eu 31. Ah, a euforia desse primeiro ano com ela! Eu só me lembro que fazíamos amor, às tardes, dias e noites, roubados nem sei mais como de minha vida de fa-

mília. [...] Até o dia em que a crise explodiu com meu marido. Eu o deixei não por essa mulher, mas pela parte de mim mesma que ela tinha me revelado e sem a qual eu não poderia mais viver sem me renegar. [...] [Mas...] Quando me dei conta do alcoolismo de minha companheira, minha primeira reação foi de ciúme- o banal, o humilhante, o cruel ciúme. O álcool era minha rival.[...] uma manhã, depois de uma noite cheia de amor, entrecortada por lágrimas, soube que devia virar a página, que meus três anos de amor tinham se acabado.[...]

Michèle terceira fase

Eu tinha perdido meu amor e todo o resto foi embora com ela; eu tinha perdido literalmente o gosto de viver. Isso durou longos dias, longas semanas. [...] um dia em que atravessava uma ponte, vi o espelho d'água [...] Voltei para o caminho da vida, sozinha. De agora para diante tornei-me o homem e a mulher, não precisava mais discutir para saber quem iria fazer as compras e a cozinha e quem iria lavar os pratos ou passar a roupa, quem levaria o carro para a oficina e quem preencheria a declaração do Imposto de Renda, quem dirigiria a casa e quem ganharia o pão cotidiano, quem levaria a criança para suas atividades e que iria nas reuniões pais-professores. Eu tinha querido a liberdade, não é mesmo? Encontrei outras mulheres. Encontrei outros homens. Raros são aqueles que têm a infinita lentidão a infinita paciência [de amar]. Mas ao menos eles servem para manter a cabeça fora da água dos sonhos. Anos mais tarde, não lamento nada. Vivo com minha ambivalência, minha incerteza, meus breves encontros [sexuais], meus períodos por vezes longos de abstinência sexual, minha independência, minha liberdade, minhas amizades, meus entusiasmos, meu projetos – sozinha. Às vezes eu me pego sonhando. Talvez

alguém (um homem ou uma mulher), me seja destinado(a) e me espera. Quem sabe?” (In: GUÉNO, J.-P. , 2007, p. 121-125).

Diante dessas confissões, podemos voltar à segunda questão que motivou esse artigo: os “porquês” da narrativa e, mais especificamente, as razões dessas confissões femininas. Pensamos em algumas¹⁵: (i) a principal seria que a ação de narrar sua vida corresponde a uma forma de construção de si, pela formação de um macro-ato de linguagem capaz de formar uma imagem válida *daquela-que-se-conta*; (ii) outra razão possível: falar de si corresponde também ao prazer de fazer um acerto de contas com o passado. Notamos, no caso de Marie e de Michèle que elas se queixam daqueles que ocupam o lugar de opressores: as tradições e valores familiares instituídos, que vão predeterminar *os papéis* que cabem às mulheres e aos homens¹⁶; (iii) finalmente, acrescentamos que o ato de falar de si é também uma maneira de construir uma história de vida com um começo, um meio e um fim, capaz de justificar a passagem (no caso, dessas mulheres) pela vida: é mergulhar em um passado buscando lembranças fragmentadas e tentar preencher as lacunas destas com um pouco de imaginação. É recriar uma vida. Narrativas são histórias e histórias sempre comportam elementos ou efeitos de ficção.

Resumindo a questão: vimos que Marie e Michèle (como outras mulheres do livro em pauta) falam de si para se sentirem mais aliviadas e também para fornecer um testemunho que, de algum modo, possa contribuir para ajudar

15 Ainda que estejamos cientes que elas se encontram de certo modo, com as opiniões que aqui transcrevemos de autores como Léomont, Cyrulnic e Lani-Bayle no segmento I do artigo.

16 Agradecemos aqui as contribuições vindas de discussões com colegas como Wander Emediato, Alex Fabiani Brito Torres, Eduardo Franco, Raquel Lima Abreu Aoki e outros sobre o trabalho em questão, após apresentação de parte deste, sob a forma de Seminário ao NAD (*Núcleo de Análise do Discurso* da FALE/UFMG), dia 26 de junho de 2015.

outras criaturas femininas que se encontram estagnadas na vida. Lembrando-nos da psicanálise, acreditamos que a fala também libera.

Apoiamo-nos então aqui no filósofo francês Ricoeur (1983), que refletiu sobre as afinidades que existem entre a narrativa de vida e a sessão psicanalítica. Para tanto, ele se baseou na experiência clínica do americano Roy Schafer (1976):

Essa interpretação narrativa de teoria psicanalítica implica que a história de uma vida é originária de histórias não contadas e reprimidas, [que vão] em direção de histórias reais que o sujeito pode assumir e manter como constitutivas de sua identidade pessoal. É a busca dessa identidade pessoal que assegura a continuidade entre a história potencial ou original e a história contada [...] (RICOEUR, 1983, p. 142, trad. nossa)¹⁷.

Schafer (1976), não foi escolhido aleatoriamente por Ricoeur: trata-se de um profissional que realmente enfatiza a *narrativa-de-si* em sua prática psicanalítica, destacando o poder desta para ajudar o analisado (ou o narrador) a se construir ou a reconstruir sua identidade.

A narrativa de vida conteria assim uma dimensão performativa onde ocorreria uma transmutação do passado em presente por parte do *sujeito-que-se-conta*. Os tempos se confundem e se imbricam. Foi ontem que isso aconteceu? Ou foi há mais de 30 anos? O/A narrador/a é o maestro que rege essa orquestra de lembranças e as estruturas do modo que lhe for mais conveniente.

17 Nossa tradução de: « Cette interprétation narrative de la théorie psychanalytique implique que l'histoire d'une vie procède d'histoires non racontées et refoulées, en direction d'histoires effectives que le sujet pourrait prendre en charge et tenir pour constitutives de son identité personnelle. C'est la quête de cette identité personnelle qui assure la continuité entre l'histoire personnelle et inchoative expresse [...]»

Voltemos à Teoria Semiociuística: ela nos permite e nos incentiva a assumir tais estudos, sobretudo através da *mise en narration* estudada por Charaudeau (1992, p. 709-777) e também pelo fato das ideias deste pesquisador levar em conta a possibilidade de um sujeito dividido em seus diferentes papéis comunicativos (CHARAUDEAU, 1983, p. 46).

Servimo-nos bastante de algumas das ideias do linguista e, sobretudo, de sua concepção dos sujeitos sociais: mas, mesclamos tais ideias com as de Bakhtin (1970) e Ducrot (1984) e observamos assim que um mesmo sujeito social pode ser dividido em diversos “eus”. Nas vozes femininas que nos interessam agora, vê-se com precisão o conflito desses “eus” quando colocados em face de certas mudanças correspondentes às suas atitudes de vida.

Destacaremos, a seguir, alguns pontos dos dois excertos para realizar uma análise discursiva cuja maior intenção é a de ser ilustrativa para o assunto aqui tratado.

Breve estudo discursivo das narrativas de Marie e Michèle

No primeiro excerto, apresentado no segmento anterior, podemos notar que a narrativa de Marie sobre sua primeira relação sexual tem como fator argumentativo/persuasivo a descrição do rapaz imbricada às sensações que Marie sentiu diante daquele jovem nu, descrição feita sem véus de falso pudor. Lembramos aqui que a dimensão argumentativa pode estar presente na descrição que ajuda uma narrativa a ser mais convincente.

Desse modo, o papel da descrição não deve ser apenas limitado a uma mera busca de uma construção objetiva do mundo, do tipo, “a mesa sobre a qual colocamos nosso computador, agora, dia 27 de junho de 2015, às 16:25 horas, em Belo Horizonte, Minas Gerais, no Brasil, tem um metro e oitenta de comprimento por oitenta e cinco centímetros de

altura e é de madeira”. A descrição seria isso, mas, um pouco mais que isso.

Segundo Charaudeau (1992, p. 686) a descrição colabora, nos diferentes ditos, para uma *construção subjetiva* do mundo: assim, se nos for solicitada através de palavras a descrição de uma rosa, sabemos de antemão que nossa descrição não será idêntica àquela vinda de outro observador da mesma flor; cada um de nós a verá de um modo bem seu e, por conseguinte a descreverá segundo sua ótica pessoal, que, transformada em linguagem, refletirá as emoções visuais de cada um. Este descreverá não só a flor, suas cores, tamanho, o que é visível, mas também seu aroma, aquilo que não é visível, mas sensível. Aquele se limitará aos tons que colorem a flor, dando mais destaque para as hastes curtas ou longas da flor...

Voltemos à descrição do corpo do homem feita pela narradora-escritora do primeiro excerto. Trata-se de uma descrição emocional que capta o calor, a forma exterior do corpo de um homem jovem, belo e vigoroso. Os sentimentos de euforia e excitação amorosa da narradora percorrem como um frisson tal descrição. Ora, assim agindo, ela capta o leitor/a para que esse/a sinta, junto com ela, a sensualidade daquela cena de amor físico. A descrição feita por Marie, mais que uma descrição convencional é a tradução, em atos de linguagem, de um *ato sensual/sexual*. E, justamente, tal descrição opera a favor de uma argumentação persuasiva, suscetível de justificar tanto a beleza daquele momento, como também a necessidade daquele ato, naquele instante mesmo da vida da narradora-escritora. E, mais que isso, no final do excerto (nos enunciados por nós sublinhados), quase que escutamos (via atos de linguagem) o grito de satisfação de prazer e a liberdade que a descoberta do sexo veio trazer à vida de Marie.

Lembremo-nos que foi ela mesma quem escolheu seu primeiro homem, desafiando todas as regras que a família e a sociedade tinham lhe imposto: ela o escolheu por desejo, não para fundar uma família. Ela o escolheu porque precisava

também se reconciliar com seu corpo de mulher e sabia que ele seria hábil para isso.

A ação que motivou o relato desse momento na vida de Marie poderia aparecer como *transgressiva*: sua narrativa foi enquadrada na parte dedicada ao “Tempo das conquistas” (GUÉNO, 2007, p. 9; p. 66-67), ou seja, conquistas femininas. É preciso lembrar que em 1976, a França já tinha atravessado o seu “Maio 1968” e as mulheres, no governo de Giscard d’Estaing já haviam sido beneficiadas por algumas leis (como a que permitia o aborto). Saltamos assim da ação para a palavra que a transmite: tanto a primeira quanto a segunda são alegremente *transgressoras*.

A narrativa de Marie contém uma *construção subjetiva* do mundo, feita pela narradora-escritora. É através de palavras que ela descreve seus sentimentos e suas emoções face ao jovem com quem iniciou sua vida sexual. Ora, discursivamente falando, essa visão dos fatos não é “verificável”, como diz Charaudeau (1992, p. 680). Mas ela é válida por vir de um imaginário que pode ser construído:

Como o resultado de uma intervenção pontual do descritor em relação à descrição do mundo. Essa intervenção deixa transparecer os sentimentos, os afetos e as opiniões do sujeito-que-descreve e a um tal ponto que, por vezes, o mundo descrito poderia se confundir com os estados de alma deste. [...] Falaremos aqui de descrição subjetiva (CHARAUDEAU, 1992, p. 681)¹⁸.

E, no caso de Marie, a construção perfeita desse passado por meio de uma descrição bastante sensorial aponta para

18 Tradução nossa de: «Comme le résultat d'une *intervention* ponctuelle du descripteur à propos de la description du monde. Cette intervention laisse transparaître les sentiments, les affects et les opinions du sujet décrivant, au point que parfois le monde décrit pourrait se confondre avec les états d'âme de celui-ci [...] . On parlera ici de *description subjective*.»

uma estratégia argumentativa de captação do leitor; este se deixa levar pela força chocante e, no entanto, poética pela qual a narrativa foi construída. Lembramos que estamos aqui diante do relato de uma escritora, que lida com palavras e sabe harmonizá-las para obter certos efeitos. A sábia junção de palavras cruas com outras mais doces e poéticas constrói assim, mais que uma mera estratégia de captação como tantas outras, uma estratégia sutil, eficaz e não muito usual (em narrativas de vida): uma *estratégia de sensualidade*.

Novamente ressaltamos o contraste feliz que tal discurso provoca dentro da narrativa, efetuado pela junção de palavras ou expressões que despertam sensações táteis e gustativas para se referir ao corpo masculino como “doce”, “quente como um pão”, “veludo de seda” a outras mais carnis/reais como “músculos”, “sexo duro”, “pelos”. O embate entre as palavras é um elemento desencadeador da sensualidade no interior da narrativa.

Assim, o excerto assinado por Marie Cardinal, prima pela sua beleza e harmonia poética-sensual. Nesse sentido podemos dividi-lo em duas partes: a primeira, a que corresponde à descrição do corpo masculino seria erótica; a que fala do ato sexual justapõe atos de linguagem próprios de um discurso erótico e outros que se encaixariam em um discurso mais cru/realista que o precedente. Expliquemos: a primeira parte da narrativa corresponde a um quadro, à pintura da beleza de um corpo de homem jovem, viril e nu. A contemplação de Marie, diante do corpo deste homem é estática e narrada sob os véus do erotismo: essa seria a grande diferença de uma narrativa erótica para uma narrativa pornográfica.

A esse propósito, se “as passagens eróticas fazem proliferar os véus, no sentido próprio e figurado (metonímias, metáforas...)” (MAINGUENEAU, 2007, p. 31), as passagens pornográficas são mais dinâmicas: “aceleração progressiva do ritmo,

transparência da representação”¹⁹ (*op. cit.*). Continuando a seguir com este teórico, podemos pensar que existe no relato de Marie uma espécie de justaposição do erótico e do pornográfico, revelada pelo encontro da estática contemplação do corpo masculino *versus* o movimento de penetração do membro masculino no corpo de Marie, movimento cujo ritmo, a princípio cadenciado torna-se mais brutal e dinâmico. Assim sabiamente construído, o relato de Marie é capaz de proporcionar ao leitor/a uma emoção erótica.

No segundo excerto, a voz narradora vem de uma mulher que não é escritora nem procura obter efeitos sensuais no seu leitor/a. Ela se conta, simplesmente. Porém, aqui ainda, é preciso lembrar que Michèle pertence a uma geração de mulheres que foram *privilegiadas* pelas lutas da geração feministas como Marie; bem-nascida, Michèle realizou, normalmente, e acreditamos, sem empecilhos ou entraves, estudos de Letras Clássicas. Dizemos isso, pois sua narrativa é também muito bem construída, tanto que ousamos mesmo compará-la a um trabalho acadêmico dividido em três partes (introdução, desenvolvimento e conclusão).

Não podemos aqui deixar de nos referir a nossa pesquisa atual no CNPq²⁰ onde buscamos, em parte, verificar como o trabalho do ser humano se funde por vezes à narrativa de sua vida privada. É, pois normal que alguém que estudou Letras Clássicas exponha bem seu texto e tente fazê-lo de modo claro, preciso: este é o caso da narrativa de Michèle, que guarda semelhanças (por ser tripartida) com trabalhos acadêmicos. E tal narrativa mostra ainda os três “eus” da narradora: o do passado, o do presente e o do futuro...

É importante notar, na primeira fase, como Michèle apesar de ter fugido do modelo materno, acaba por nele cair...E,

19 Nossa tradução de: “les passages érotiques font proliférer les voiles au propre et au figuré (métonymies, métaphores...) e « accélération progressive du rythme, transparence de la représentation ».

20 Projeto 304049/2012-3, em andamento.

no entanto, ela tinha (mais que as mulheres da fase de Marie) a opção de ter fugido aos amores monótonos que alguns casamentos trazem consigo. O uso de uma estratégia emocional se faz sentir, de modo forte na primeira fase: ao falar sobre as relações sexuais com seu marido, a narradora habilmente passa do registro escrito para o registro oral: “então, a coisa era ISSO?”, permitindo que seus atos de linguagem expressem sua decepção. Notemos que o “isso” foi grafado em maiúsculas no texto original e que os pontos de interrogação foram realmente desdobrados. “Isso” no caso, assume a função de um dêitico anafórico que reduz o valor do que o precede, no caso, repetimos, o ato sexual entre marido e esposa. Este enunciado vindo do registro oral é uma espécie de grito de protesto que irrompe no discurso escrito de Michèle e faz sua enunciação “vibrar”.

A verdadeira “lua de mel” de Michèle ocorreu só em sua segunda fase quando ela se apaixonou por uma mulher. É o momento de transgressão máxima na vida da personagem. Ela se torna então senhora de sua vida, caminhando ao lado das evoluções feministas de seu país. Michèle se deixa levar pelos ventos que começaram a soprar em Maio de 1968 na França: ela é jovem como tantos outros franceses e francesas que contestam o poder dos mais velhos, o império de antigas tradições. O deslumbramento que Michèle esperava na sua primeira fase aconteceu, pois na segunda...

Mas, tudo passa. Logo ela descobre que sua maior rival era a bebida: sua companheira era alcoólica. Amor e lágrimas: felizmente Michèle escapa mais uma vez de uma união infeliz.

Ainda que Michèle se considere libertária por passar de um casamento convencional com um homem para uma união com uma mulher, notamos que ela ainda duvida um pouco de suas atitudes ou do resultado destas: daí tentar se habituar a sua “ambivalência”, termo que usa para se autodefinir na terceira fase de sua vida. “Ambivalente” é um desses axiológicos que pende mais para o não positivo que para o positivo: indica desconforto por parte de quem experimenta tal sentimento...

Para reforçar o que foi dito, podemos observar, na última fase de Michèle, certo tom de perda, algo que poderia ser traduzido por palavras tais como “Vejam o que eu perdi por não ter um homem em casa” quando ela descreve minuciosamente todas as tarefas que antes dividia com o marido ou que eram assumidas por ele; agora é ela quem deve assumi-las, pois, como ela mesma diz “tornou-se o homem e a mulher da casa”.

O que nos leva a essa conclusão? As palavras desse relato. E nele, subitamente, aparece uma pergunta “- Eu tinha querido a liberdade não é mesmo?” Estranho enunciado este que, ainda que formulado por Michèle, não é dela. Seguindo Ducrot (1984), diríamos que se trata mais de uma questão irônica/poli-fônica: Michèle é apenas a *locutora* de sua pergunta, pois ela é a repetição (sob o tom da ironia) de vozes de outros *enunciadores*, ou seja, as vozes daqueles que se mostraram contra as decisões de Michèle ou, em resumo, contra seu modo de levar a vida.

Ainda sobre essa terceira fase: assim sendo, vemos o “eu” da Michèle com ares de um “eu” meio dividido. Por um lado, tal “eu” se mostra contente por sua liberação/determinação e mesmo orgulhoso de si e parece nos dizer “Eu, mulher, embora sozinha, dou conta de tudo”. Por outro lado, há a outra face do “eu” que como afirmamos nos três parágrafos anteriores a este, parece lamentar-se de algo.

O final ou a conclusão do relato é aberto: Michèle falou de seus “eus” passados, aborda seu “eu” presente e aponta para um “eu” futuro ao afirmar: “Talvez alguém (um homem ou uma mulher), me seja destinado (a) e me espere. Quem sabe?”.

Ocorreu-nos então uma reflexão de Ricoeur (1983, p. 32-33) ao ler tal enunciado: para o filósofo francês, o futuro, como toda espera de algo ou de alguma coisa, já faz parte do presente, mesmo se a ação futura ainda não tiver se concretizado. Ousando dar um toque *não sério* (irônico) ao que ele diz, seguindo Machado (1995, p. 141-153) acreditamos que, no caso de Michèle, mais que uma espera, já existe uma certeza, pois o amor por ela desejado pode vir tanto de um homem

como de uma mulher, o que torna sua expectativa de futuro mais realizável, pois, não sujeita a escolhas genéricas...

Algumas palavras para concluir

A narrativa de vida é lugar para a liberação de vozes femininas? Eis a pergunta que formulamos no título do artigo. Face ao que diz Marie, responderíamos sem hesitar que “sim”. Porém, diante do caso de Michèle, hesitamos ainda um pouco.

Isso nos leva a modalizar a resposta para tal questão: antes de tudo, a narrativa de vida vinda de vozes femininas oferece a sua narradora um lugar propício para uma reflexão. Tal reflexão poderá permite que problemas e dúvidas sejam mais ou menos resolvidos, ou, no mínimo, sejam encarados de face. Logo, a narrativa de vida tem seu lado positivo na liberação dos narradores em geral (mulheres e homens confundidos).

Cabe ainda ressaltar que nossa escolha de dois excertos de narrativas de vida no livro organizado por Guéno (2007), levou-nos a França, mas, em duas épocas diferentes, ainda que cronológica ou historicamente próximas. Logo, as palavras e ações de Marie e Michèle refletem a vida política e social de dois momentos do país, movidos por conceitos morais distintos. A sociedade que constituiu o pano de fundo para a ação liberatória de Marie era bem repressora. Entretanto ela, apesar de todos seus problemas (depressão etc.) conseguiu lutar pela sua liberdade e, depois, pela liberdade de outras mulheres. Podemos inscrevê-la na lista das feministas francesas da época que vai da Segunda Guerra até a fim dos anos 1970. Mulheres como Marie Cardinal abriram caminhos para outras.

Michèle, cujo relato foi inserido por Guéno (2007) na última parte do livro *Paroles de femmes*, já pode ser considerada uma mulher mais atual, o que não significa que ela seja completamente livre: ela se equilibra entre a liberdade e as exigências de uma vida em sociedade, como tantas mulheres ainda fazem nos dias de hoje, consciente ou inconscientemente.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *La poétique de Dostoïevski*. Paris: Seuil/ Essais, 1970.

BERTAUX, D. *Le récit de vie*. Paris: Nathan, 1997.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours*. Paris: Hachette, 1983.

CYRULNIK, B. *Un merveilleux malheur*. Paris: Odile Jacob, 1999.

DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.

GRAITSON, I. et NEUFORGE, E. *L'Intervention narrative en travail social*. Paris: L'Harmattan, 2008.

GUÉNO, J.-P. (sous la direction de), *Paroles de femmes*. La liberté du regard. Paris: Libro/Radio France, 2007.

GUÉNO, J.-P. et LAPLUME, Y. (sous la direction de), *Paroles de poilus, lettres et carnets du front (1914-1918)*. Paris: Flammarion/Radio France, 1998.

LANI-BAYLE, Martine. Préface GRAITSON, I. et NEUFORGE, E. *L'Intervention narrative en travail social*, 2008. p. 9-15.

LEOMANT, C. s/d apud LANI-BAYLE. Préface livre: *L'Intervention narrative en travail social*. Paris: L'Harmattan, 2008.

MACHADO, I. L. A ironia como estratégia comunicativa e argumentativa. In: *Bakhtiniana – Revista de Estudos do Discurso da PUC/SP*. Volume 9, número 1, 2014.

MACHADO, I. L. A ironia como fenômeno linguístico-argumentativo. In: *Revista de estudos da linguagem*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, ano 4, v. 2, 1995. p. 143-155.

MACHADO, I. L. O prefácio visto como uma prática discursiva onde diferentes vidas e obras se entrecruzam. In: *Revista de Estudos Linguísticos (1978)*, volume 43, série 3. São Paulo, 2014.p.1129-1139.

MAINGUENEAU, D. *La littérature pornographique*. Paris: Armand Colin, 2007.

PARANÁ, D. A busca de uma história. In: *Lula, o filho do Brasil*, 3. ed. São Paulo: Fundação Perséu Abramo, 2008.p. 354-454.

RICOEUR, P. *Temps et récit*. 1. L'Intrigue et le récit historique. Paris: Seuil/Essais, 1983.

SCHAFER, R. *A new language for psychoanalysis*. New Haven Yale U.P., 1976.

ANEXO

Apresentamos a seguir os originais dos excertos das narrativas de vida que fizeram objeto de nosso rápido estudo no artigo.

La première fois de Marie « Bousculer la colossale religion »

La romancière Marie Cardinal est née à Alger, le 9 mars 1929. Après ses études, elle enseigne de 1953 à 1960, à Salonique, Lisbonne, Vienne et Montréal. Elle a ensuite travaillé à la réécriture de textes et comme lectrice chez Gallimard et chez Grasset ainsi que comme journaliste pour différents journaux. Guérie par la psychanalyse d'une grave dépression née de la guerre d'Algérie, elle ne cessa, après avoir pris conscience du malaise qu'elle endurait dans son milieu, dans sa famille et jusque dans son corps, de décrire tout au long de son œuvre ses fragilités et ses déchirures...

Quando j'ai vu le garçon nu qui bandait, quando j'ai senti dans ma main son membre doux comme un velours de soie, tiède comme un pain qui sort du four, j'ai éprouvé une joie formidable. J'étais fière, j'étais heureuse d'être là. J'ai trouvé beau à en pleurer son corps maigre de jeune homme, comme si tous ses muscles, toute sa peau, tous ses poils, étaient faits pour brandir son sexe en érection. Quando il a écarté mes jambes et que, agenouillé entre elles, il s'est mis doucement à me dépuceler, avec un air buté, un air qui me faisait comprendre que rien n'arrêterait son acte, que je devais me laisser faire, j'ai trouvé que ce qu'il faisait était utile, nécessaire, parfaitement en harmonie avec le fond de moi. [...] Rien ne m'a choquée, rien ne m'a pas surprise. Même quand le rythme est devenu brutal et que j'ai senti céder en moi je ne sais quel barrage de satin. [...] Ce garçon, je l'avais choisi par son habileté, il avait la réputation d'être un tombeur, un amant. Je le savais amoureux d'une femme plus âgée que moi. [...] Et voilà que tout à coup j'avais décidé toute seule de passer outre les principes de ma classe, les préjugés de ma famille, les lois de ma mère, de bousculer la colossale religion et de faire l'amour avec un garçon que je n'aimais même pas, avec lequel il n'y avait pas à chercher l'excuse

de la passion ou de la raison. Simplement je voulais faire et je faisais l'amour parce que j'en avais envie.

Marie CARDINAL

Les mots pour le dire

Grasset & Fasquelles, 1976

In: GUÉNO, J.-P. (sous la direction de) *Paroles de femmes*. La liberté du regard. Paris: Libro/Radio France, 2007. p. 66-68.

(Excerto 2)

Les trois vies de Michèle

« Je ne regrette rien »

Michèle est née en 1950 dans une petite ville de Belgique. Un père ingénieur, une mère sans profession, une sœur ; une enfance sans problèmes; des études de lettres classiques...

Michèle Phase 1

Avant les années 1970, une femme était heureuse quand son mari l'« aidait ». Quant à moi, comme beaucoup de femmes de ma génération, j'avais voulu faire des études pour échapper à tout prix au destin de ma mère dont la vie au service de son mari et de ses enfants me faisait horreur. Quand un des premiers dimanches après-midi de ma vie de femme mariée, je me surpris en train d'entamer une pile de linge à repasser tandis que mon jeune mari en toute naïveté s'installait confortablement et commençait sa lecture, je me mis soudainement à pleurer, [...] Quelque chose d'indéfinissable me manquait. [...] Nos premiers rapports sexuels m'avaient abasourdi de banalité : ce n'était donc que ça? [...] et je n'attendais à un éblouissement. [...]

Michèle Phase 2

Et puis il y eut l'événement, cet événement qui peut changer une vie : le mouvement féministe, [...] Je fis la connaissance d'une toute petite femme silencieuse, aux cheveux noirs, au nez parfait, à l'air vaguement asiatique, [...] Elle avait 23 ans et moi 31. Ah, l'euphorie de cette première année avec elle ! Je ne me rappelle pas que nous ayons fait autre chose que l'amour, ces après-midi, ou jours ou nuits, volés je ne sais plus comment à ma vie de famille. [...] Jusqu'au jour où la crise éclata

avec mon mari. Je le quittais non pour cette femme mais pour cette part de moi-même qui m'avait été révélée et sans laquelle je ne pourrais désormais plus vivre sans me renier.[...] [Mais] Quand je me rendis à l'évidence de l'alcoolisme de ma compagne, ma première réaction fut la jalousie – la banale, l'humiliante, la cruelle jalousie. L'alcool était ma rivale. [...] un matin, après une nuit d'étreintes entrecoupées de pleurs, je sus que j'allais tourner la page, que mes trois ans d'amour étaient révolus.

Michèle Phase 3

J'avais perdu mon amour et tout le reste s'en était allé avec lui: j'avais littéralement perdu le goût de vivre. Cela dura de longs jours, de longues semaines. [...] un jour que je passais sous un pont, je vis l'eau qui miroitait. [...] Je me remis en route sur le chemin de l'existence, seule. [...] J'étais désormais l'homme et la femme, il n'y avait plus à discuter pour savoir qui faisait les courses et la cuisine et qui la lessive et le repassage, qui portait la voiture au garage et qui remplissait la déclaration d'impôts, qui tenait la maison et qui gagnait le pain quotidien, qui conduisait l'enfant à ses activités et qui se rendait aux rencontres entre parents et professeurs. J'avais voulu la liberté, n'est-ce pas ? Je rencontrai d'autres femmes. Je rencontrai des hommes. Rares sont ceux qui ont l'infinie lenteur, l'infinie patience. Mais au moins eux vous tiennent-ils la tête hors de l'eau des rêves. Des années plus tard, je ne regrette rien. Je vis avec mon ambivalence, mon incertitude, mes brèves rencontres, mes périodes parfois très longues d'abstinence sexuelle, mon indépendance, ma liberté, mes amitiés, mes enthousiasmes, mes projets – seule. Parfois je me prends à rêver. Peut-être quelqu'un, quelqu'une, m'est-il (elle) destiné (e), et m'attend-il (elle). Qui sait ?

Michèle

In: GUÉNO, J.-P. (sous la direction de) *Paroles de femmes*. La liberté du regard. Paris: Librio/Radio France, 2007. p. 121-125.

Versão final

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

O ESTUDO DA LINGUAGEM COMO FENÔMENO DA COMUNICAÇÃO: as contribuições da análise do discurso²¹

Patrick Charaudeau

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Introdução

Há muito tempo que investigamos sobre o que diz a linguagem sem interrogar sobre o poder da linguagem como efeito de influência, pois trabalhamos sobre a hipótese de que a força da linguagem está no que se diz e não no que se transmite. Ao retomar a observação de Roland Barthes em que inscreve o verbo “significar” como “significa alguma coisa”, esquecemos o segundo sentido, que é inseparável do primeiro, tal seja, “significa para alguém”. No entanto, o fenômeno da significância resulta em ambos.

Trata-se de processar simultaneamente o fenômeno da representação de palavras e da sua força de transmissão. Isso diz respeito sobre o problema da relação entre o que se enuncia e os efeitos que são suscetíveis de produzir. Em outras palavras, não se trata, como foi feito por vezes de separar comunicação de discurso. Se Jean-Marie Le Pen, líder da extrema direita na França, fala de “preferência nacional”, é tanto para reivindicar um valor de “pureza racial” (representação discursiva) quanto para fazer aderir ao seu projeto político uma parte do eleitorado popular que vive na precariedade (estratégia discursiva). Convém, portanto, examinar primeiramente a relação entre linguagem e comunicação.

21 Tradução de Grenissa Bonvino Stafuzza e Clécio Luis Gonçalves de Oliveira.

Comunicação *versus* Informação

O que entendemos por comunicação? Um fato de linguagem ou um sistema de transmissão? Toda comunicação é informação e, inversamente, toda informação é comunicação? A questão merece ser colocada, pois o emprego que se faz desses termos, nas mídias e em certas disciplinas, é confuso.

Às vezes, Comunicação e Informação são distinguidas pela primeira proceder de uma intenção de manipulação, enquanto a segunda teria como objetivo transmitir o conhecimento. É essencialmente o mundo midiático que sustenta esta ideia, a ponto de ter desenvolvido alguns escritos²². Compreendemos a preocupação dos jornalistas: é para dar certa pureza à atividade jornalística, respondendo ao mesmo tempo a algumas críticas que lhes são dirigidas com a suspeita de conluio com o mundo político. Para eles, a Comunicação consiste em proporcionar os meios de persuadir um público ou um auditório – até mesmo populações - usando recursos mais ou menos assumidos – ou seja, mais ou menos mostrados, mais ou menos ocultos – de manipulação de opiniões para aderir a um projeto político para quem quer que seja o titular. Comunicação é, então, confundida com “marketing político”. Ainda para os mesmos autores, a Informação consiste em transmitir conhecimentos de eventos que ocorrem na sociedade e tentar explicá-los. Ela não pode ser acusada de partidária – dado que os fatos se impõem a si mesmos, dizem sobre seu meio – e as explicações não podem ser suspeitas de estarem orientadas na medida em que o papel dos meios de informação é expor diferentes opiniões e argumentos para que o cidadão construa a sua própria ideia.

Às vezes, trata-se de uma relação de dependência de uma dessas noções em relação à outra que é proibida: todo ato de informação será uma das atividades específicas da Co-

22 Ver I. Ramonet (1999), *La tyrannie de la communication*. N. T.: Título publicado no Brasil: *A tirania da comunicação* (tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth, Petrópolis: Vozes).

municação na medida em que se pode comunicar com outras intenções do que a de informar: descrever, contar, demonstrar, explicar, convencer etc. A menos que a relação seja inversa quando nas sociedades modernas é elogiada a excelência da tecnologia da informação (os “caminhos”, as “redes”, a informação “cibernética”), é isso que a torna dominante até transformar os modos de comunicação, quando não deveria se tornar o único modo de comunicação.

De repente, a linguagem – a linguagem humana – ocupa o segundo lugar. Não está claro o que fazer com esse fenômeno, que é, no entanto, próprio dos homens, pois não está claro com qual intenção ele se situa, como o caso dos dois outros fenômenos. Na melhor das hipóteses – embora falsa – a linguagem é considerada como um instrumento a serviço da atividade comunicativa dos homens; na pior das hipóteses, desconfia-se que a atividade comunicativa mascara a realidade social. No entanto, se há comunicação e informação nas sociedades humanas, é pela própria linguagem, não como instrumento externo ao homem²³, mas como aquilo que baseia a sua atividade psicológica e social.

Diversas concepções sobre a Comunicação

Ao revisar diversos escritos, dos mais técnicos aos mais filosóficos, observamos três maneiras de conceber a comunicação: a comunicação como *meio* de transmissão de informação; a comunicação como *instrumento* a serviço da manipulação de opiniões; a comunicação como *ilusão*.

A comunicação concebida como *meio de transmissão* de informação baseia-se na ideia de que o fenômeno se reduz a questão do saber como mensagem, em que seu conteúdo pode

23 Lembre-se da crítica de Benveniste sobre esta concepção de linguagem como “instrumento” de análise em *Problèmes de linguistique générale* (Paris: Gallimard, 1966, capítulo XXI). N. T.: Título publicado no Brasil *Problemas de linguística geral* (tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Néri, Campinas: Pontes).

ser transmitido de uma fonte A para um lugar de recepção B. Em tal concepção, não são considerados nem a natureza dos polos entre os quais circula a mensagem (são máquinas ou seres humanos?), nem suas condições de produção (referências objetivas) ou de recepção (referências de interpretação), nem as possibilidades de reação de B, que, por meio de *feedback*, poderia perturbar os processos de transmissão, nem, evidentemente, o conteúdo da mensagem, ocultando assim todos os problemas relativos à intercompreensão.

Aqui estamos no velho esquema de comunicação simétrica entre um emissor e um receptor: o primeiro tem a tarefa de codificar através de um sistema de signos arbitrários uma intenção de comunicação, o segundo tem o cargo de decodificar essa intenção. As ciências da linguagem e da comunicação têm sido libertadas desta concepção simplista e ingênua de comunicação, mas ela retorna sob o impulso do desenvolvimento tecnológico que não se preocupa em melhorar os meios de transmissão. E esse desenvolvimento tecnológico é acompanhado de discursos que destacam a excelência desta tal abordagem.

O fenômeno de transmissão está ligado ao espaço e ao tempo, sendo destacadas as vitórias obtidas sobre o tempo, reduzindo-o a instantaneidade, ao mesmo tempo em que se reduzem as distâncias sobre o espaço, pois, ao ganhar em velocidade suprimimos, ao mesmo tempo, as distâncias. Igualmente é colocada em evidência uma conquista sobre os espaços na medida em que o desenvolvimento de circuitos organizados em redes permite abraçar cada vez mais espaços de diferentes lugares²⁴. Isto sugere pensar que os sujeitos que comunicam são dotados de uma “multi-competência” (termo que ecoa o de “multimídia”), de uma capacidade de lidar com vários tipos de transmissão e, assim, reduzir as distâncias e o tempo de transmissão de dados: o sujeito se tornaria uma espécie de

24 A tela de televisão, por sua vez, pela sua capacidade de fragmentação, contribui em grande parte.

mestre demiurgo do tempo e teria o dom da ubiquidade. Hermes é facilmente vencido neste terreno.

A comunicação vista dessa forma – alguns a tem chamada ironicamente de “tubulação” – parece de fato não encontrar nenhum obstáculo, logo, o movimento do desenvolvimento tecnológico é irreversível. Tudo seria permitido e possível e, portanto, “tudo é comunicável”.

A comunicação entendida como *instrumento* a serviço da manipulação de opiniões vem do mundo político-midiático.

De um lado, os políticos que, em seu desejo de agradar os cidadãos (seja para serem eleitos, seja para justificar esta ou aquela ação política), se preocupam de serem bem compreendidos por eles, recorrem aos assessores, o chamado “*marketing* político”. Nesse sentido, ouvimos muitas vezes pronunciada em situações de fracasso a frase: “Nós não temos sido capazes de nos comunicar”, sugerindo que a decisão ou a ação política era boa e que somente sua comunicação era ruim. Assim, encontram-se separadas a intenção política da fala responsável por expressar a política, como se a ação política fosse independente de uma ação de informação, como se, em última análise, houvesse uma realidade política antes e fora da fala política.²⁵ Isso diz respeito a uma representação social muito antiga que significa, de uma parte, que o pensamento é anterior à fala, sendo esta apenas o ornamento daquele, de outra parte, que o *fazer* é oposto ao *dizer*, ou seja, a ação está na ordem do concreto e da eficácia, a fala na ordem do abstrato, do efêmero (as palavras voam, os atos permanecem). Aqui, a comunicação se reduz a um “saber dizer”.

Por outro lado, os jornalistas que, querendo justificar seu trabalho, se opõem ao que definiria a finalidade de sua prática com a da ação política: *informação*, livre de qualquer

25 Ver sobre essa questão em: *Le discours politique. Les masques du pouvoir* (Paris: Lambert-Lucas, 2014). N. T.: Obra de Patrick Charaudeau publicada no Brasil sob o título *Discurso político* (tradução de Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu, São Paulo: Contexto).

intenção manipuladora, oposta à *comunicação* manipuladora. Podemos pensar que isso se trata dos jornalistas se defendem contra as críticas dirigidas a eles em relação à conivência - ou mesmo a cumplicidade - que existe e é mantida entre esses dois mundos. Isso significa, então, que o mundo jornalístico não tem intenção manipuladora, que seu papel consiste em transmitir informação de uma visão de “fazer saber” e não para “fazer crer”.

Esta oposição é lamentável por, pelo menos, duas razões. Uma, porque, ao se opor a um lugar de intenção de enganar (a política) a um lugar transparente, desprovido de intenção manipuladora (informação), esta oposição sugere que apenas este último seja intenção pura. Como se a informação não fosse, também, incorporada no jogo da influência social e que, neste jogo de influência, o jornalista não se tornaria um “manipulador manipulado”²⁶

Agora sabemos que, todos os atos de comunicação, incluindo a informação, revelam uma intenção de uma ação consciente e inconsciente, voluntária e involuntária, em resposta a um ponto de influência. A comunicação é um fenômeno geral da sociedade humana que engloba diversos tipos e gêneros de discursos, ainda em uma intencionalidade de intercompreensão e de influência.

A ideia de que a comunicação é uma *ilusão* é considerada por alguns filósofos. Aqui não se trata tanto do fenômeno social quanto de um idealismo psicossocioantropológico. Eles falam, por vezes, de “incomunicabilidade” ou “incompreensão” entre os homens, por vezes, de “chamariz” ou “narrativa em abismo”. Sob essa perspectiva, Jean Baudrillard foi quem melhor desenvolveu a ideia de que a comunicação é um fe-

26 Ver sobre essa questão em: *El discurso de información mediática* (Barcelona-Buenos Aires: Gedisa, 2003) e *Les médias et l'information. L'impossible transparence du discours* (Bruxelles: Ina-De Boeck, 2005, capítulo 16). N. T.: O segundo título citado pelo autor foi publicado no Brasil em sua versão em língua portuguesa sob o título de *Discurso das mídias* (tradução de Ângela S. M. Corrêa, São Paulo: Contexto, 2006).

nômeno de espelho que devolve apenas aquilo que pretende comunicar. Pode-se observar que dificilmente há comunicação sem equívocos, sem falsas interpretações e sem efeitos perversos, tanto individual como coletivamente. Mas pode-se dizer até onde a comunicação é uma ilusão, o que implicaria também em poder definir o que seria uma comunicação que não fosse uma ilusão?

Cada uma dessas posições sublinha algo de justo, quero dizer, observável. Se as condições materiais de transmissão – os suportes – não são toda a comunicação, elas influenciam a realização e interpretação; e é verdade que o estudo destes materiais de transmissão tem sido negligenciado.²⁷ A tecnologia que desenvolve este aspecto não precisa ser descartada, mas não precisa ser defendida: ela vai continuar se desenvolvendo. Mas também sabemos que a comunicação não pode ser reduzida à sua materialidade nem a sua única transmissão física. A comunicação – pelo menos, a comunicação humana e social – é uma questão de construção de significado através de atos de troca que envolve intencionalidade psicossocial.

Se a comunicação não é o mesmo que informação que são, exatamente, as interações sociais que se realizam em diversas formas, algumas mais manipuladoras do que outras. Mas quem pode argumentar que a comunicação seria um fenômeno muito diferente da informação pelo fato que a primeira recairia em uma intenção manipuladora e de modo nenhum a segunda? Sob qual critério exceptua-se tal declaração? Por que não considerar a comunicação como um fenômeno genérico no interior do qual poderia perceber diversas formas, diversos gêneros?

27 Podemos agradecer à “Mediologia” por ter reproblematicado este aspecto da comunicação. N.T.: Destacamos os seguintes títulos publicados em versão de língua portuguesa no Brasil sobre o tema da mediologia, de Régis Debray: *Curso de mediologia geral* (Petrópolis: Vozes, 1993), *Introdução às ciências da informação e da comunicação* (Rio de Janeiro: Vozes, 1994), *Manifestos midiológicos* (Petrópolis: Vozes, 1995), *O Estado sedutor: as revoluções midiológicas do poder* (Petrópolis: Vozes, 1994), *Transmitir: o segredo e a força das idéias* (Petrópolis: Vozes, 2000).

Se a comunicação é ilusão, podemos perguntar por que o interesse nela; isso invalida qualquer tentativa de estudar este fenômeno. Mas o que é interessante é justamente essa busca interminável dos homens para tentar se comunicar em um grupo social que vivem. Sob essa perspectiva, não é tanto o resultado exato ou errôneo do ato de comunicação (que, no entanto, deve ser considerado) quanto o estudo das *condições comunicacionais* que fazem que um assunto seja tomado pelas restrições da situação em que se encontra do meio de transmissão, das múltiplas possibilidades de expressão discursiva, na tentativa de trocar suas intenções de significação e de construção do sentido na interação com seu interlocutor em relações de influência recíprocas.

Estas diferentes perspectivas não devem ser descartadas, mas sim, pensadas em um conjunto teórico e metodológico. Surgem duas questões principais a este respeito: o que é comunicação enquanto objeto de análise? Qual quadro disciplinar para analisá-la?

A comunicação como fato de linguagem social

Na verdade, essas duas questões estão ligadas, pois todo quadro analítico constrói ao mesmo tempo seu objeto. Portanto, é necessário, em primeiro lugar, distinguir fenômeno social e objeto de análise, em segundo lugar, identificar as características gerais relativas a uma ou várias disciplinas.

Como afirmamos anteriormente, qualquer fenômeno social resulta por vez de uma estrutura e de um conjunto de processos que demonstram de que forma os sujeitos se movem nessas estruturas. Em relação ao fenômeno da comunicação, dissemos que a estrutura corresponde às características da situação em que se produz a troca linguageira, que determina com antecedência os lugares que devem ocupar os parceiros, os papéis que devem assumir, bem como os sujeitos falantes e as instruções discursivas que devem se submeter. Esses lugares,

esses papéis e essas instruções fazem parte de um dispositivo que atua como *contrato de reconhecimento*²⁸, condição sobre-determinante para que se realize todo ato de comunicação. Os processos correspondem aos posicionamentos e comportamentos adotados pelo sujeito comunicante para realizar sua intencionalidade comunicativa, através da implementação de diversas estratégias que utilizam alguns processos discursivos.

Assim, todo ato de comunicação pode ser considerado um fenômeno social que se caracteriza pelo fato de que os indivíduos procuram se relacionar uns com os outros, estabelecer as regras de vida comum e construir uma visão compartilhada do mundo. Tudo isso se faz utilizando a linguagem, através da própria linguagem, sem a qual não haveria sociedade humana. A linguagem, ao colocar os indivíduos em relação entre si, cria sentidos e esses sentidos criam laços sociais. Portanto, sobre este fenômeno podem ser consideradas três ordens de problemas que falamos anteriormente: a construção de normas sociais resultantes da necessidade de indivíduos que vivem coletivamente para regulamentar suas trocas linguageiras, os processos de influência que levam os sujeitos a implementar estratégias, a construção de saberes que refletem a forma como indivíduos e grupos projetam sobre o mundo visões interpretantes.

Campos de estudo da comunicação social: três lugares de pertinência

Dissemos que os fenômenos sociais podem ser produzidos em um conjunto de signos segundo um duplo princípio de organização estrutural e estratégico. Dessa maneira, se instaura um jogo de regulação social controlado pela necessidade de regular os comportamentos sociais da vida cotidiana através da criação de normas sociais, das regras de troca linguageira,

28 Para esta noção, ver: "Le contrat de communication dans une perspective langagière: contraintes psychosociales et contraintes discursives", de M. Bromberg e A. Trognon, *Psychologie sociale et communication*. (Paris: Dunod, 2004).

através do estabelecimento de instrumentos institucionais e jurídicos. Assim, o uso dessas normas, destas regras e destes dispositivos, os fenômenos sociais são instituídos em máquinas de fabricar signos: signos políticos, signos da educação, religiosos ou científicos e mediáticos. Ao descrever estas máquinas podemos identificar os atores que as fazem funcionar e as condições que presidem seu funcionamento.

Em cada máquina, há atores que acham que pensam por si só, mas que se encontram em certas relações de poder de acordo com os *status* e os papéis que eles têm de assegurar. Assim, alguns desses atores desempenham papéis de *produção* de discurso (por exemplo, para as mídias: direção de organização da informação, editores, jornalistas etc.), outros desempenham papéis de *recepção* (por exemplo, leitores, ouvintes, telespectadores), e tanto um como outro podem se relacionar com certa limitação tanto do lado da produção como do lado da recepção. Além disso, esses atores, para justificar sua atividade são levados a representar o lugar que ocupam e que deve ocupar o outro, a finalidade da máquina em que eles se situam, a relação de poder que os unem a outros atores da máquina, em suma, produzem, cada um à sua própria maneira, e através dos discursos que circulam no campo social, as representações que constituem o que dá sentido aos seus respectivos papéis.

Propus no meu livro sobre discurso das mídias²⁹ um esquema representando todo o processo de produção e de recepção da máquina midiática, esquema que pode servir de referência para o estudo de alguma máquina de fabricação de signos, qualquer que seja. Portanto, repito aqui (Figura 1), fazendo um comentário ajustado à proposta deste estudo.

29 *Les médias et l'information. L'impossible transparence du discours*, (Bruxelles: Ina-De Boeck, 2005; segunda edição 2013). N. T.: Versão em língua portuguesa publicada no Brasil sob o título de *Discurso das mídias* (tradução de Ângela S. M. Corrêa, São Paulo: Contexto, 2006).

Figura 1 - Os três lugares de pertinência

PRODUÇÃO	PRODUTO FINAL	RECEPÇÃO
Lugar das condições de produção	Lugar de construção textual	Lugar de interpretação
Identidade social	Identities discursivas	Identidade social
Do	Do Do	Do
<u>Sujeito comunicante</u>	<u>Enunciador</u> <u>Destinatário</u>	<u>Receptor-interpretante</u>
Na	Na	na
Prática social (Status, Papéis)	Organização discursiva	Prática social
Efeitos visados	Efeitos possíveis	Efeitos produzidos

Coconstrução do sentido

Comentário

A premissa básica que rege a relação entre estes três lugares de relevância é que não há ato de linguagem, seja ele qual for que coloca em cena quatro sujeitos: um, produtor do ato de fala, sendo de uma determinada área da prática social que lhe confere um certo *status* e certos papéis, em função de determinada questão comunicativa, onde é construída sua intencionalidade de acordo com as *condições de produção* do ato linguageiro que o determina; o outro, receptor do ato de fala, sendo do mesmo domínio de prática social, mas com *status* e papéis diferentes, esse sujeito interpretante se encontra no lugar das *condições de recepção* do ato linguageiro. Entre os dois, o ato linguageiro em si mesmo, em sua configuração

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

textual³⁰, que coloca em cena um enunciador e um destinatário, seres da linguagem, construídos pelo ato de enunciação dotando estes sujeitos de uma *identidade discursiva*. Se o sujeito comunicante e o sujeito interpretante são dotados de uma identidade social pela situação de comunicação, o enunciador e o destinatário são construídos na identidade discursiva pelo ato de enunciação cujo sujeito comunicante é o realizador.

Esse conjunto representa os três componentes de qualquer máquina linguageira para a construção de sentido. Esse sentido é na realidade o resultado de uma coconstrução, uma vez que o sujeito comunicante pode reivindicar apenas a produção de efeitos *supostos* em construção de determinada imagem ideal – para ele – do destinatário, e o sujeito receptor-interpretante construído por sua vez efeitos, alguns dos quais podem corresponder aos efeitos visados e outros que lhe são próprios (*efeitos produzidos*). O resultado da troca – pois todo ato de linguagem é uma troca – é em qualquer tipo de soma, ou a combinação, do sentido suposto e do sentido produzido, o texto que transita entre os dois, chamado “produto final”, sendo amplos esses sentidos (*efeitos possíveis*).

O modelo geral pode ser específico conforme a máquina comunicacional a qual se aplica. Por exemplo, para a máquina midiática, o lugar das condições de produção é aquele onde se encontram jornalistas tomados de restrições da instituição de informações a qual trabalham (rádio, jornal, televisão), e onde se constroem os efeitos visados em função das hipóteses que fazem sobre seus leitores, seus auditores ou seus telespectadores; o lugar de condição de recepção é aquele onde se encontram os consumidores de informação midiática, um determinado público fragmentado conforme os suportes de informação e uma série de outros parâmetros que os fazem um público heterogêneo pouco definido; o lugar do produto final

30 Textualmente, aqui, os sentidos da configuração do ato de linguagem são aqueles de sua dimensão e de sua materialidade semiológica.

é aquele do cenário em cena textualizada de informação, a página ou o artigo de jornal, o boletim ou a entrevista de rádio, o jornal ou a reportagem televisiva, produto final aberto a efeitos possíveis que resultam do reencontro entre efeitos visados e efeitos produzidos (*coconstrução*).

Das análises diferentes e complementares

Portanto, observemos como pode exercer esta interdisciplinaridade focalizada a qual mencionei.

Em uma primeira abordagem, diremos que os lugares de produção e de recepção podem ser analisados por procedimentos de investigação do campo sociológico e/ou procedimentos experimentais do tipo psicológico. No lugar das condições de produção, tenta-se colocar em evidência, de um lado, as restrições organizacionais do funcionamento midiático e, de outro, as intenções de seus atores relacionadas com a imagem que eles têm de seu público e dos efeitos que procuram produzir. No lugar das condições de recepção, determinam-se diferentes tipos de público e interpretações produzidas das mensagens que lhe são transmitidas. O lugar do produto final deve ser o objeto da análise semiológica e discursiva para tentar identificar os efeitos dos sentidos possíveis, dos quais alguns podem não ser previsíveis pela instância de produção e outros serão percebidos pela instância de recepção.

Uma dezena de abordagens pode ser vista a partir das possibilidades de articulações muito estreitas entre essas diferentes disciplinas. De fato, condições de produção e condições de recepção influenciam o sentido, o qual suporta o produto final, então pode ser posto para gerar os sentidos desta última em função das informações que o analista do discurso pode receber dos estudos em produção sobre as intenções e as visões da instância jornalística (o mesmo evento não será relatado da mesma maneira, conforme for passado pelo filtro construtor da equipe de redação de um ou outro jornal, de uma ou outra

estação de rádio, de um ou outro canal de televisão). Do mesmo modo, os estudos em recepção podem se apoiar sobre os resultados de uma análise do discurso para ver em que medida os efeitos de sentidos gerados são percebidos ou não pela instância de recepção, e, inversamente, alguns efeitos produzidos na recepção podem conduzir o analista do discurso a tentar encontrar vestígios nas mensagens produzidas.

As contribuições da Análise do Discurso

Quais as características específicas das “disciplinas do discurso”? Eu emprego propositalmente esta denominação englobante para não opor, *a priori*, as disciplinas tradicionalmente denominadas “Análise do Discurso” e “Semiótica”. De fato, essas têm como objeto comum o discurso e as ferramentas de análise, resultantes de uma mesma filiação semiolinguística. Poderíamos falar, no máximo, de duas correntes de análise no interior de uma mesma disciplina.

O estudo da relação entre linguagem, sentidos e relação social é o que constitui o objeto das análises dos discursos. E a grande dificuldade – mas também o grande interesse dessas disciplinas – é de tentar descrever o modo que se articula; de um lado, o mundo da ação psicológica e social; de outro, o mundo da linguagem.

Caso alguém se refira às propostas expostas no primeiro ponto deste artigo, dirá que a Análise do Discurso é uma das subdisciplinas das ciências da linguagem³¹. Porém, não é a única, à medida que ela compreende diversas correntes que se diferenciam, ora por hipóteses teóricas, ora por suas metodologias. Pode-se fazer uma Análise do Discurso centrada sobre o léxico com uma ferramenta mais ou menos informatizada, uma Análise do Discurso mais centrada sobre os textos (análises textuais), mais formal ou mais semântica, em

31 O “sub” de subdisciplinas não contém aqui nenhum julgamento de valor.

relação às análises mais sociolinguísticas, pragmáticas, dialógicas, de orientação mais narrativa ou argumentativa. Essas correntes, evidentemente, não se excluem; ao contrário, elas se complementam e enriquecem tanto aspectos teóricos e metodológicos da disciplina quanto à interpretação dos resultados das análises. De maneira geral, podemos dizer que a Análise do Discurso tem por objetivo dar conta do funcionamento dos fenômenos linguageiros em seu uso, e que apontam o modo pelo qual indivíduos, que vivem em sociedade, constroem o sentido social.

No que me diz respeito, eu me inscrevo em uma problematização psicossociosemio-comunicacional, tentando articular o externo (a situação de comunicação) e o interno (cenário enunciativo) da atividade linguageira, postulando que é baseado sobre processos de influência: falamos, escrevemos para entrar em relação com o outro da linguagem (princípio de alteridade) na tentativa fazê-lo partilhar (princípio da influência) seu próprio universo do discurso (princípio da pertinência). É nessa perspectiva que eu tento descrever as características do discurso midiático³² e do discurso político³³: cada um desses tipos de discurso³⁴ obedece a um determinado número de restrições que se organizam em um dispositivo sociocomunicacional – denominado “contrato de comunicação” –, e deixa certo espaço de liberdade aos sujeitos para o desenvolvimento das estratégias de legitimação, de credibilidade e de captura³⁵.

Entretanto, de maneira geral, a Análise do Discurso carrega o conjunto dos estudos sobre os fatos da comunicação dos conceitos e dos métodos de análises que não se encontram em outras disciplinas e que convêm colocar em evidência. Eu

32 *Les médias et l'information (op.cit.).*

33 *Le discours politique (op.cit.).*

34 Aqui, eu não discuto a questão terminológica dos tipos ou gêneros do discurso.

35 Ver *Diccionario de análisis del discurso* (Buenos Aires: Amorrortu, 2005).

examinarei aqui três contribuições: a noção de *corpus*, a *análise enunciativa*, a prática do *interdiscurso*.

O *corpus* e os gêneros

A Análise do Discurso é uma disciplina de *corpus* que permite categorizar os discursos por tipos, de os comparar e de referenciar o que é comum a diferentes *corpus* e o que é próprio a cada um deles.

Não se deve confundir *corpus* e arquivo. O arquivo é o material de trabalho que utiliza a história como texto que tenta conservar em sua integridade e supõe mostrar alguns acontecimentos ou pontos de vistas sobre os acontecimentos. Ele conduz a reagrupamentos, a aproximações, a interseções, mas não toca o texto. Um *corpus* é sempre o resultado de certa construção. Reunimos primeiramente certo material textual em função de um objeto de análise global, então, o desconstruímos e o reconstruímos em função de outros objetivos mais específicos, com o auxílio de critérios destinados a fazer aparecer determinados contrastes. Por exemplo, querendo estudar o discurso publicitário, reuni um conjunto de textos pertencente a esses gêneros do discurso. Mas, querendo estudar mais particularmente a representação da mulher no discurso publicitário, serei conduzido a fazer alguns cortes no material inicial, dado os critérios: as publicidades colocando em cena mulheres (critério da presença feminina); mas pode ser que a mulher seja sugerida sem que ela apareça (critério da alusão à mulher); então, com marcas no interior de um mesmo tipo de produto (critério das marcas); eu posso também me perguntar quando e de que modo a mulher aparece na publicidade (critério temporal); eu posso também me interessar pela comparação do tratamento da mulher na publicidade de diferentes países (critério espacial); etc. Assim, vai se desconstruindo e construindo um *corpus* ao redor de critérios contrastantes. Não há Análise do Discurso sem *corpus* contrastado.

Pode-se operar em uma variedade de contrastes: de contrastes *externos*, de contrastes *internos*.

Os contrastes são ditos externos quando as variáveis não afetam o gênero do discurso: a variável *temporal* que permite perguntar se o objeto foi alterado ao longo do tempo ou se ele é sempre o mesmo; a variável *espacial* que permite estudar o incidente cultural sobre o objeto analisado; a variável de *gêneros* que permite verificar em qual dimensão há semelhanças ou diferenças entre si (por exemplo, podemos dizer que o discurso publicitário, o discurso promocional e o discurso de propaganda são semelhantes ou diferentes e em quê?).

Os contrastes são chamados internos quando as variáveis afetam as características do gênero criando variantes. Por exemplo, para o discurso publicitário, serão utilizadas as variantes permanentes para contrastar a publicidade de rua, das revistas e da televisão ou do rádio; bem como para o discurso político, das variáveis permanentes para distinguir as diferenças entre os discursos parlamentares, os discursos de campanha eleitoral, os discursos de debate etc.

De fato, um *corpus* nunca é estabelecido de uma vez por todas. Ele é uma construção geométrica variável de acordo com os critérios que se adequam à análise. Mas, verificamos também que neste quadro da Análise do Discurso ele é intrinsecamente ligado à noção de gênero que constitui o pivô.

Uma teoria dos gêneros

Assim, interroga-se, em relação com que antecede sobre o que a Análise do Discurso pode trazer sobre uma teoria dos “gêneros”. Essa questão está ainda em discussão entre os linguistas do discurso, mas algumas noções e certo procedimento da análise são suficientemente estáveis para que a questão dos gêneros possa ser aplicada à análise dos *corpora*.

Uma teoria dos gêneros deve permitir colocar em evidência os diferentes tipos de discurso que são praticados em

um campo de prática social, suas compatibilidades ou suas incompatibilidades. Por exemplo, quanto ao discurso jornalístico, cujo papel é relatar acontecimentos, pode-se perguntar se esse gênero do discurso é o mesmo que a *narrativa histórica*. Contudo, pode-se observar que a temporalidade do acontecimento midiático não é o mesmo que o do acontecimento histórico. O primeiro é sem conclusão: Ele tem pouca profundidade no passado (que, no entanto, busca o historiador), e, portanto, impossível (ou não quer) remontar até as causas mais profundas; pois, ao pensar no meio jornalístico, das causas imediatas são esperadas um poder de explicação mais rentável e mais facilmente compreensível para um público geral. Além disso, a temporalidade midiática não tem a perspectiva de um pós-acontecimento que permitiria fazer uma interpretação em função de suas consequências³⁶, que se utiliza da narrativa histórica que, trabalhando a partir dos arquivos, apresenta diversas causas e diversas consequências, oferece explicações conforme determinado princípio de coerência.

Em relação ao outro papel do discurso jornalístico que consiste em fazer comentários, pode-se questionar se as explicações que fornecem esse tipo de discurso são as mesmas que as do *discurso acadêmico*. Aqui, observa-se que as explicações jornalísticas não procedem de um percurso hipotético-dedutivo e não se referem às categorias que permitiriam validar a explicação; porque as explicações não se inserem em uma rede de citação que permite identificar o âmbito do conhecimento daquela disciplina que eles se inserem; porque, por fim, os discursos acadêmicos se exprimem, apesar de sua força e de seu rigor, em uma enunciação hipotética, até que se prove sua contradição. O discurso jornalístico não pode fornecer explicações deste teor, pois isso seria se separar de um público que não tem que ser especialista. O paradoxo é que

36 Referenciamos o trabalho que os membros do CAD realizaram sobre a ex-Iugoslávia para constatar: *La télévision et la guerre. Déformation ou construction de la réalité. Le conflit en Bosnie (1990-1994)*. (Bruxelas: Ina-De Boeck, 2001).

essas explicações, que se apoiam sobre uma *causalidade imediata* sem grande poder demonstrativo, são apresentadas sob uma enunciação afirmativa, como se elas sustentassem uma evidência absoluta.

Assim, a teoria dos gêneros elaborada pela Análise do Discurso é valiosa, não somente por poder caracterizar os tipos de discursos por oposição a outros tipos tidos em outros lugares de enunciação, mas igualmente por poder analisar pela sequência das diferentes estratégias discursivas que são empregadas no interior de cada um dos gêneros estabelecidos.

A análise enunciativa

A análise enunciativa se funda sobre um princípio que a torna radicalmente diferente da análise de conteúdo praticada em outras disciplinas como a sociologia e a história. Essa se focaliza exclusivamente sobre o conteúdo temático dos atos de linguagem em essência, enquanto que a Análise do Discurso, sem negar a presença de conteúdo, tenta descrever o sentido por meio do processo da encenação. A encenação do discurso é ela mesma significante e é ela que guia o sentido dos enunciados. Três hipóteses fundam essa encenação.

A primeira diz respeito ao que não fala a quem quer que seja em qualquer circunstância. É necessário que exista uma razão para falar e dirigir-se a alguém. Quando cruzamos com um pedestre na rua, não podemos nos dirigir a ele, não importa como, nem com ele falar, não importa o quê. Quando estamos em uma reunião, quando não podemos tomar a palavra não importa o modo; quando fazemos uma comunicação em um colóquio, quando um homem político dirige-se aos cidadãos, quando nós escrevemos uma carta pessoal ou administrativa, sabemos que é preciso que tenha fundamento para fazê-lo: todo sujeito falante deve ser *legitimado*. Isso significa que o direito a palavra nunca é dado antecipadamente, ele não é um feito natural: o direito é dado pela situação em que se fala.

Também é necessário que se dote dos meios para analisar essas condições de produção que são os componentes de toda situação comunicativa, do ponto de vista da *identidade* daqueles que trocam de discurso, da *finalidade* e do aspecto de sua troca, do *domínio temático* o qual é questão e das *circunstâncias materiais*, naquelas em que eles trocam. Ela requer disposição de uma teoria de ação e da situação de comunicação sem a qual não pode ser estudado o discurso, pois esse não pode ser introduzido em relação a condições que o determine³⁷.

A segunda hipótese diz respeito ao que é insuficiente para o sujeito falante, ele fala ou escreve, pois há ainda o que seu interlocutor poderia pensar que, de uma parte, o que se diz é fundamentado em verdade, de outra parte, o que ele diz corresponde ao que ele pensa. De outra maneira, se diz que todo sujeito falante deve ter credibilidade, e ele mesmo tendo consciência dessa necessidade deverá fazer de modo a se tornar crível. Nós não vamos tratar aqui a questão da verdade nem da sinceridade, questões delicadas e complexas, mas somente colocar que todo sujeito falante necessita de *credibilidade*, e que é necessário estudar os meios discursivos que possam assegurar para que se torne credível. Isso supõe uma observação da linguagem em termos de estratégias discursivas que permitem ao sujeito construir uma determinada imagem cara a cara de seu interlocutor, de se construir um *ethos*³⁸.

A terceira hipótese diz que o interlocutor ou o destinatário de todo ato de linguagem não é obrigado, *à priori*, a aceitar a troca nem, uma vez aceita, entrar no universo do discurso do locutor que se dirige a ele. Podemos mesmo/também acrescentar, que uma vez aceito o universo do discurso é possível que o interlocutor não interprete as palavras

37 Ver "Un modèle socio-communicationnel du discours. Entre situation de communication et stratégies d'individuation", In: *Médias et Culture. Discours; outils de communication, pratiques: quelle(s) pragmatique(s)?* (Paris: L'Harmattan, 2006).

38 Ver a terceira parte de *Le discours politique* (op.cit).

da forma semelhante à intenção de seu parceiro. Os mal-entendidos, sentidos contrários ou desvios interpretativos são muito comuns na comunicação humana. Isso requer que o sujeito falante se esforce de modo que seu interlocutor aceite a troca, entre em seu universo de discurso e o interprete corretamente, vindo a aderí-lo. Para isso, toma-se a iniciativa estratégica, organizando seu discurso de modo a persuadir ou seduzir seu interlocutor. O sujeito falante deve saber produzir não somente os efeitos do *ethos*, como nas hipóteses anteriores, mas também os efeitos do *pathos*: manusear a linguagem do ponto de vista retórico para criar uma convivência com o interlocutor.

Isso permite mostrar, entre outras coisas, que um mesmo acontecimento não carrega o mesmo sentido, conforme ele é relatado por essa ou aquela configuração enunciativa. Para tal, a Análise do Discurso se apoia sobre categorias bem documentadas que podem identificar os traços linguísticos. Categorias, que preciso mencionar, melhores do que aquelas de uma pragmática cuja teoria dos atos de linguagem produz grandes categorias (constativa, promissora, performativa etc.) que precisam, elas mesmas, ser decompostas, as nuances enunciativas sutis e frequentemente implícitas.

A análise interdiscursiva: o “dialogismo”

A prática da análise interdiscursiva é ainda uma das contribuições da Análise do Discurso ao estudo do significado social. Ela baseia-se sobre a hipótese que o ser da linguagem tem a tarefa de descrever o mundo, os objetos que o constituem, os eventos que surgem e as explicações que podem ser dadas. E, junto dessas descrições, desses relatos e dessas explicações que constituem o que pode ser dito “do conhecimento sobre o mundo”. Entregar-se a uma atividade de racionalização (*logos*) que consiste em contar e/ou argumentar, o ser da linguagem constituído dos saberes de conhe-

cimento e de crenças³⁹ que devem ser compartilhadas pelos membros de uma mesma comunidade, saberes que são as garantias da relação social.

Desde então, analisar os atos de linguagem, os textos, os *corpora*, consiste em interpretar o sentido de um texto e colocá-lo em relação com outros textos já produzidos: procedemos para a construção de uma *intertextualidade*. Quando são colocados em relação diversos enunciados formulados de modo variável, ou diversos *corpora*, procedemos a uma *interdiscursividade*. Assim, são emergidas por operações de inferência diversas redes de significados não visíveis às quais as palavras desempenham o papel de “sintoma”. Esse fenômeno coloca em relação o dito com outros ditos, os quais Bakhtin, de maneira geral, denomina “dialogismo”, constitui outra especificidade de Análise do Discurso. Por exemplo, para analisar as características discursivas de uma campanha eleitoral, não podemos limitar ao considerar o contexto imediato; é necessário colocar em relação o *corpus* estudado com o *corpus* de outros campos, mas também com de outros escritos ou declarações definindo os regimes políticos passados da república e democracia. Assim, poderemos verificar, por exemplo, qual candidato mantém um discurso referente a valores um tanto republicanos ou um tanto democráticos.

Finalmente, não nos esqueceremos de que a encenação enunciativa e interdiscursiva se realiza com o auxílio da linguagem, que pressupõe por parte do sujeito do discurso uma competência de operação da materialidade da linguagem: essas formas (morfologia), essas regras de combinação (sintaxe), esses jogos de sentido (semântica) e essas ordens de organização que são a descrição, a narração e a argumentação.

É para esse fim que a Análise do Discurso dota-se de instrumentos de análise mais ou menos formais para aumentar de maneira sistemática (como faz a lexicometria) as marcas

39 Ver a quarta parte de *Le discours politique* (op.cit.).

formais dos atos de linguagem, sem esquecer, contudo, que o fenômeno da polissemia das marcas formais e da polifonia dos atos de discurso, deve nos encorajar a interpretar essas leituras formais com muita prudência.

Após essa reflexão, podemos fazer várias sugestões. Uma, concerne à constituição dos *campos disciplinares*. Entre a necessidade de partilhar dos territórios de disciplinas de um lado (que muitas vezes dá lugar a rivalidades estéreis), e pertinências científicas de outros, convém se fixar sobre o que chamo “os quadros de relevância teórico-metodológico” e ver que cada um pode levar ao conhecimento dos fenômenos sociais, neste caso, da comunicação. Somente neste quadro que podemos discutir os resultados das análises, tanto em referenciar-se como em interrogar categorias.

Outra diz respeito à interdisciplinaridade, prefiro este termo ao de “pluridisciplinaridade”. Trata-se das tentativas de considerar diferentes disciplinas organizadas de diferentes pontos de vista para que compreendamos a pertinência das interrogações. Uma adição de disciplinas não é jamais a garantia de um poder explicativo superior a uma única disciplina, pois não saberíamos de qual ponto de vista interpretar. Fazer com que cada disciplina não perca seu “lugar geométrico”, que conserve seu princípio de pertinência, é a única garantia de sua existência disciplinar. Do meu ponto de vista, a pluridisciplinaridade não pode conduzir a produção de um discurso de “análise interpretativa”. É nessa perspectiva que podemos tratar, por exemplo, a questão de saber se as mídias manipulam ou não a questão da ética do discurso midiático.

Outra, enfim, trata-se da *intradisciplinaridade*, a relação que se estabelece no interior de um mesmo campo disciplinar entre as diferentes correntes, as diferentes abordagens, que o constituem. Aqui, trata-se das relações entre Semiótica, Pragmática, Sociolinguística, Análise do Discurso e Comunicação. Mais uma vez, deixando de lado o aspecto institucional, percebemos que essas disciplinas ou correntes de uma

mesma disciplina, partilham dos mesmos objetivos de análise com alguns instrumentos que são comuns e outros que lhes são específicos. Observamos todo o interesse que há para torná-los complementares. Também, teria tendência a pensar que a semiótica, as ciências da linguagem e as ciências da informação e da comunicação, com suas diferentes abordagens sociológicas, psicológicas e tecnológicas têm todo o interesse de colaborar, ou seja, escutar e se interrogar mutuamente.

A Análise do Discurso não é um campo disciplinar fechado. Ela está em constituição permanente. Para que ela seja uma disciplina que contribui realmente para uma melhor compreensão dos fenômenos psicológicos e sociais da comunicação, é preciso que ela disponha de uma teoria de *ação*⁴⁰ e de *situação de comunicação*, de uma teoria de *estratégias de discurso* se apoiando nas bases da retórica, de uma teoria dos *gêneros do discurso* e de uma teoria dos *imaginários sociais* se apoiando sobre os dados da sociologia, da psicologia social e da antropologia social.

40 Ver "Comment le langage se noue à l'action dans un modèle socio-communicationnel du discours. De l'action au pouvoir", In: *Les modèles du discours face au concept d'action* (Université de Genève, 2004).

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Emile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, Paris, 1966. (chap. XXI).

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Le Seuil, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours politique*. Les masques du pouvoir. Limoges: Lamber-Lucas, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. *Les médias et l'information*. L'impossible transparence du discours. 2^o edition. Bruxelles: De Boeck-Ina, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. «Un modèle socio-communicationnel du discours. Entre situation de communication et stratégies d'individuation», In: *Médias et culture*, numéro spécial en hommage à Daniel Bougnoux. Paris: L'Harmattan, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. (2006) "Le contrat de communication dans une perspective langagière: contraintes psychosociales et contraintes discursives", In: BROMBERG M & TROGNON A, *Psychologie sociale et communication*. Dunod: Paris, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. *La télévision et la guerre*. Déformation ou construction de la réalité. Le conflit en Bosnie (1990-1994). Bruxelles: Ina-De Boeck, 2001.

RAMONET, Ignacio. *La tyrannie de la communication*. Paris, 1999.

Versão final

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

SOCIOLINGUÍSTICA E ANÁLISE DE DISCURSO: maneiras de dizer, maneiras de fazer*⁴¹

Josiane Boutet
Dominique Maingueneau

Bem antes da segunda metade do século XX, começa-se a questionar a variação linguística, não por questões de preconceito e sim pelas metodologias de estudo de texto. Estas questões têm sido, ainda, intimamente relacionadas, como se vê especialmente entre alexandrinos, para os quais os estudos gramaticais não separavam o estabelecimento de uma norma padrão e o estudo de textos. Bem mais tarde, no século XIX, procurou-se distinguir os dois aspectos, desenvolvendo um propósito científico de Dialectologia e de Filologia, associado às técnicas de investigação e análise específicas. Duas áreas que devem ser desconectadas da sociolinguística e da análise do discurso, para emergirem na década de 1960.

O confronto entre essas duas disciplinas só pode se fazer válido se questionarmos o espaço em que elas participavam mutuamente, no estudo das práticas discursivas e linguísticas.

A reflexão sobre este assunto tem sentido quando existem grandes áreas de sobreposição entre a análise do discurs-

41 Texto originalmente publicado na *Maison des sciences de l'homme - Langage et société*. 2005/4 - n° 114, p. 15-47. ISSN 0181-4095. Site: <<http://www.cairn.info/revue-langage-et-societe-2005-4-page-15.htm>>. Gentilmente cedido para tradução em língua portuguesa pelos autores e pela *Langage et société*. DOI: 10.3917/lh.114.0015 - contato direto com o professor Sérgio Nunes de Jesus/IFRO, Campus Cacoal-RO entre 11/04/2014 a 29/07/2015 por e-mail. Revisão Técnica da Tradução: Professora Dra. Maria Cristina Ramos Borges/UNIR.

so e sociolinguística, ao ponto de alguém duvidar da utilidade de distingui-las.

Poderíamos, como é feito mais usualmente, ater-nos às definições que têm sido propostas e confrontar as diferentes teorias, a fim de fornecer uma solução puramente conceitual para este debate. Mas acreditamos que isso não é suficiente e decidimos nos concentrar, também, nas formas de trabalho de pesquisadores. Neste nível, parece-nos, a noção de disciplina também faz sentido. Ao fazê-lo, tomamos nota da evolução deste campo de pesquisa, no qual, cada vez mais, há o esforço para unir para estreitá-los, *a priori*, com práticas reais.

Confrontar, colocar em perspectiva histórica essas duas disciplinas, a análise do discurso e a sociolinguística, levar em conta, na medida do possível sua inclusão internacional e não estritamente francesa, tentando compreender as questões emergentes não é, de maneira alguma, esboçar, em poucas linhas uma visão geral de todas as correntes e todos os autores que têm contribuído, atualmente, para a constituição deste campo de pesquisa e cuja ausência não seria notada e criticada. Tivemos que fazer escolhas, que foi uma imperfeição; eles, claro, podem colocar isso em questão e permitirem abrir um debate coletivo.

Sobre algumas tradições

História da Análise do Discurso

Todas as reflexões sobre a história da análise do discurso geram dificuldades formidáveis. Com efeito, a reconstrução desta história é extremamente atribuída à concepção que se faz do discurso e da análise do discurso: é uma disciplina? Um conjunto heterogêneo de correntes? Uma mistura dos dois? Há, pelo menos, uma certeza: não é possível atribuí-la a um fundador reconhecido. Na verdade, foi na década de 1960, em contextos intelectualizados, o surgimento - principalmente na Europa Ocidental e Estados Unidos - de correntes relativa-

mente independentes umas das outras, provenientes de várias disciplinas, que colocavam em questão a atividade de linguagem e da textualidade, de uma maneira que a linguística clássica não fazia. Entre estas correntes, alguns afirmam, explicitamente, ser um projeto de análise do discurso: este é o caso, em particular, da escola francesa althusseriana, cuja figura de proa era o Sr. Pêcheux. As outras são derivadas da ciência da linguagem: gramática de texto, teorias da enunciação.

Os outros oscilam entre antropologia e sociolinguística, é o caso da etnografia da comunicação (D. Hymes, J. Gumperz). Quanto aos sociólogos estudiosos de etnometodologia, como H. Garfinkel e H. Sacks, se eles falam de *discourse analysis*, é acima de tudo, para estudar as conversações.

Estes diferentes centros de produção serão fortemente influenciados pela pragmática, entendida como certa concepção de linguagem e comunicação e, em menor escala, como teoria do enunciado linguístico. Citamos, também, estudiosos como G. Bateson, Sr. Foucault, M. Bakhtin, cuja influência foi difundida mais consideravelmente. Essas correntes, progressivamente imiscuíram-se, tornando possíveis novas maneiras de trabalhá-las e novas culturas disciplinares.

Este acontecimento, no entanto, não implicava numa convergência doutrinária. Significava, apenas, que um número de conceitos circularam, pesquisadores leram uns aos outros; eles, frequentemente, participavam das mesmas atividades: revistas, livros, conferências etc. Tudo isso caminhava de mãos dadas com o desenvolvimento das redes transnacionais, que compartilhavam uma série de pressupostos teóricos: tornava-se impossível pensar em termos de fronteiras nacionais.

Considerando a questão do ponto de vista da Europa, podemos distinguir, sumariamente, três fases no desenvolvimento da análise do discurso, com todas as simplificações envolvidas: Na década de 1960, uma série de novas questões estão envolvidas com o lugar desgastado pelo estruturalismo, onde a linguística desempenha um papel preponderante. Na

França, em particular o estruturalismo literário, a semiótica inspirada em Greimas, à análise do discurso lacano-althusseriana (Pêcheux) e o pensamento de J. Derrida ou Foucault desafiaram de maneiras diferentes os pressupostos tradicionais sobre os textos e a maneira de aprendê-los.

Na segunda metade da década de 1970, surge a primeira convergência - isso ocorre, principalmente, na Europa, a fim de constituir um campo de análise do discurso. As ciências da linguagem desempenham, nela, um papel fundamental: a gramática do texto, as teorias pragmáticas fornecem um importante leque de ferramentas conceitual e metodológica. É, também, o período no qual Bakhtin tornou-se importante. A análise do discurso não enfoca mais o discurso político e começa a se impor como disciplina. Esta primeira convergência é reforçada pelo desenvolvimento de determinadas áreas, como o estudo das línguas de especialidade (o domínio da *Language for Special Purpose*, a LSP anglo-saxã) ou o desenvolvimento de intensas pesquisas sobre os meios de comunicação.

A partir da década de 1980, as problemáticas americanas começam a intervir. Desenvolve-se um campo de mundo real de estudo sobre o discurso, no qual é muito mais difícil de se localizar. A publicação de 1985, do *Handbook of discourse analysis*, manual de análise de discurso em vários volumes publicados por T. Van Dijk, compila, sob um mesmo rótulo, contribuições extremamente diferentes, oriundas de vários países e é prova disso.

Isso está associado a uma acentuação do caráter interdisciplinar da pesquisa e é um alargamento considerável dos tipos de *corpus* tidos em conta. Tanto no sentido de se ocupar das interações orais, como também sobre o polo oposto, de gêneros de discurso, que eram tradicionalmente reservados para as faculdades de letras: textos literários ou filosóficos, em particular.

Nas origens da Sociolinguística

No mundo anglo-saxão, o entrelaçamento entre a análise do discurso e sociolinguística é estreito e, às vezes, difícil de ter seus limites traçados (veja aqui mesmo a contribuição de Dittmar).

Podemos citar, assim, o interesse em práticas comunicativas, W. Labov, que, baseando-se na linguística variacionista e analisando as características linguísticas de inglês americano dos negros, dedicou-se a descrever, mais amplamente, as práticas comunicativas dos jovens negros no gueto de Harlem⁴² (1978); alternativamente, ainda analisou com o médico Fanshel diálogos profissionais terapêuticos, entre paciente e psicoterapeuta (1977). Além disso, a organização complementar da análise do discurso e sociolinguística, a repartição das suas fronteiras como dos seus objetos não se realizam da mesma maneira, em países diferentes.

Nos EUA, a ausência de uma tradição filológica, como ligação cultural com os escritos, a âncora histórica da sociolinguística na grande tradição antropológica aberta por Mead e Malinowski, dá, a essas duas correntes, a complementaridade imediata que nós encontraremos, somente mais tarde, na França. Em particular, a forte relação estabelecida desde o início da análise de discurso francesa com textos institucionais, embora ainda estudada e trabalhada atualmente, continua a ser um ponto de diferença com a sociolinguística, cujo objeto é, *a priori*, a compilação e a observação da linguagem efetiva, dentro de toda a complexidade de sua realização social.

Dar um nome para um domínio em construção representa, seguramente, um forte ato na constituição e a associação de pesquisa ou problemática intelectual que surgem: an-

42 Ler-se-á, em particular, os capítulos 8 e 9 da tradução francesa, intitulados "Les insultes rituelles" e "La transformation du vécu à travers la syntaxe narrative".

tes esse ato não era necessariamente evidente ou percebido como tal.⁴³ No início dos anos 50, nos EUA, vários eventos marcam a emergência de novas problemáticas e novas denominações, como a sociologia da linguagem, sociolinguística, etnografia da comunicação, psicolinguística. Várias datas são frequentemente citadas como marcas na constituição da sociolinguística americana: 1953, publicação por Weinreich U. de *Languages in contact* (resultantes da sua tese, defendida em 1951), cujo prefácio é de seu supervisor de tese, A. Martinet; 1959, C. A. Ferguson publicou “Diglossia”, em *Word*; 1964, Conferência de Sociolinguística à UCLA, organizada pela conferência de W. Bright⁴⁴; 1966, seminário em Virgínia organizado por J. A. Fishman, C.A. Ferguson e J. D. Grupta e do Committee on Sociolinguistics. Alguns anos mais tarde, D. Hymes pensa que o termo único *sociolinguistics* é imposto nos anos sessenta, embora em empregos muito precoces⁴⁵.

Estabeleceram-se, como se segue, diferenças entre etnografia da comunicação, sociolinguística e disciplinas conjuntas: «*Ethnography of speaking, ask et chedabove, would bea linguistics that has discovered ethnographic oun dations, and an ethnography that had discovered linguistic content, inrelation to the knowledge and habilities for use of knowledge (competence) of the persons whose communities were studied. “Sociolinguistics”, it was said, is at ermofatype that mediates between disciplines (ie. Linguistics and sociology)*» (1974, p. 116).

43 É em tal perspectiva que L.-J. Calvete L. Varela (1999, p.127), após ter constatado que hoje, na França, dois sintagmas “sociologia da linguagem” e “sociolinguística” coexistem sem que as fronteiras sejam imediatamente reconhecíveis, pergunta-se se não estamos verdadeiramente presentes nos dois domínios ou nos territórios distintos ou se, ao contrário, não seria a dualidade mesma das expressões linguísticas que “teria criado essa dualidade de territórios ou de ciências de relação”.

44 Esse evento científico foi estudado em detalhes por L.-J. Calvet (1999).

45 Como H. Currie em 1932 (“A projection of socio-linguistics: The relation ships of speechto social status”, *Southern Speech Journal*, 18, 28-37) ou Wallisem, 1956; esses empregos não fizeram sucesso no momento de sua enunciação.

Na França, há o termo sociologia da linguagem, desde 1956, no título do livro de Cohen *Pour une sociologie du langage*.⁴⁶ Enquanto, M. Cohen, discípulo de A. Meillet, assim como de A. Martinet, fora, antes de tudo, um comparativista especialista no domínio semiótico, interessado, paralelamente, na dinâmica social das línguas.⁴⁷

Muitas vezes considerado um precursor de sociolinguística na França, ele faz, no entanto, muito pouco deste termo. Irá prevalecer, quase vinte anos mais tarde, no título de um livro que contribuirá, decisivamente, para construir com a sociolinguística, como uma disciplina na França, *Introduction à la sociolinguistique* (Introdução à Sociolinguística), de J.-B. Marcellesiet B. Gardin (1974). Embora intitulado “Linguística Social” e largamente discutido pelos nomes de Etnolinguística ou Sociologia da linguagem, é Sociolinguística que, mais tarde, tornou-se o termo mais unificador.

No entanto, o debate sobre a delimitação das respectivas áreas⁴⁸ e designações de etnolinguística, sociolinguística e sociologia da linguagem permanecem em discussão. A proximidade das suas origens, entre linguística e etnolinguística, tanto no plano dos métodos, dos objetos de pesquisa quanto das preocupações sociais, conduz um autor como A. Tabouret-Keller a defender a construção de uma disciplina integradora, nomeada por *antropologia da linguagem* (1997). Quanto à distinção entre sociologia da linguagem e sociolinguística, é o objeto de um debate recorrente aberto em 1976, por J. Boutet,

46 A primeira edição dessa obra de tipo sociolinguístico de M. Cohen carrega o título *Pour une sociologie dulangage*. O mesmo conteúdo será retomado em 1971 e editado em Maspéro, mas sob o título “*Matériaux pour une sociologie dulangage*”. Somente a disposição das notas mudaram: o final do capítulo na edição de 1956, para final da página na edição de 1971.

47 Lembramos algumas dessas publicações: 1947, *Histoire d'une langue, le français*; 1948, *Linguistique et matérialisme*; 1950, *Le langage*; 1950, *Le langage, structure et évolution*; 1953, *L'écriture*.

48 Assim no mesmo ano, 1993, L.-J. Calvet publicou *La Sociolinguistique*, enquanto que P. Achard publicou *La Sociologie du Langage*.

P. Fiala e J. Simonin-Grumbach e reatualizado recentemente nas colunas de *Langage et Sociét.*⁴⁹

As especificidades

A Análise do discurso e a sociolinguística se desenvolvem num espaço de práticas discursivas e linguageiras revestido pelas ciências da linguagem, por meio de uma interação constitutiva com outros campos em ciências sociais e humanas. Como será demonstrado mais adiante, especialistas de análise do discurso, sociolinguística e de análise da conversação partilham de um conjunto de pressupostos e recursos conceituais metodológicos; no entanto, é necessário entender se esse compartilhamento é o bastante para se pensar do modo wittgensteiniano, sobre as condições necessárias e suficientes para pertencer a uma classe. A questão das fronteiras não é de fácil ajuste e a existência destas duas áreas específicas (ao lado de outras: análise conversacional, retórica, análise crítica do discurso...) pode ser questionada (ver Vincent 1986). De fato, alguns consideram que somente as problemáticas de cada pesquisa decorrem de campos pertinentes, independentemente de qualquer referencial disciplinar, compreendendo que se trata, aqui, de disciplinas, que não coincidem necessariamente com as ações institucionais do mundo acadêmico de pesquisa. Então, eles só dividem o campo de estudos sobre o discurso em várias abordagens (discurso de Schiffrin 1994; Titscher, Meyer, Wodak & Vetter 2000).⁵⁰

49 G. Varro, em 1999, relança o debate entre os domínios e as disciplinas que os pertencem. Responde-lhe um artigo de L.-J. Calvete L.Varela (1999, p.127) para quem, hoje, “a sociologia da linguagem seria um setor da sociologia, a sociolinguística, um setor da linguística (ou certa linguística, ou a linguística)”. Uma terceira fase do debate é relançada por C. Canut (2000, n° 91) que defende uma abertura das fronteiras entre os domínios.

50 Da minha parte (D. M), penso que é preferível não dissolver as disciplinas do discurso em uma Linguística do discurso, cada disciplina teve seu interesse heurístico próprio. Na minha opinião, aquele que governa a análise do discurso

O praxemática⁵¹ se recusa energicamente a colocar limites dentro do estudo da atividade de linguagem: desenvolvido a partir da década de 1970 (1978 Lafont, Barberis, Bres, Siblot, 1998), essa corrente é, principalmente, uma linguística do discurso para as referências múltiplas (Marx, Guillaume, Bakhtin...) que visa construir, num mesmo movimento, uma teoria da linguagem e de práticas discursiva e languageiras. Num quadro bastante abrangente, anulam-se as diferenças entre as disciplinas. Isso pode ser notado ao olhar para o seu livro de referência, que dá à análise do discurso uma amplitude muito maior do que às outras correntes (DÉTRIE; SIBLOT; VERINA, 2001).

Admitir a pertinência de uma lógica disciplinar não significa que a sociolinguística e a análise do discurso funcionem de maneira insular: investigadores mobilizam, constantemente, recursos de uma para colocá-los a serviço da outra. Se não há dados que são de propriedade exclusiva de uma disciplina, no entanto, é inegável que cada uma tenha objetos preferenciais. Um analista do discurso é, *a priori*, menos interessado que os outros em conversações familiares ou por combinações de línguas; trata-se de práticas verbais que podem, com dificuldade, levar a um lugar institucional ou a um posicionamento ideológico. Um sociolinguista tem, *a priori*, relutância a analisar a imprensa escrita ou discursos políticos institucionais.

Do lado da sociolinguística

A definição do campo da sociolinguística deu origem a muitos debates; entre outros possíveis, evocamos a posição

entende o discurso como imbricamento de um texto e de um lugar social, isto é, seu objeto não é nem a organização textual nem a situação de comunicação, mas o que os une através de um dispositivo de enunciação específica, às vezes verbal e institucional (MAINGUENEAU, 1995).

51 Tradução de "praxématique", teoria linguística desenvolvida pelo linguista R. Lafont; seus discípulos atuam na universidade Montpellier II.

de P. Achard: “o que se chama ‘sociolinguística’ não é, para mim, um domínio ou um subdomínio, e, sim, mais um ponto de reencontro (ou de confusão) entre três questões de origens diferentes: a questão da *sociologia*, do lugar da linguagem nas sociedades humanas e no processo social; a questão *linguística* da variação languageira; e a dos problemas que aquela (supostamente essencialmente descritível em termos sociológicos) coloca à teoria linguística; a questão *prática* da utilização social da linguagem (aprendizagem e pedagogia, normalização, terminologia, tradução em situação, planificação linguística etc.)” (1986, p. 5). Em outros textos (em particular, 1997) esse autor vai opor uma concepção ampla a uma concepção estreita da sociolinguística, reduzindo esta última à linguística variacionista. Hoje, certamente, é a visão ampla da disciplina que tem prevalecido, como é evidenciado pela posição de F. Gadet, para quem “o estudo das práticas languageiras autênticas em contexto social eleva a sociolinguística no sentido amplo” (2003, p. 5).

De nossa parte, um número de *posições teóricas* quanto às línguas e à atividade de linguagem, *postura metodológica* comum, parece continuar a caracterizar, além das diferenças entre escolas e correntes, a sociolinguística⁵². Dentre os postulados teóricos comuns, nos reportaremos ao que parece fundador, ou seja, o da heterogeneidade: heterogeneidade dos sistemas linguísticos, que é a base da dialetologia e da linguística variacionista⁵³; heterogeneidade linguística das comuni-

52 O leitor poderá se reportar a uma abordagem mais precisa do domínio francês no número 160 de *International Journal of the sociology of language*, organizado por A. Tabouret-Kellere F. Gadet (2003); ou à J. Boutet (2000).

53 O pertencimento da linguística variacionista à sociolinguística é, entretanto, discutida. Com efeito, para W. Labov, ela constitui, não a sociolinguística, mas a linguística sem nada mais: uma linguística que assume e trata teoricamente a realidade dos fatos linguísticos empíricos e que reconcilia análises linguísticas e dados do campo. Esta é a posição defendida também por P. Encrevé (ver a Introdução à tradução francesa da obra de W. Labov, *Sociolinguistique*, 1972, e “Présentation: linguistique etsociolinguistique”, 1977).

dades ou grupos sociais, que funda o domínio das línguas em contato⁵⁴. Sobre os métodos, na encruzilhada entre o legado da investigação dialetológica e os ensinamentos de Sociologia e Etnologia, baseiam-se na construção do campo da pesquisa, da observação de situações sociais e a coletânea de dados linguageiros. Vários sites de sociolinguística podem assim ser mencionados: famílias plurilingue, as praças de comércio de grandes cidades plurilíngues, da juventude urbana e suas práticas comunicativas, locais de trabalho e suas diversas práticas de linguagem. Como tal, Sociolinguística, bem como a etnolinguística, é, para nós, uma linguística de campo.

Vê-se desenvolver, desde o final dos anos oitenta, correntes que trouxeram dois novos campos de discussão e questões teóricas específicas, como a sociolinguística do trabalho ou sociolinguística urbana. Esta última produziu, por um lado, muitas análises da fala dos jovens, daqueles que levantaram a questão da criatividade dos grupos sociais, das mudanças linguísticas e dos processos de miscigenação⁵⁵ e, por outro lado, os trabalhos descritivos e teóricos sobre o plurilinguismo urbano⁵⁶.

Em contrapartida, observou-se a baixa influência na questão de *gênero* e dos *gender studies* na Sociolinguística francesa. Esta área teórica não teve o impacto que tiveram no mundo anglo-saxão onde, por exemplo, não há uma edição da revista *Language and Society* que não tenha um artigo sobre gênero⁵⁷. Na França, a dimensão sexual e sexuada foi bastante

54 Este é o domínio, ao mesmo tempo, o mais antigo e o melhor documentado hoje nos estudos internacionais. Para uma abordagem francesa, ver, entre outros, Billiez (2003).

55 Autores na França: Bachmann *et al.*, (1984); Billiez (1992); Boyer (1994); Bulot *et al.*, (1999); Conein *et al.* (1998); Dannequin (1997); Lafage (1998); Mela (1991); Melliani (2000); Moïse (2002); Ville École Intégration (2002).

56 Por exemplo, Calvet (1994); Drivaud *et al.* (1984); Gouaini *et al.*, (1992); Juillard (1995); Manessy (1992); Rodríguez-Alcala (2002).

57 Portanto, a primeira edição de *Langage etsociété* apresentava um artigo sobre a linguagem e as mulheres de M. Souchier-Bert (1977); artigo que foi seguido de um longo debate na revista e da criação de um grupo de trabalho "Mulheres e linguagem" que funcionou por quase dez anos. Da mesma forma, A. M. Houdebine

analisada como um dos fatores da variação, com a idade, a origem, a posição social ou geográfica (como em Armstrong *et al.*, 2001), mas no âmbito teórico do gênero, mais raramente. Fazemos uma exceção ao trabalho realizado por C. Michard *et al.* (1982, 2002, 2003) interface entre a análise do discurso, linguística e gênero ou relatórios de sexagem.

Zonas específicas à Análise do Discurso

Se aceitamos como caracterização básica da análise do discurso, que ela se interessa por uma forma privilegiada de imbricamento, em um dispositivo de enunciação, em uma organização textual, e em uma situação de comunicação, certo número de problemáticas que parecem centrais para a sociolinguística, mas são periféricas para a análise do discurso.

Em primeiro lugar, pode-se considerar o que gira em torno da coerência (distinta da coesão), percebidas como unidades de ordem transfrástica, que fazem parte de um gênero do discurso. Quando se pensa em termos de coerência, as restrições genéricas interagem fortemente com aquelas que analisam classicamente a linguística textual: progressão temática, anáfora, recuperações pressuposicionais etc. (ADAM, 1999).

Na verdade, em segundo lugar, deve ser sublinhada a natureza fundamental da categoria de gênero, porque opera a articulação entre texto e a situação de comunicação. Este tipo de pesquisa foi inaugurado na década de 1960, tendo como modelo o SPEAKING, de D. Hymes (1972) que, nos últimos anos, beneficiou a renovação de um interesse considerável, na esteira da redescoberta de M. Bakhtin⁵⁸. Desde

fazia aparecer, em 1979, um artigo sobre a diferença sexual e a língua (a partir de sua tese de Estado sob a orientação de A. Martinet), depois, em 2003, um artigo de síntese sobre essas questões.

58 No domínio francófono, ver Bronckart (1997), Maingueneau (1998 e 2004), Adam (1999), Branca-Rosoff (1999), Rastier 2001, Moirand (2003), Bouquet (2004), Boutet (2005).

a década de 1980, o campo de validade do conceito de gênero das produções verbais foi, sistematicamente, expandido. Desse modo, reencontrou-se um problema: as interações conversacionais ordinárias são dificilmente analisáveis em termos de gênero de discurso (KERBRAT-ORECCHIONI; TRAVERSO EDS, 2003). Em todo caso, suas regularidades não são do mesmo tipo que aqueles dos gêneros estabelecidos. Mesmo nesses últimos, deve-se atentar para a extrema diversidade de gêneros de discurso, como evidenciado pelo fato de que, desde Aristóteles, há coexistência de duas tradições de reflexão genérica: uma advinda da retórica, outra da poética.

Em terceiro lugar, incluiremos questões relacionadas às posições de enunciação. Qualquer gênero, de fato, é caracterizado não só pelos seus dispositivos de comunicação, mas também pelas posições de subjetividade enunciativa que ele implica. Isto explica a estreita relação que se desenvolveu, pelo menos na tradição francesa, com os conceitos das teorias da enunciação linguística. O problema da polifonia interfere, aqui, de maneira privilegiada.

Enfim, pensar sobre o interdiscurso e intertextualidade é característica da análise do discurso, muito além da tradição francesa, que é um dos princípios orientadores. Existem variantes em quadros diversos como o de linguística textual (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 12) ou daquele da *critical discourse analysis* (FAIRCLOUGH, 1992, Cap. 4). Na França, esse problema está relacionado a questões fundamentais como a do Sujeito e a da delimitação das unidades na qual trabalha a análise o discurso. Com efeito, a postulado da primazia do interdiscurso tem, por consequência, descentralizar a instância autoral, na qual se eleva o caráter desse ponto de origem e o de sublinhar o fato de que todo discurso supõe um trabalho permanente sobre suas fronteiras.

Um horizonte intelectual comum

Quaisquer que sejam as diferenças entre as abordagens da análise do discurso e da sociolinguística, elas são percebidas no que se poderia, metaforicamente, designar como os movimentos de fundo. Disso, queremos dizer um horizonte comum, cujos efeitos são sentidos em três planos inter-relacionados: o modo de construção de dados, métodos analíticos, a concepção mesma da atividade de linguagem. Sem pretender ser exaustivo, aqui reteremos quatro desses movimentos de fundo: os suportes ou meios, os grandes *corpus* e a automatização de dados, interdisciplinaridade, interação e ação.

Os suportes ou meios

O interesse para o meio não é novo, considerando o trabalho sobre a oralidade ao longo do século XX. A famosa obra de Sr. Parry sobre o estilo formulário, nas épicas homéricas, por exemplo, datam da década de 1920. Em sua tese sobre o *Epíteto em Homero*, ele mostrou que os poemas homéricos são o produto de técnicas de composição oral, como evidenciado pelo uso de fórmulas, lugares comuns e epítetos associados a padrões métricos restritos. O interesse por tais problemas é que a distinção oral/escrito, além do suporte, condiciona toda a atividade enunciativa, mas também os conteúdos dos textos e a organização das comunidades que os gerenciam e que os vivenciam. Na mesma veia, lembra-se também, no mundo francófono, os trabalhos de P. Zumthor (1972, 1983, 1984) sobre a literatura oral, medieval em particular e, no mundo anglófono, os trabalhos de Ong (1983).

A este tipo de pesquisa juntaram-se duas correntes diferentes: uma inscrita na antropologia, outra advinda dos trabalhos sobre as comunicações de massa. Na primeira, incluem-se a pesquisa de sociocognitivo de J. Goody (1979), para

quem a escritura abre um novo regime de pensamento.⁵⁹ Na França, suas pesquisas alimentaram os estudos sobre escritura de A. M. Christin (2001) ou os de orientação mais antropológica de B. Fraenkel (2001). Sob a dupla pressão das mídias audiovisuais – que obrigam a sair da dicotomia tradicional entre oralidade, de um lado, e a escrita-impressa, de outro, – e das tecnologias informáticas, os trabalhos sobre as mídias audiovisuais, que exemplifica a célebre frase de Mac Luhan: *themedium is themessage*, são multiplicados. Na França, eles foram, recentemente, prolongados pela corrente midialogia (DEBRAY, 1991), que estuda os efeitos das novas tecnologias audiovisuais e informáticas (LEVY, 1990) na cultura contemporânea. Nesta perspectiva, a transmissão do texto não vem depois de sua produção, a maneira em que ela se estabelece, materialmente, é parte integrante do seu significado.

Se, na análise do discurso, a questão do suporte tornou-se um componente essencial do gênero de discurso, que informará o conteúdo profundamente, é quase consubstancial formação da sociolinguística. Com efeito, considere o exercício da linguagem em situação social evoca imediatamente a questão da escrita dessas verbalizações, isto é, a questão de sua transcrição. Desde várias décadas, os linguistas das línguas faladas, assim como os sociolinguistas, elaboram dispositivos cada vez mais sofisticados para tentar se aproximar da complexidade da fala em ato.⁶⁰ Essa tensão jamais resolvida entre os meios que oferecem os dispositivos gráficos e o real da atividade de linguagem tende, hoje, a adquirir uma profunda novidade. De fato, das tecnologias de gravação de vídeo, de um lado, e diversos programas de informática para análise da prosódia, por outro, é daqui por diante que se tenta aprender e

59 Essas problemáticas convergem com aquela dos historiadores sobre o livro; na França, citar-se-á especialmente os trabalhos de H. J. Martin (1996, 1999), H. J. Martine B. Vezin (1990), os de R. Chartier (1987), R. Chartiere H. J. Martin (1989; 1991).

60 Entre outros, Dittmar (2002).

descrever toda e qualquer real complexidade ecológica das interações verbais: não somente a mensagem segmentável, mas os fenômenos supra segmentáveis como a prosódia e a voz, o gesto, a comunicação proxêmica, os olhares⁶¹.

Informática e grande *corpus*

As relações entre o computador de um lado e, por outro lado, a Sociolinguística e a análise do discurso não são recentes. Para esta última, lembramos de que a linguística variacionista é formada pela exploração estatística de grandes *corpus* do francês e inglês falados, por meio, na maioria das vezes, de uma ferramenta estatística das etapas de análise de regressão de H. Cedergren e D. Sankoff. O primeiro grande *corpus* de língua francesa assim informatizado e tratado foi o *corpus* de francês falado em Montreal, dito *corpus* Sankoff-Cedergren, em 1971, *corpus* que foi abordado por duas vezes para explorar a mudança no tempo Real (P. THIBAUT, 2002). No entanto, se a França foi pioneira em grande *corpus* de língua escrita – basta pensar na década de 1950 e o *corpus* do Tesouro da língua francesa – por outro lado, ela não foi para o desenvolvimento do *corpus* de língua falada, eles são chamados à sociolinguística ou estritamente à linguística. Hoje, não temos sempre, um grande *corpus* de francês falado pela França, que a exploração sociolinguística poderia ser realizada.⁶²

Por outro lado, a análise do discurso na França tem mantido, desde a sua criação, uma relação constitutiva com o computador. O empreendimento a Análise Automática do

61 Entre outros, Canti *et al.* (1998), Demers (2003), Auchlin *et al.* (2004).

62 Assinalamos que o Observatório das práticas linguísticas, órgão da Delegação Geral da língua francesa e das línguas da França (DGLLF) acaba de realizar um censo de *corpus* de francês falado, e acaba de publicar o Guia de boas práticas para a constituição, exploração, conservação e a difusão dos *corpus* orais (2005, versão provisória). Mencionamos também a existência da base CLAPI da equipe ICAR da Universidade de Lyon2, base de *corpus* da língua falada em interação.

Discurso (PÊCHEUX, 1969), nesse ponto, era muito mais ambiciosa do que as pesquisas de lexicometria conduzidas na Escola Normal Superior Saint-Cloud, primeiramente sobre os panfletos do maio de 1968 (DEMONET *et al.*, 1975). Mas essas duas abordagens se inscrevem na perspectiva analítica do discurso (MINGUENEAU, 1991), então dominantes na França: a informática tentava romper com as continuidades textuais e dar acesso a um tipo de inconsciente do texto. O movimento de fundo atual é de outra magnitude. Como a tecnologia da informação tem invadido todas as esferas da atividade social, trata-se de muito mais que uma simples técnica de análise: é uma transformação das condições da pesquisa e seus dados.

Grande parte das ações inspiradas por práticas hermenêuticas é transformada, incluindo o comentário tradicional, que era fundamentalmente uma arte da leitura. Sem nenhuma dúvida, uma relação pessoal com um *corpus* é uma condição necessária para qualquer análise que não seja cega, mas pesquisa se reduz menos a uma amplificação da leitura empática.

Cada vez mais, o analista deve construir sequências de operações explícitas para espaços textuais configurados com base em hipóteses que ele reformula permanentemente. Ele já tem uma bateria de *softwares* para percorrer seu *corpus*, validar hipóteses ou construir outras, complementares.

Nós insistiremos em dois pontos: o grande *corpus* e o desenvolvimento de *softwares* que excedem as técnicas de extração, de classificação e quantificação.⁶³ O constante aumento

63 Nós não podemos, no quadro desse artigo, entrar no detalhe das técnicas utilizáveis. Sublinharemos, entretanto, o papel que tem desempenhado a escola francesa de análise fatorial (BENZECRI *et al.*, 1981). Lembramos do *software* Alceste muito utilizado nas ciências sociais. Lembramos também os trabalhos de E. Brunet, que desenvolveu o *software* Hiperbase (ver o artigo de D. Mayaffre). Independente desse tipo de *software*, a evolução das abordagens que fazem interpenetrar análises sintáticas e lexicométricas é, agora, geral, como se pode ver no exemplo do discurso político, no prolongamento dos trabalhos pioneiros de M. Tournier; ver os trabalhos da revista MOTS, em particular os trabalhos de S. Bonnafous e de P. Fiala; e aqui mesmo D. Mayaffre).

da potência dos computadores e as capacidades de armazenamento, a existência de grandes bancos de dados de todos os tipos (dados, bibliografias, *softwares*) na Internet, tudo isso altera, significativamente, a maneira de como organizar uma investigação. Aqueles que trabalham em arquivos podem preterir a exaustividade. Noções, como as amostras representativas são, em grande, modificadas. Neste ponto, a análise do discurso está envolvida no desenvolvimento notável da linguística de *corpus*: “o que é novo, não é o uso de *corpus* eletrônico [...]» a novidade reside no enriquecimento do *corpus*, na ampliação do seu tamanho e a acessibilidade efetiva dos *corpus* e ferramentas (HABERT; NAZARENKO; SALEM, 1997, p. 7). O problema, portanto, torna-se: quais grandes *corpus* e por que analisá-los? A oportunidade de trabalhar em grande *corpus* renova abordagens não tópicas (MAMEDE, 2003), isto é, aquelas que não colocam dentro de uma unidade pré-constituída: posicionamento, gênero ou tipo de discurso.

O outro aspecto sobre o qual gostaríamos de chamar a atenção é o desenvolvimento de programas de ajuda à pesquisa, que incorporam uma dimensão lexicométrica, mas vão mais longe, já que elas são projetadas para ajudar na construção de estratégias interpretativas.⁶⁴ Longe de direcionar o pesquisador a abordagens em termos de categorias de conteúdo, desenvolvimento de *software*, especialmente do lado da análise sintática, enunciativa, torna possível levar em conta mais fortemente os processos de linguageiros. Mas o desenvolvimento multiforme inevitável “análise do discurso assistida pelo computador” (MARCHANT, 1998) não deve promover a ilusão: o computador, como tal, não garante nenhuma abordagem em termos de análise do discurso. A sofisticação dos instrumentos pode levar, a perder de vista, os pressupostos fundamentais que guiam a investigação. Ferramentas infor-

64 Pode-se retornar ao *software* Próspero de F. Chateauraynaud (2003), na edição 85 (2005) do *Bulletin de Méthodologie Sociologique* (BMS), e ao início que J. Jenny abriu a esse assunto no número 109 de *Langage et Société* (2004).

máticas podem promover o desenvolvimento de abordagens da Análise do Discurso como variantes de análise do conteúdo que tratam os textos como simples suportes de indicadores que dão acesso direto a situações extralinguísticas.

A interdisciplinaridade

A natureza mesma da linguagem e comunicação humana - fato social por excelência - conduz ou deveria conduzir a uma abordagem integrada de fenômenos linguísticos. A sociolinguística como a análise do discurso, que são originalmente projetos interdisciplinares sofreram uma evolução semelhante: passou-se de uma interdisciplinaridade defendida e reivindicada a uma interdisciplinaridade em atos e práticas.

O projeto intelectual de sociolinguística é interdisciplinar em seus alicerces, pois coloca em conjunção de duas disciplinas, sociologia e linguística. Mas o fato de ter produzido este novo termo, que remete a ambas as disciplinas, certamente, não é suficiente para estabelecer uma prática interdisciplinar ou pluridisciplinaridade, já que esta pode muito bem ficar no estado inicial e não entrar nas práticas dos pesquisadores. Hoje, mais que se perguntar por aquelas disciplinas convocadas, aquelas fronteiras deslocadas, tenta-se acordar a primazia do que se faz em conjunto, às práticas mesmas da pluridisciplinaridade, pois fazer trabalhar em conjunto várias disciplinas no seio de um coletivo de pesquisadores não retorna à conjunção de disciplinas distintas, mas supõe um processo de coprodução de conhecimentos. Passa-se a uma interrogação sobre as certezas disciplinares de uns e de outros, por uma coaprendizagem e por uma coconstrução de problemáticas.

No domínio da análise do discurso, a relação com a interdisciplinaridade foi também constitutiva⁶⁵, mas sofreu uma

65 Notar-se-á, por exemplo, que M. Pêcheux é filósofo de formação, vinculado a um laboratório de psicologia social, D. Hynes é linguista e antropólogo, as etnometodologias são sociólogas. Somente a gramática de texto é atividade dos

evolução que modificou profundamente sua significação e suas práticas. Nos começos da análise de discurso francesa, uma maneira clássica de pensar a interdisciplinaridade é a do livro de R. Robin “História e Linguística” (1973). A historiadora procura justificar sua aproximação com a linguística, falando de possíveis “pontos de encontro entre ‘História’ e ‘Linguística’” (p. 7), ela entende “apresentar aos historiadores tentativas de abordagens, de métodos, de interrogações que constituem uma ferramenta preciosa” (ibidem, p. 7). Na verdade, essa harmonização das duas disciplinas é direcionada a uma teoria de “teoria da articulação da prática discursiva, através da formação social” althusseriana que, no momento, “não existia” (p. 50). R. Robin, aqui, pontua o espaço da análise do discurso, do qual Michel Pêcheux é o mais firme representante.

Hoje, quando falamos de interdisciplinaridade na análise do discurso e em sociolinguística, há uma concepção menos teórica e inerentemente interativa. O discurso é imediatamente considerado como uma interface entre diferentes disciplinas. Até mesmo categorias como o texto, por exemplo, que se pode pensar reservado para linguistas não são autonomináveis; uma boa teoria de textualidade não pode ignorar a sua dimensão cognitiva ou seu registro em atividades sociais. Isso influenciou significativamente as maneiras de fazer dos pesquisadores, que cada vez mais acham normal trabalhar em equipes interdisciplinares, ao invés de ficar, num primeiro momento dentro de uma disciplina para, depois, se confrontar com outras. O que não deixa de ter efeitos duradouros sobre o conjunto das disciplinas: o historiador ou sociólogo, que contribuem para a pesquisa sobre o discurso ou interações não pode mudar seu relacionamento com sua própria disciplina. Ficamos fora de uma lógica de prestação de serviços unívoca, para entrar num processo desafiador de questionamento mútuo.

linguistas, mas que desenvolvem rapidamente sobre a psicolinguística, como mostra a colaboração entre Van Dijk et Kintsch.

Interação e ação: a virada praxeológica

Promover todo seu lugar no diálogo com as ciências humanas e sociais é, como o chamaram os etnolinguistas R. Monod, Becquelin e Ph. Erikson, “liberar as ciências sociais dos abismos do solilóquio” (2000, p. 24) e como tal, um projeto como esse representa um profundo remanejamento de conceitos e métodos. A questão da interação e o diálogo estão presentes nas origens mesmas da sociolinguística americana; o desenvolvimento da etnografia da comunicação, de etnometodologia e singularmente de seu ramo conversacionalista, os trabalhos de E. Goffman, como os de J.J. Gumperz em interacionismo simbólico irrigam de maneira contínua a sociolinguística com debates e discussões permanentes.

É no final dos anos setenta que os sociolinguistas franceses evoluem da questão do poder e grupos sociais em direção à assimetria dos interagentes. Deslocamentos importantes ocorrem tanto nas metodologias, objetos de pesquisa, quanto nas teorias. O estudo de grupos sociais tende a ser abandonada em favor dos interagente e da interação face a face. Altera-se o nível de observação, que variam de situações macro a microanálises. Interessa-se, particularmente, pela atividade dos sujeitos em interação e por sua cooperação ativa na construção da interação e do diálogo, por sua coação. Esse quadro teórico põe, ao mesmo tempo, a cooperação interacional dos sujeitos em coconstrução de uma ação languageira, em coconstrução do sentido, e da não simetria das posições na comunicação, por algum motivo externo que seja (idade, posição social, nível de conhecimento etc.). Esta assimetria não é estritamente marcada e determinada por fatores externos, mas também se constrói nas mudanças e pode, portanto, evoluir no decorrer de uma interação. As posições sociais são certamente dados externos, mas uma construção languageira da assimetria ou da desigualdade é observada e, em numerosos fenômenos interacionais, são identificados traços de: inversão de posições, ten-

tativas para construir lugares e posições, micronegociações no curso das trocas, mudanças de registros, mudanças de tom (cf. os índices de contextualização de Gumperz, 1982), mudanças de gênero, mal-entendidos, condições de felicidade etc.

A análise do discurso francófono permaneceu muito tempo desconfiada do *corpus* das interações. Isto pode ser explicado pelo peso da dimensão do *corpus* doutrinários; com isso a análise do discurso se constituiu, em grande medida, contra a tradição filosófica; esta última provavelmente, continuou a informar em profundidade. Isso preserva também a relação conflituosa mais ou menos explícita, que se desenvolveu com as correntes anglo-saxônicas, cujos pressupostos julgados empiristas ou idealistas eram considerados incompatíveis com uma verdadeira análise do discurso. Desta forma, é produzido um tipo de divisão tácita do trabalho: os americanos a análise de conversações, à análise do discurso francófono, os *corpus* mais institucionais. Esta partilha, gradualmente tornou-se impossível, com a evolução das ciências humanas e sociais. Se hoje, em análise do discurso francófono - em contraste com muitos outros países as interações não são suficientemente tidas em conta, isto é devido primeiramente a uma relutância bastante generalizada do mundo acadêmico da oralidade e bem pouco de proibições conceituais.

Pode-se mencionar certo número de trabalhos de análise do discurso que toma por objeto *corpus* do tipo interacional; por exemplo, o trabalho do M. Doury sobre os debates televisivos nas paraciências (DOURY, 1997), os trabalhos do Centro de Análise do Discurso sobre os *talk-shows* (GHIGLIONE; CHARAUDEAU, 1999), os de F. Sitri sobre a construção dos objetos de discurso nos debates de coproprietários (SITRI, 2003). De maneira geral, de acordo com os seus objetivos, um número de trabalhos realizados no âmbito da análise da conversação sobre interações no contexto institucional pode ser igualmente considerado relevante para a análise do discurso. Note-se que, na recente edição espe-

cial de *Marges linguistiques* (maio de 2005) sobre a análise do discurso, seis dos dez *corpus* presentes são de interações orais. Este é um desenvolvimento significativo.

O analista de discurso deve reconhecer a diversidade das práticas languageiras. A atividade social baseia-se no entrelaçamento profundo dos gêneros escritos e interação oral, e o mundo contemporâneo faz proliferar as práticas languageiras generalizadas que só se deixam ordenar na concepção tradicional das relações entre o oral e o escrito. Pode-se considerar, em particular, formas de escrita eletrônicas: mensagens de texto, bate-papos, *e-mails*... Mais amplamente, a interatividade básica do discurso transcende a questão da oralidade conversacional: cada situação de discurso gerencia a maneira específica, nenhuma pode ser isenta.

As fronteiras entre correntes, escolas e áreas que requerem interação, muitas vezes são difíceis de estabelecer em um plano conceitual, senão institucional. Assim, uma parte da sociolinguística, análise do discurso e análise conversacional converge hoje, não só sobre as interações, mas em torno do problema da ação, no ponto de que se fala doravante agora de uma *virada praxeológica* em ciências humanas e sociais. Certamente, esta pergunta, vinda da tradição filosófica, e então reatualizada pela pragmática e a pela filosofia de Habermas, não é nova nas ciências da linguagem, onde a sua dimensão praxeológica é, em grande parte, dizer discutida. No entanto, o desenvolvimento de parceiros de investigação multidisciplinar sobre o complexo uso da linguagem, em particular as situações de trabalho, faz emergir novas interrogações sobre a relação entre atividade de linguagem e atividade motora, sobre os modelos do discurso e da ação⁶⁶.

66 Na França, os trabalhos pluridisciplinares da Rede Linguagem e Trabalho contribuem para fazer emergir essa problemática (para uma síntese, ver, Borzeix; Fraenkel, 2001). A virada praxeológica é também abordada na Europa pelos trabalhos de L. Filliettaz (2002), J. P. Bronckart *et alii.* (2004), L. Filliettaz *et al.* (2005); ver também *Cahiers de la section des sciences del'éducation* (2004), *Cahiers de*

Das maneiras de trabalhar

Há uma interação constante entre a versão cognitiva e a versão institucional da pesquisa, devido ao caráter fundamentalmente cooperativo dessa atividade. As disciplinas são inseparáveis das comunidades de pesquisadores que partilham interesses comuns, a troca de informações, a participação de forma privilegiada nos mesmos grupos (colóquios, mesas-redondas, jornadas de estudo, banca de teses, ...) e aparecem nas mesmas redes de referências bibliográficas. Neste espírito, a distinção entre essas duas disciplinas, que seriam a sociolinguística e a análise do discurso, mantêm-se devido a razões ligadas, ao mesmo tempo, ao objeto e ao funcionamento de comunidades científicas. A observação de simpósios, dos suportes de publicações, referências bibliográficas mostra que as pesquisas dessas duas disciplinas não ocupam o mesmo espaço, mesmo que em muitas circunstâncias, são obrigadas a participar nas mesmas atividades. Por exemplo, parece-nos que não faz justiça ao trabalho de W. Labov, vemos nele apenas uma abordagem do discurso, como o faz D. Schiffrin (1994) sem primeiro fazer referência ao campo da sociolinguística, no qual se prolongam e se renovam as questões mais clássicas, aqueles relativos à variação.

Pode-se distinguir dois modos de gerar a questão do pertencimento a uma disciplina. O primeiro é se concentrar em questões características de uma disciplina, do qual já existe uma abundante literatura: uma sociolinguística que trabalha na variação, um analista do discurso sobre o gênero, um analista crítico do discurso sobre a maneira na qual se estabiliza a diferença sexual através da atividade de linguagem só podem compartilhar o espaço com outras posições teóricas,

linguistique française (2004). Enfim, a corrente pluridisciplinar norte-americana dos *studies of work*, como a corrente da análise conversacional (entre outros, ver Mondada, 2002) são portadores de interrogações atuais sobre a ação, logo a ação linguageira.

antigas e contemporâneas. O segundo, por outro lado, está a desenvolver seus próprios problemas sem se preocupar, em primeiro lugar, de abordar as questões clássicas. Este é o caso, por exemplo, de investigação tais como E. Goffmann ou J.-J. Gumperz, porque é inútil perguntar se elas surgem da sociolinguística, análise de conversação ou análise do discurso. A relação entre essas duas maneiras de fazer não é estática: o que aparece ou parte como um problema relativamente autônomo pode tornar-se um espaço compartilhado, onde se coloca uma série de perguntas que se tornam clássicas, ou que são recuperadas por várias disciplinas.

Mas não podemos, simplesmente, mapear a investigação sobre a atividade da linguagem em termos de disciplinas, pressupostos teóricos e metodologias. Deve-se também dar lugar a um modo de agrupamento de investigadores, intimamente ligado às formas de trabalhar e, em particular, à prática da interdisciplinaridade ou pluridisciplinaridade; são os territórios delimitados pela partilha do mesmo objeto de estudo, como por exemplo, o discurso de televisão, o discurso administrativo, o discurso da juventude, discurso em situações de trabalho etc. Multidisciplinar na natureza, estes grupos relacionados mais ou menos diretamente à demanda social ou política fazem colaborar de várias maneiras as disciplinas que compõem. Incluem, por exemplo, Le GRAM (Grupo de Pesquisa sobre a Análise do Discurso da mídia), que reúne pesquisadores em Ciências da linguagem, Ciências da Comunicação, historiadores, cientistas políticos, interessados na mídia “em uma perspectiva discursiva ou semiótica⁶⁷; ou até mesmo a rede Linguagem e Trabalho, que é a empresa de pesquisa que envolve investigadores em Ciências do Trabalho (soció-

67 Um dos grupos de estudo da SFSIC (Société française des sciences de l'information et de la communication). O GRAM funciona sob a forma de jornadas de estudo, dentro das quais os membros dos grupos trocam pontos de vista teóricos, métodos e resultados sobre temas relativos à mídia, especialmente em uma perspectiva semiótica ou discursiva” (Extraído do site: <http://fr.groups.yahoo.com/group/legram/>).

logos do trabalho, o trabalho de psicólogos, ciência de gestão) e pesquisadores em Ciências da Linguagem. A constituição de rede de pesquisadores, que se reúnem em torno de um objeto (digamos, dum mesmo território), sem pertencer à mesma disciplina não é um fenômeno marginal. É até mesmo conhecido por ter importância crescente.

Este tipo de investigação pode influenciar significativamente os conceitos e métodos das disciplinas envolvidas. Assim, falar da juventude do subúrbio não é apenas um território socialmente sensível e portador de mídia, mas também permite, também, influenciar significativamente os conceitos sociolinguísticos; o estudo da linguagem em situação de trabalho conduz, por exemplo, não somente a questionar, apenas, o papel da temporalidade na elaboração do dizer, mas as perguntas sobre a distinção entre semiótica oral e semiótica da escrita, ou mesmo a questionar a distinção entre os universos semióticos. O mesmo se aplica ao discurso televisivo, por exemplo, que obriga a análise do discurso a reformular alguns de seus conceitos. Basta pensar, por exemplo, na complexidade considerável da noção de destinatário envolvida na noção de estúdio, onde a tripartida é regra (KERBRAT-ORECCHIONI; PLANTIN, 1995) ou tudo o que gira em torno do espetáculo da informação (CHARAUDEAU, 1997).

Sendo que há uma dinâmica criativa na interdisciplinaridade: para pesquisadores de diferentes disciplinas, o simples fato de trabalhar em conjunto, por um longo tempo, sobre o mesmo território só pode ter efeitos profundos de reelaboração conceitual e nos deslocamentos teóricos. Assim, a rede Linguagem e Trabalho, constituiu, inicialmente, em 1986, uma conjunção de ciências do trabalho e ciências da linguagem e, rapidamente, identificou um objeto comum: atividades de linguagem no trabalho. Porém, não era o objeto de nenhuma das disciplinas iniciais: o trabalho não foi objeto de sociolinguistas e especialistas em Ciências da comunicação, nem uma linguagem foi objeto de sociólogos, ergonomistas, psicó-

logos do trabalho ou especialistas em Ciências de gestão. Para o grupo convergir sobre esse objeto estritamente inovador, foi preciso cada especialista interrogar o que é considerado como conquistas da sua própria disciplina, ver como as evidências integram em seus próprios paradigmas intelectuais as preocupações principais de outras disciplinas.

Então, os sociolinguistas/analistas do discurso da Rede foram confrontados com esses campos teóricos, inicialmente, desconhecidos, como o campo da praxeologia, através dos conceitos de ação, atividades de ou de cooperação. Essas noções tiveram que ser integradas em suas reflexões, mas, sobretudo integradas aos dispositivos conceituais da linguística, como com suas próprias análises e descrições. É assim, por exemplo, que a noção aparentemente óbvia de conversação, como o modelo conversacional que ela assume, foram deslocadas. Em situação de trabalho, não há nenhuma linguagem que se efetue nela mesma e por ela mesma e, como escrevem J. Boutet e B. Gardin, “a linguagem é sempre direcionada para uma finalidade, no sentido de ação a ser executada - uma solução para encontrar, uma falha para reparar, um diagrama para compreender.

Além disso, só raramente a linguagem é independente de um universo técnico feito de máquinas, ferramentas e de objetos. Esses universos técnicos formam e até restringem as atividades de linguagem dos operadores” (2001, p. 97). Essas características, já mencionadas por E. Goffman, (1981, p. 133-166) levam mais largamente a se interrogar sobre os modelos comunicacionais e os gêneros de discurso que estruturam, ao mesmo tempo, nossas sociedades e nossas disciplinas científicas (BOUTET, 2005).

Considerações finais

Finalmente, gostaríamos de enfatizar dois pontos. Em primeiro lugar, o caráter secular, para usar uma expressão de Labov (1988, 182) e de uma boa parte das pesquisas em aná-

lise do discurso e sociolinguística. Independentemente, L.-J. Calvet (1999) e J. Boutet e Gardin B. (2001) retomaram esta expressão laboviana de uma linguística secular, capaz de “resolver as questões colocadas pelo mundo real”, envolvidos no mundo e responsável por suas palavras, assim como pelos seus eixos de investigação. Tanto analistas do discurso, quanto sociolinguistas frequentemente se reúnem para tomar uma posição científica, onde a descrição, a análise da linguagem é perseguida, não só para fins de conhecimento, de compreensão do mundo social, mas também para fins críticos, até de transformação, para alguns. A descrição das práticas de linguagem da juventude urbana, a análise dos trabalhos linguageiros das operadoras das centrais de atendimento ou análise linguística de gêneros televisivos, raramente são conduzidos por si sós. Analisar a criatividade lexical da juventude do subúrbio ou suas práticas rituais é raramente independente das preocupações sociais, como a sua inserção escolar, sua relação com o francês escolar, suas oportunidades de formação e, mais amplamente, seu futuro social. Realizar uma pesquisa de campo das empresas prestadoras de serviço, gravar os diálogos profissionais, descrever precisamente os *savoir-faire* em ação, analisar as competências linguísticas empregadas é ainda dificilmente independente dos modos de compreensão social devido a uma visibilidade dos saberes dos agentes, das abordagens evolutivas das profissões ou das formações. Essa orientação na análise das práticas discursivas é mais frequente nas análises do discurso político ou midiático e ela é consubstancial à atual *critical discourse analysis* (ver, especialmente, Fairclough, 1992, Van Dijk 1993, Wodak, 1996).

O segundo ponto que gostaríamos de destacar é a reconfiguração do conhecimento que está se operando e que concerne de forma particular à análise do discurso e à sociolinguística. O caráter cada vez mais fortemente interdisciplinar e global das pesquisas em Humanidades e ciências sociais é acentuado no caso das nossas duas disciplinas. Essa descom-

partimentação também afeta os tipos de discurso, que não são mais separados pelas fronteiras estanques do passado. A análise do discurso, por exemplo, entrou no discurso literário e no discurso filosófico, cujo estudo mobiliza até mesmo as abordagens de tipo interacionista. Assim, assistimos a uma tripla descompartimentação: disciplinas, tipos de discurso e tradições intelectuais nacionais. Em nossa opinião, isso não significa que devem se dissolver as diferenças teóricas e debates epistemológicos; Eles são realmente uma condição *sine qua non* para a investigação. Essa reconfiguração abre perspectivas muito estimulantes, talvez nunca vistas, mas que não existem sem riscos: o leque de possibilidades é vasto e mais, torna-se, às vezes, difícil e necessário justificar as escolhas teóricas e metodológicas que fazemos como pesquisadores.

Versão impressa

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. (1986), Analyse de discours et sociologie du langage. *Langage et Société*, 1986. p. 37; p. 5-60.

ACHARD, P. *La sociologie du langage*. Paris: P.U.F. Que Sais-Je?, 1993.

ACHARD, P. Analyse de discours en sociolinguistique. In: M.-L. Moreau, (éd.), *Sociolinguistique*. Concepts de base. Bruxelles: Mardaga, 1997. P. 41-47.

ADAM, J.-M. *Linguistique textuelle*. Paris: Nathan, 1999.

AMOSSY, R. & D. MAINGUENEAU (éds.) *L'Analyse du discours dans les études littéraires*. Toulouse: PUM, 2004.

ARMSTRONGN, C. BEAUVOIS & K. BEECHING (eds.) *La langue française au féminin*. Le sexe et le genre affectent-ils la variation linguistique?, Paris: L'Harmattan [préface de F. GADET], 2001.

AUCLIN A., L. FILLIETTAZ, A. GROBET & A.-C.SIMON. (En)action, expérientiation du discours et prosodie. *Cahiers de linguistique française*, 2004. p. 26 ; p. 217-249.

BACHMANNCH&L. BASIER. *Le verlan*: argot d'école ou langue des keums?, 1984. MOTS, 8: p. 169-187.

BARBERIS, J.-M.; BRES, J.; SIBLOT, P. (éds) *Del'actualisation*. Paris: CNRS Éditions, 1998.

BEAUGRANDEA, DE; DRESSLER, W. U. (1981), *Einführung in die textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1981.

BENZECRI J.-P. & autres. Pratique de l'analyse des données. *Linguistique et lexicologie*. Paris: Dunod, 1981.

BILLIEZJ. *Le parler véhiculaire interethnique de groupes d'adolescents en milieu urbain*. In: GOUAINI, E. et al., 1992. p. 117-126.

BILLIEZJ(dir.). *Contacts de langues, modèles, typologies, interventions*. Paris: L'Harmattan, 2003.

BORZEIX, A.; FRAENKEL, B. (coord.) *Langage et travail*. Communication, cognition, action, Paris: Éditions du CNRS, 2001.

BOUQUET, S. (dir.) Les genres de la parole. *Langages* n° 153, 2004.

BOUTET, J. Courants en sociolinguistique française. *Sociolinguistica*, 2000. p. 214-224.

BOUTET, J. Genres de discours en situation de travail. In: FILLIETTAZ, L.; BRONCKART, J.-P., 2005. p. 19-35.

BOUTET, J.; FIALA, P.; SIMONIN-GRUMBACH, J. Sociolinguistique ou sociologie du langage? *Critique*, 344, 1976. p. 68-85.

BOUTET, J.; B.GARDIN, B. *Une linguistique du travail*. In: BORZEIX, A. et al. 2001. p. 89-111.

BOYER, H. Le jeune tel qu'on en parle. *Langage et Société*, 70, 1994.

BRANCA-ROSOFFS. Types, modes et genres: entre langue et discours. *Langage et Société*, n° 87, 1999. p. 5-40.

BRONCKART, J.-P. *Activité langagière, textes et discours*. Pour un interactionisme socio discursif. Paris: Delachaux et Niestlé, 1997.

Bulletin de méthodologie sociologique (B.M.S.), 2005. p. 85.

BULOT, T. *et al. Langue urbaine et identité*. Paris: L'Harmattan, 1999.

Cahiers de linguistique française. Les modèles du discours face au concept d'action, 26, 2004.

Cahiers de la section des sciences de l'éducation. Agir et discours en situation de travail, 103, 2004.

CALVET, L.-J. *La sociolinguistique*. Paris: P.U.F., Que Sais-Je? 1993.

CALVET, L.-J. *Les voix de la ville*, Paris: Payot, 1994.

CALVET, L.-J. «Aux origines de la sociolinguistique. La conférence de l'UCLA (1964)». *Langage et Société*, 88, 1999, p. 25-58.

CALVET, L.-J. «Weinreich, les contacts de langues et la sociolinguistique». In: BILLIEZ, J. (dir.), *Contacts de langues*. Paris: L'Harmattan, 2003, p. 11-23.

CALVET, L.-J.; VARELA, L. «De l'analogique au digital. À propos de sociologie du langage et/ou sociolinguistique et/ou linguistique». *Langage et société*, 89, 1999, p. 125-137.

CANTI, S. *et al.* (eds.) *Oralité et gestualité*. Communication multimodale, interaction. Paris: L'Harmattan, 1998.

CANUT C. (2000), «De la sociolinguistique à la sociologie du langage : de l'usage des frontières», *Langage et société*, 91 : 89-95.

CHARAUDEAU, P. *Le discours d'information médiatique. La construction du miroir social.* Paris: Nathan-INA, 1997.

CHARTIER, R. *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien-régime.* Paris: Seuil, 1987.

CHARTIER, R.; MARTIN, H.-J. (dirs) *Histoire del'édition-française.* 4 volumes, Paris: Fayard-Cercle de la Librairie, 1989-1991.

CHATEAUR AYNAUDF. *Prospéro.* Une technologie littéraire pour les sciences humaines. Paris: CNRS éditions, 2003.

CHRISTIN, A.-M. *L'imageé crite ou la dérais onographique.* Paris: Flammarion, 2001.

CHRISTIN, A.-M. (éd.) *Histoire de l'écriture.* De l'idéogramme au multimédia. Paris: Flammarion, 2001.

COHEN, M. *Pour une sociologie du langage.* Paris: Albin Michel, 1956.

CONEIN, B.; GADET, F. «Le français populaire de jeunes de la banlieue parisienne, entre permanence et innovation». In: ANDROUT SOPOULOS et SCHOLZ (eds.). *Jungens prache*, Berne: Peter Lang, 1998.

COSSUTTA, F. (éd.) «l'Analyse du discours philosophique». *Langages*, 119, 1995.

DANNEQUINC. «Outrances verbales ou mal de vivrechez les jeunes des cités». *Migrants Formation*, 108, 1997, p. 21-29.

DEBRAY, R. *Cours de médiologie générale.* Paris: Gallimard, 1991.

DEMERS, M. (éd.) (2003), *Registre et voix sociale*, Québec, Nota Bene. DEMONET M. et al. (1975), *Des tracts en mai 1968*, Paris: Armand Colin.

DETRIEC; SIBLOTP; VERINEB. *Termes et concepts pour l'analyse du discours*. Une approche pragmatique. Paris: Honoré Champion, 2001.

DITTMAR, N. *Transkription*. Ein Leitfadennit Aufgabenfür Studenten, Forscher und Laien. Leske/Budrich/Opladen, 2002.

DOURY, M. A. *Le débat immobile*. Paris: Kimé, 1997.

DRIVAUD, M. H.; PERETZ-JUILLARD, C. «Les usages et leurs représentations sur un marché plurilingue à Paris Belleville». *Langage et Société*, 30, 1984. p. 25-59.

ENCREVÉ, P. «Labov, linguistique, sociolinguistique». Préface de W. Labov. *Sociolinguistique*. Paris: Minuit, 1972. p. 9-35.

ENCREVÉ, P. «Présentation: linguistique et sociolinguistique». *Langue française*, 34, 1977. p. 3-16.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press;

FERGUSON, C. A. (1959), "Diglossia", *Word*, 15 (2), 1959, p. 325-340.

FILLIETTAZL. *La parole en action*. Québec: Nota Bene, 2002.

FILLIETTAZL; BRONCKART, J.-P. *L'analyse des actions et des discours en situation de travail*. Concepts, méthodes, applications. Louvain-La-Neuve: Peeters, 2005.

FRAENKEL, B. «Enquêter sur le sécrétisme dans l'organisation». In: BORZEIX & FRAENKEL (éds). 2001. p. 230-261.

GADET, F. *La variation sociale en français*. Paris: Ophrys, 2003.

GHIGLIONER; CHARAUDEAU, P. (éds). *Parolesenimages, Images de paroles*. Trois talk-shows européens. Paris: Didier Erudition, 1999.

GOFFMAN, E. *Façons de parler*. Paris: Les Éditions de Minuit [tr. fr. de *Forms of talk*, 1981].

GOODY, J. *La raison graphique*. Paris: Minuit, 1979.

GOUAINI, E.; THIAM, N. et al.(eds.) *Des langues et des villes*. Paris: ACCT et Didier-Erudition, 1992.

GUMPERZ, J.J. *Engager la conversation*. Introduction à la sociolinguistique interactionnelle. Paris: Minuit, 1989.

HABERT, B.; NAZARENKO, A.; SALEM, A. *Les linguistiques de corpus*. Paris: Armand Colin, 1997.

HOUDEBINE, A-M. «La différence sexuelle et la langue». *Langage et Société*, 7, 1979. p. 3-30.

HOUDEBINE-GRAVAUDA.-M. «Trente ans de recherche sur la différence sexuelle, ou Le langage des femmes et la sexuation dans la langue, les discours, les images». *Langage et Société*, 106, 2003. p. 33-61.

HYMES, D. (1972), «Models of the interaction of language and social life», In: GUMPERZ, J.-J. & HYMES, D. (eds). In: *Directions in sociolinguistics*. New York/Holt/Rinehalt and Winston, 1972. p. 35-71.

HYMES, D. “Social anthropology, sociolinguistic sand the ethnographyof speaking”. In: *Foundations in Sociolinguis-*

tics, an Ethnographic Approach. Philadelphia/University of Pennsylvania Press, 1974. p. 83-117.

International Journal of the sociology of language. “Sociolinguistics in France: Theoretical Trends at the Turn of the Century”, présenté par A. TABOURET-KELLER et F. GADET, 2003, p. 160.

JENNY, J. «Prospéro. Une technologie littéraire pour les sciences humaines». *Langage et Société*, 109, 2004. p. 97-109.

JUILLARD, C. *Sociolinguistique urbaine*. Paris: Éditions du CNRS, 1995.

KERBRAT-ORECCHIONI, C.; Ch. PLANTIN (éds). *Le triologue*. Presses Universitaires de Lyon, 1995.

KERBRAT-ORECCHIONI, C.; TRAVERSO, V. (dirs.), «Les genres de l’oral», *Journée organisée le 18 avril, 2003*, Université Lyon II. (http://gric.univ-lyon2.fr/Equipe1/actes/Journee_Genre/)

LABOV, W. *Le parler ordinaire, la langue dans les ghettos noirs des États Unis*. Paris: Les Éditions de Minuit [tr. fr. de *Language in the Inner City*, 1972, Philadelphie, University of Pennsylvania Press], 1978.

LABOV, W. «The judicial testing of linguistic theory». In: D. TANNEN (dir.), *Language in context: connecting observation and understanding*. Norwood: Ablex, 1998.

LABOV, W.; FANSHEL, D. *Therapeutic discourse: psychotherapy as conversation*. New York: Academic Press, 1977.

LAFAGE, S. «Hybridation et ‘français des rues’ à Abidjan». In: QUEFFELEC, A. (éd.). *Alternances codiques et*

français parlé en Afrique. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 1998. p. 279-291.

LAFONTR. *Le travail et la langue*. Paris: Flammarion, 1978.

LEVYP. *Les technologies de l'intelligence*. Paris: La Découverte, 1990.

MAINGUENEAU, D. *L'Analyse du discours*. Introduction aux lectures de l'archive. Paris: Hachette, 1991.

MAINGUENEAU, D. «Introduction» du n° 117 de *Langages*: «Les analyses du discours en France», 1995.

MAINGUENEAU, D. *Analyser les textes de communication*. Paris: Nathan, 1998.

MAINGUENEAU, D. «Quelles unités pour l'analyse du discours?» *Romanistisches Jahrbuch*, Band 53, 2003. p. 109-118.

MAINGUENEAU, D. «Retour sur une catégorie: le genre». In: ADAM, J. M. et al. (dir.) *Texte et discours: catégories pour l'analyse*. Dijon: Éditions Universitaires de Dijon, 2004a.

MAINGUENEAU, D. *Le discours littéraire*. Paratopie et scène d'énonciation. Paris: Armand Colin, 2004b.

MANESSY, G. «Modes de structuration des discours». In: GOUAINI, E. et al. 1992.

MARCEL LESI, J.-B.; GARDIN, B. *Introduction à la sociolinguistique*. La linguistique sociale. Paris: Larousse, 1974.

MARCHAND, P. *L'Analyse du discours assistée par ordinateur*. Paris: Armand Colin, 1998.

Marges linguistiques, n° 9 (mai, 2005), «l'Analyse du discours» <<http://www.marges-linguistiques.com>>.

MARTIN, H.-J. *Histoire et pouvoirs de l'écrit*. Paris: Albin Michel, 1996.

MARTIN, H.-J. *Livres, pouvoirs et société à Paris au XVII^e siècle 1598-1701*, Droz., 1999.

MARTIN, H.-J.; VEZIN, J. *Mise en page et mise en texte du livre manuscrit*. Paris: Electre-Cercle de la Librairie, 1990.

MELAV. «Verlan ou le langage du miroir». *Langages*, 101, 1991. p. 73-94.

MELLIANI, F. *La langue du quartier*. Paris, L'Harmattan, 2000.

MICHARD, C. *Les exeen linguistique: sémantique ou zoologie?* Paris: L'Harmattan, 2002.

MICHARD, C. «La notion des exeen français: attribut naturel ou marque de la classe de sexe appropriée». *Langage et Société*, 106, 2003. p. 63-80.

MICHARD-MARCHAL, C.; C. RIBÉRY. *Sexis meets sciences humaines: pratiques linguistiques du rapport de sexage*. Lille : P.U.L., 1982.

MOIRAND, S. «*Quelles catégories descriptives pour la mise au jour des genres de discours?*». Communication à la journée d'étude du 18 avril, 2003.

MOISE, C. «Pour quelle sociolinguistique urbaine?». In: *Ville, école, intégration, enjeux*, 130, 2002. p. 75-86.

MONDADA, L. «Interaction set pratiques professionnelles: un regard issu des studies of work». *Studies in communication sciences*, 2/2, 2002. p. 47-82.

MONOD, BECQUELINA; Ph. ERIKSON. «Introduction». In: MONOD, A.; BECQUELIN & ERIKSON, Ph. (dir.). *Les rituels du dialogue*. Nanterre: Société d'ethnologie, 2000. p. 11-27.

ONGW, J. *Orality and literacy: the technologizing of the word*. New York: Methuen, 1982.

PARRY, M. *L'Épithète traditionnelle dans homère: essai sur un problème de style homérique*. Paris: Société Éditrice «Les Belles Lettres», 1928.

PECHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.

RASTIER, F. *Arts et sciences du texte*. Paris, PUF, 2001.

ROBIN, R. *Histoire et linguistique*. Paris: Armand Colin, 1973.

RODRIGUEZ-ALCALAC. «La langue comme problème urbain: le guarani à la campagne et dans l'espace public de la ville». *Langage et Société*, 101, 2002. p. 55-97.

SCHIFFRIN, D. *Approaches to discourse*. Oxford (UK)/ Cambridge (USA): Blackwell, 1994.

SITRIF. *L'objet du débat*. La construction des objets de discours dans des situations argumentatives orales. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2005.

SOUCHIER-BERTM. «Anthropologie des couleurs et langage féminin». *Langage et Société*, 0, 1977. p. 6-21.

TABOURET-KELLERA. «From Sociolinguistics to the Anthropology of Language». In: BRATT-PAULSTON, C.; TUCKER, G. R. *The early days of sociolinguistics*. Memories and reflexions. Dallas: Publications of the Summer Institute of Linguistics, 1997. p. 225-233.

THIBAUT, P. «Regard rétrospectif sur la sociolinguistique québécoise et canadienne». *Revue québécoise de linguistique*, 30, 2002. p. 1.

VANDIJK, T. *Hand book of discourse analysis*. 4. vol. London: Academic Press, 1985.

VANDIJK, T. «Principles of critical discourse analysis». *Discourse and society*, 4 (2), 1993. p. 249-283.

VARROG. «Sociolinguistique ou sociologie du langage? Toujours le même vieux débat? à propos de deux ouvrages intitulés Sociolinguistique». *Langage et société*, 88, 1999. p. 91-97.

VERDIER, Y. *Façons de dire, façons de faire*. La laveuse, la couturière, la cuisinière. Paris: Gallimard, 1979.

Ville, École, Intégration, Enjeux. «Pratiques langagières urbaines. Enjeux identitaires, enjeux cognitifs», 130, 2002.

VINCENT, D. «Que fait la sociolinguistique avec l'analyse de discours et vice versa?». *Langage et Société*, 38, 1986. p. 7-17.

WEINREICHU. *Languages in contact*. The Hague/Paris: Mouton, 1953.

WODAK, R. *Disorders of discourse*. London: Longman, 1996.

ZUMTHOR, P. *Essai de poétique médiévale*. Paris: Seuil, 1972

ZUMTHOR, P. *Introduction à la poésie orale*. Paris: Seuil, 1983.

ZUMTHOR, P. *La poésie et la voix dans la civilisation médiévale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

2003 sur le thème «Les genres de l'oral». GRIC, Lyon 2 (http://gric.univ-lyon2.fr/Equipe1/actes/Journee_Genre/).

A MOVIMENTAÇÃO DE SENTIDOS NOS FUNCIONAMENTOS DISCURSIVOS

João Bôsko Cabral dos Santos

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Introdução

Por entender que existe uma dinâmica de movimentação dos sentidos em contínua alteridade nos funcionamentos discursivos, o enfoque deste capítulo pretende abordar uma extensão teórica da noção de efeito de sentidos que estamos denominando de *instância enunciativa sentidural*. Ao tomar essa movimentação enquanto instância existe o propósito de situá-la na diversidade de formas de significar de um sentido, de acordo com a natureza da interpelação sofrida por uma instância sujeito. Outro fator que motiva esta denominação é a configuração de atravessamentos instaurados a partir de um funcionamento da interdiscursividade na enunciação. Entendendo que essas formas de significar do sentido sejam únicas e singulares, por isso ‘enunciativas’, hipotetiza-se, inclusive, a possibilidade de um sentido heterotopizar-se⁶⁸ enquanto instância de subjetividade no interior da dinâmica enunciativa.

Essa alteridade, configurada por essa possibilidade de múltiplas movências, conduz ao designativo de *instância enunciativa sentidural* para marcar que essa movimentação de sentidos transpassa a configuração de um efeito, provocando

68 A palavra heterotopia é composta do prefixo *heteros* que tem origem do grego e significa o diferente e está ligada a palavra *alter* (o outro). Já a palavra *topia* significa lugar, espaço. Então, heterotopia significa o espaço do outro. (<<https://aufklarungsofia.wordpress.com/2011/06/17/o-conceito-de-heterotopia-em-foucault/>> consulta realizada em 20/06/2015 às 12h02.)

heterotopias no sentido, no sujeito e em suas inscrições enunciativas no interior de uma formação discursiva.

Partindo do princípio de que os sentidos demarcam fronteiras de significação estabelecidas na enunciação, para se configurar a manifestação de uma *instância enunciativa sentidural* é preciso entender que essas fronteiras residem: i) na própria natureza de constituição dos sentidos que se dá no interior de um processo enunciativo; ii) na dinâmica da enunciação que demarca o grau de interpelação de uma instância-sujeito; iii) nas tomadas de posição dessa instância-sujeito que balizam a natureza de um processo de assujeitamento; iv) na referencialidade polifônica das inscrições discursivas dessa instância-sujeito e v) nas formas de atravessamento interdiscursivo, crivadas por essa instância-sujeito. É relevante pontuar o caráter heterogêneo de manifestação dessas fronteiras teóricas.

Nessa perspectiva, é possível encontrar diferentes configurações fronteiriças de significação em uma mesma construção sentidural. Num dado processo enunciativo, por exemplo, é possível encontrar significações cujas fronteiras sentidurais ocorrem a partir de inscrições enunciativas de natureza situacional, com projeções demarcadas em condições de produção reveladas por sua anterioridade histórica; outras, pela clivagem de elementos de uma memória discursiva, com ênfase nas inscrições enunciativas de uma dada instância-sujeito e assim por diante.

A seguir, abordar-se-ão as principais características de cada uma dessas fronteiras no âmbito sentidural de um discurso.

A natureza de constituição dos sentidos no interior de um processo enunciativo

A natureza de constituição dos sentidos no interior de um processo enunciativo diz respeito a um recorte de significações, constituído enquanto suporte para a instauração de

um *ethos social* no interior de uma determinada enunciação. Esse *ethos social*⁶⁹ representa saberes partilhados a partir de um conjunto de determinações físicas e psíquicas ligadas por representações coletivas, vinculadas à referencialidade polifônica⁷⁰ de uma instância-sujeito. Nesses saberes estão as filiações de conhecimentos que conduzirão as articulações de clivagem⁷¹ de significações por essa instância-sujeito.

Para aprofundar essa natureza de constituição dos sentidos no interior de um processo enunciativo em nível de formalização teórica, enquanto substrato de um discurso, é preciso adentrar em uma discussão sobre a gênese enunciativa das significações. Considerando a amplitude histórica e a especificidade semântica de uma significação, entende-se que é necessário serem levados em conta às características do cenário da enunciação, o perfil dos “tempos vividos” que incidem sobre a situação enunciativa e a natureza histórica do envolvimento da instância-sujeito com a situação enunciativa. Neste capítulo, foi feito um recorte de modo a conceituar e a apresentar, apenas, o conjunto de fatores que contribuem para o funcionamento de sentidos em um determinado acontecimento, numa dada época e num espaço definido. Trata-se, pois, da dinâmica

69 Estamos utilizando a expressão *ethos social* para mencionar os aspectos de opressão e de resistência que dimensionam os percursos de reflexão em torno de uma avaliação acerca do que deve ser lembrado, aprofundado ou abandonado enquanto sobre-determinação histórica de processos de subjetivação (SANTOS, 2007, p. 188).

70 Estamos chamando de “referencialidade polifônica” as bases discursivas que balizam o imaginário sociodiscursivo de uma instância-sujeito no interior de um processo enunciativo. Essas bases comportam referentes de natureza histórica, social, cultural, filosófica, psicológica, política e linguística, determinantes de uma circunscrição dessa instância-sujeito em uma formação social, de sua filiação em um espaço discursivo e de sua alteridade enunciativa numa diversidade de formações discursivas e ideológicas (SANTOS, 2007, p. 196).

71 Triagem de sentidos feita por uma instância-sujeito, considerando seus referenciais intraepistemológicos e sócio-histórico-culturais. Trata-se, pois, de uma filtragem de sentidos, realizada por essa instância-sujeito, tomando por parâmetro, uma relativização entre os referenciais discursivos dessa instância e os sentidos a que são expostos na dinâmica dos processos enunciativos (SANTOS, 2007, p. 189).

das relações situações/instâncias-sujeito, acontecimentos/lugares e instâncias-sujeito/tempos.

A gênese enunciativa das significações está relacionada às inscrições e ao atravessamento interdiscursivo, predominantes da/na produção linguageira, além da natureza da tomada de posição da instância-sujeito, na intensidade do processo de interpelação subjacente à enunciação. Essas inscrições implicam em uma vinculação discursiva, constitutiva da anterioridade referencial da situação enunciativa. Nessa perspectiva, a gênese enunciativa das significações assume um caráter causativo que demarca um espaço de anterioridade referencial discursiva, conferindo-lhe um *status* de causalidade enunciativa.

Essa anterioridade referencial discursiva envolve duas questões fundamentais, a saber: o que torna uma significação causal, conferindo-lhe uma eficácia sentidural? Como enfatizar tal efeito de causalidade, distinguindo-a de outras?

A resposta a essas perguntas se funda, primeiramente, na percepção de procedimentos linguageiros de manifestação dessas causalidades, de forma a conferir-lhes um aspecto distintivo de seu potencial semântico. Além disso, torna-se necessário a formação de hipóteses orientadoras na definição dessas causalidades e na demarcação de um campo experiencial de investigação, para que se estabeleçam níveis de interpretação, direcionadores da instauração dos processos de significação no interior de uma enunciação.

No que tange aos saberes partilhados, estes são determinados por meio das inter-relações constituídas entre as significações. Essas inter-relações ocorrem tanto em nível de escolhas lexicais, quanto em nível semântico-pragmático. O primeiro está relacionado ao que se está denominando de materialidade discursiva, configurada enquanto estruturação linguística. Já o segundo se instaura na diversidade interdiscursiva e na anterioridade histórica. Nessa perspectiva, os saberes partilhados tomam lugar como decorrência de uma amplitude

enunciativa, ou ainda, de uma diversidade de significações, construídas no escopo da enunciação.

Quanto às causalidades, estas se fundam pelas evidências discursivas apontadas na enunciatividade⁷². Essas evidências sugerem condições de produção, vinculadas a um caráter canônico, mecânico e circunstancial. Dessa maneira, tais causalidades funcionam como registros emblemáticos, que circunscrevem uma anterioridade referencial discursiva enquanto identidades languageiras de práticas enunciativas.

Por fim, abordar-se-á as articulações sentidurais, que dizem respeito aos aspectos constituintes da chamada “memória de acontecimentos preditivos”, na qual a instância-sujeito se insere pela natureza da interpelação e pelas condições de assujeitamento. Essa memória compõe um repertório de significações, constituinte da inscrição de uma instância-sujeito em uma formação imaginária. Essa memória revela um “devir” de instauração de um processo enunciativo.

Na sequência, será abordada a dinâmica da enunciação que demarca o grau de interpelação de uma instância-sujeito.

A dinâmica da enunciação que demarca o grau de interpelação de uma instância-sujeito

A dinâmica da enunciação que demarca o grau de interpelação de uma instância-sujeito contempla circunstâncias de encaminhamento da pontualidade histórica do/no processo enunciativo. Trata-se de um lugar em que a instância-sujeito se coloca para lançar um olhar sobre um objeto discursivo. Esse lugar se caracteriza pela natureza da circunstância que determina o acontecimento enquanto subjetividade em ação na realização languageira, por meio de elementos como:

72 Termo usado para indicar a heterogeneidade subjacente às bases enunciativas do imaginário sociodiscursivo de uma instância-sujeito. Essa heterogeneidade, por sua vez, é transpassada por discursos outros e distintos. Assim, vozes de instâncias-sujeito entrecortam-se entre discursos (SANTOS, 2007, p. 190).

i) tensão; ii) apagamento; iii) silenciamento; iv) esquecimento e v) alteridade.

Essas circunstâncias aparecem de forma heterogênea na configuração de inter-relações entre inscrições em formações discursivas. Dessa forma, torna-se possível estabelecer uma clivagem com o *continuum* de atravessamentos que traspassam o interdiscurso. Nessa perspectiva, “o sentido se constitui nas relações que palavras, expressões e proposições mantêm com outras palavras, expressões e proposições de uma mesma formação discursiva” (PÊCHEUX, 1995, p. 161).

A seguir, será construída uma caracterização de cada um dos tratamentos epistemológicos aplicados ao conhecimento no processo de constituição dos sentidos.

O tratamento analógico

O *tratamento analógico* prescreve relações de semelhança entre conhecimentos. Esse tratamento parte da essência de princípios até a especificidade de conceitos, passando pela transitividade de semelhanças genéricas entre esses princípios e os conceitos a eles subjacentes. No *tratamento analógico* existe a possibilidade de extensões aplicadas ao conhecimento, na dialética *generalidades-restrições* e vice-versa.

Uma formação profissional de caráter analógico trabalha com a validade essencialista⁷³ do conhecimento. Essa validade é permeada pela relação entre princípios teóricos vistos da perspectiva de suas consequências pragmáticas. Assim, este tratamento trabalha com a possibilidade de gerar conhecimentos, garantindo sua autenticidade epistêmica, através de uma transmutação metacientífica de procedimentos e práticas teórico-pragmáticas.

73 Para Domingues (1991, p. 47) o “*modus essendi* [...] toma a verdade como essência a des-velar (*alétheia*)”, ou seja, o conhecimento como fundamentação da verdade.

Dando continuidade à discussão sobre os direcionamentos epistemológicos da construção de sentidos, o próximo a ser enfocado será o *tratamento identitário-diferencial*.

O tratamento identitário-diferencial

Com relação ao *tratamento identitário-diferencial*, este se caracteriza pela apresentação de significações distintas. Tais significações são analisadas sob a perspectiva do contraste, da diversificação e do paralelismo. Essa perspectiva considera a resolução de dificuldades, ou o estabelecimento de distinções em torno dessas significações. O processo identitário-diferencial coloca a significação enquanto convenção de um pré-construído a ser abordada em sua alteridade substantiva ou substitutiva, privilegiando os sistemas, as taxionomias e a axiomática⁷⁴ do conhecimento subjacente às significações. Tais elementos sugerem uma alteridade em que se contempla a exposição de significações distintas, para uma re-significação posterior a uma situação enunciativa proposta, ou instituída como base de significação em uma determinada instituição.

A seguir, discutir-se-á, brevemente, sobre o *tratamento histórico* enquanto direcionamento discursivo de instauração de uma significação.

O tratamento histórico

No que tange ao *tratamento histórico*, será considerada a significação como um *continuum* de conhecimentos, sujeitos a mudanças e movimentos no decorrer da interpelação no interior do ato linguageiro. Nessa perspectiva, a origem e a genealogia dessas significações ganham uma relevância que

74 Estamos chamando de *axiomática*, na perspectiva desta caracterização dos direcionamentos epistemológicos, a instauração de convenções fixadas a partir de relações teóricas, passíveis de múltiplas interpretações e realizações diferentes, mas coerentes com a proposição teórica inicial, da qual demandam suas generalizações.

se justifica na percepção de etapas de transformação de uma significação, como elemento constituinte do processo enunciativo. Além disso, observa-se a natureza dessas transformações, as contingências em nível de interdiscursividade e as perspectivas lacunares potenciais, decorrentes do processo de clivagem realizado pela instância-sujeito. Essas transformações, via de regra, são marcadas por extensões, aprofundamentos, inter-relações, substituições e re-dimensionamentos dessas significações, em sua amplitude enunciativo-sentidural. Trata-se de uma heterotopia, cuja função é instaurar uma significação retrospectiva como anterioridade para uma movência segundo as tomadas de posição de instâncias-sujeito no interior da enunciação.

Na sequência, a reflexão será em torno do *tratamento fragmentário* enquanto direcionamento enunciativo da constituição de uma significação.

O tratamento fragmentário

No que se refere ao *tratamento fragmentário*, este se apresenta por meio de uma sequência de partições. Nessa perspectiva, áreas são subdivididas em subáreas, que são recortadas em unidades, por sua vez, apresentadas em seções. Essas subdivisões, via de regra, são enfocadas isoladamente, considerando-se apenas os aspectos pontuais concernentes a cada partição. O *tratamento fragmentário* pressupõe que as junções ou inter-relações de conhecimentos são realizadas *a posteriori* pelos sujeitos interagentes, em geral, fora do contexto em que são enfocadas. Tal tratamento, via de regra, visa informar, instrumentalizar e fornecer subsídios teóricos específicos, sem estabelecer relações desses conteúdos com aplicações práticas, ou mesmo com conceitos de outras áreas afins.

Para fechar essa reflexão sobre os direcionamentos epistemológicos da constituição dos sentidos, será enfocado o *tratamento integrativo*.

O tratamento integrativo

O *tratamento integrativo* é caracterizado pela construção dos enfoques por meio de unidades temáticas que contemplam diversos olhares para se abordar o conhecimento, integrando-os em sua convergência conceitual, nas interfaces com outros campos de conhecimentos e no entrecruzamento de focalizações direcionadas a um mesmo tema. Neste tratamento, os olhares pelos quais se aborda o conhecimento podem ser de natureza: i) interdisciplinar; ii) pluridisciplinar; iii) multidisciplinar; iv) transdisciplinar e v) metadisciplinar. Convém não silenciar que esses olhares sobre o conhecimento, quase sempre, ocorrem de forma heterogênea, podendo se verificar a predominância de algum deles na análise de uma determinada prática discursiva.

A seguir, será construída uma discussão sobre algumas características inerentes a cada um desses olhares.

O olhar interdisciplinar

O *olhar interdisciplinar* se refere à possibilidade de áreas teóricas fazerem uso, nos limites de seus escopos epistemológicos, de conceitos inerentes a outras áreas, por meio de uma relação de alteridade entre o arcabouço teórico de uma determinada área e os conceitos de outras. Essa relação de alteridade pode ocorrer por apropriação, inter-relação ou diferenciação. A partir dessa alteridade, torna-se possível construir enfoques: extensivos (modificação na amplitude teórica), heterotrópicos⁷⁵ (deslocamentos sentidurais para adequação teórica de um construto) e restritivos (pontuações conceituais para ênfase de determinados princípios teóricos).

75 Heterotrópico aqui no sentido de diferentes significações em uma multiplicidade de espaços de enunciação. A diferença do termo em relação à palavra heterotopia situa-se exatamente no fato de que a heterotopia considera uma relação de alteridade implicada, enquanto que a heterotropia considera diferentes juízos de valor atribuídos às significações.

O olhar pluridisciplinar

O *olhar pluridisciplinar* diz respeito à construção de um conhecimento, considerando a coexistência de mais de uma instância teórica. Dessa maneira, uma área de estudos pluridisciplinar se situa em diversas filiações. Tais filiações, entretanto, são elementos independentes que não se alteram enquanto suporte de um conhecimento pluridisciplinar.

O que distingue a pluridisciplinaridade da interdisciplinaridade é que, na primeira, os elementos teóricos são independentes em sua constitutividade discursiva, enquanto que, na segunda, esses elementos são constituintes do arcabouço teórico da área interdisciplinar. Essa independência epistemológica, característica da pluridisciplinaridade, nos remete a uma utilização de conceitos de outras áreas enquanto suporte para um arcabouço teórico pluridisciplinar. Já na interdisciplinaridade, os elementos são constituintes porque servem de base para uma alteridade epistemológica entre os conceitos da área interdisciplinar e os conceitos de outras áreas – apropriados, inter-relacionados ou diferenciados.

No que tange à pluridisciplinaridade, torna-se relevante afirmar, aqui, que mesmo enquanto elementos independentes é preciso resguardar, também, os limites de convergência epistemológica entre esses elementos. Já na interdisciplinaridade, a base epistemológica diz respeito às condições de produção de uma genealogia teórica. Assim, na pluridisciplinaridade, o suporte teórico representa uma orientação epistemológica para os princípios e conceitos dos construtos pluridisciplinares.

O olhar multidisciplinar

O *olhar multidisciplinar* trata da integração de várias áreas do conhecimento para a resolução de problemas. Nessa integração, cada área contribui com elementos de seu escopo teórico, para uma diversidade de enfoques em torno de uma

mesma questão científica. Esses elementos, por sua vez, também resguardam uma convergência epistemológica.

Como se pode observar, o olhar multidisciplinar agrega áreas independentes sem constituir uma percepção teórica própria. Cada área apresenta, dentro de seu escopo teórico, elementos constitutivos para uma determinada visão em torno do problema investigado. É a junção de várias perspectivas que compõe a percepção científica do problema investigado na perspectiva multidisciplinar. Observa-se que, neste olhar, as áreas se integram em torno de um mesmo foco de investigação, cada qual oferecendo sua contribuição no escopo de sua abrangência teórica. O *olhar multidisciplinar* se diferencia do pluridisciplinar pelo seu caráter coatuante, sem a necessidade de uma filiação mútua, o mesmo ocorrendo com relação ao interdisciplinar, em que esse caráter não prescreve um uso interconceitual entre as áreas envolvidas.

O olhar transdisciplinar

O *olhar transdisciplinar* contempla teoria e prática imbricadas em uma constituição acadêmica única. Trata-se de uma concepção científica em que a teoria pode advir da prática e vice-versa. Além disso, neste olhar, a teoria se confunde com a prática e esta embute princípios teóricos em sua constitutividade.

Trata-se de uma prática acadêmica pouco difundida no mundo ocidental, porque se distanciam inteiramente das práticas positivistas e neopositivistas, vigentes na academia. Nela, princípios teóricos diversos e relações sentidurais do cotidiano instauram um amálgama epistemo-pragmático, conceptor de uma visão holística⁷⁶ em torno dos elementos investigados

76 Para Weil *et al.* (1993, p. 38):

o holístico implica uma visão resultante de uma experiência, que, por sua vez, é geralmente o resultado de uma combinação de holopraxis ou prática experiencial com o estudo intelectual, ou hologologia, de um enfoque analítico e sintético, de uma mobilização das funções ligadas ao cérebro direito e esquerdo e da sua sinergia, de

cientificamente. Essa visão holística, por sua vez, concebe a geração de conhecimentos como um todo indecomponível⁷⁷.

Nessa perspectiva, as motivações científicas são encaradas em sua totalidade constitutiva e integradas de tal forma que cada elemento de um determinado campo de conhecimentos reflete e contém dimensões heterogêneas, numa alteridade entre as formalizações teóricas e as percepções pragmáticas. A perspectiva transdisciplinar, portanto, trabalha na oscilação “partes-todo” e “todo-partes”, numa inter-relação constante, dinâmica e paradoxal. Percebe-se, também, que essa oscilação contempla atributos que ultrapassam a relação teoria-aplicação e o par epistêmico unidade-identidade.

No Brasil, a implementação de pesquisas de caráter transdisciplinar, nas áreas de Ciências Humanas têm acontecido com certa frequência nas áreas de Estudos da Linguagem. A área de Análise do Discurso, em diálogo constante com outras áreas de conhecimento tem experimentado a transdisciplinaridade em suas pesquisas. Para ilustrar estas práticas é possível citar os trabalhos de Machado, Coura-Sobrinho e Mendes (2013), Brito e Guilherme (2013), ou ainda, Coracini (2010), Moita Lopes (2006), Paula e Stafuzza (2010) e Brait e Magalhães (2014), que vêm tentando propor um modelo de pesquisa transgressiva, de base arqueológica, com ênfase em investigações de caráter interpretativista-relacional, que contemplam alguns princípios de transdisciplinaridade. Nessa perspectiva, convém ressaltar que os incentivos, oferecidos pelas agências governamentais, têm encorajado grupos multi-institucionais, com uma proposta de pesquisas integradas, que também se assemelha aos princípios transdisciplinares.

Entretanto, Svedin (1995, p. 114) questiona tais incentivos, quando afirma que “o quadro institucional, em especial

um equilíbrio entre as quatro funções psíquicas, ou seja, a sensação, o sentimento, a razão e a intuição.

77 Isto significa afirmar que o conhecimento não pode ser fragmentado em partes. Seu estudo é realizado considerando as relações existentes entre seus constituintes.

no sistema universitário, só estimula, portanto, numa medida muito restrita, as abordagens transdisciplinares”. O que temos observado é que a maioria das pesquisas integradas, via de regra, são de caráter pluri ou multidisciplinar. O que se percebe é que a implementação da pesquisa de caráter transdisciplinar deve vir acompanhada de um re-pensar da mentalidade⁷⁸ de *fazer-ciência*, por parte dos pesquisadores.

O *olhar transdisciplinar* contempla, pois, uma percepção de diagnóstico, que se revela por meio de uma dispersão distintiva, uma inadequação sistêmica e um distanciamento entre as relações de causalidade e efetividade, na atividade de preparação-implementação, quer no processo de formação, quer no exercício de práticas acadêmicas.

O olhar metadisciplinar

O *olhar metadisciplinar* diz respeito à introspecção do conhecimento em si mesmo. Nessa perspectiva, um tratamento integrativo com *olhar metadisciplinar* objetiva fortalecer os elementos constituintes de uma determinada teoria, a partir do entrecruzamento de seus próprios princípios, conceitos, definições, métodos e aplicações. A metadisciplina é integrativa, na medida em que enraíza os fundamentos de um saber, aprofundando-o, especificando-o, e constituindo-o enquanto base para a instauração das chamadas ciências-fonte.

Não se quer dizer com isso que esses saberes seriam cristalizados ou sacralizados como instâncias estáticas ou sincrônicas do conhecimento. Tais saberes, por terem sido meta-abordados, a partir de uma conjuntura epistemológica de detalhamento e categorização, tornam-se referência para a fundação de outros conhecimentos. Pensando dessa forma, o *olhar metadisciplinar* estabelece condições internas de

78 Entendemos por *mentalidade* o conjunto de atitudes de um sujeito, reveladas na sua prática, e decorrentes de seu envolvimento interativo com outros sujeitos, ou de seu engajamento em uma determinada atividade.

mudança/transformação, através de uma *metéxis*⁷⁹, que amplia ou reduz o âmbito da visão científica, a um *continuum* derivado de um exame do *status* de asseveração de uma determinada teoria.

A partir de uma delimitação dessas condições internas de mudança/transformação, o *olhar metadisciplinar* pode ser linear, formalista e hermenêutico. O linear aborda os princípios, conceitos e definições, fixados na amplitude de um determinado parâmetro pré-estabelecido; já o formalista privilegia alguns elementos com os quais pretende construir uma ordem, uma regularidade, ou uma sistematização prescrita; quanto ao hermenêutico, este prioriza o caráter analítico, no qual os elementos são correlacionados entre si, na geração de pontos de inflexão convergentes, que, por sua vez, delimitam um campo de abrangência científica. O *olhar metadisciplinar*, portanto, atua na dinâmica constitutiva do conhecimento científico, permeando-lhe um tratamento epistemológico direcionado para os interesses teóricos dos membros de uma determinada comunidade acadêmica.

A seguir, dando continuidade à reflexão acerca das fronteiras dos sentidos nos funcionamentos discursivos, será o momento de abordar as ações enunciativas.

As ações enunciativas

As *ações enunciativas* estão relacionadas à natureza das tomadas de posição das instâncias-sujeito no encaminhamento linguageiro da enunciação. Essas tomadas de posição contemplam elementos de natureza filosófico-histórica, sociocultural e político-ideológico. Dessa forma, ao se interpretar as tomadas de posição das instâncias-sujeito numa *ação enunciativa*, existem vinculações com: i) a memória discursiva; ii) a clivagem decorrente da interpelação; iii) a

79 Modos possíveis de relação entre coisas e ideias.

interdiscursividade; iv) as inscrições discursivas das instâncias-sujeito envolvidas e v) a dispersão ocasionada pela tensão decorrente do processo de alteridade.

Assim, é possível situar as *ações enunciativas* na atividade sentidural do acontecimento discursivo, em duas vertentes, tais sejam: a vertente intradiscursiva⁸⁰ e a vertente interdiscursiva. A vertente intradiscursiva corresponde às *ações enunciativas* que possuem uma ênfase no funcionamento dos ‘esquecimentos discursivos’⁸¹. Já a vertente interdiscursiva corresponde às *ações enunciativas* que são instauradas através de um processo de atravessamento discursivo contínuo e sincrônico, que estabelece encaminhamentos linguageiros ao acontecimento discursivo.

É relevante apresentar as características de cada uma dessas vertentes.

A vertente intradiscursiva

A *vertente intradiscursiva* é de natureza refratária porque os sentidos significam sobre si mesmo, portanto, não necessariamente entram na corrente dos sentidos enunciados por ocasião da tomada de posição das instâncias-sujeito. Essa dispersão sentidural se traduz nas manifestações de silêncio, tantas vezes constitutivas dos dizeres das instâncias-sujeito. Esses silêncios, por sua vez, podem ser convertidos em apagamentos ou esquecimentos como forma de dispersão dos sentidos a eles vinculados na clivagem das instâncias-sujeito na enunciação.

Segundo Pêcheux (1995), o “esquecimento nº 1” é aquele em que o sujeito se coloca como origem de tudo o que diz. Esse esquecimento é de natureza inconsciente e ideológica: o sujeito

80 O termo *intradiscursivo* está sendo usado neste trabalho para se referir a certas atitudes das instâncias-sujeito que são vinculadas a um *continuum* de formações imaginárias nas quais essas instâncias-sujeito se circunscrevem.

81 Mais adiante esses esquecimentos discursivos serão abordados.

procura rejeitar, apagar, de modo inconsciente, tudo o que não está inserido na sua formação discursiva, o que lhe dá a ilusão de ser o criador absoluto de seu discurso. Para esse autor, com o “esquecimento nº 2”, de caráter pré-consciente ou semiconsciente, o sujeito privilegia algumas formas e “apaga” outras, no momento em que seleciona determinados dizeres em detrimento de outros. Com o “esquecimento nº 2”, o sujeito tem a ilusão de que o que diz tem apenas um significado. Ele acredita que todo interlocutor captará suas intenções e suas mensagens da mesma forma. Os outros do discurso que determinam seu dizer não são percebidos pelo sujeito, assim como ele não pode ter controle total sobre os efeitos de sentido que seu dizer provoca, precisamente porque sentidos indesejáveis são mobilizados.

Dessa forma, percebe-se que a vertente intradiscursiva constitui *ações enunciativas* projetadas. Além disso, acredita-se que tal restrição simplifica a natureza sentidural das formações imaginárias que perpassam às inscrições discursivas das instâncias-sujeito. Convém ressaltar, também, que essa postura intradiscursiva esteja vinculada a uma cultura de clivagem das instâncias-sujeito como naturalidade discursiva.

A seguir, uma reflexão acerca das *ações enunciativas* circunscritas na vertente interdiscursiva.

A vertente interdiscursiva

A *vertente interdiscursiva* se caracteriza por sua natureza transversa, cuja interferência a qual submete o discurso emergente da/na enunciação se funda no crivo de descontinuidades que se constituem como possibilidades múltiplas e deslocamentos em relação à produção de sentidos nos processos de subjetividade. Nesse sentido, a *vertente interdiscursiva* prioriza o caráter dialógico em que se dá a interação entre sujeitos e sentidos, permeada pela referencialidade de (re) significações e pelas práticas languageiras subjacentes à formação ideológica em que as instâncias-sujeitos estão inscritas.

Esse caráter dialógico, por sua vez, entremeia conflitos de ordens diversas. Tais conflitos se configuram porque as ações enunciativas de natureza interdiscursiva se dispersam na produção de sentidos resultante da clivagem realizada pelas instâncias-sujeito. A *vertente interdiscursiva* se funda na integração e na inter-relação do discurso fundador posto com aquilo que se denomina de “memória motivada”.

Santos e Vieira (1997, p. 167) conceituam a “memória motivada” como:

valores absorvidos a partir de experiências anteriores vividas pelos sujeitos e que passam a configurar referências de aspirações que levam esses sujeitos a estabelecer metas e intenções, bem como a dimensionar juízos de valor sobre fatos e conhecimentos.

Trata-se, pois, de um deslocamento das ações enunciativas, concebida na potencialidade discursiva de constituição das instâncias-sujeito. Nessa perspectiva, consideram-se os enfrentamentos e embates decorrentes do processo de interpeção, que provocam efeitos enunciativos diversos na descontinuidade das práticas linguageiras em curso no decorrer do acontecimento discursivo.

Esses enfrentamentos e embates provocam três reações distintas nas instâncias-sujeito envolvidas nesse processo: a *exposição*, os *comportamentos velados* e as *posturas aparentes*. Na *exposição*, verifica-se uma transparência de valores; já nos *comportamentos velados*, percebe-se a evidência de uma imagem projetada em função do processo de alteridade instaurado; nas *posturas aparentes*, por vezes até contraditórias, observamos uma vinculação ideológica. Não obstante, a vertente interdiscursiva, em sua gênese enunciativa, apresenta atravessamentos discursivos, quase sempre, com uma influência de caráter hermenêutico, porque considera a possibilidade de exposição a diferentes discursos.

Considerações finais

Este capítulo teve o propósito de abordar a movimentação de sentidos nos funcionamentos discursivos. Nesse percurso, primeiramente, refletiu-se sobre a natureza de constituição de sentidos no interior de um processo enunciativo. Para tal, foi abordada a dinâmica da enunciação que demarca o grau de interpelação de uma instância-sujeito.

Na continuidade, com o intuito de se elaborar um percurso de compreensão do funcionamento discursivo do fenômeno da clivagem nas instâncias-sujeito, surgiu à necessidade de uma discussão de natureza arqueológica acerca de como o conhecimento pode ser tratado no intervalo histórico de dispersão de sentidos. Este intervalo diz respeito ao entremeio do acontecimento discursivo. Um lugar de descontinuidade em que interioridade e exterioridade sujeitunal fazem interseção numa alteridade de produção de sentidos e de articulação de inscrições languageiras. Nessa exterioridade situam-se o interdiscurso, a história e a memória. Na interioridade, a clivagem, a referencialidade polifônica e a evanescência da constituição do sujeito.

Nessa perspectiva, as instâncias-sujeito se constituem de acordo com a natureza de suas ações enunciativas. Essas ações foram abordadas, considerando à natureza das tomadas de posição das instâncias-sujeito no encaminhamento languageiro da enunciação. Assim, foram problematizadas levando-se em conta suas vertentes intra e interdiscursivas. Com esta reflexão, espera-se, ainda que minimamente, ter construído um percurso languageiro da trajetória de funcionamentos dos discursos, considerando o intervalo entre o fenômeno da interpelação e a tomada de posição pelas instâncias-sujeito no acontecimento discursivo.

REFERÊNCIAS

BRAIT, B.; MAGALHÃES, A. S. (Org.) *Dialogismo: teoria e(m) prática*. São Paulo: Terracota, 2014.

BRITO, C. C. de P.; GUILHERME, M. de F. F. “Linguística Aplicada e Análise do Discurso: possíveis entrelaçamentos para a constituição de uma epistemologia”. In: *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, V.1, nº. 1, p. 17-40, ago./dez. 2013. (ISSN 2317-1006 – *on-line*).

CORACINI, M. J. “Transdisciplinaridade e análise do discurso: migrantes em situação de rua”. In: *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Vol. 11, nº. 1, p. 91-112.

DOMINGUES, I. *O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas*. São Paulo: Loyola, 1991.

FOUCAULT, M. “Outros Espaços”. In: *Ditos e Escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Fluminense. 1984. p. 411-422.

MACHADO, I. L.; COURA-SOBRINHO, J.; MENDES, E. (Org.) *Transdisciplinaridade e AD: diálogos com precursores e vozes outras*. Belo Horizonte: NETII/FALE-UFMG, 2013.

MOITA LOPES, L. P. (Org.) *Por uma linguística aplicada disciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PAULA, L. de; STAFUZZA, G. (Org.) *Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

SANTOS, J. B. C. “Entremeios da Análise do Discurso com a Lingüística Aplicada”. In: FERNANDES, C. A. & SANTOS, J. B. C. *Percursos da Análise do Discurso no Brasil*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 187-206.

SANTOS, J. B. C. & VIEIRA, R. L. “Interdisciplinaridade e conscientização nos estudos da linguagem”. In: *Letras e Letras*. Vol. 13/2. jul./dez. Uberlândia: EDUFU, 1997. p. 157-178.

SVEDIN, U. “Abordagens transdisciplinares das questões de meio ambiente das ciências exatas e naturais às ciências sociais e humanas para uma compreensão contextual”. In: *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro. Vol. 121. abr./jun. 1995. p. 113-124.

WEIL, P. et al. *Rumo à nova transdisciplinaridade*. São Paulo: Summus, 1993.

SIGNOS E VIDA NOS ESCRITOS DO CÍRCULO DE BAKHTIN E DE LADY WELBY⁸²

*Grenissa Bonvino Stafuzza*⁸³

*Luciane de Paula*⁸⁴

Sentido? Que é Sentido e o que queremos dizer com isso? Ver, ouvir, cheirar, tocar? Ou a que pertence as palavras e frases? Ou a qualidade que tanto valorizam um no outro quando dissemos com alívio, que é um homem de sentido, que era uma coisa sensata a fazer, eu posso ver sentido nisso? Ou que coisa sutil chamamos de sentido de um encontro, sentido de desaprovação, sentido de dever, sentido religioso ou filosófico de uma época ou raça? Quando essa questão foi colocada pela primeira vez, um protesto foi feito contra qualquer conexão rastreável entre o “sentido do toque” e o “sentido de uma palavra”. [...] Então, quando perguntamos que Sentido é, pode haver algumas respostas novas a serem dadas. Queremos homens de sentido em um novo sentido (WELBY, 1897, p. 7-8; tradução nossa)⁸⁵

82 Versão em língua inglesa do texto publicada no periódico *Semiótica* (Berlín), 2013, p. 293-305, sob o título “Signs, translation, and life in the Bakhtin circle and in Welby’s signfics”.

83 Professora da Unidade Especial de Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. É líder do GEDIS – Grupo de Estudos Discursivos (CNPq). Link para acesso ao site do grupo: https://gedis_letras.catalao.ufg.br/

84 Professora da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP-Câmpus de Assis. É líder do GED – Grupo de Estudos Discursivos (CNPq). Link para acesso ao site do grupo: www.gedunesp.com/

85 No original: “Sense? What is Sense and what do we mean by it? Seeing and hearing and smelling and touching? Or what belongs to words and phrases? Or the quality which we so value in each other when we say with relief, that is a man of sense, that was a sensible thing to do, I can see the sense of that? Or that subtle thing which we

Victoria Lady Welby (1837-1912), filósofa inglesa, influenciou vários filósofos e estudiosos de diversas áreas do conhecimento através de seu pensamento semiótico. Travou uma extensa correspondência com vários pensadores, sendo esta correspondência objeto de investigação e de pesquisas. Dentre os muitos pensadores que se corresponderam com Welby, encontram-se: Charles Sanders Pierce, Bertrand Russell, Charles Kay Ogden, James Mark Baldwin, Hebert Spencer, M. Müller, Benjamin Jowett, George Frederick Stout, Herbert George Wells, Henri Louis Bergson, Michel Bréal, Andre Lalande, Rudolf Carnap, Otto Neurath, Harald Höffding, Giovanni Vailati, dentre muitos outros. Nesse artigo, em especial, ao vislumbrar a noção de signo na semiótica de Welby, propomos considerar seu possível diálogo com a noção de signo na filosofia da linguagem do Círculo de Bakhtin, pensando na arquitetura da proposta do movimento “Significs” de Welby onde o signo movimenta-se para representar o próprio movimento de sentidos da vida.

“Significs”, de acordo com Welby (1911, p. 7), pode ser o estudada natureza dasignificância em todas as suas formas relações, portanto, do seu trabalho em todas as esferas da vida humana e do conhecimento. Ao considerar “significs” em um movimento de significância, Welby explora os estudos dos signos, considerando a ação dos signos na vida, mais do que o signo saussureano, composto por significante e significado, o signo de Welby se refere à significação, de maneira ampla, em movimento. Essa noção de “significs” potencializa os estudos semióticos ao considerar o signo não como a representação estrutural da união do conceito e da imagem acústica, como mencionamos acima, mas sim, como ação

call the sense of a meeting, the sense of disapproval, the sense of duty, the religious or philosophical sense of an age or race? When this question was first put, a protest was raised against there being any traceable connection between the “sense of touch” and the “sense of a word”. [...] So when we ask what Sense is, there may be some new answers to be given. We want men of sense in a new sense.”

(bakhtinianamente responsiva e responsável) dos signos no mundo, na vida, o que leva em conta o “referente extra-linguístico” (a translinguística bakhtiniana), ou seja, a história (relação espaço-temporal) e os sujeitos, os valores agregados à linguagem e sua funcionalidade comunicativa, bem como construção arquitetônico-genérica. Ao pensarmos na visão de Welby de “significs”, podemos constituir um diálogo com a noção de signo ideológico proposta por Bakhtin/Volochínov (2009/1929) em seu *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, ampliando a noção de “sentido”.

Em *Links and Clues*, de 1881, Welby considera importante dar, ao signo, lugar e valor no mundo. No projeto da filósofa e semiótica é visível a busca de união entre a religião e todos os aspectos das atividades socioculturais humanas, em uma “ethosemiotics”, seguindo a sugestão de Ponzio (1988, p. 166). Nesse sentido, Welby privilegia o gênero epistolar como o lugar de encontro e confronto de ideias, uma vez que o discurso religioso ocupa vários espaços (sempre sociais) que estruturaram a sociedade. Por dominar diferentes áreas de pesquisas e de conhecimento, Welby transita em diversas áreas do saber como teologia, filosofia, estudos da linguagem, ciências de modo geral, matemática, hermenêutica, tradução, semiótica, semântica, educação, sociologia, antropologia etc. Diante disso, podemos dizer que Welby permite-se o intercâmbio de vozes e, portanto, de conhecimento dialógico, sendo a troca, a crítica, o enfrentamento e a compreensão, elementos necessários para a aquisição responsiva de conhecimentos sobre o mundo e sobre o homem.

Nesse sentido, quando tratamos da noção de “sentido”, tanto em Lady Welby como em Bakhtin e seu Círculo, parece-nos que esta noção ocorre pela construção interpretativa do conjunto de suas obras e não de forma definitiva ou conceitual, segundo os escopos de estudos estruturalistas. Afinal, se, em uma visão estruturalista, “sentido” aproxima-se da noção de “conceito”, “ideia”, em Welby, essa imagem eclode de maneira semiótica:

Supondo que pudéssemos personificar a Natureza em um sentido científico, postulando-a como uma série unificada de impressões, poderia ela agora encontrar-se falando de nós em uma metáfora dela mesma, apenas com o dizer invertido? Ou seja, seria ela a cada “palavra” ser tomada metaforicamente pela ação ou processo da consciência, razão, reflexão, julgamento? Assim não poderíamos dizer que o movimento, e a massa, e o assunto chamado assumido por trás deles, estão tão cheios de mente-metáfora como a mente é de matéria-metáfora; a mente-metáfora surgindo no mundo consciente, e que chega até nós através da inteligência, do intelecto, como a matéria-metáfora surge no mundo inconsciente, e chega até nós através do sentido? (WELBY, 1911, p. 46 - tradução nossa).⁸⁶

Ao pensar sobre o funcionamento da linguagem metafórica estudada por Welby, observamos que o sentido de “natureza” só faz sentido quando o dissemos em relação à ciência. Podemos enclausurar a noção de natureza nos postulados científicos e concordar que tudo que há no mundo é feito de matéria químico-física. No entanto, em uma semiose da cultura, como diria Machado (2010), tal qual propõe Welby e Lotman, num outro sentido e de outra maneira, podemos concordar com o pensamento semiótico de que o homem, com sua linguagem movente, interpreta o mundo a partir de posicionamentos que não se fecham ao saber científico, sendo, portanto, de caráter socioculturais. Isso significa dizer que a linguagem metafórica

86 No original: “Supposing that we personified Nature in a scientific sense, postulating her as a unified series of impressions, would she now be found speaking of us in a metaphor as we of her, only with speech reversed? That is, would her every “word” be taken metaphorically from the action or process of consciousness, reason, reflection, judgment? Thus might we not say that motion, and mass, and the so-called matter assumed as behind them, are as full of mind-metaphor as mind is of matter-metaphor; the mind-metaphor arising in the conscious world, and reaching us through intelligence, and intellect, as matter-metaphor arises in the unconscious world, and reaches us through sense?”

advém não do não conhecimento científico de quem enuncia, mas do olhar humano sobre a vida, sendo a linguagem metafórica a própria materialização da simbiose, ou melhor, a “semiose” da vida, como utiliza Bakhtin/Volochínov.

A partir dessas primeiras e breves reflexões, ao considerarmos, para este artigo, um possível diálogo teórico entre a noção de signo em Welby e no Círculo de Bakhtin, gostaríamos de oferecer aos estudiosos da língua, do signo, da semiótica e da linguagem, *um grão de teoria*⁸⁷ para dialogarmos – sem álibis – com uma conjuntura sócio-histórico-cultural da ação dos signos na vida.

Bakhtin/Volochínov e Welby: por uma ação dos signos na vida

Propomos pensar sobre os signos juntamente com Welby e o Círculo de Bakhtin, mais decididamente sobre a ação dos signos na vida. Partimos da ideia de que os signos fazem sentido a depender dos próprios sentidos que foram construídos socioculturalmente sobre esses signos. Ainda, a pensar em quais conjunturas sociais acontecem determinadas interferências que fazem com que os sentidos cristalizados de determinados signos transformem-se (ou desestabilizem-se). Assim, tomamos a linguagem como uma atividade humana multifacetada e mediadora da relação do homem com a história e a contemporaneidade, que tem com os signos uma relação de devir: os sentidos na linguagem configuram os próprios sentidos sógnicos, uma vez que falamos sob determinados signos, calcados no princípio de que os sentidos na linguagem são moventes, apesar de sua relativa estabilidade, o que fica claro ao considerarmos a inclassificabilidade do pensamento bakhtiniano, tal qual proposta por Paula e Stafuzza (2010),

87 Referência à obra de Victoria Welby de 1897, *Grains of sense* (Grãos do sentido, tradução nossa; obra sem tradução na língua portuguesa).

no Prefácio do volume 1 da Série Bakhtin – Inclassificável, organizada pelas autoras.

Ao estudar a linguagem metafórica, Welby demonstra sua desconfiança em relação aos sentidos fixos. Tanto Welby como Bakhtin⁸⁸ acreditam que o sujeito desenvolve a consciência e capacidade expressiva por meio de contínuos processos de “tradução”. Pontuamos como exemplo a questão do estrangeiro. Quando o indivíduo chega a outro país, é preciso não apenas “traduzir” a língua do outro como também “traduzir” esse outro que também lhe é estrangeiro e considerar língua e sujeito como socioculturais. Quando este mesmo indivíduo retorna ao seu país de origem, ele não é mais o mesmo, e precisa novamente “traduzir-se” – do eu-para-o-outro e do outro-para-mim, para usar os termos bakhtinianos (desenvolvidos em *Para uma filosofia do ato responsável*, 2010). Nas palavras de Welby (1911, p. 3):

Quando o homem falha ao fazer esta tradução – para moralizar e humanizar seu conhecimento sobre o cosmos, para unificar e relacioná-lo a si mesmo – seu pensamento encontra-se em atraso e, mentalmente, ele fica atrás de sua experiência determinada. Neste momento do atraso temos falhado para alcançar um grande anúncio do ato geral da tradução, é uma perda, principalmente devido à nossa unânime negligência ao entendimento da

88 Quando citamos apenas um dos autores do Círculo, como é o caso do uso do nome de Bakhtin, nós o tomamos como nome representativo de todo o pensamento encontrado nas diversas obras, escritas pelos diversos membros do grupo. Não agimos dessa forma por assumir Bakhtin como um ícone superior aos demais nem por desconsiderar as peculiaridades das obras, mas apenas para não sermos redundantes em nossa redação. Assim, toda vez que usarmos Bakhtin, referimo-nos à obra do Círculo como um todo, sem preocuparmo-nos em demasia com as autorias específicas por considerarmos a constituição da filosofia da linguagem do Círculo como dialógica, logo, em embate interativo entre as consciências autorais. Afinal, essa é não apenas a proposta, mas também o método filosófico por eles empreendido, em ação e em ato.

Expressão, sua natureza, condições, o intervalo de forma e função, potências não realizadas e valor (tradução nossa).⁸⁹

Observamos que traduzir uma língua envolve processos de interpretação de redes de significação que perpassam os sujeitos, as sociedades e as culturas. Nesse sentido, é preciso, sobretudo, admitir a impossibilidade de falar de língua desconectada de cultura e nisso reside uma questão primordial da tradução: não traduzimos a língua estrangeira, traduzimos o outro (sujeito e cultura, logo, seu registro social e linguístico).

Na concepção de Welby e Bakhtin, o processo de tradução envolve questões dialógicas e de alteridade na relação entre o signo traduzido (a língua estrangeira, por exemplo), ou o signo interpretado (os sentidos da língua estrangeira), e o signo que traduz (a consciência linguística e não linguística, a experiência e o conhecimento sobre a língua estrangeira), tal seja, o interpretante. Assim como Welby, Bakhtin observa a importância de olhar para um sistema de signos com os olhos de outro sistema de signos (referindo-se também à relação entre os signos verbais e não verbais, como no caso da transposição dos signos não verbais do carnaval para os signos verbais da literatura carnalizada), de olhar para um determinado idioma com os olhos do outro, de considerar um gênero do discurso, seja qual for, com referência a outro (ver Petrilli 2009, p. 540-541). Logo, o papel da tradução é fundamental na constituição do signo, verbal e não verbal, para a geração de sentido. E para que isso seja possível, Bakhtin (1997), propõe a noção de exotopia – o olhar extraposto do sujeito sobre si e sobre o outro, não em fusão

89 No original: "While man fails to make this translation – to moralise and humanise his knowledge of the cosmos, and so to unify and relate it to himself – his thinking is in arrears, and mentally he lags behind his enacted experience. That we in this age do lag behind, and that we have thus far failed to achieve a great and general act of translation, is a loss chiefly due to our unanimous neglect to understand Expression, its nature, conditions, range of form and function, unrealized potencies and full value or worth."

(simbiose total), pois impossível, segundo o filósofo russo, mas de maneira dialogicizada.

Ao definir o significado como uma classe de materiais de signos verbais e não verbais que, reciprocamente, submetem-se um ao outro, Welby (também Pierce) observa que cada termo é ou um signo interpretante ou um signo interpretado do outro, dependendo do significado do contexto ao qual ele se insere. Nesse sentido, um signo deve ser sempre interpretado para tornar-se outro, graças ao signo interpretante que traduz e atualiza o seu significado a partir do contexto em que ele é apresentado.

Segundo Bakhtin/Volochínov (2009, p. 152),

Como, na realidade, aprendemos o discurso de outrem? Como o receptor experimenta a enunciação de outrem na sua consciência que se exprime por meio do discurso interior? Como é o discurso ativamente absorvido pela consciência e qual a influência que ele tem sobre a orientação das palavras que o receptor pronunciará em seguida? Encontramos justamente nas formas do discurso citado um documento objetivo que esclarece esse problema. Esse documento, quando sabemos lê-lo, dá-nos indicações, não sobre os processos subjetivo-psicológicos passageiros e fortuitos que se passam na “alma” do receptor, mas sobre as tendências sociais estáveis características da apreensão ativa do discurso de outrem que se manifestam nas formas da língua. O mecanismo desse processo não se situa na alma individual, mas na sociedade, que escolhe e gramaticaliza – isto é, associa às estruturas gramaticais da língua – apenas os elementos da apreensão ativa, apreciativa, da enunciação de outrem que são socialmente pertinentes e constantes e que, por consequência, têm seu fundamento na existência econômica de uma comunidade linguística dada.

Observamos, sobretudo, que a concepção dialógica da linguagem, concepção nodal de Bakhtin e do Círculo, confere à expressão enunciativa um caráter social e ideológico que, determinada pelo meio externo, estrutura e orienta a atividade mental do sujeito. Isso significa dizer que o entendimento dos signos presentes no mundo se instaura a partir de uma situação social imediata, bem como o meio social mais amplo no processo de materialização e realização da linguagem, no processo de *interação verbal*.

O processo de interação verbal relaciona-se à *teoria da expressão*. Temos por expressão tudo aquilo que se exterioriza, de alguma forma, a partir da consciência interior do sujeito-interlocutor diante do outro, que utiliza um código de signos exteriores de conhecimento mútuo. Com isso, entendemos que, em primeira instância, a expressão possui duas faces, ou seja, uma interior – designada pela consciência – e outra exterior – o ato do sujeito se expressar para um outro (mesmo que este seja um outro de si). A teoria da expressão supõe, inevitavelmente, um certo dualismo entre o que é interior e o que é exterior, com primazia explícita do conteúdo interior, já que todo ato de objetivação (expressão) procede do conteúdo interior para o exterior. Exteriorizando-se, o conteúdo interior muda de aspecto, pois é obrigado a apropriar-se do material exterior, que dispõe de suas próprias regras, estranhas ao pensamento interior – materializa-se o pensamento em expressão *sígnica*, ou seja, da linguagem (vista como “massa amorfa” por Hjelmslev, 1975) para a língua (estrutura do pensamento, de acordo com o mesmo pensador russo).

Sob essa perspectiva, o exterior constitui o material concreto do que está no interior em processo de realização. Desse ponto de vista, segundo Welby, basicamente, a expressão se constrói no interior, sua exteriorização não é senão a sua tradução – claro que sabemos que esse processo que, aqui, parece tão banal, simples e certo não se constitui dessa maneira, pois é complexo e semiótico. A compreensão, o

comentário e a explicação do fato ideológico de um signo devem dirigir-se para o interior, ou seja, fazer o caminho inverso ao da expressão.

O centro organizador e formador da compreensão dos signos não se situa no interior, mas no exterior, sendo, portanto, de caráter social. Não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina sua orientação, pois elaboração do pensamento. Nesse sentido, qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições da enunciação em questão. Isto é, antes de tudo, pela situação social mais imediata. Assim, a enunciação – malha sígnica – é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados que, em processo de interação, expressam-se concretamente de maneira específica, singular (o ato enunciativo).

De acordo com Bakhtin/Volochínov (2009, p. 33-34, grifos do autor),

[...] a própria compreensão não pode manifestar-se senão através de um material semiótico (por exemplo, o discurso interior), que o signo se opõe ao signo, que *a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos*. Afinal, compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos; em outros termos, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos. [...]

Essa cadeia ideológica estende-se de consciência individual em consciência individual, ligando umas às outras. Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo

ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social.

A palavra – em sua função interlocutiva – dirige-se a um interlocutor e varia dependendo do grupo social a que se destina (se for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos etc). Logo, o entendimento dos signos, que perpassam e constituem a palavra no ato de interlocução, depende também da sociabilização desses signos. O signo AIDS, por exemplo, pode ser entendido na contemporaneidade como uma doença controlável, em que o sujeito pode viver de modo aparentemente normal, cumprir suas tarefas sociais, seus objetivos. No entanto, quando olhamos para os anos 80/90 do século XX, o signo AIDS significava a marginalidade, a morte social do sujeito, visto como infeccioso, aproximando-o dos antigos leprosos, como uma doença maligna. Nesse caso, foi preciso o avanço das pesquisas científicas e ampla campanha para divulgar os resultados de modo que todos, mundialmente, tivessem o entendimento das descobertas: que AIDS não se pega pelo toque, pelo aperto de mãos, por vias aéreas, pelo beijo. E ainda assim, o preconceito prevalece e cuidados devem ser tomados.

O exterior é origem quando se trata da expressividade de interação verbal na enunciação. Conseqüentemente, o interior não é origem quando no processo dialógico existe o condicionante social, que opera na própria enunciação, portanto, no próprio processo de interação verbal. Nesse caso, a origem deixa de ser o interior, uma vez que o processo só acontece na compreensão social dos signos entre os sujeitos. Na verdade, é no jogo dialógico enunciativo, entre interior e exterior, que a comunicação como processo interativo se constitui e elabora.

O interlocutor, real e determinado socialmente, por sua vez, encontra-se como sujeito desse processo interativo denominado interação verbal, ou seja, o sujeito engloba em seu interior não apenas a materialidade da consciência interior

por meio da expressão enunciativa de signos, mas ratifica a inter-relação entre a evolução social e linguística, tendo em vista que outra forma de relação social requer outra forma de interação verbal, o que repercute mudanças na língua. Assim, podemos verificar no horizonte social dialógico, que constitui a consciência coletiva, interior do locutor, a base da atividade mental do mesmo, construída em um determinado meio social e ideológico.

Temos, portanto, por expressão enunciativa, a materialização da consciência interior coletiva do locutor, determinada pelas condições impostas pelo meio no momento da enunciação e pelos interlocutores, sujeitos do processo de interação verbal. Segundo essa perspectiva, o sujeito constitui-se no discurso dialogicamente, a partir dos vários discursos que se apresentam em seu meio sócio-histórico e ideológico.

O discurso do outro é de fundamental importância para que o “eu” se constitua, tanto quanto o discurso do “eu” é essencial para a constituição do “outro”. Assim, dentro do processo de interação verbal, a palavra procede de alguém (outro-exterior) e dirige-se a alguém (eu-outro), definindo o locutor em relação ao outro, que, sujeito ativo no processo da interação verbal, constitui-se dialogicamente também por meio do discurso como indivíduo social.

Especialmente nos Capítulos VII e IX de *Significs and Language*, Welby toca na questão do uso das expressões “interior” e “exterior” como metáforas para “mental” e “físico”. Alguns posicionamentos esbarram nos pressupostos de Bakhtin por nós já tratados, sendo este possível diálogo entre os autores aqui em estudo a nossa aposta para pensar sobre a noção de signo enquanto ação e ato na vida.

Para Welby (1911, p. 22-23), inconscientemente, expressamos, por meio de imagens e metáforas, as ilustrações e analogias como se fossem a “coisa real” ou original. Um desses usos expressivos da linguagem é a ideia de que “interior” define “mental” e “exterior” define “físico”. Ao falarmos de

introspecção, por exemplo, falamos sobre olhar para a nossa própria consciência, em uma metáfora do “olho mental” que olha para dentro de nós e nos analisa, sendo esse “olho mental” a nossa própria consciência, ali expressa, fisicamente. No entanto, a biologia não conhece órgãos visuais de introspecção. De que falamos, então? Falamos de um mundo mental, inventamos esses “olhos mentais” como forma de representar o “método introspectivo”. Falamos a partir de metáforas que significam os signos, que por sua vez, atuam no mundo de forma a representá-lo, dar-lhe sentido, construindo significações.

Quando Bakhtin/Volochínov (2009), no Capítulo “A Interação Verbal”, traz à tona a teoria da expressão, o autor reconhece que tudo aquilo que, tendo se formado e determinado de alguma maneira no psiquismo do indivíduo, exterioriza-se objetivamente para outrem com a ajuda de algum código de signos exteriores. Isso significa que as representações metafóricas de uso da linguagem pensadas por Welby quando trata dos termos “interior” e “exterior” aproximam-se das teorizações sobre os pressupostos de Bakhtin/Volochínov ao teorizar sobre a interação verbal, uma vez que interior e exterior, nesse capítulo, revelam processos interdependentes de significar o mundo, de dar sentido à vida, de acionar sentidos para a ação dos signos no mundo. Não existe atividade mental sem o condicionante social; eis que o grau de consciência, de clareza, de acabamento formal da atividade mental é diretamente proporcional ao seu grau de orientação social. Se a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente a estrutura da enunciação, falamos aqui da relação “interior” e “exterior” de maneira dialogada, e não da primazia de um sobre o outro.

Bakhtin/Volochínov parece exemplificar o que Welby (1911, p. 26-27) postula:

Alguns exemplos podem ser vistos aqui como um tipo de uso metafórico que mais frequentemente

tende a atirar poeira aos olhos do que lançar luz, começando como o que se faz a partir da falácia velada ou falsa suposição, agora desacreditado pela experiência de crescimento ou ampliação do conhecimento exato. Como já vimos, o uso de Interno e Externo, Interior e Exterior, Dentro e Fora, De dentro e De fora, como meio de contrastar mente e corpo, consciência e natureza, físico e psíquico, pensamento e realidade, é radicalmente enganoso. Assim, também é o uso de base e fundamento para expressar uma necessidade primária ou final, e, em menor grau, o uso de solo e raiz para a mesma finalidade. O primeiro introduz em todos os tipos de conexões falácias da cosmogonia primitiva. ‘Solo’ só é necessário para ficar em pé, andar, dançar; para o plantio, construção ou mineração, muito raramente, para a apreensão ou detenção. ‘Raiz’ pertence apenas a um estágio de existência da planta, que crescem para baixo do solo para obter nutrientes e manter a planta viva. No entanto, essas palavras são usadas indiscriminadamente como se cobrissem ou ilustrassem toda a gama de realidades e experiências acessíveis, característica do homem. Há, de fato, todo o esquema de analogia material, substancial, estática e metafórica para a esfera psíquica, mental ou intelectual (ou “espiritual”) (tradução nossa).⁹⁰

90 No original: “A few examples may here be noted of a kind of metaphorical usage which oftener tends to throw dust in our eyes than to throw light on any subject, starting as it does from veiled fallacy or false assumption, now discredited by growing experience or widening and increasingly exact knowledge. As we have already seen, the use of Internal and External, Inner and Outer, Within and Without, Inside and Outside, as means of contrasting mind and body, consciousness and nature, psychical and physical, thought and reality, is radically misleading. So also is the use of basis and foundation to express a primary or ultimate need; and, in lesser degree, the use of ground and root for the same purpose. The first introduces in all sorts of connections the fallacies of primitive cosmogony. ‘Ground’ is only needed for standing, walking, dancing upon; for planting in or building or mining, very rarely for grasping or holding. Roots, again, only belong to a plant stage of existence, and

Há, na linguagem metafórica, questões que dependem de alguns critérios, como tempo, espaço e carga ideológica, para significar. O sentido do signo “terra”, por exemplo, é movente e depende do contexto de significância: “terra”, por si só, traz uma ideia universal de abolutismo rigorosamente limitado de sentido. No entanto, quando potencializamos o seu valor adicionando um elemento de interação contextual, observamos essa movência de sentidos: “terra” para o agricultor; “terra” para o Movimento dos Sem-Terras (MST); “terra” para o escravo; “terra” para o estrangeiro; “terra” para o nacionalista. Em todos esses casos, o efeito da tentativa para dar a imagens o sentido contextual, faz com que essas imagens se distanciem da ideia de universal, pois devemos considerar o valor sígnico dessas imagens.

A noção de signo ideológico, conforme Bakhtin/Volochínov pode viabilizar uma discussão com o pensamento de Welby sobre a questão da imagem. De acordo com Bakhtin/Volochínov (2009, p. 31; grifos do autor)

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*. Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia. No entanto, todo corpo físico pode ser percebido

are sent down to obtain nourishment and give a grip, or hold, for the plant. Yet all these are used indiscriminately as though they covered or illustrated the whole range of accessible realities and characteristic experiences of Man. There is, in fact, the whole scheme of material, substantial, static analogy and metaphor for the psychical or mental or intellectual (or 'spiritual') sphere."

como símbolo: é o caso, por exemplo, da simbolização do princípio de inércia e de necessidade da natureza (determinismo) por um determinado objeto único. E toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, outra realidade.

Ao considerar a ideologia como parte constituinte do signo, Bakhtin/Volochínov (2009) observa que a natureza do significado dá-se na interação social, na ação do signo no mundo social em uma aproximação da filosofia da linguagem de Bakhtin/Volochínov com o pensamento de Welby. Quando Bakhtin/Volochínov analisa a imagem da foice e do martelo, não mais pensados em suas funções de instrumentos, mas convertidos em signos ideológicos ao serem pensados no contexto político da União Soviética, observa-se um deslocamento dos instrumentos de trabalho para um sentido ideológico de luta. Esse pensamento filosófico pode ser colocado em diálogo com a noção de Welby (1897; 1903; 1911) de que se a linguagem verbal é um sistema convencional, o seu método é, acima de tudo, icônico. Em outras palavras, Welby, (assim como Peirce) reconhece o papel fundamental realizado pela iconicidade no desenvolvimento da semiose verbal e não verbal.

Além de conceituar a linguagem em termos de atividade e função, reconhecendo o papel determinante do contexto da situação comunicativa, e conceber a teoria do significado em termos de terapia cognitiva, Welby reconhece a importância central da analogia e da relação de semelhança na comunicação e na estrutura linguística, significando processos gerais. O trabalho de Welby contribui para ilustrar os níveis mais complexos de significar, da expressão e de processos comunicativos, sem reduzi-los ao *status* de mera transmissão de informações e troca de mensagens. Tanto Welby, como

Bakhtin e seu Círculo pontuam a importância da iconicidade para significar, pensando nas relações entre os signos além das formulações sistêmicas.

Os signos na arquitetônica social

Ao pensarmos na produção dos sentidos dos signos, observamos que a teoria de Welby – “significs” – pode ser pensada também (bakhtinianamente) como um movimento da significância na arquitetônica social. Dessa maneira, a construção dos sentidos se dá no movimento história, sociedade, cultura e língua. Propomos, então, agora, analisar o signo “caveira” e o signo “AIDS”, observando seus lugares e valores no mundo, pensados, sobretudo, em uma arquitetônica social.

Caveira: o diálogo entre o icônico e o simbólico

A caveira é a estrutura óssea da cabeça humana e de muitos animais que suporta as partes da face e forma a cavidade que aloja o cérebro. É composta de duas partes: o crânio e a mandíbula; sem a mandíbula, a caveira é somente um crânio. Nesse sentido, a caveira serve ao homem como proteção do cérebro, fixação da distância entre os olhos para permitir a visão estereoscópica, define a distância entre as orelhas para ajudar o cérebro a usar as pistas auditivas para julgar a direção e a distância dos sons. Como essa estrutura do corpo humano, pode ser geralmente um símbolo associado à morte e a representações de medo?

A caveira humana simboliza, de forma geral, o caráter transitório e perecível da existência. Ela pode remeter também à ideia de que somos mortais e que devemos aproveitar a vida ao máximo, aceitando bravamente nosso destino.

Assim, a caveira é símbolo representativo de vários grupos, tendências e tribos sociais (na música: rock, metal, punk; em diversos grupos sociais: góticos, motociclistas, metaleiros,

maçonaria; estampa ainda bandeiras de navios piratas; pode ser encontrada em rótulos de venenos; em placas com aviso de áreas perigosas, como as de campos elétricos, indicando alta tensão e, conseqüentemente, perigo de morte etc.). Assim sendo, dependendo do contexto em que são produzidos tais diálogos entre o icônico e o simbólico, os sentidos de caveira são variados.

Ao considerarmos a questão do sentido de morte ou de vida passageira, ou ainda da certeza da morte, devemos considerar a caveira como um signo não verbal, icônico, que dialoga com seu contexto de instauração, constituindo uma rede de significados: i) a caveira tatuada em um preso; ii) a caveira como parte de rótulos de venenos que podem ser fatais para o homem; iii) a caveira pintada em placas expostas em áreas de risco. Esses exemplos podem ser representativos do sentido de morte que o signo caveira pode representar. Observamos, nesses exemplos, o sentido de perigo, de “não se aproxime”, de “tenha cuidado”, sem grandes outras significações.

No entanto, a caveira pode simbolizar o oposto da morte, ou seja, a vida, ou ainda, a superação da morte pela vida: i) o anel de caveira da maçonaria; ii) no Brasil, o símbolo do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) é a caveira com uma faca atravessada no crânio, sendo a expressão “faca na caveira” popularizada pelo filme *Tropa de Elite* (2007), dirigido por José Padilha, representativa do símbolo das unidades de operações especiais, bem como dos cursos de comandos do exército brasileiro; iii) a caveira estampada em jaquetas de grupos de motociclistas. Nesses exemplos, os sentidos da vida sobre a morte reforçam os sentidos de sobrevivência e combate, compenetração e sacrifício perante as adversidades, significando a vitória da vida sobre a morte, de superação.

Socialmente, a caveira ainda pode ter o significado de protesto perante as injustiças, as desigualdades, os preconceitos raciais, sociais, religiosos, uma vez que a caveira como representação de morte, iguala todos os homens nessa condi-

ção: se a morte é certa, todas as iniquidades perante os homens que sofrem deveriam ser extintas, como ocorre no *rock heavy metal*. Outra questão da simbologia da caveira é a atualidade comercial do seu uso: em uma economia capitalista, a caveira transforma-se em um item de consumo para a moda: camisetas, calças, bijouterias, tênis com estampas de caveiras são os *hits* do momento e, em uma análise superficial, a caveira sai do universo *underground* para adentrar o universo *pop* da cultura de massa. Anéis, colares com pingentes de caveiras e vários outros acessórios são comercializados. Na América Latina de forma geral, a febre entre os jovens em tatuar em seus corpos a caveira mexicana, que é uma caveira colorida, alegre, que tem o sentido de celebração tem sido cada vez mais comum, com a função de lembrar que as diferenças sociais não significam nada, que todos são iguais diante da morte, ao mesmo tempo em que se torna mais um item de consumo para ser vendido, capitalizado.

Além disso, as caveiras têm um lugar importante na riqueza histórico-cultural geral, sendo tema dos grandes mestres da pintura renascentista, da arte da Igreja, e símbolo de legiões e batalhões de exércitos ao longo da história europeia.

Ao considerar, portanto, a ideologia como parte constituinte do signo “caveira” (retomamos aqui Bakhtin/Volochínov 2009), observamos que a natureza do significado desse signo se dá na interação social, na ação do signo no mundo social. O signo “caveira”, com seus múltiplos sentidos, atestam a impossibilidade de tratarmos de linguagem desvinculada das culturas, das sociedades. A imagem da caveira como signo ideológico é um bom exemplo do diálogo entre o icônico e o simbólico, uma vez que o signo “caveira” não se trata simplesmente de uma “cabeça descarnada” ou “esqueleto da cabeça”. Como signo ideológico, a imagem da caveira extrapola a sua função física, biológica, e, no mundo icônico e simbólico, ela é convertida em dor, sofrimento, morte, superação da morte, adorada por alguns, temida por outros. Há uma construção de sentimentos que perpassam o

signo caveira que não mais o definem, mas o exploram em um movimento de significação.

Essas considerações colocam em diálogo Bakhtin e Welby, uma vez que a linguagem verbal, sendo um sistema convencional, baseia-se em um método icônico. Por isso, observamos o papel fundamental realizado pela iconicidade no desenvolvimento da semiose – seja ela verbal, não verbal ou sincrética.

Ao analisar o signo verbal “caveira”, encontramos algumas expressões metafóricas que podem fazer ecoar os estudos da linguagem metafórica em Welby (1897; 1911) e, também, considerarmos a arquitetônica social na ação dos signos na vida. Eis algumas expressões metafóricas: i) “ele é uma caveira”, no sentido de homem muito magro; ii) “fazer a caveira de alguém”, no sentido de “fazer intriga”, “fazer comentários negativos”, “fazer com que alguém seja malvisto por outrem”; iii) “encher a caveira”, no sentido de embriagar-se. As expressões populares são formas representativas de significar os aspectos históricos, sociais, ideológicos e culturais de uma língua no desenvolvimento da semiose verbovocovisual (para usar a expressão de Pignatari 2005).

Eis que, é preciso que haja o entendimento que, qualquer imagem icônico-simbólica como a que um determinado objeto físico dá origem – aqui, analisamos a caveira – já é um produto ideológico. O objeto físico é convertido em um signo que se significa na arquitetônica social. Nesse sentido, a caveira (assim como todos os signos existentes) não deixa de ser uma parte da realidade material, mas também pode como ocorre, “refletir e refratar”, para usarmos os termos bakhtinianos, outra “realidade”, a qual nos constitui, na vida, como sujeitos: a linguagem.

AIDS no contexto de *Philadelphia* (1993)

Philadelphia é um filme americano de 1993, com direção de Jonathan Demme, no qual é contada a história de

Andrew Beckett (interpretado por Tom Hanks), um jovem e promissor advogado que tem sua carreira cortada quando é demitido da prestigiada empresa de advocacia para a qual trabalha. A alegação dada pela empresa é que seu trabalho não é satisfatório. No entanto, Andrew sabe que a verdadeira razão pela demissão é o fato de ele ter AIDS. Determinado a defender sua dignidade e reputação profissional, Andrew contrata o advogado Joe Miller (interpretado por Denzel Washington) para processar seus antigos patrões por sua demissão injusta. Inicialmente, Joe está resistente em aceitar o caso, pois, apesar de ter crescido conhecendo as dores do preconceito, ele nunca antes tinha encarado seus próprios preconceitos contra a homossexualidade e a AIDS. O discurso cinematográfico verbocovisual de *Philadelphia* coloca em uma dinâmica temporal esses dois homens, Andrew e Joe, que iniciam uma luta social (e histórica) contra a intolerância e a ignorância da sociedade em relação ao desconhecimento da doença. Andrew luta por sua reputação, sua vida e por justiça, enquanto Joe luta para enfrentar seus medos e preconceitos, bem como os da sociedade em que vive.

O signo AIDS, no contexto do filme *Philadelphia*, significa a morte social. Essa questão reflete o imaginário coletivo das pessoas que não tinham (ou têm) clareza sobre a doença, sobre as precauções para evitá-la e como acontece seu contágio. São questões que colocam em confronto a AIDS e o preconceito das pessoas pelos infectados, visível nos anos de 1990 (e, por alguns ainda hoje). A personagem de Andrew, um jovem advogado homossexual infectado pela AIDS, tem sua vida anulada quando a empresa de advocacia onde trabalha descobre sua doença. Marginalizar a vida do outro por causa da doença nos remete à questão da lepra na Antiguidade, quando os doentes eram discriminados e afastados do convívio social. Até a descoberta da Hanseníase na medicina moderna, e as constantes campanhas sociais educativas para a população, mostrando a sua cura, em uma luta constante

também contra o preconceito. Os sentidos que constroem o signo AIDS em *Philadelphia* são, sobretudo, representativos da mentalidade social da época: marginalizar, segregar, isolar, impedir de participar da sociedade, simbolizam a repressão (e opressão) social dos indivíduos infectados com AIDS que adentravam em um universo de não cura, de serem infecciosos para os sãos e, portanto, de carregarem consigo suas sinas de morte certa.

Marginalizar o outro por ser portador da AIDS, por ser um transmissor em potencial, faz com que, em *Philadelphia*, o signo AIDS revele o sentido de morte social: o caso jurídico promovido pelo advogado Joe Miller em busca de justiça para o caso de Andrew revela que o caso não se configurava somente sobre uma injustiça em decorrência do déficit de conhecimento sobre a AIDS por parte das pessoas. De outro modo, o caso de Andrew revelou a fobia, o medo e o ódio que a sociedade sentia pelos infectados, até então, tidos como duplamente condenados: por carregar a doença e por serem homossexuais. Talvez nem por serem infectados, mas pelos sentidos que “ser infectado” adquiria nesse contexto social e histórico da doença: ser aidético quando também se era homossexual. Duplos preconceitos, marginalização e morte social.

Ao pensar sobre o signo AIDS, voltamos a considerar que seus sentidos devem responder a uma situação social imediata (o filme *Philadelphia*) em um contexto social mais amplo (o percurso social e histórico da doença desde *Philadelphia* até hoje, anos 2012, século XXI, quase 20 anos), mais decididamente sobre a ação do signo AIDS na vida. Observamos que o signo AIDS faz sentido a depender dos próprios sentidos que foram construídos ao longo de sua história: a sua descoberta, a evolução das pesquisas sobre a doença pela medicina, prevenção, tratamento, campanhas educativas sobre a doença, a troca do preconceito pelo entendimento sobre a doença. Nesse sentido, podemos pensar na conjuntura social do signo AIDS em uma relação de devir com os sentidos construídos: os sen-

tidos do signo AIDS em *Philadelphia*, de 1993, dizem respeito aos sentidos de “doença maligna”, “doença de homossexual”, “doença infecciosa”, “doença sexualmente transmissível”; no final dos anos 90, o signo AIDS traz, além desses, ainda, outros sentidos: “doença tratável”, “doença estabilizada”.

Assim, na linguagem verbovocovisual cinematográfica de *Philadelphia* configuram sentidos sógnicos sobre a AIDS que, em sua função interlocutiva, dirigem-se a um interlocutor e variam dependendo do grupo social a que se destinam. No caso do filme em estudo, o signo AIDS aparece sob a égide do preconceito, do medo e da fobia social em relação aos aidéticos. Assim, os sentidos dos signos perpassam e constituem a linguagem verbovocovisual no ato de interlocução, dependendo também da sociabilização dos sentidos desses signos.

O signo AIDS com seus sentidos construídos e transformados ao longo da história mostra a impossibilidade de falarmos de linguagem sem falar do social. A fotografia do jovem David Kirby, de Ohio, EUA, portador da AIDS, feita por Teresa Frare, em 1990, acabou se convertendo na mais representativa imagem sobre a doença. Enquanto a foto era elogiada pela crítica e recebia vários prêmios (o *World Press Photo*, em 1991), Kirby falecia em abril de 1990. A foto foi publicada em novembro de 1990, pela revista LIFE⁹¹. Eis que, em 1992, ao ganhar fama e ser vislumbrada como a imagem ícone da AIDS, o publicitário Oliviero Toscani, a transforma em uma peça publicitária da campanha *United Colors of Benetton*: os familiares de Kirby ao redor de seu corpo sobre a cama, consumido pela doença, em uma imagem que registra o desespero dos familiares.

Essa transformação da fotografia sobre a AIDS, de ser focada como uma doença para seu deslocamento de sentido pensado em uma peça publicitária de uma marca de roupa re-

91 Site de acesso para a *Revista Life*: <<http://life.time.com/history/behind-the-picture-the-photo-that-changed-the-face-of-aids/#1>>. Acesso em: 09 jul. de 2015.

vela a possibilidade do signo (ideológico) AIDS extrapolar seu sentido primeiro, de doença, sendo convertida em material midiático. Não há como esgotarmos o assunto sobre signos e sentidos; isso mostra como “Significs” movimentam a expressão do homem em ação e ato, criação e invenção (WELBY, 1911, p. 8-9).

Considerações finais

Ao considerar o diálogo teórico entre os estudos de Welby e o Círculo de Bakhtin, pensamos em suas aproximações teóricas de modo a oferecer aos estudiosos da linguagem *um grão de teoria* da extensa obra destes filósofos. O movimento “Significs”, preconizado por Welby, como já dissemos no início deste artigo, representa o estudada natureza dasignificância em todas as suas formase relações, em todas as esferas da vida humana e do conhecimento. Ao pensar “significs” em um movimento de significância, Welby empreende os estudos dos signos, considerando a ação dos signos na vida.

A noção de movimento “significs”, como vimos, potencializa os estudos semióticos ao considerar o signo como ação (ética-responsiva-responsável do eu-para-o-outro do outro-para-mim) dos signos no mundo, na vida. Podemos, por meio dessa aproximação teórica entre Welby e Bakhtin, construir uma noção de signo (semiótico, ideológico e dialógico) que interage no/com o mundo, com os sentidos e significados (e significâncias) transformando-se juntamente com a história, sociedade e cultura. Sob essa perspectiva, potencializamos os estudos dos signos realizados por esses filósofos colocando-os em ação no mundo, na vida.

Os signos “caveira” e “AIDS” analisados possuem sentidos e significados a depender de seus lugares no mundo, de seus interlocutores, de seus movimentos na vida. A caveira no universo *underground* do *heavy metal* possui sentidos e significados que se distanciam da caveira no universo

pop da cultura de massa, capitalizada. Assim como a AIDS no contexto filmico de *Philadelphia* observada a partir da temática do preconceito e da morte social do protagonista Andrew, produz sentidos e significados que se distanciam da fotografia de David Kirby com sua família em seu leito de morte, transformada em uma peça publicitária para a campanha *United Colors of Benetton*.

Ao considerarmos, em concordância com Bakhtin/Volochínov (2009), a ideologia como parte constituinte dos signos e, especificamente, dos signos analisados neste artigo, observamos que a natureza do significado dá-se, sobretudo, na interação social, na ação dos signos no mundo. Quando analisamos os signos “caveira” e “AIDS”, não pensamos em suas funções sistêmicas no mundo, mas sim, em suas funções ideológicas e contextuais. Logo, a linguagem, verbal e não verbal, em sua malha sígnica, é a responsável por formular sentidos e significados, bem como transformá-los em uma ação conjuntamente histórica, social e cultural. Eis a natureza dos signos na linguagem: acionar a vida e por ela ser acionados.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M./Volochínov, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 13. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAKHTIN, M. M. 1997. *Estética da criação verbal*. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. M. *The dialogic imagination*. Austin: University of Texas Press, 1998.

BAKHTIN, M. M. *Speech genres & other late essays*. Austin: University of Texas Press, 1999.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

PAULA, L. de; Stafuzza, G. B. (Orgs.) *Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável*. Vol. 1, Campinas: Mercado de Letras, 2010.

PAULA, L. de; Stafuzza, G. B. (Orgs.) 2010. *Círculo de Bakhtin: diálogos in possíveis*. Vol. 2, Campinas: Mercado de Letras, 2010.

PAULA, L. de; Stafuzza, G. B. (Orgs.) *Círculo de Bakhtin: pensamento interacional*. Vol. 3, Campinas: Mercado de Letras, 2011.

PAULA, L. de; STAFUZZA, G. B. (Orgs.) *Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

PEIRCE, C. S. *Semiotic and signifiacs*. The correspondence between Charles S. Peirce and Victoria Lady Welby (Ed. by Charles Hardwick). Bloomington-London: Indiana University Press, 1977.

PETRILLI, S. *Signifying and understanding: Reading the works of Victoria Welby and the signfic movement*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2009.

PETRILLI, S. "Sign and meaning ande Victoria Welby and Mikhail Bakhtin: a confrontation". In: SCHIMITZ, H. W. (ed.) *Essays on signifiacs*. Foundations of Semiotics (Ed. A. Eschbach). John Benjamins B. V., 1988. p. 197-216.

PIGNATARI, D. *O que é comunicação poética*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

PONZIO, A. 1988. "Theory of meaning and theory of knowledge: Vailati and Lady Welby". In: Schimitz, H. W. (ed.) *Essays on signifiacs*. Foundations of Semiotics (Ed. A. Eschbach). John Benjamins B. V., 1988. p. 165-178.

STAFUZZA, G. B. (Org.) *SLOVO – O Círculo de Bakhtin no contexto dos estudos discursivos*. Curitiba: Appris, 2011.

STAFUZZA, G. B. 2011. *Análise do discurso literário: das vozes de Homero em Joyce*. Curitiba: Appris, 2011.

WELBY, V. *Links and clues*. London: Macmillan & Co., 1881

WELBY, V. *Grains of sense*. London: J. M. Dent and Co., 1897.

WELBY, V. *What is meaning? Studies in the development of significance*. London: Macmillan and Co., 1903

WELBY, V. *Significs and language* – the articulate form of our expressive and interpretative resources. London: Macmillan and Co., 1911.

Versão final

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: da perspectiva do discurso policial à análise linguístico-ideológica

Celso Ferrarezi Junior
Sérgio Nunes de Jesus

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Para contextualizar: sobre signo e ideologia

A moderna compreensão da linguagem a relaciona com os aspectos ideológicos das relações sociais. Bakhtin/Volochinov (1997)⁹² aproxima os estudos da Filosofia da Linguagem a uma abordagem de natureza ideológica. Esse pensamento está, se certa forma, relacionado ao o modelo marxista, pois remete ao fato de que os signos são ideológicos por natureza e que fragmentam o material da realidade constituída. Ainda, na mesma obra, se atribui à ideologia refratada na e pela linguagem uma dimensão relacionada ao desempenho social em que a consciência, de certa maneira, adquire sua forma e existência nos signos e que são o principal “alimento” da consciência individual.

As ideologias, por sua vez, fazem parte do nosso cotidiano. Elas estão relacionadas a todos os aspectos culturais de cada sociedade e refletem composições muito complexas de interesses e visões de mundo que se mesclam no tecido social e que, sempre, encontra na linguagem sua forma mais significativa de expressão. Quando circunscrevemos o amplo campo da linguagem ao campo das línguas naturais, encontramos, ainda assim, um objeto de estudo naturalmente ideológico e que, por isso mesmo, serve aos mais diversos objetivos de natureza socioideológica. Daí grande parte da importância

92 Não cabe, aqui, entrar a polêmica – em andamento – sobre a autoria da obra que ora utilizamos (cf. Broncart e Bota, 2012). Vamos considerar, como apresentado na edição que citamos, que se trata de um livro a quatro mãos e vamos, sempre, citar ambos os autores como responsáveis pela ideia que aqui analisamos.

dos estudos de viés ideológico na concepção da Filosofia Linguagem de Bakhtin/Volochinov.

Vistos pelo prisma do *signo ideológico* (a palavra é o signo ideológico por excelência), a própria linguagem é constituída pelo material das ideologias. Os autores em questão afirmam que o signo sempre está impregnado de ideologia e [...] *tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia* (idem, p. 31). Logo, como sem signos não existe linguagem, é possível concluir que sem ideologia não existe linguagem humana. Da mesma forma, como a linguagem tem uma atuação de caráter intermediador, de ambiente de trocas em um tecido social, é cabível a assertiva de que sempre há aspectos ideológicos envolvidos nas relações – normais ou conflituosas – em tais ambientes, pois essas relações são intermediadas pela linguagem (cf. *ib.* p. 32).

Podemos perceber, então, que uma dada representação ideológica, a partir da existência de um signo, terá a sua base na materialização do processo de comunicação. Essa materialização nasce dos interlocutores que, ao proferirem seus discursos – sempre ideológicos – irão influenciar a realidade social. Dessa maneira, podemos dizer, também, que a ideologia não apenas é gerada nas como também influencia as consciências individuais – condição necessária à existência social do homem.

Bakhtin/Volochinov afirmam que a ideologia, bem como o universo semiótico são indispensáveis um ao outro – isso implica dizer que a ideologia compõe o significado de cada signo e, assim, constitui parte da própria significação do ato comunicativo. Ou seja: se há presença do signo, se há comunicação, a ideologia se manifesta. Assim, o signo assume de certa forma, ou incorpora, um significado que não lhe seria próprio⁹³, mas que faz parte de um consenso social – assumin-

93 Parece claro que a abordagem dos autores se refere ao conceito de significado como idealizado pela linguística saussuriana do início do século XX. Hoje, as novas concepções de significado e de sentido já dão conta dos valores ideológicos de forma intrínseca, o que desobrigaria a necessidade de comentários dessa ordem.

do assim a representação de uma ideia não referencial, de uma ideia que lhe foi atribuída na situação social e que, nesse caso, constituirá um novo significado.

Essa perspectiva de análise do signo com um componente obrigatoriamente ideológico faz-nos ver que o conteúdo ideológico do signo reflete sentidos outros além daquelas de natureza puramente referencial, contradizendo algumas das visões tradicionais e ingênuas acerca do significado, como aquelas que ditavam que o significado era o referente ou uma imagem do referente representado. Ao conceber que a dimensão ideológica do signo o faz dizer algo que “antes não se dizia”, ou seja, que esse significado é acrescido de valores do ambiente social os autores citados deixam claro que “*o signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra (op.cit., p. 32)*”. Essas ligações do signo e da ideologia ganham importância na análise dos objetos de natureza linguística, bem como dos fatos sociais, e evidenciam que o componente ideológico do signo nos revela uma dimensão de sentidos linguísticos que a tradição estruturalista que esses autores criticavam não dava conta de analisar. Além disso, essa concepção mais ampla de signo implica que os atos de comunicação são *produtos ideológicos*.

Para tais autores, é preciso sempre considerar a análise semiótica dos signos, ou seja, realizar uma análise mais ampla, pois ela nos revelaria que os signos estão inseridos em campos sociais em que exercem um papel revelador e, ao mesmo tempo, constituinte. Como os autores dizem: “*cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade (op.cit., p. 33)*”.

Tais signos oferecem a possibilidade de ser apreendidos semioticamente (re)estabelecendo-se certas ligações entre sua natureza ideológica e sua dimensão representativa referencial. A questão ideológica tem um caráter fundamental na visão de mundo, determinando as diversas criações que a ideologia nos

permite por meio desses mesmos signos. Esses autores (*op. cit.*, p. 33) afirmam que “*cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para realidade e refrata a realidade à sua maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social*”. Essa relevância condiz com a ideia de que o homem sempre expressa, por dos signos, a ideologia permeadora de suas relações sociais, a partir das diferenças constituídas pelos discursos produzidos nos diferentes campos ideológicos: “*o próprio signo e todos os seus efeitos (todas as ações, reações e novos signos que ele gera no meio social circundante) aparecem na experiência exterior*” (*op.cit.*, p. 33).

É importante ressaltar que o fato socioideológico estabelecido por Bakhtin/Volochinov dispõe de um *material* para se constituir, pois a tomada da consciência está submetida à ideologia e passa a se constituir a partir dos signos fornecidos pelos meios sociais. Eles apontam, ainda, que “*a consciência individual não só nada pode explicar, mas ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social*” (*op.cit.* p. 35).

A questão dos estudos da consciência em Bakhtin/Volochinov acarreta, para nós, certa relação de interdependência: ela deve não só constituir-se das ideologias que circulam o meio social como também devem se refletir no momento em que o homem constitui suas relações na e para a sociedade. Deste modo, pode-se constatar que, não reside na consciência individual o cerne das ideologias, mas sim uma consciência social, coletiva, estabelecida de signos sociais que se estruturam e refletem constantemente valores ideológicos. Os fatos sociais sempre irão constituir as ideologias, e assim, a consciência tende a assimilar essas alterações e, ao mesmo tempo, reproduzi-las, às vezes de maneira criativa. Logo, os signos ideológicos só irão atuar e circular pela apropriação da consciência social, ponto fundamental no espaço e no processo da comunicação.

É válido ressaltar, também, que a *palavra* é parte integrante desse processo da comunicação em ambiente social. Tal é que os autores enfatizam que a palavra – seja ela como *unidade da língua* ou do *discurso* irá nos fornecer condições para entender os aspectos ideológicos e, conseqüentemente, obter uma compreensão mais ampla dos usos linguísticos.

Assim,

[...] A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. [...] A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. [...] É preciso fazer uma análise profunda e aguda da palavra como signo social para compreender seu funcionamento como instrumento da consciência (*op.cit.* p. 36-37).

Rever as questões da palavra parte fundamental processo comunicativo e ideológico são fundamentais para se entender que “a comunicação na vida cotidiana” é uma ferramenta importante não só para o processo de produção dos sentidos *stricto sensu* que estarão veiculados no discurso, mas também de “material social e ideológico”, de sentidos outros, mais complexos e impregnados de *valores culturais* (cf. FERRAREZI JR., 2010), das formas discursivas que irão se situar nas conversações.

Nessa perspectiva, apontam que

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras

e somente reagimos àqueles que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (*op. cit.*, p. 95, grifo nosso).

Tais preceitos discutidos por Bakhtin/Volochinov nos mostram uma relação direta entre os atos cotidianos de linguagem e a expressão de valores ideológicos mais complexos, apreensíveis a partir da palavra. No ambiente social, a palavra assume, assim, não apenas um valor constituinte da ideologia, mas se torna um objeto de estudo passível de revelar esses aspectos ideológicos tão necessários à compreensão da sociedade de forma mais profunda e integral.

Um sujeito e seu discurso são, portanto e nessa perspectiva, produtos (re)velados pelas forças sociais. A *palavra* exerce um papel importante nas relações de poder e produz falas vinculadas a certos *escopos sociais de poder*. Isso nos permitirá, neste artigo, investigar de que forma o discurso policial registrado em Boletins de Ocorrência (BO)⁹⁴ representa ideologicamente casos de violência doméstica a partir da ótica “oficial” ou, pelo menos, pela intermediação oficial entre o discurso proferido pelo depoente e o discurso registrado no documento legal, intermediação esta efetuada ora por um policial militar, ora por um escrivão de polícia.

Nesse sentido, o *discurso escrito* se fundamenta como parte integrante da discussão ideológica em grande escala: trata-se de uma resposta, de “alguma coisa”, de um refutamento, de uma confirmação, da antecipação de uma resposta, de objeções potenciais, da busca de apoio etc.

Assim sendo, a enunciação tem seu significado corrente na comunicação verbal ininterrupta do cotidiano. Disto, observa-se que:

94 De agora em diante passaremos a sintetizar o Boletim de Ocorrência observando pela sigla BO.

Não se trata, aqui, de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria (FOUCAULT *apud* GREGOLIN & BARONAS, 2001).

Igualmente, é válido considerar que esses limites fazem parte da língua e que se sustentam de certa forma, dos contextos preestabelecidos pelo discurso.

Assim, como diz Bezerra (1998, p. 24), “a ideia de pesquisa ‘técnica e científica’ foi, a cada dia, se desenvolvendo em direção a uma interdisciplinaridade que tem como interface a palavra oral e escrita, matéria-prima do Direito, e objeto de estudo da Linguística”.

Observa-se, desse modo que, numa “Tomada de Depoimento”, devem ser levados em consideração alguns procedimentos, dentre os quais é possível destacar os procedimentos do interrogatório que, por sua vez, dizem respeito à maneira de se perguntar; afinal, determinadas perguntas possuem o que pode ser chamado de “ciladas”, ou seja, uma força influenciadora, de modo que a própria pergunta prepara a eventual resposta. No que concerne à questão discursiva, portanto, saber perguntar significa concretizar um papel quase sempre desafiador e dominar a própria linguagem.

Passemos, então, a algumas considerações sobre a instituição policial e seu papel na construção desses discursos registrados em BO.

A instituição policial e a intermediação de discursos

Quando da realização da pesquisa de mestrado de Sérgio Nunes, intitulada *Discurso Policial: a subjetividade em*

*Boletins de Ocorrência (BO's)*⁹⁵, em Delegacias da Mulher no Estado de Rondônia, em três municípios (Cacoal, Pimenta Bueno e Espigão do Oeste), percebemos que a subjetividade instituída nos Boletins colhidos nessas delegacias detinham, em suas materializações (as Tomadas de Depoimento - TD) suportes que poderiam contribuir de maneira incisiva para o campo da análise do discurso desse gênero de texto ainda pouco - ou quase nunca – explorado. Verificamos essas ocorrências de subjetividade, em especial, nas TD das mulheres vítimas de violência doméstica.

Essas TD são ainda lacunares e pouco exploradas em pesquisas a partir das perspectivas linguístico-discursivas. Embora haja estudos nas áreas da Psicologia Social e outras na questão de Gênero, são estritamente voltadas para uma abordagem acadêmica e menos social, porém servirão de referências que podem dialogar e, ao mesmo tempo, contribuir para nossos estudos.

Evidenciaremos, para melhor esclarecimento, de que maneira as práticas sociais do Aparelho do Estado (AE) constituem a materialidade da interpelação do agressor como parte do processo de construção ideológica de documentos envolvidos em processos policiais/judiciais: Tomadas de Depoimento, Intimações, Perícias, Diligências, Busca e Apreensão. Essa intervenção ideológica nos documentos será chamada aqui de processo de Formação Ideológica em Documentos Oficiais- FI.

Deve-se levar que os saberes sociais próprios de uma formação discursiva que evidencia a pretensão de controle do Estado, podem ser identificados como formas de FI nesses documentos em questão na forma de estatutos subliminares instituídos por lei em outros textos como, por exemplo: *zelar pela ordem, zelar pelos bons costumes, agir de maneira pre-*

95 Dissertação de Mestrado defendida em 03 de julho de 2008 na Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

ventiva, fazer valer os deveres do cidadão, cumprir a lei entre outros. Esses valores são justificados a partir do pretendido papel da Polícia como parte do Aparelho do Estado.

Em função disso, temos que a interpelação do aparelho policial para obtenção das materialidades discursivas nas práticas de violências contra a mulher se constitui como um foco natural da presente análise porque é nesse processo que vai da TD à construção do BO que o aparelho policial tem espaço para interferir ideologicamente na construção textual original do depoente e, já previamente classificar as ações e os atores em função das peculiaridades e interesses próprios do sistema policial. Assim, verificamos que um estudo nessa linha pode contribuir só para a área de Análise do Discurso, mas também para a Antropologia, a Saúde, a Psicologia e os estudos Sociológicos, entre outros.

Procuraremos investigar dentro desses olhares as Tomadas de Depoimento - a instância da Polícia (Posto da Mulher) - a fim de observar como os sujeitos que praticam os atos de violência contra a mulher depõem espontaneamente ou respondem aos interrogatórios da Polícia, em virtude das acusações que lhe são feitas pelas mulheres e por testemunhas de suas agressões. A análise feita permitiu, desde os primeiros resultados, constatar o fato de que os discursos dos réus nos BO ou nos Inquéritos Policiais *não refletem a fala do réu, mas a fala do réu apropriada pelo escrivão* que, por sua vez, *reproduz um “padrão-escrivão-de-ser”*. Ou seja, *não temos sujeitos peculiares atuando, mas hábitos culturais*.

Observamos, também, que o discurso do Escrivão de Polícia não é um *discurso pessoal*, mas um *discurso assujeitado* por um padrão de *“escrivão-de-polícia”*. Assim, muito mais do que uma interferência do sujeito, há uma interferência do *“hábitus”*, da cultura na materialização desse discurso.

Em todo processo, cumpre observar a materialização da ideologia na forma de discurso. A constituição das materialidades a partir das análises dos depoimentos na esfera

policial, permite evidenciar questões da agressão verbal como evidência psicológica e as experiências vividas pela depoente e rever, nesses casos, a relação do Estado (como aparelho ideológico) com a sociedade.

Da perspectiva de uma análise do discurso policial é importante salientar as relações existentes entre o “judiciário” e o puramente “discursivo”, principalmente ao se tentar, nessas relações, proceder ao estabelecimento de um “dispositivo” que possa, ao menos, atender à “necessidade” de legitimar a instituição “Polícia” como aparelho ideológico e porta-voz de um lugar enunciativo sem autorização dos enunciadores, dispositivo esse em que os recortes da *fala do sujeito-agressor* (investigado) possam assumir uma *posição-sujeito* ao este ser interpelado perante a autoridade policial no ato da Tomada do Depoimento.

Desses lugares assumidos a partir da posição-sujeito do agressor, o uso da “força” é uma constante na forma da Lei (posição de resistência). Se a interpretação desliza para cada legitimação entre a *Lei* e o *Agressor* na TD, jamais haverá uma *consciência plena do fato transcrito*. A *ideologia* do agente policial, nesse caso, funcionará como *força motriz* dessa interpretação, que vinculará *história, eu-sujeito-depoente e linguagem* na forma de um discurso *desapropriado* de suas origens e, agora, reconstruído em moldes muitas vezes alheios à construção histórico-cultural do depoente.

Com isso, a interpelação do *sujeito-agressor* sempre será constituída na Formação Discursiva, pois o *sujeito real* é “particionado” de forma ideológica em seu depoimento. Não raro, os personagens do depoimento são previamente classificados (réu, vítima, agressor, agredido etc.) já no ato de construção do BO, com base em uma interpretação superficial do agente policial, sem autorização dos depoentes e sem averiguação factual do ocorrido. Isso acaba causando a construção de um cenário imaginário a partir de um *discurso outro* que não o discurso original do depoente.

Se pensarmos a questão do ponto de vista da estrutura administrativa do Estado, mais propriamente, do aparelho de repressão ao crime, observaremos que o aparelho repressivo do estado está assegurado por sua organização centralizada, unificada sob a direção dos representantes das classes no poder (ALTHUSSER, 1985, p. 74). Logo, modificar as representações originais dos depoentes em BO, mesmo que de forma inconsciente e por influência de uma “ideologia do controle”, é uma forma de o Estado garantir o domínio das relações sociais e interferir nos destinos de pessoas que recorrem ao aparelho policial para resolução de seus problemas sociais.

A polícia judiciária, para Faustin Hélie – *é o olho da justiça*. É preciso uma atenção maior e especializada para que seus objetivos sejam cumpridos e que suas decisões sejam designadas a partir da *natureza dos fatos* investidos pela própria polícia.

Segundo as perspectivas de Mészáros (2009, p. 51):

A projeção do modelo individualista/antropológico sobre o complexo social como um todo “transcende” conceitualmente os antagonismos inerentes à ordem estabelecida e os substitui pelo mero postulado de um “*ser moral*”, o qual, por definição (e apenas por uma definição insustentável), “tende sempre à conservação e ao bem-estar do todo e de cada parte”, e assim decide legitimamente “o que é justo ou injusto” (grifos nossos).

A autoridade representada pela polícia dentro do aparelho repressivo do estado se constitui de maneira servil a sua posição de classe. Por outro lado, a polícia trabalha com um imaginário institucionalizado de si próprio e com práticas ideológicas que repetem a ideologia dominante do aparelho repressivo do estado – sua resistência impõe regras e limites que, pelo enfrentamento a eles instituído torna possível a legitimação desse discurso que interpela e é ao mesmo tempo, o *porta-voz legitimado da instituição*: a Polícia.

Dessa perspectiva sobre o Aparelho Ideológico de Estado (AIE), é válido observar que, todo e qualquer documento *escrito* ou *falado* causa um efeito comunicativo e construindo um sentido nos interlocutores⁹⁶. Quem produz os documentos escritos, no caso dos depoimentos à polícia, é ora o escrivão de polícia ora o policial militar que atende a uma ocorrência externa. Ao transcrever os enunciados dos depoentes no processo de Tomada de Depoimento, esses agentes, na verdade, “traduzem” a fala dos depoentes, muitas vezes considerada “inculta” e “confusa”, para aquela que seria a legítima fala “cult”, “correta” e “clara” de que a Justiça precisa para efetuar as investigações e aplicar a lei.

Como todo e qualquer ato inerente à linguagem carrega em si indícios de subjetividade⁹⁷, é evidente que essa tradução feita pelo agente policial é, na verdade, uma apropriação do discurso alheio e sua transformação em um discurso tipicamente policial. Isso não é feito – e nem seria possível que o fosse – sem a interferência da ideologia própria do aparelho policial e das inferências pessoais do escrivão/policial militar. Toda narrativa de BO é, portanto, não uma transcrição de discurso, mas a tradução de um discurso *primário* (baseado em uma ideologia, em uma cultura, em uma história do depoente) para um discurso *secundário* que atende às exigências formais⁹⁸ e ideológicas do aparelho policial.

Uma vez que a língua deve ser vista como instrumento mediador, por meio da qual se representa a subjetividade, temos que

[...] se o próprio do discurso e do sujeito é a sua incompletude, sua dispersão, e que um texto seja heterogêneo, pois pode ser afetada por distintas

96 Pessoa que dialoga, discute, conversa com outro. [...], pois cada locutor que toma a palavra é, pois, interlocutor do precedente, e os dois se instituem, assim, em interlocutores.

97 Presença do falante em seu discurso manifestada em suas ações.

98 E aqui cabe lembrar Bourdieu, 1998, quando fala que o exercício do poder se dá, em grande monta, pela manipulação da forma.

formações discursivas, diferente posição do sujeito, ele é regido pela força do imaginário da unidade discursiva, estabelecendo-se uma relação de dominância de uma formação discursiva com outras, na sua constituição (ORLANDI, 2005, p. 74).

A enunciação é o palco para as relações de um *eu* e de *outro*. Como vimos, uma vez que as Tomadas de Depoimento se constituem a partir de uma linguagem própria do aparelho policial, com diferenciais e técnicas vocabulares peculiares, é inevitável que essa tradução do discurso do depoente para o discurso oficial resulte em deformações do conteúdo relatado. A maioria dessas deformações, mesmo que incompreendidas pelo depoente (como por exemplo, a mudança de “minha mãe” para “a vítima” ou de “meu pai” para “o réu”) acaba gerando consequências no processo de julgamento e de aplicação da lei. Não obstante, trata-se de uma particularidade preponderante da comunicação escrita e da pragmática do policial.

Ao analisar uma TD deve-se sempre levar em consideração a questão comunicativa, uma vez que essa deve ser a mais convincente possível. É preciso atentar ao fato de que, embora convincente, a interpretação/gesto de leitura não deveria ser tendente a nenhuma das partes envolvidas, sob pena de se incorrer num erro judicial. Porém, não é isso que se constata na prática. Vejamos alguns exemplos a título de ilustração do que apresentamos teoricamente até agora.

O discurso referido e relatado: dos saberes às práticas linguístico-ideológicas em um caso relatado de violência doméstica

Tendo em vista o que dissemos anteriormente, a análise dos dados levantados visava a evidenciar de forma mais precisa os argumentos apresentados pelas *partes envolvidas*, a fim de que se pudesse, desse modo, elucidar o sujeito falante

(depoente) e seu interlocutor (escrivão) como ouvinte do discurso proferido⁹⁹.

Nesse caso, enfoquemos dois pontos: a questão da produção de sentidos num *discurso referido* e num *discurso relatado* – esses terão como base a sustentação de efeitos produzidos, primeiramente, na Tomada de Depoimento, no interior da Polícia:

Ex.: 1 - Discurso Referido:

As 10:00 horas do dia X¹⁰⁰, compareceu nesta Delegacia de Polícia a comunicante, nos comunicando que o infrator na data do fato, aproveitando-se que sua filha menor (vítima) estava sozinha bolinou as partes íntimas da mesma chegando a romper o hímen¹⁰¹. (sic)

No documento acima, podemos observar que, após as identificações de praxe, como hora, data e local, alguns elementos de natureza ideológica aparecem bem marcados e construídos sob a capa de uma linguagem policialesca típica:

1. A comunicante é apresentada como tendo buscado a ajuda policial voluntariamente, o que evidencia uma autorização tácita de que a Polícia atue no caso (“a comunicante comparece e nos comunicou”). Na verdade, não há outro meio legal que não esse previsto na organização social brasileira para se buscar auxílio em casos assim, mas, mesmo isso sabido, o texto deixa transparecer uma “busca voluntária” e, por isso mesmo, “autorizativa” por parte da depoente;

99 É válido ressaltar que não foi permitida a gravação do discurso do depoente em nenhuma das Delegacias de Espigão do Oeste, Pimenta Bueno e Cacoal; pois seria necessária a autorização dos depoentes que não aconteceu.

100 A pedido da Delegada plantonista, datas e nomes nos documentos foram omitidos para preservar a identidade dos envolvidos, bem como dos profissionais atendentes no Plantão da Delegacia.

101 Relato transcrito da Tomada do Depoimento, do Escrivão (A), no Plantão da Delegacia de Polícia Civil, do município de Cacoal/RO, em 2010.

2. A pessoa acusada (um homem) é, sem qualquer “cerimônia”, caracterizada explicitamente como “infrator”, o que implica criminalização a despeito de esta ser uma primeira TD, de não haver investigação que anteceda o fato e tampouco qualquer tipo de comprovação factual que anteceda o registro em análise;
3. A pretensa filha da depoente é triplamente caracterizada de forma agravante ao ato narrado:
 - a. como menor de idade;
 - b. como “virgem” antes do ato pretensamente sofrido (o que tem graves consequências de sentido nos campos moral e religioso) e;
 - c. como “vítima”, o que se agrega ao pré-julgamento do acusado como infrator. A presença de uma afirmação como “chegando a romper o hímen” é bastante reveladora dessa intenção de agravamento do fato narrado.

Se observarmos atentamente a especificação dada ao elemento nominalizador “filha”, vemos que, quando o escritor trata de adjetivar a palavra por meio do termo “menor”, ele não apenas sustenta a culpa do infrator, mas, opera com alterações de sentido, pois poderia se concluir, caso o substantivo não fosse adjetivado, que a vítima, na verdade, estava de comum acordo para que o ato acontecesse.

Além disso, o texto tem um vício que exige correção: percebe-se ambiguidade na transcrição da TD, quando dita que “*sua filha menor (vítima)*”. Neste trecho podemos observar que: se pode entender tanto que a vítima é filha do infrator como ainda que seja filha somente da comunicante, isto se dá pela proximidade existente entre o sujeito *infrator* e o *pronome possessivo* [*sua*], ambiguidade provocada, portanto, por anáfora.

Na TD, nada é modalizado ou apresentado como sendo uma acusação a ser comprovada. O conteúdo é dado como certo e isso constitui um meio de formação de uma

imagem ideológica do acusado que transcende a realidade e pode interferir no processo de avaliação do caso em instâncias subsequentes.

Assim sendo, em se tratando das *escolhas vocabulares* feitas pelo escrivão, pode-se dizer que este, por meio de algumas estratégias discursivas, cria um quadro pronto para um evento ainda não investigado e que não corresponde estritamente ao conteúdo do depoimento, que embora não tenha sido gravado, foi acompanhado e não criava tais caracterizações.

Nesse sentido, ao construir um discurso com tais elementos, o escrivão acaba por legitimar uma realidade cultural de uma determinada comunidade que, nem sempre, corresponde a uma realidade factual.

Portanto, nota-se alto grau de *subjetividade* no discurso do escrivão, uma vez que esse trata de relatar os fatos a partir de *um jogo de sentidos* influenciados pelo *contexto cultural*, bem como por elementos ideológicos que se solidificam no interior de outras vozes.

Vejam, agora, um caso de discurso relatado:

Ex.: 2 - Discurso Relatado:

As 23:45 horas do dia X, compareceu nesta DP a PM nos apresentando o BOP n° 538, cujo teor transcrevo: Segundo a vítima a mesma é casada com o agente, que diariamente este se embriaga ambos discutem, entram em vias de fato, mas desta vez o agente de posse de uma faca desfriu vários golpes, a vítima no intuito de se defender, acabou sendo lesionada no dedo polegar esquerdo e o punho direito, após o fato o agente tomou rumo ignorado e a vítima com mais 03 crianças missiaram na casa das testemunhas de onde acionaram a polícia militar, que a conduziu ao pronto socorro para os primeiros socorros, posteriormente a mesma foi entregue aos cuidados das testemunhas (sic).

Cabe observar aqui que se trata de um “relato de relato”. A depoente relatou um caso a soldado PM que criou um BO que, por sua vez, vai ser novamente transcrito e modificado na forma de uma TD. O relato inicial já foi modificado pela PM e, agora, será modificado pelo escrivão. Assim, não é descabido imaginar que o resultado final seja duplamente marcado por aspectos ideológicos como os que evidenciamos no discurso anterior, pois temos um discurso primeiro, o da “vítima” e, a seguir, um discurso outro, o proferido pelo policial e, logo depois, evidencia-se um terceiro discurso que é o do escrivão. Por último não podemos desprezar, caberá um discurso interpretante de quem vai julgar/ aplicar o conteúdo da TD no processo judicial.

Dessa forma, nessa TD o discurso relatado se manifesta como um discurso indireto livre, pois, no contexto, são apresentadas sem que necessariamente se perceba quem as proferiu no processo comunicativo.

A primeira coisa a perceber nessa TD é que o escrivão deixa claro, como é de praxe, que seu ato é apenas de “transcrever” o BO da policial militar. A efetividade da afirmação não é garantida por nenhum recurso legal exceto o fato de que os PM responsáveis por construir BO são, costumeiramente, chamados à presença dos juizes para atestar a veracidade de seus relatos. Mas, isso já num estágio em que as TD foram fartamente utilizadas por promotores e advogados. Além disso, é comum que escrivães façam “correções” no teor dos BO produzidos por policiais militares.

Quanto ao relato dos fatos constantes do depoimento, embora, no discurso construído pelo policial perceba-se uma afirmação modalizada, uma vez que se evidencia uma marca deixada pelo sujeito “vítima” no enunciado (“*Segundo V*”), a seleção vocabular e a construção dos fatos narrados constrói, da mesma forma que no outro caso, um pré-julgamento independente de quaisquer outros elementos comprobatórios. No caso em questão, fica evidente que:

- a. o pretense agressor é alcólatra e todos os dias agride fisicamente sua esposa (trabalha-se aqui com as categorias do “vício”, do “matrimônio” e da “repetição agravante”);
- b. a “vítima” parece ser mãe de três crianças (o que seria fato altamente agravante no bojo da conduta moral e ética do homem acusado, e na construção de sua imagem por um possível júri popular, caso as crianças presenciem seu comportamento reprovável, mas que pode não ter nenhuma relevância explícita na questão da agressão à pretensa vítima), pois não se sabe se as crianças presenciaram a cena, se estavam em casa ou até se moram na casa em que o fato ocorreu;
- c. a descrição constrói uma imagem subliminar de “mulher desamparada” que busca ajuda na casa dos vizinhos e, ao mesmo tempo, a imagem de um homem covarde que agride e foge em seguida (toma “rumo ignorado”). Todos esses elementos são agravantes na construção prévia de uma culpabilidade por parte do homem e de uma inocência tácita e sofredora da parte da mulher.

Bem, deve ficar muito claro aqui que não estamos eximindo os acusados de suas culpas e, tampouco, dizendo que as coisas não aconteceram como descritas. O fato a considerar é que um discurso tão recheado de elementos subjetivos de natureza ideológica conspira contra o mais célebre princípio de qualquer Justiça democrática: o da imparcialidade. Caso os fatos relatados não correspondam aos fatos reais, as imagens dos participantes já estão de tal forma estigmatizadas nos BO e nas TD que se torna muito mais difícil uma reconstrução do que seria de se esperar de uma construção a partir das investigações que deveriam ser suscitadas a partir desses documentos.

Nossa intenção aqui não é desacreditar o aparato policial/judicial brasileiro e suas práticas (e acreditamos que nem seria necessário fazer isso), mas evidenciar que os processos

de construção de documentos oficiais que fundamentam os processos judiciais brasileiros é, desde o princípio, eivado de espaços que permitem a presença de elementos subjetivos e ideológicos além do que seria de se esperar.

Para Possenti (2002, p. 64), em um caso como esses, torna-se “visível o discurso do outro, mas também é visível o trabalho do eu”, ou seja, a presença do outro não apaga a presença do eu no discurso. Pode-se dizer que o enunciado do escrivão possui marcas de subjetividade suas com relação ao enunciado trazido pela policial que esteve no local. E essas marcas de subjetividade existem na medida em que, ao escrivão, cabe reconstruir o discurso do PM que, por sua vez, já é uma reconstrução do discurso de outrem.

Considerações finais

A partir dessas abordagens pudemos constatar que a reconstrução linguístico-ideológica é uma constante nos Boletins de Ocorrência e dependente de fatores como a reflexão do auditório social de cada indivíduo.

Assim sendo, pode-se concluir que é comum que os Boletins de Ocorrência gerados pelo aparelho policial brasileiro, se constituem em uma transfiguração do texto original do depoente em um texto secundário, fortemente modificado e ideologizado, não raro com prejulgamentos e cenários imaginários, marcados profundamente pela subjetividade de seus autores e pelas typicalidades do aparelho policial como hoje constituído.

Nota-se nos BO que essas *marcas de subjetividade* estão caracterizadas no discurso do autor do documento, por meio da escolha vocabular, da intencionalidade discursiva que aparece no texto transcrito e que, muitas vezes, descaracteriza (ou pré-caracteriza) ossujeitos próprios do interior do relato.

Assim, observamos também que a perspectiva oficial da violência doméstica é apenas uma ancoragem nesse universo discursivo oficial que aproxima os discursos oficiais escritos,

mas que os distancia dos discursos originais, principalmente nos Boletins de Ocorrência como representantes extremamente numerosos e relevantes do discurso policial instituído.

Como resolver isso? Sinceramente, não cabe a nós estabelecer que meios legais fossem adequados para evitar ocorrências como as que aqui apresentamos. Mas, com a tecnologia atual, fartamente disponível e barata, cremos que seria muito mais produtivo e fiel aos fatos que os depoimentos fossem integralmente filmados do que continuem nesse processo arcaico de “tradução” da fala do “povo inculto” para a fala padrão de um Estado desacreditado.

Versão final

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. 2. ed. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. (Biblioteca de ciências sociais; v. n. 25)

BAKHTIN/VOLOCHINOV, Mikhail. *Estudo das ideologias e filosofia da linguagem*. Cap. 1. In: Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 8. ed. Tradução Michel Lahud e Yara Frateshi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 31-8.

BEZERRA, José de Ribamar Mendes. *Análise do discurso: uma linguagem do poder judiciário*. Curitiba: HB livros, 1998.

BORGES, Maria Cristina Ramos; JESUS, Sérgio Nunes de. Bakhtin/Ducrot: contribuições à análise do discurso. *BAKHTINIANA*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 153-163, 1º. sem. 2010.

BRONCKART, Jean-Paul; BOTA, Cristian. *Bakhtin desmascarado: história de um mentiroso, de uma fraude, de um delírio coletivo*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1998.

FERRAREZI JR., C. *Introdução à semântica de contextos e cenários: de la langue à la vie*. Campinas/SP: UNICAMP, 2010.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2005. (Ensaio 44)

GREGOLIN, Maria do Rosário & BARONAS, Roberto. (Orgs.) *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos/SP: Claraluz, 2001. (Coleção Olhares Oblíquos)
ILARI, Rodolfo & GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1998. (Série princípios)

JESUS, Sérgio Nunes de. *De sujeito falado a sujeito falante: a interpelação do aparelho policial para obtenção das materialidades discursivas nas práticas de violências contra a mulher*. Porto Alegre, RS, 2010. 29p. Projeto Definitivo de Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGLET.

JESUS, Sérgio Nunes de. *Discurso Policial: a subjetividade em Boletins de Ocorrência*. Guajará-Mirim, RO, 2008. 112p. Dissertação (Mestrado em Linguística), Fundação Universidade Federal de Rondônia.

MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. Tradução Luciana Pudenzi et al. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do trabalho; v. 2)

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997. (Coleção Repertórios).

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. Curitiba, PR: Criar Edições, 2002.

ANÁLISE DO DISCURSO E SEUS APORTES CONTEMPORÂNEOS: um estudo sobre a transgressão de gêneros e a paródia

Tânia Maria de Oliveira Gomes
Gláucia Muniz Proença Lara

Introdução: a herança bakhtiniana à luz dos fenômenos discursivos

O presente artigo é um recorte de um trabalho maior, situado no amplo domínio dos estudos textuais/discursivos. Optamos por nos concentrar, inicialmente, nas contribuições de Mikhail Bakhtin e no seu legado teórico, escolha que se justifica, sobretudo, pelas seguintes razões: (a) a notoriedade e o vanguardismo de suas produções, que foram fundamentais para o desenvolvimento das ciências humanas; (b) a grande influência dos temas tratados por Bakhtin no domínio dos estudos do discurso; (c) a atemporalidade de suas obras, o que confere aos projetos que delas se servem desafios cada vez mais atuais; (d) o fato de as concepções de *gênero de discurso*, *transgressão* e *paródia*, caras ao nosso trabalho, serem assuntos abordados, de forma privilegiada, por Bakhtin e/ou por seus herdeiros. Antes, porém, de nos debruçarmos sobre a tessitura teórica proposta por esse autor, convém traçar um breve histórico em torno dos fundamentos que norteiam este artigo.

De acordo com Barthes (1987, p. 75), “a língua não é nem reacionária, nem progressista, ela é fascista”. Contudo, em tempos de uma sociedade calcada, cada vez mais, no uso persuasivo da linguagem, já não basta apenas obedecer a esse caráter forçoso da língua para se fazer ouvir; é necessário rein-

ventar-se, aprimorar o “feitio” do discurso. Nesse contexto, a publicidade se vê obrigada a

[...] (re)(i)novar suas táticas, esforçando-se, ao máximo para conciliar pelo menos duas tarefas: *distrair* e *surpreender* o consumidor. Distrair para tentar dissimular tanto quanto possível a origem comercial da mensagem publicitária [...] Surpreender para lograr atrair a atenção do consumidor, para trazer de volta o sabor da novidade e do desejo, perdidos em meio ao bombardeamento diário de imagens, sons e palavras (CHAVES, 2010, p. 120-121; grifos do original).

Partindo dessa perspectiva, a instância midiática e, sobretudo, o gênero publicidade, que emana dessa esfera, têm buscado, constantemente, um aprimoramento linguístico-discursivo, motivado por fatores, *a priori*, econômicos. Para diferenciar um produto de tantos outros similares, a publicidade tem-se valido de várias estratégias, dentre as quais se destaca o uso da transgressão de gêneros. Essa busca incessante pela inovação tem-se estendido também a outros domínios, sobretudo àqueles vinculados à internet, rede que sobrevive do seu poder de reinvenção. Os usuários de *websites*, principalmente os *blogueiros*, têm-se servido, com frequência, de outro recurso: a paródia, utilizada para destacar suas ideias, de modo a conferir-lhes maior originalidade. Há, nesse caso, um jogo de *éclairage* (GRIZE, 2004, p. 42) que incide tanto sobre os textos parodiados, quanto sobre os transgredidos, iluminando aquilo que se deseja evidenciar, seja um produto, seja uma forma de conceber o mundo. É justamente sobre esses dois recursos – transgressão de gêneros e paródia – que versa o presente artigo.

Entre tantas conceituações acerca da mescla ou hibridização de gêneros, adotamos aqui a definição proposta por Lara (2008, p. 2-3) para quem a noção de *transgressão* é definida

“grosso modo, como a situação em que um gênero assume a forma ou a função de outro”, num mesmo espaço textual. Nesse contexto, podem ocorrer relações de hibridização entre textos pontuais, como propõe Marcuschi (2002) com sua intertextualidade intergêneros, ou entre gêneros propriamente ditos, como postula Chaves (2010) com seu dialogismo intergenérico. Voltaremos, assim, nosso olhar para as funções e os interesses relacionados a esses textos ditos híbridos, já que comportam elementos pertencentes a dois (ou mais) gêneros distintos, e não apenas para o estudo de sua forma. Nessa perspectiva, encontramos, em Bakhtin a possibilidade de um cruzamento teórico entre as noções de transgressão de gêneros e de paródia, questões que nos interessam mais de perto neste trabalho.

No que se refere aos gêneros de discurso – e à possibilidade de sua transgressão – ressaltamos, inicialmente, a contribuição principal desse autor na retomada da discussão sobre os gêneros, para além dos limites da poética e da retórica. Bakhtin (2003, p. 279) define os gêneros como “*tipos relativamente estáveis* de enunciados” (grifos do original), associados aos usos da língua nas diferentes esferas de atividade humana. Apesar de tal definição comprovar certa estabilidade (ou prescrição) na produção/recepção dos gêneros, o autor, a nosso ver, relativiza esse “espaço de regularidades” – afinal, os gêneros são “*relativamente estáveis*” –, o que abre espaço para que possamos falar da transgressão.

No caso da paródia, assim como no da transgressão de gêneros, é preciso retomar também o legado deixado por Bakhtin, “nome obrigatório num estudo que trabalhe o uso não sério da linguagem” como aponta Fávero (2003, p. 49). A paródia remete aos gêneros carnalizados mencionados por Bakhtin (mais especificamente, à sátira menipéia), associando-se, desse modo, à fuga ao habitual, ao convencional. O discurso carnavalesco instaura “um estado de mundo dinâmico porque ambivalente e contraditório”; é o próprio “mundo às avessas” (FÁVERO, 2003, p. 51). Assim a paródia é defini-

da não como uma “deformação” ou uma “imitação burlesca”, mas como “uma estratégia discursiva marcada pela insubordinação diante do convencional” ou como “um trabalho de reelaboração de um dizer tradicional que produz um outro dizer” (LYSARDO-DIAS, 2008, p. 159). Por esse viés, a paródia também pode ser caracterizada como uma prática discursiva que se configura pelo novo, pela reinvenção do discurso.

De forma geral, assim como ocorre na transgressão, em que se fazem ouvir duas vozes – a do gênero transgredido e a do gênero transgressor – manifestando todo o dialogismo que está no cerne mesmo do discurso, “na paródia tem-se um discurso ambivalente, no qual uma voz (um texto) absorve outro para depois repeli-la(o), subvertê-la(o) recriando-a(o) num modelo próprio” (LARA, 2011, p. 8). Nesse sentido, é possível afirmar que transgressão de gêneros e paródia se aproximam tanto pelo(s) desvio(s) que realizam em relação ao oficial, ao convencional, ao previamente instituído, quanto pela heterogeneidade enunciativa, pelo cruzamento de vozes que permite sua ocorrência.

Entretanto, diferentemente da transgressão, que, no âmbito da publicidade, é, em geral, feita pelo próprio enunciador/anunciante, a paródia aparece preferencialmente em *sites* da internet e, embora também atraia o interesse do leitor sobre um determinado produto, “o faz indiretamente, parecendo apostar mais no humor pelo humor” (LARA, 2011, p. 4). Nesse caso, trata-se de textos que simulam a venda de um produto, que “imitam” anúncios publicitários, mas os subvertem no próprio movimento de imitação.

Segundo Chaves (2010, p. 50), inspirada em Compagnon (2001), “não se pode dizer, evidentemente, que a transgressão de gêneros surge na época atual”, uma vez que, na literatura, “já na virada do século XX, a distinção entre gêneros começa a se diluir”. Tampouco se pode afirmar que a paródia seja um gênero recente, já que sua origem como arte remonta a Hegemon de Tarso (século V a. C.), como afirma Aristóteles,

na *Poética* (FÁVERO, 2003, p. 49). Contudo, parece ser na atualidade que paródia e transgressão têm-se revelado de forma mais ativa, sobretudo, associadas a anúncios publicitários e textos veiculados pela internet (especialmente aqueles que são “simulacros” de anúncios publicitários).

Uma possível explicação para isso é a de que a transgressão de gêneros e a paródia, enquanto fenômenos mais recorrentes na atualidade, associam-se ao que Bauman (1997) chama de “Pós-Modernidade”. Para o autor, enquanto a Modernidade se refere, essencialmente, à solução de conflitos, às certezas e às convicções inabaláveis, a Pós-Modernidade se liga às incertezas, à dispersão, às convicções flutuantes (BAUMAN, 1997, p. 8). Pretendemos, assim, à luz do diálogo entre a análise do discurso francesa (AD) e as contribuições de Bakhtin, analisar anúncios atuais (um transgredido e um parodiado), a fim de elucidar tais questões. Antes, porém, discorreremos sobre alguns conceitos que nos parecem fundamentais para sustentar as análises, que são apresentadas na seção 3.

Anúncio publicitário, transgressão e paródia: uma tríade possível

Ao longo dos anos, vários questionamentos surgiram com relação ao texto publicitário, entre eles, aquele que remete a um desacordo, existente entre as várias abordagens teóricas, quanto ao significado ou à extensão dos termos “publicidade” e “propaganda”, o que está, de certa forma, relacionado ao uso desses vocábulos como sinônimos pelo senso comum. Diante desse ponto polêmico, o presente trabalho assume a distinção proposta por Machado (2006, p. 27), para quem

A propaganda é algo ligado a uma campanha que tenta influenciar comportamentos no seio de uma coletividade ou de um grupo social; ela não visa especificamente vender ou fazer conhecer um deter-

minado produto de uma determinada marca, como é o caso da publicidade; a propaganda visa alertar, chamar a atenção para uma ação a ser empreendida no âmbito social.

Por esse viés, o anúncio publicitário – gênero focalizado neste estudo – tem como objetivo vender um produto (um serviço, uma ideia), assumindo, pois, fins mercadológicos, o que a distingue da propaganda, mais voltada para o desencadeamento de uma ação comportamental no âmbito da sociedade. Essa noção de publicidade atrela-se aos seguintes dizeres de Resende (2004, p. 263):

Concebendo-se a publicidade como um suporte de representações de identidade, percebe-se um desdobramento da instância receptora, ora como consumidora de produtos (agente econômico), ora como consumidora das ideias implícitas nos anúncios (ser social). Na publicidade objetiva-se a venda de determinados produtos e, ao mesmo tempo, são embutidos na mente dos leitores, os possíveis consumidores, desejos de pertencer ao mundo fictício da publicidade, ou seja, sonhos que transferem o consumidor para outras esferas.

Um anúncio bem elaborado deve, portanto, reinventar o mundo, criar uma realidade que convide o público a consumir um “produto”, seja no nível do real, ao comprar o objeto concreto, seja no nível social, ao adquirir os valores imbricados nesse produto. Para que tal empreitada se materialize, é necessário levar em consideração alguns aspectos, tais como a atenção, o interesse, o desejo, a memorização e a ação do outro (destinatário). Esses pontos formam o que os publicitários chamam de AIDMA. As letras constituintes de tal sigla remontam aos seguintes propósitos: é de suma importância despertar a (a)tenção, suscitar o (i)nteresse,

provocar o (d)esejo, permitir a (m)emorização e desencadear a (a)ção.

Nessa perspectiva, a publicidade, a fim de alcançar seu objetivo, vale-se de inúmeros recursos linguístico-discursivos, tais como a polissemia, a aliteração, a onomatopeia, a hipérbole, a repetição de palavras, a rima, a adjetivação abundante, entre outros, com o intuito de persuadir o leitor/consumidor. Mais recentemente, ao que tudo indica, tem-se valido também da transgressão e da paródia (ainda que esta esteja mais restrita a *sites* de humor na internet, como já foi dito).

Retomando a questão dos gêneros, concordamos com Lara (2008, p. 7), que, inspirada em Marcuschi (2002), afirma:

Se os gêneros, enquanto entidades sócio-discursivas, contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia, eles não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa; ao contrário, são fenômenos, acima de tudo, maleáveis e dinâmicos que surgem, modificam-se e mesmo desaparecem, em função das necessidades e atividades (relacionadas às diferentes esferas de utilização da língua) presentes numa dada sociedade.

Nesse contexto, ainda segundo a autora, somos conduzidos a admitir que um gênero se localiza na “zona de tensão entre um conjunto de restrições – ou de regularidades – e um horizonte de possibilidades – ou de variações possíveis –, o que implica um sujeito capaz de operar sobre o convencional”, sobre o fixado de antemão, “assumindo-o ou subvertendo-o, em busca da construção de outros (novos) efeitos de sentido”. Assim, assumimos com Brandão (2004, p. 42) que “os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso” e os gêneros são locais concretos onde estes se materializam.

Quanto à existência de gêneros mais/menos padronizados – aspecto já sinalizado por Bakhtin – Maingueneau (2004,

p. 50-53) propõe quatro modos de genericidade instituída, que vão do modo I (mais padronizado) ao modo IV (mais criativo). Em linhas gerais, o modo I implica gêneros instituídos que não estão – ou estão pouco – sujeitos à variação (fichas administrativas, catálogo telefônico, registros de cartório etc). No modo II, encontram-se os gêneros que seguem uma cenografia preferencial ou esperada, mas toleram desvios (por exemplo, um programa político-eleitoral em forma de carta ou um guia de viagens apresentado como uma conversa entre amigos). O modo III inclui gêneros (como publicidades, músicas e programas de TV) que incitam à inovação, não apresentando, portanto, uma cenografia preferencial (embora, com o tempo, possam tornar-se estereotipados). No modo IV, finalmente, situam-se os gêneros propriamente autorais, como os literários, para os quais a própria noção de “gênero” se torna problemática.

Nessa mesma direção, mas em outra perspectiva teórica – a da Linguística Textual –, Marcuschi (2002, p. 32) aponta a existência de gêneros mais propensos do que outros a uma intertextualidade intergêneros, como é o caso da publicidade, que busca, na subversão da ordem instituída, um novo enquadramento para o produto que anuncia. Nesse sentido, lembramos que os anúncios publicitários – nosso objeto de estudo neste artigo – se enquadrariam nos gêneros instituídos no modo III de Maingueneau (2004), ou seja, aqueles cuja natureza é incitar a inovação.

Chaves (2010, p. 113), por sua vez, discorre sobre o que ela denomina “dialogismo intergenérico”, conceituando-o como o diálogo entre pelo menos dois gêneros, enunciado e enunciante, circunscritos a um mesmo espaço textual. No seu entender, trata-se de “um tipo particular de dialogismo, em que diferentes *vozes*, nesse caso *gêneros* e não propriamente unidades linguísticas isoladas [...] dividem o mesmo contexto enunciativo...” (CHAVES, 2010, p. 113, grifos do original). Nesse caso, o diálogo se instaura entre os gêneros discursivos e não somente entre enunciados de textos efetivamente produ-

zidos e localizáveis. É, portanto, um conceito mais abrangente do que a intertextualidade intergêneros de Marcuschi (2002), em que o “diálogo” se instaura de texto para texto.

Já Lara (2013), assumindo que a expressão “*relativamente estáveis*” da definição bakhtiniana de gêneros, abre espaço para o desvio ou a subversão, fala em “transgressão de gêneros”, explicando tratar-se de um tipo de hibridização no qual um gênero (dito “transgressor”) assume a função de outro (dito “transgredido), emprestando-lhe, ao mesmo tempo, sua forma. No caso da publicidade, o texto, embora mantendo a sua função primeira de vender um dado produto (serviço, ideia) assume a forma de um outro gênero (do mesmo domínio – o midiático – ou de outro domínio). A publicidade seria, então, o gênero *transgredido*, que se deixa camuflar por um outro gênero: o *transgressor*.

“Intertextualidade intergêneros”, “dialogismo intergenérico” ou “transgressão de gêneros”: trata-se de olhares diferentes sobre um mesmo fenômeno. Por razões de praticidade, utilizamos a denominação proposta por Lara (2013), ou seja, “transgressão de gêneros”, como já foi dito, sem perder de vista que o “diálogo” pode instaurar-se entre textos específicos (e seus gêneros – já que não existe texto sem gênero) ou apenas entre gêneros, sem implicar, portanto, textos específicos.

No que diz respeito à paródia, não é difícil constatar que ela nos rodeia no dia a dia. Isso sem falar da arte e da literatura, instâncias que se valem, de forma privilegiada, da paródia. A publicidade – nosso objeto de estudo – também se vale, em alguns momentos, desse dispositivo para distrair ou divertir o destinatário (lembramos, por exemplo, a publicidade da Bom Bril, com o ator Carlos Moreno). Contudo, se o termo “paródia” está tão vivamente presente em nossas vidas, seja nos estudos literários, seja no uso cotidiano da língua, seu emprego tem sido feito de forma não muito clara, como sinaliza Genette (*apud* SANGSUE, 1994, p. 04), ao postular que “a palavra ‘paródia’ faz parte destas palavras tão familiares, tão

falsamente transparentes, que nós as utilizamos com frequência para teorizar ao longo de volumes ou de colóquios, sem sequer pensarmos em nos perguntar do que se fala” .

Conforme afirma Machado (2000, p. 54), encenar a paródia implica, ao mesmo tempo, encenar um discurso social. Grosso modo, esse fenômeno será relido pela autora como fundamentalmente polifônico, uma vez que se constrói sobre duas visadas antagônicas, ou, como afirmava Bakhtin (1970, p. 267), como uma arena de luta entre duas vozes. Nessa perspectiva, vemos que um acontecimento paródico reúne, no âmbito da atmosfera social, vozes divergentes que orquestram uma polifonia inerente a essa atividade linguageira. Dessa forma, diz a autora:

Ora, ‘o espaço de fala’ do qual fala Bakhtin é o da comunicação realizada entres seres vivos, ou sujeitos-falantes, na sua vida em sociedade. A partir daí, podemos considerar a paródia como a expressão do desejo que sempre moveu o homem - como *ser de falas* – em direção à crítica: não necessariamente a crítica mal-intencionada ou destrutiva, mas a que visa “modificar” um discurso já aceito por um grupo social dado; em outros termos, a paródia pode ser vista como a configuração de uma provocação inteligente, baseada sobre o riso discreto da ironia (MACHADO, 2000, p. 54; grifos do original).

Diante disso, constatamos que o surgimento da paródia confunde-se com a própria origem do homem enquanto ser social, enquanto indivíduo clivado, cindido, dividido entre o sério e o burlesco, o que comunga com a ideia bakhtiniana de que o riso coexiste com o sério, sendo ambos indispensáveis ao homem, na sua condição de ser social (MACHADO, 2000, p. 61).

O sujeito-comunicante-paródico, portanto, toma emprestada a “palavra do outro”, conferindo-lhe uma nova visada ou, mais especificamente, uma “orientação interpretativa contrária” (MACHADO, 2000, p. 62). Em outros termos, pa-

rafraseando Bakhtin, a autora admite que o sujeito-paródico, ao justapor diferentes vozes, cria um novo texto em relação ao texto parodiado, sem que, contudo, as vozes desse novo texto escondam as vozes do texto primeiro (MACHADO, 2000, p. 64). Delineados os conceitos essenciais para este artigo, passemos à análise dos dois textos selecionados.

A subversão em foco: da teoria à prática

Apresentaremos, a seguir, a análise de uma publicidade atual transgredida e de um simulacro de publicidade parodiado. No primeiro caso (Texto 1), o gênero anúncio publicitário vem sob o formato de um outro gênero – a receita culinária –, o que aponta para o fenômeno da transgressão. Trata-se da publicidade de um produto – temperos – da marca Ajinomoto. Nele, vemos a página de um caderno em espiral, no qual está escrito:

Ingredientes:

Uma linha completa de temperos básicos naturais:

Alho e Sal

Toque de Louro

Azeite e Ervas

Cebola Frita

Sem Pimenta

Com Pimenta

Agora SABOR A MI é líder na categoria de tempero em pasta em todas as áreas Nielsen.

Acima e abaixo desse texto, encontram-se, respectivamente, os seguintes dizeres em letras vermelhas: 1) Liderança à moda da casa SABOR A MI; 2) Tenha sempre SABOR A MI, o tempero preferido do consumidor brasileiro. O anúncio inclui ainda, no alto da página à esquerda (considerando-se a posição do leitor), o enunciado: “Sabor Ami

É LÍDER”, acompanhado do logotipo da Ajinomoto e, no final da página, a foto dos diferentes temperos básicos, elencados previamente como ingredientes.

Nessa perspectiva, o gênero transgressor é a receita culinária, definida, em linhas gerais, como um conjunto de “instruções que orientam na preparação de uma iguaria” (COSTA, 2008, p. 157). Vemos, já de saída, o caráter prescritivo desse gênero, uma vez que há a indicação precisa de como devem ser manipulados os alimentos (ingredientes) para a confecção de um determinado prato (modo de fazer), podendo a não obediência a alguma(s) dessas instruções acarretar um resultado não desejado.

De forma geral, o estilo verbal adotado em receitas culinárias remete a verbos no imperativo ou no infinitivo (sequências injuntivas). Sua linguagem é direta, e os verbos utilizados abordam ações próprias do meio culinário, tais como *cortar*, *cozinhar*, *ferver*, *mexer*, *temperar*, *acrescentar*, entre outros. O conteúdo temático trata da manipulação de alimentos, explorando as noções matemáticas de medida e de proporção e descrevendo a forma como os ingredientes devem ser “integrados” para se chegar a um produto final. A construção composicional, em geral, apresenta três partes: título (nome do prato/proveniência), lista de ingredientes e modo de preparo. Podem aparecer ainda informações como tempo de preparo, grau de dificuldade, rendimento, acompanhamentos etc.

Observamos, no anúncio do produto “Sabor A Mi”, os seguintes aspectos que o distinguem de um anúncio tradicional de produtos alimentícios (temperos) e o aproximam da receita culinária: 1) sua construção composicional apresenta, além do título “Liderança à moda da casa SABOR A MI” e da página com o *design* semelhante ao de uma folha de caderno, outro elemento que também corresponde ao de uma receita: os ingredientes, sinalizados por marcadores em vermelho e dispostos em sequência; 2) seu estilo verbal reforça a leitura associada ao ambiente da cozinha, uma vez que apresenta substantivos como

“sabor, ingredientes, tempero, alho, sal, louro, azeite, ervas, cebola, pimenta” e a locução prepositiva “à moda da casa”, todos eles dispostos de forma objetiva e direta na página. Quanto ao conteúdo temático, constatamos uma articulação entre elementos próprios de uma receita de cozinha (por exemplo, a lista de ingredientes disposta numa folha de caderno e seguida de um enunciado que simula o modo de fazer) e aqueles inerentes a um anúncio publicitário (os *slogans* “Sabor a Mi é líder” e “o tempero preferido do consumidor brasileiro”, por exemplo), o que desloca a leitura da publicidade para o campo culinário, sem, no entanto, abrir mão dos fins mercadológicos (função) a que ela se destina: vender o produto.

Notamos que a mescla de gêneros anúncio/receita ocorreu de forma proposital. Ao utilizar a linguagem própria de uma receita culinária na construção de uma publicidade, o enunciador conferiu a esta uma nova “roupagem”, construindo um efeito de sentido de “despojamento”. Em outras palavras: ele saiu daquilo que seria esperado, previsto para um anúncio tradicional (que seria, por exemplo, apresentar o produto, suas características e suas vantagens, sobretudo em relação aos concorrentes) e aproximou-se do leitor, por meio de uma linguagem mais direta, comum à receita, e – por que não dizer – assumindo uma forma mais divertida, até por ser inesperada, de divulgar um produto. Esse exemplo atípico da marca Ajinomoto comprova a elasticidade de gêneros como a publicidade, que aceitam inovações, transformações, que interagem, enfim, com a criatividade do leitor. No estudo de Heimas e Rodrigues (2005, p. 108-129), encontramos uma passagem que comprova essa maleabilidade do gênero publicidade, o que propicia a transgressão:

Nesse campo, há a preocupação em mostrar como as convenções são quebradas por autores que, assim, estabelecem um significado próprio e a originalidade de sua obra. O fato de um texto se desviar das convenções, ou transgredir as formas,

significa que existem “regulamentos” que estão sofrendo a transgressão.

Essa “maleabilidade genérica” também ocorre no Texto 2, a seguir, que é um simulacro de anúncio publicitário marcado pelo fenômeno da paródia, uma outra forma de subverter o já-dado, o já instituído. Nele, vemos a foto de uma mesa posta para o jantar, sobre a qual estão dispostos elementos típicos de uma refeição: pratos rasos, talheres, copos, além de temperos, pratos com comida (salada, carne, batatas fritas, pão), entre outros elementos. Em primeiro plano e como se estivesse flutuando no ar, destaca-se uma lata do conhecido refrigerante Fanta (escrito, no entanto, como Janta). Impressos sobre a imagem, encontram-se os seguintes enunciados: 1) O refrigerante que vale por uma refeição (escrito na parte inferior); e 2) Melhor se consumido após as 20 horas (na lateral direita, considerando-se a posição do leitor), além de um site <btv.blogger.com.br> (indicado na parte superior do anúncio e acompanhado do logotipo Btv).

De acordo com Fávero (2003), a paródia pode ser entendida como um “cruzamento” e não uma fusão de vozes. É justamente esse enlaçar de vozes que permite classificar o texto acima como parodiado. A produção – parodiada – apropriou-se de elementos próprios aos anúncios publicitários da marca de refrigerantes Fanta e do canal televisivo MTV. Não há, contudo, a remissão a textos específicos, o que faz com que a paródia seja compreendida, de forma mais abrangente, como um diálogo que se instaura entre discursos de diferentes ordens: o “dito conhecido” e o “dito novo”, assim como ocorre no dialogismo intergenérico.

No texto em questão, como já foi descrito, a imagem de pratos com comida divide espaço com a foto de uma lata de refrigerante rotulada como “Janta”, ao lado do logotipo “Btv”. A construção composicional do texto parodiado prioriza o visual, destacando, nas cores alaranjada e branca (que pre-

dominam na lata de Fanta), a frase: “O refrigerante que vale por uma refeição”. Nesse contexto, encontramos uma série de trocadilhos linguísticos, uma vez que o vocábulo “Fanta” é tomado como “Janta”, o canal televisivo “Music Television”, conhecido pelo acrônimo “Mtv”, é relido como “Btv”, trocando-se o “m” pelo “b”, a fim de se fazer uma analogia com os *blogs*, instâncias onde são publicadas essas peças humorísticas. Além disso, a frase escrita na vertical que alerta para o consumo após as 20 horas, estabelece uma relação entre uma prescrição médica, que adverte sobre o horário marcado para a ingestão de alimentos, e a classificação dos canais televisivos, que regulamenta a programação na televisão aberta. É por meio da leitura dessas escolhas lexicais e fraseológicas (estilo verbal) que compreendemos a relação humorística entre o refrigerante, a refeição noturna e o canal Mtv.

Assim, Fanta desloca-se da esfera alimentícia, na qual é uma bebida direcionada a um público mais jovem, para o âmbito do humor, no qual se transforma em “Janta”, num divertido jogo sonoro/visual, que, explorando as possibilidades cômicas dessa associação, remete à figura da mesa posta, dos alimentos próprios à refeição comumente servida no período noturno. Observa-se, dessa maneira, o palco de luta entre duas vozes, o que é próprio da paródia: a voz “séria”, tradicional da Fanta como refrigerante, e a “voz” que incorpora esse primeiro modelo para contestá-lo e recriá-lo como “Janta”. No entanto, essas “vozes” não se fundem, permitindo que o modelo que serviu de base para a paródia seja reconhecido pelo leitor.

Em outras palavras: a visão convencional do/sobre o produto é alterada, sem ser de todo, apagada, pois a lata de alumínio que caracteriza, de forma inquestionável, o refrigerante da marca Fanta, mantém-se na versão parodiada. Com isso, ao mesmo tempo em que se questiona a autoridade, a legitimidade do produto, contribui-se para fortalecê-lo, já que a versão segunda (a paródia) deixa implícita a versão primeira (a do texto “sério”).

Considerações finais

Ao longo deste artigo, organizamos nosso fazer teórico por meio da tríade: publicidade/transgressão/paródia. O anúncio publicitário, objeto privilegiado neste trabalho, foi examinado de forma densa, colocando-se como um gênero, acima de tudo, maleável. Apoiando-nos nessa ideia, traçamos um breve panoramada transgressão de gêneros e da paródia, aproximando esses dois fenômenos pelo seu caráter subversivo. Verificamos, desse modo, que os efeitos de surpresa e de humor predominaram no uso de uma e de outra, o que nos permitiu relacionar esses fenômenos à instauração de um “novo” contrato de leitura entre enunciador e destinatário.

Nessa reflexão, adotamos um viés bakhtiniano de investigação, mas sem perder de vista seu diálogo frutífero com a Análise do Discurso. Nesse sentido, reiteramos a plasticidade da AD: ela interage com outras disciplinas/vertentes teóricas, acolhe os mais distintos *corpora*, constrói, enfim, um legado discursivo que se lê no bojo da contemporaneidade, permitindo uma renovação constante dos materiais produzidos e da própria AD, que assume o seu viés camaleônico, mutante, traço imprescindível numa era que preza a inovação incessante e que se abre, como nunca, para os estudos interdisciplinares.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance*. Paris: Gallimard, 1970.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987.

BAUMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.

BRANDÃO, Helena Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2004.

CHAVES, Aline Saddi. *Gêneros do discurso e memória: o dialogismo intergenérico no discurso publicitário*. 2010. 366f. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Francesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FÁVERO, Leonor Lopes. Paródia e Dialogismo. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (orgs.). *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2003.

GOMES, Tânia Maria de Oliveira. *Um estudo discursivo sobre a transgressão de gêneros e a paródia em publicidades atuais e da década de 1960*. 2014. 134f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

GRIZE, Jean-Blaise. Le point de vue de la logique naturelle: démontrer, prouver, argumenter, *L'argumentation aujourd'hui*. Positions théoriques en confrontation (M. Doury et S. Moirand dirs.), Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004.

HEMAIS, Bárbara; BIASI-RODRIGUES, Bernadete. A proposta sócio-retórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais. In: MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Desirée. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. Parábola: Rio de Janeiro, 2005. p. 108-129

LARA, Gláucia Muniz Proença. *Gêneros do discurso e ensino*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2008 (projeto de pesquisa).

_____. Publicidade de ontem e de hoje: uma análise semiótica. In: *IX Congresso Latino-Americano de Estudos do Discurso – Anais da ALED 2011* – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, nov. 2011. p. 1-19. (Disponível em CD-rom).

_____. Gêneros do discurso: entre a rotina e o acontecimento. In: CORTINA, Arnaldo; MORENO, Fernando (orgs.). *Semiótica e comunicação: estudos sobre textos sincréticos*. Araraquara-SP: Editorial da FCL, 2013.

LYZARDO-DIAS, Dylia. Análise discursiva da parodização dos provérbios na mídia impressa. In: LARA, Gláucia M. P. et al. (orgs.). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2008. v. 2, p. 157-176.

MACHADO, Ida Lucia. *Brève étude sur la parodie*. Caligrama (UFMG), Belo Horizonte, v. 4, p. 53-65, 2000.

MACHADO, Ida Lucia. Análise do discurso & texto paródico: um encontro marcado. In: LARA, Gláucia M. P. (org.).

Lingua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: FALE/Lucerna, 2006. p. 71-85.

MAINGUENEAU, Dominique. Diversidade dos gêneros de discurso. In: MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato de (orgs.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso.* Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE-UFGM, 2004. p. 50-53.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela P.; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino.* Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 30-31.

MELLO, Renato de (orgs.). *Gêneros: reflexões em análise do discurso.* Belo Horizonte: NAD/POSLIN/FALE-UFGM, 2004. p.263-275.

RESENDE, Graciele Silva de. As representações do homem e da mulher no gênero outdoor. In: MACHADO, Ida Lucia;

SANGSUE, Daniel. *La parodie.* Paris: Hachette, 1994.

Versão final

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

TEORIA DAS IDENTIDADES PERFORMATIVAS E MISE-EN-SCÈNE SEMIOLINGUÍSTICA: relações e reflexões teóricas

Daniel Mazzaro

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Considerações iniciais

A relação entre linguagem e identidade tem atraído cada vez mais pesquisas, principalmente quando a proposta é compreender algumas questões relativas ao gênero, ao sexo e à sexualidade. De forma geral, o estudo dessas categorias identitárias acaba por incluir um debate a respeito do desejo e, às vezes de forma indireta, existe uma referência a um dos trabalhos que mais se destacaram na história da filosofia que aborda o tema do desejo, a saber, a obra *Fenomenologia do Espírito*, de George W. F. Hegel, publicado em 1806. Nele, o desejo pode ser compreendido como um incessante esforço humano para superar diferenças externas, ou melhor, um projeto para se tornar um sujeito autossuficiente e para quem todas as coisas aparentemente diferentes finalmente emergem como características imanentes do próprio sujeito. Esse pensamento, inclusive, está refletido em estudos, por exemplo, de Lacan, Deleuze e Foucault, que entendem o desejo como a impossibilidade do próprio sujeito coerente.

A relação do desejo com a linguagem emerge da crítica à ideia de que esta não é um fenômeno intencional, mas sim um conjunto de formas convencionais que já são existentes quando o sujeito as enuncia, e o que ele faz é, na verdade, citá-las. Esse ponto de vista proposto por Jacques Derrida é de grande valia para os estudos das identidades se as considera-

mos construções sociais que possuem como marca a iterabilidade para a construção de sua significação.

Entretanto, essa iterabilidade frequentemente faz com que tenhamos a impressão de uma identidade natural, o que é usado como justificativa para o argumento de que não somos seus agentes ou, no mínimo, que não escolhemos ser como somos. Mas se excluimos a intencionalidade e a naturalidade, como é possível compreender algumas características humanas como a sexualidade?

Este trabalho pretende refletir sobre um dos pilares da Teoria *Queer*, que é a de considerar as identidades como performativas, isto é, elas devem ser compreendidas como uma prática significativa, assim como os sujeitos, que são “culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística” (BUTLER, 2010, p. 208). Nesse sentido, não falamos de uma determinação da identidade pelas regras, mas sim de um processo regulado de repetição que oculta e, ao mesmo tempo, impõe os efeitos substancializantes dos sujeitos.

Com o intuito de complementar essa reflexão, serão estabelecidas relações com a Teoria Semiolinguística, principalmente no que diz respeito à *mise-en-scène* do ato de linguagem, segundo a qual abrange uma encenação não apenas dos gêneros discursivos e das estratégias ligados às circunstâncias de produção, mas também do aspecto situacional do ato de linguagem. Essa *mise-en-scène* joga luz na ideia de que em todo ato de linguagem existem dois circuitos: o externo (situacional, psicossocial) e o interno (lugar da organização do dizer).

Sendo assim, a proposta deste trabalho é relacionar a teoria das identidades performativas às encenações dos atos de linguagem, de modo que se justifique o debate de alguns traços naturalizados do ser humano, como o gênero e a sexualidade, por meio da Teoria Semiolinguística.

A teoria das identidades performativas

Com origem nos estudos femininos desenvolvidos nos Estados Unidos na década de 1980, a Teoria Queer (TQ) propõe-se a explicar e analisar os processos sociais envolvidos no processo de formação dos sujeitos sexuais e gendrados. Nessa corrente de pesquisa, destaca-se a filósofa estadunidense Judith Butler, cuja teoria de gêneros está atrelada ao estudo da linguagem e a partir da qual estabelece importantes relações a respeito do discurso. Uma de suas considerações mais conhecidas é a compreensão dos sujeitos do desejo enquanto um movimento da linguagem.

Em sua tese de doutorado, defendida em 1987 e republicada mais de dez anos depois com revisão e alguns acréscimos, Butler se centra na recepção da *Fenomenologia do Espírito* pelos principais filósofos franceses do século XX, dentre os quais se encontram Alexandre Kojève, Jean Hyppolite, Jean-Paul Sartre, Michel Foucault e Jacques Lacan. Aos olhos de Butler, o desejo hegeliano é entendido como um movimento de consciência-de-si, no qual o sujeito não pode conhecer-se instantânea ou imediatamente, mas por mediação do Outro. E nesse sentido, cada um dos filósofos franceses fez suas próprias leituras, o que a levou a concluir que “de Hegel a Foucault, parece que o desejo nos faz seres estranhamente fictícios. E a risada de reconhecimento seria o momento do *insight*”¹⁰² (BUTLER, 1999, p. 238), porque a maioria deles tende a supor que o sujeito autoconsciente é coerente e idêntico a si mesmo; para Butler, entretanto, é exatamente o contrário: o sujeito hegeliano é incoerente e sempre em movimento, em ação. Por isso sua necessidade de recorrer a outros pesquisadores que trabalham com a ideia de ação, e com os quais se identifica de certa forma, como Jacques Derrida e Gilles Deleuze.

102 Tradução nossa. No original: “From Hegel through Foucault, it appears that desire makes us into strangely fictive beings. And the laugh of recognition appears to be the occasion of insight.”

Na obra que lhe tornou mais conhecida, *Gender Trouble - Feminism and the Subversion of Identity*, editada em 1990, Judith Butler apresenta de forma mais detalhada o que verificou alguns anos antes: “o que é chamado de identidade de gênero é uma realização performativa compelida por sanção social e tabu”¹⁰³ (BUTLER, 1988, p. 520). Nesse sentido, ela recorre ao termo usado por J.L. Austin em sua pesquisa sobre os atos de fala para defender a ideia de que o gênero é uma identidade constituída no tempo e instituída por uma repetição estilizada de atos.

Embora Austin e seu pupilo John R. Searle tenham se dedicado a estudar os enunciados performativos – que parecem declarações, mas que não são destinados completamente, ou apenas em parte, para registrar ou transmitir informações simples sobre os fatos, mas que servem para agir a própria ação que enunciam –, seu alcance extralinguístico é relativamente questionável para dar conta do gênero. De fato, como vários estudiosos constataram, incluindo Patrick Charaudeau (2001), do qual trataremos mais adiante, a performatividade não é um fenômeno exclusivo da língua, o que não justifica restringir-se aos longos esquemas das condições de realização dos diferentes atos de fala e tampouco às listas de verbos que os ilustrariam. Nesse sentido, fez-se necessária a apropriação dos estudos de Derrida (1991) a respeito da iterabilidade e da não intencionalidade da linguagem.

A teoria dos atos de fala de Austin e Searle se apoia no pressuposto de que os performativos se associam a um valor de força, e não a um valor de verdade, logo, estão vinculados à “maior ou menor eficácia com que irrompem no contexto em que são utilizados, produzindo transformações do mesmo”¹⁰⁴

103 Tradução nossa. No original: “what is called gender identity is a performative accomplishment compelled by social sanction and taboo”.

104 Tradução nossa. No original: “la mayor o menor eficacia con que irrumpen en el contexto en que son utilizados, produciendo transformaciones del mismo”.

(PÉREZ NAVARRO, 2008, p. 43). Assim, o valor atribuído ao contexto é enorme, tendo em vista que sua análise, que é do ponto de vista do sucesso ou do fracasso, está atrelada à capacidade de produção de uma alteração no contexto, de transformá-lo no momento mesmo de sua enunciação e de fazê-lo, incluindo o conteúdo expresso por essas palavras. Com isso, o enunciado “eu os declaro marido e mulher” só tem sucesso se seguir algumas condições, como ser proferida por um sacerdote em uma celebração de casamento.

O questionamento que Derrida lança é: o enunciado “eu os declaro marido e mulher”, quando pronunciado fora do contexto, é sempre um performativo fracassado? Para dar conta dessa pergunta, Derrida propõe que nem o contexto nem a intencionalidade do falante intervêm de forma tão ampla nos performativos. No lugar, sugere que todos os enunciados são performativos, e que, sempre que se enuncia algo, uma situação é produzida ou transformada. Isso leva à conclusão de que o performativo (e a linguagem, de forma geral) não se limita, em sua essência, a transportar um conteúdo semântico já constituído e vigiado por uma intenção de verdade, ou de revelação, ou de adequação; ao invés disso, os performativos se caracterizam (I) pela impossibilidade de delimitar de um modo definitivo o contexto em que eles intervêm e (II) pela a iterabilidade constitutiva de todo ato de fala.

O foco não está mais no contexto para estabelecer se um performativo tem ou não êxito, mas na ideia de que qualquer performativo pode funcionar como tal por ser sempre, de certo modo, uma citação do enunciado performativo ideal que lhe serve de modelo ou referente. A repetição dos enunciados e/ou das interpelações leva à construção de um efeito de real e, conseqüentemente, da unidade de gênero, de sexo e de sexualidade. Isso ocorre, inclusive, sem precisar de um agente, como Friedrich Nietzsche já havia considerado:

Assim como a plebe distingue entre o raio e o seu esplendor como uma ação do sujeito raio, assim a moral plebeia distingue entre a força e os efeitos da força, como se detrás do homem forte houvesse substratum neutro que fosse “livre” para manifestar ou não a força. Mas não há tal substratum, não há um ser por detrás do ato; o ato é tudo. O que a plebe faz é desdobrar um fenômeno em efeito e em causa” (NIETZSCHE, 2002, p. 17).

E se não existe um alguém por trás do discurso, o que temos é um discurso que nasceu com o próprio alguém: o discurso é um ato.

No caso específico das sexualidades, falamos de um discurso repetido que toma como naturalizada e normativa a relação heterossexual. Ou, como propõe Butler (2010), essas naturalizações formam a matriz heterossexual, construções discursivas parcialmente explicadas, mas em toda parte presumidas. Com o termo *matriz*, entende-se uma “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados” (BUTLER, 2010, p. 215-216). Claramente influenciada por Monique Wittig (1990) e Adrienne Rich (2010), Butler (2010) considera que

o modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade (BUTLER, 2010, p. 216).

Isso quer dizer que a mentalidade heterossexual é a responsável não apenas pela interpretação totalizante da história, da realidade social, da cultura, da língua e de todos os

fenômenos subjetivos, mas pela sua manutenção como geradora de sentido para a sexualidade e também o gênero e até mesmo o sexo.

Se a crítica à naturalização do gênero é fácil de ser percebida, a do sexo nem tanto. Porém, Butler (2010) toma o sexo não como uma forma de passividade material sobre a qual se edificam os caracteres do gênero, seja por necessidade biológica ou cultural, mas o reconsidera como um lugar mais a se questionar desde a perspectiva genealógica e o assume como uma superfície sobre a qual atua a cultura. Essa superfície se encontrara sempre situada em um contexto cultural ou de interpretação já dado, o que leva o corpo a ser uma situação que já é desde sempre interpretado mediante significados culturais. Consequentemente, “o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida, será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo”¹⁰⁵ (BUTLER, 2010, p. 27). O corpo, finalmente, quando entra em cena, o faz mediante a reiterada atualização das ficções regulativas que conformam os ideais de gênero.

A superfície corporal é, dessa forma, um lugar da interpretação e também da incorporação de uma norma cultural, disposta a ser reiterada, citada e reinterpretada. Essa dinâmica, entretanto (ou seria, portanto?), acaba mostrando seu caráter textual e discursivo de construto e fixação de disposições sexuais, facilitando sua recontextualização e, por conseguinte, sua transgressão.

105 Sugiro a leitura de Jurandir Freire Costa (1995), em que o autor mostra que, embora a divisão entre homem e mulher tenha se dado efetivamente nos séculos XVIII e XIX, isso não significava que não existiam homens e mulheres anteriormente. Se a divisão não girava em torno de questões anatômicas, sim se localizava frequentemente nas posições sociais que esses seres ocupavam. Costa (1995) traça, com isso, um histórico focado em textos médicos e de Freud para tentar dar conta da pergunta “por que achamos que classificar os humanos conforme suas tendências sexuais é ‘mais real, mais biológico e mais psicológico’ do que classificá-los segundo a religião ou o gosto por artes e esportes?” (COSTA, 1995, p. 20).

Essas transgressões costumam ter o estatuto de ilegítimas, indizíveis, ininteligíveis, abjetas¹⁰⁶, e isso ocorre porque a lei repressora, que é a própria lei do discurso, ao mesmo tempo em que reprime, liberta, e também oculta os efeitos produtivos da norma cultural. Essa “lei do discurso”, como aponta Pérez Navarro (2008, p. 117), “não apenas reprime alguns tipos de disposições, práticas ou desejos, favorecendo outros. Em vez disso, exerce seu poder determinando que tipo de disposições, práticas ou desejos poderão ser *pensados*”¹⁰⁷. Essa contribuição foucaultiana baseada em *História da sexualidade, Vigiar e punir* e *História da loucura* é uma retomada da proposta de Butler em sua tese: de que a teoria do sujeito está atrelada a sua capacidade de ação. O “algo mais” da teoria performativa do gênero é a inclusão da teoria psicanalítica para tentar dar conta da sujeição às regras da matriz heterossexual.

Butler recorre ao conceito de melancolia desenvolvido por Freud, que a considera uma reação à perda por separação, morte ou ruptura de um laço afetivo de um objeto amado. Quando Butler aplica essa relação à situação do complexo de Édipo, abre outra possibilidade de interpretação: a perda do pai ou da mãe é ditada por uma proibição acompanhada de um conjunto de punições. A proibição que vem do próprio com-

106 Para Julia Kristeva (2004), a abjeção é uma violenta e escura rebelião do ser contra aquilo que o ameaça e que lhe parece vir de um fora ou de um dentro exorbitante, jogado de lado no que diz respeito ao possível, tolerável e pensável. Trata-se, portanto, de um inadmissível. Os jogos de palavras que a psicanalista e feminista faz são inevitáveis: *ob-jeto*, assim grafado, joga com a partícula *jet*, do verbo francês *jetar*, isto é, “arremessar, lançar”, tentando dar conta da construção do *eu* (*moi*) como resultado das forças de atração e de repulsão entre o *eu* e o *não-eu*. Nesse sentido, o abjeto não é um *ob-jeto* à minha frente que nomeio e imagino, muito menos “meu correlato que, ao oferecer-me um apoio sobre alguém ou sobre algo diferente, me permitiria ser mais ou menos diferenciada e autônoma” (KRISTEVA, 2004, p. 8). Comparado ao objeto, o abjeto é a própria oposição ao *eu*, e, mais que isso, é o próprio objeto caído, radicalmente excluído, que está fora do conjunto cujas regras do jogo parecem não reconhecer.

107 Tradução nossa. No original: “no solamente reprime algunos tipos de disposiciones, prácticas o deseos, favoreciendo otros. Antes bien, ejerce su poder determinando qué tipo de disposiciones, prácticas o deseos podrán ser *pensados*”.

plexo de Édipo, a saber, o incesto (“naturalmente” heterossexual), não é o único, mas existe também a proibição da homossexualidade. Butler compreende, fazendo eco das análises de Gayle Rubin (1986) a respeito das obras de Lévi-Strauss, que o tabu produz heterossexualidade exogâmica, mas se baseia em um desejo homossexual, já que

[...] as relações entre clãs patrilineares são baseadas em um desejo homosocial [...], numa sexualidade *recalcada* e conseqüentemente desacreditada, numa relação entre homens que, em última instância, concerne aos laços entre os homens, mas se dá por intermédio da troca da distribuição heterossexual das mulheres (BUTLER, 2010, p. 70) [destaque da autora].

A relação de reciprocidade social entre homens e a exclusão da mulher pode ser chamada de *patriarcalismo* ou *falocentrismo*, que acaba causando a não reciprocidade entre homens e mulheres e, de certa forma, entre as mulheres.

Nesse sentido, a identificação de gênero, enquanto ato melancólico deve ser entendida como a internalização de uma diretriz moral, que obtém sua estrutura e energia por meio de um tabu externamente exposto. Ilustrando essa ideia de gênero melancólico, a teórica *queer* retoma uma fala de Lacan sobre a homossexualidade feminina, a saber, que ela se orienta “por uma decepção que reforça a vertente da demanda de amor” (LACAN, 1998, p. 702). Butler compreende que essa fala reflete um ponto de vista masculino e heterossexualizado que retoma a sexualidade lésbica como uma recusa da própria sexualidade, apenas porque “a sexualidade é presumida heterossexual, e o observador, aqui entendido como heterossexual masculino, está claramente sendo recusado” (BUTLER, 2010, p. 81). Sejam quem forem os envolvidos na recusa, ela parece ser, no final das contas, recolhida no ego e, dessa forma, serve para estabelecer uma identificação do ego com o objeto abandonado.

Tomando o movimento da identificação como um fato, e resgatando o que Hegel defende sobre a consciência-de-si – que só ocorre por meio do suprassumir, da aniquilação do Outro e do posterior “pôr o Outro dentro de si” (HEGEL, 1992, p. 123) –, Butler defende seu ponto de vista de que o gênero é a incorporação (o pôr dentro de si) das imagens suprassumidas do Outro em algum momento da história pessoal do sujeito. Consequentemente, a sexualidade é sempre um ato performativo que cita a imagem incorporada. Mais que isso, a sexualidade é esse desejo, é essa consciência-de-si, que se move na tentativa do fazer sentido para o Outro e para si. A sexualidade é, portanto, linguagem.

Longe de pensar que a incorporação da imagem é o fim da trilha da identidade, Butler sugere que nos apoiemos “em uma ontologia dos gerúndios”¹⁰⁸ (BUTLER, 1988, p. 521) como forma de resistência à substância metafísica das formações sujeito-verbo, pois, como já vimos, não há um sujeito por trás das performatividades: ele se faz por meio delas.

Nesse sentido, estamos fazendo nossa identidade a todo instante, o que torna necessário compreender melhor o que está em jogo no momento das performances. Assim, na próxima seção, veremos que o exposto até o momento pode relacionar-se à Teoria Semiolinguística proposta por Patrick Charaudeau.

A Teoria Semiolinguística e a concepção de atos de linguagem

Lançada na década de 1980, a Teoria Semiolinguística (TS) tenta dar conta do uso da linguagem em diferentes momentos da vida dos sujeitos em sociedade. Esse uso da linguagem, conhecido como *ato languageiro*, resulta de basicamente dois componentes: um linguístico, já que opera com material verbal (a língua), sendo ele mesmo estruturado de maneira significativa segundo os princípios de pertinência que lhe são

108 Tradução nossa. No original: “[relies instead] on an ontology of present participles”.

próprios; e outro situacional, já que opera um material psicossocial, testemunha dos comportamentos humanos, que colabora na definição dos seres ao mesmo tempo como atores sociais e como sujeitos comunicantes (CHARAUDEAU, 1996). Com isso, a proposta é que não se pode chegar à construção da significação discursiva sem o estudo de ambos componentes.

Essa significação discursiva, para a TS, é sempre encenada, o que significa dizer que as características dos vários códigos semiológicos (verbal, gestual, icônico etc.) envolvidos na encenação dependem das expectativas da troca linguageira entre os parceiros em circunstâncias bem determinadas. Nesse sentido, existe um “fora da linguagem” (realidade extralinguística) que se combina, de modo pertinente, com o local da manifestação discursiva, mesmo se não se sabe bem como isso ocorre. A partir disso, os signos, isolados de um contexto, não divulgam significados no mundo das trocas linguageiras, já que eles precisam estar inseridos em uma totalidade discursiva que possa ultrapassar o signo em si. De acordo com esse ponto de vista, a teoria do discurso é vista como um jogo de comunicação que leva em conta simultaneamente um espaço externo e um espaço interno de construção do sentido, ou seja, considera-se tanto a dimensão situacional quanto a linguística da significação discursiva. A significação é, pois, construída por meio de duas inter-relações que se articulam ao mesmo tempo uma sobre a outra: (1) a inter-relação entre dois espaços de produção de sentido, externo e interno, e (2) a inter-relação entre dois espaços enunciativos, de produção (EU) e de interpretação (TU) com a interposição de uma avaliação.

Pode-se perceber que a proposta de Charaudeau tenta dar conta da significação no momento da enunciação sem ignorar, entretanto, o construto histórico da linguagem. A preocupação com a cena enunciativa pode levar a uma simplificação do ato de fala ao seu contexto, como a crítica feita por Derrida (1991) à teoria de Austin e Searle. Ora, dentro dos atos linguageiros, Charaudeau (2001, p. 26) propõe

[...] uma oposição entre *encenação discursiva* e *encenação linguageira*, na medida em que a segunda, incluindo o aspecto situacional do ato de linguagem, engloba a primeira. Note-se que, mesmo possuindo um dispositivo próprio que lhe confere autonomia, a *encenação discursiva* não se constrói independentemente da *encenação linguageira*. A *encenação discursiva* promoverá a realização de *gêneros* e de *estratégias* que não estão, obrigatoriamente, ligados às circunstâncias de produção.

Dessa forma, a *mise-en-scène* dos atos de linguagem apresenta discursos que podem ser encontrados em diversas situações. Isso indica que o discurso não se define apenas pelo contexto de sua encenação, mas sim por algo previamente existente e que é, de certa forma, ativado no instante do ato de linguagem.

A partir disso, Charaudeau considera que a performatividade não está inscrita na língua, mas, pelo contrário, é “um fenômeno que diz respeito à encenação do ato de linguagem com seus dois circuitos – externo e interno – e seus sujeitos correspondentes – parceiros e protagonistas” (CHARAUDEAU, 2001, p. 33). Mais que se preocupar com as fórmulas linguísticas dos atos de fala, a performance depende, para Charaudeau, da relação contratual que existe no circuito externo entre os parceiros EUc (sujeito comunicante) e TUi (sujeito interpretante) e que lhes permite reconhecer mutuamente a existência do poder de executar o ato descrito na enunciação.

Nesse sentido, fica em aberto o reconhecimento do poder de execução do ato, o qual será negociado no ato de linguagem. Por isso Charaudeau (2001, p. 35) afirma que na análise do discurso, só é possível falar de *efeito performativo*, pois “o fato de que uma fórmula verbal qualquer, que não seja performativa em si (no sentido inicial) possa contribuir para produzir a realização de uma ação enunciativa, mostra

que esta não está necessariamente ligada ao emprego de uma fórmula específica”.

E como essa encenação é também discursiva, depende de algo previamente dado que não é necessariamente o que está no contexto imediato da encenação linguageira.

Na TS, o ato de linguagem se desenvolve em três níveis: o situacional, que se ocupa dos dados do espaço externo e constitui o lugar onde se determina a finalidade do ato de linguagem; o comunicacional, que se ocupa das maneiras de falar/escrever, incluindo os papéis linguageiros, a finalidade, a identidade e o propósito do sujeito falante em determinada circunstância; e o discursivo, que trata do lugar de intervenção do sujeito enunciativo, que deve satisfazer as condições de legitimidade, credibilidade e captação. Nesse sentido, Charaudeau joga luz no momento em que se realiza a encenação discursiva, o que não significa que se ignora o já-dado da linguagem, tanto é assim que o linguista lança mão dos saberes para explicar seu funcionamento.

Os saberes não são necessariamente expressos no ato de linguagem, mas são sempre necessários para a sua produção e compreensão. E como o ato linguageiro se realiza em um duplo espaço de significância, externo e interno à sua verbalização, eles despontam de uma situação concreta de troca e demonstram uma intencionalidade. Além disso, eles fazem um elo entre os níveis situacional, comunicacional e discursivo, pois levam ao reconhecimento recíproco dos parceiros, que se movimentam nas representações supostamente partilhadas¹⁰⁹. Nesse sentido, os saberes funcionam como um conjunto de representações coletivas que é dado aos sujeitos do ato de linguagem pelo fato de pertencerem a uma comunidade ou a um grupo e por partilhar com seus membros experiências dos

109 Dizemos “supostamente” porque o ato de linguagem é um jogo de possibilidades, e não se pode afirmar com segurança de antemão se os sujeitos envolvidos partilham as mesmas experiências vividas (afetos), as mesmas provas de raciocínio (saber intelectual) e até mesmo as percepções do tangível (o mundo físico).

mais diferentes tipos. E mais que partilhar essas experiências, os sujeitos sempre às enunciam com a finalidade de tentar separar o que pertence a si como indivíduo daquilo que pertence à comunidade ou ao grupo.

A necessidade de se distinguir do Outro, mas precisar dele para se conhecer, também aparece na teoria de Hegel. O que queremos destacar agora é para a entrada em cena das representações como responsáveis pela interseção entre o individual e o coletivo na TS, e como elas se parecem com as performatividades na TQ. Se o propósito discursivo é o projeto que se tem em mente ao tomar a palavra, então falar é de certa forma, estabelecer uma relação entre o eu e o outro a fim de influenciá-lo, persuadi-lo, seduzi-lo. E essa relação só pode fazer sentido quando se traz ao ato de linguagem certa visão do mundo, que inclui tanto o conhecimento que se tem da realidade como os julgamentos que se fazem dela.

Entretanto, esses conhecimentos que o eu e o outro têm do mundo são múltiplos e variados, além de cada sociedade determinar os objetos de conhecimento, classificá-los enquanto domínios de experiência e atribuir-lhes valores. Com isso, a linguagem funciona como mecanismo de (I) tematização dos objetos e domínios, de (II) problematização da maneira com a qual os sujeitos devem considerar esses objetos e domínios, e também de (III) precisão do posicionamento do sujeito que fala.

Esse sujeito, contudo, não se encontra completamente livre para tematizar seu discurso. Isso acontece devido à dependência da situação de comunicação em que se encontra quando fala, situação essa que impõe aos sujeitos envolvidos no ato de linguagem restrições da qual faz parte o propósito comunicativo. Dessa forma, o sujeito que fala “deve considerar o campo temático que é determinado pela situação na qual comunica” (CHARAUDEAU, 2011, p. 188), mas isso não impede que ele introduza outros termos, desde que estejam relacionados ao tema imposto pela situação, pois esse tema é determinado pelo propósito. O interlocutor, por sua

vez, “espera ver tratado certo propósito de acordo com a situação de comunicação em que se encontra” (CHARAUDEAU, 2011, p. 189) de modo que não se confunda o propósito do discurso com propósitos de outros discursos.

Observemos que, quando Charaudeau fala dos propósitos do sujeito e da situação em que se encontra, ele tenta dar conta unicamente do ato linguageiro que ali se encena, e não da linguagem como um todo. Para tentar dar conta desse âmbito, ele propõe a ideia de que o grande propósito do jogo linguageiro gira em torno da verdade, e ela é marcada pelo seu alcance particular e também universal. Assim, a verdade só pode ser representada pela linguagem, que ao mesmo tempo em que a origina, também configura seus sistemas de valor. Daí que possamos perceber a linguagem enquanto ação criadora da verdade.

Esse caminho da verdade até sua origem e sua configuração se realiza pelo que Charaudeau vai designar de Imaginário Sociodiscursivo. A preferência por esse termo se deve ao fato de o autor compreender os sistemas de pensamento como imagens da realidade, imagens que interpretam a realidade e que a fazem entrar em um universo de significações, criando efeitos de real. A fonte de onde Charaudeau tirou sua inspiração são os estudos do filósofo e psicanalista grego Cornelius Castoriadis. Para o autor, o imaginário não é algo natural/real, mas socialmente instituído:

O mundo das significações cada vez instituído pela sociedade não é evidentemente nem uma réplica ou um decalque (“reflexo”) de um mundo “real”, nem tampouco sem relação com um certo ser-assim da natureza. [...] A natureza [...] não induz [a organização do mundo pela sociedade] nem como causa (teríamos assim uma causa constante produzindo efeitos variáveis), nem como simples meio (meio de quê?), nem como “símbolo” (símbolo de que e para quem?). E este *em* que ela induz, a instituição

da sociedade e o mundo de significações correlativo, emerge como *o outro* da natureza, como criação do imaginário social (CASTORIADIS, 1982, p. 399) (grifos do autor).

E quando falamos de significações da natureza e do “real”, estamos atribuindo à sociedade a capacidade de fazer essas significações. Mais que isso, é ela que unifica esses mundos de significações e cria sua própria identidade.

De acordo com Charaudeau (2011, p. 117), “o sujeito falante não tem outra realidade além da permitida pelas representações que circulam em dado grupo social e que são configuradas como imaginários sociodiscursivos” (CHARAUDEAU, 2011, p. 117). Dessa forma, os imaginários são concebidos por meio das representações sociais que, por sua vez, são os saberes organizados, quando também a demarcação das ideias e dos valores é realizada, afinal, “à medida que esses saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significação, segundo o princípio da coerência, falaremos de ‘imaginários’” (CHARAUDEAU, 2011, p. 203). Assim, podemos compreendê-los como um universo de significações que dão base ao mundo de significações de uma sociedade.

Aliás, a sociedade, para Castoriadis (1982, p. 401) é a materialização de “um magma de significações imaginárias sociais, com referência ao qual somente indivíduos e objetos podem ser captados ou mesmo simplesmente existir”. Com isso, a gênese e a gestão da “realidade” se faz por e para uma sociedade que é entendida e se entende por meio das significações que faz de si mesma e do que ela entende como “outro”. Enfim, trata-se da unidade do mundo de significações que unifica uma sociedade, do que permite pensá-la como uma determinada sociedade e não outra.

Com isso, Charaudeau lança sua proposta de pensar os saberes enquanto construtores de real¹¹⁰ e de significação (daí *imaginários*), conectados aos enunciados linguageiros produzidos em diversas situações, mas que se agrupam por questões semânticas (daí *discursivos*) e circulam dentro de grupos sociais de forma a se instituírem como normas de referência pelos membros desses grupos (daí *sociais*). Nesses termos, a noção de imaginário vincula-se a um domínio de prática representado no mundo “socialmente” determinado. Isso se reflete no fato de que as descrições, as narrações, as explicações e as argumentações enquanto ações linguísticas estruturam os fatos da realidade e as atitudes humanas. Podemos perceber, com isso, a ideia de que a linguagem é a ação criadora do real em que se localiza.

Charaudeau (2003, 2007, 2011) ainda diferencia os *saberes de conhecimento* dos *saberes de crença*. Os primeiros pretendem estabelecer uma verdade sobre os fenômenos do mundo e são oferecidos como existindo além da subjetividade do sujeito, já que dizem respeito aos fatos do mundo e à explicação que se pode dar sobre o porquê ou o como desses fenômenos. Os saberes de crença, por outro lado, pretendem sustentar um julgamento sobre o mundo e se referem, dessa forma, aos valores que atribuímos e não ao conhecimento sobre o mundo. Enquanto os conhecimentos gozam de um preconceito favorável de “objetividade” e “realismo”, o que constitui uma espécie de garantia sobre a estabilidade da visão estruturada do mundo, as crenças dão conta desse mundo em função do modo como se realiza a regulação das práticas sociais que criam normas efetivas de conduta em função dos discursos de representação produzidos no seio do grupo social para avaliar

110 Para Charaudeau (2007), a *realidade* se refere ao mundo empírico através da fenomenalidade, ou seja, é um lugar a-significante e ainda a-significado que se impõe ao homem em estado bruto à espera de ser significado. Já o *real* está ligado à atividade de racionalização do homem, ou seja, é o trabalho de formatação que se faz pela linguagem.

essas condutas. Desse modo, as crenças criam *normas ideais*, que dão testemunho, ao mesmo tempo, do imaginário de referência dos comportamentos (o que se deve fazer ou não) e do imaginário para justificá-los (porque está bem ou mal).

Essa diferenciação, entretanto, só se aplicada à tríade gênero-sexo-sexualidade quando ela é o assunto tratado no ato de linguagem, já que, enquanto fenômeno do mundo (e da linguagem), ao mesmo tempo em que funciona como “norma ideal” e como julgamento sobre o mundo por meio de valores atribuídos, também estabelece uma verdade sobre si de modo a ser oferecida como existindo além da subjetividade do sujeito por se referir a um “fato” do mundo. O que há em comum entre os dois saberes, como se pode ver, é o jogo de linguagem, no qual evocamos imagens do que denominamos e ao que nos referimos nos atos languageiros, mas sempre em um sentido aproximado e inexato, como defenderia Wittgenstein (1996). É, portanto, essa característica que devemos levar em consideração no tratamento dos IS.

Entretanto, dicotomias como “real x irreal” e “verdadeiro x falso”, bastante associadas aos conceitos de imaginário, levam alguns pesquisadores a não usarem esse conceito. Um deles é Deleuze¹¹¹, para quem o imaginário não é o irreal, mas sim a própria indiscernibilidade entre o real e o irreal, já que ambos os termos, embora diferentes, não param de trocar essa diferença entre si. Daí que ele acredite que o imaginário seja, no fim das contas, um conjunto de trocas “entre uma imagem atual e uma imagem virtual, o virtual tornando-se atual e vice-versa; e também uma troca entre o límpido e o opaco, o opaco tornando-se límpido e inversamente; enfim, há a troca entre um germe e o meio” (DELEUZE, 1992, p. 85). Com isso, para Deleuze, “o imaginário não se ultrapassa em direção a um significativo, mas em direção a uma apresentação do tempo puro”

111 Essa explicação foi dada por ele quando questionado por que nunca emprega o conceito de imaginário para qualificar a linguagem cinematográfica (DELEUZE, 1992, p. 80-87).

(DELEUZE, 1992, p. 85), o que supõe uma cristalização que torna o imaginário ultrapassado por autonomizar o tempo, que fica independente do movimento que tanto ele defende com o conceito de *devenir*. A própria ideia de *imagem* como uma “figura que não se define por representar universalmente, e sim por suas singularidades internas, pelos pontos singulares que ela junta” (DELEUZE, 1992, p. 84) já mostra que Deleuze sempre se preocupa com o movimento, e que *imaginário*, para ele, é algo estático e opaco.

Entretanto, essa parece estar em consonância à ideia de Imaginário Sociodiscursivo (IS) defendida por Charaudeau, incluindo os dois regimes de imagem que Deleuze descreve: o *orgânico*, a imagem-movimento que opera por cortes racionais e por encadeamentos, projetando um modelo de verdade; e o *cristalino*, a imagem-tempo que se origina do irracional e apenas possui reencadeamentos, substituindo o modelo da verdade pela potência do falso como *devenir*. Na verdade, tanto o orgânico como o cristalino possuem um *devenir*, seja de verdade, seja de falso, seja de real, seja de irreal. Assim, o Imaginário estaria para o virtual, no sentido em que Pierre Lévy (1996, p. 16) dá ao termo: um “nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização”. Dessa forma, exige-se uma atualização da imagem, que não é nem previsível nem estática, mas a passagem do possível para o real, para o atual.

Por isso o conceito proposto por Charaudeau em sua teoria é pertinente: se um ato de linguagem resulta de um jogo entre o implícito e o explícito, nasce de circunstâncias de discurso específicas, se realiza no ponto de encontro dos processos de produção e de interpretação, e é encenado por duas entidades que se desdobram em sujeitos de fala e sujeito agente, então os Imaginários Sociodiscursivos marcam exatamente as polissemias ambivalentes das produções virtuais dos sujeitos nos jogos de cena. Isso quer dizer que os imaginários

são testemunho das identidades discursivas, da percepção que os indivíduos e os grupos possuem dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais, de suas performances culturais.

Interseções

Um dos eixos da TQ é considerar as identidades como performatividades, e isso significa não apenas que elas sejam construções sociais, mas também engendradas pela e na linguagem. E a definição de linguagem proposta pela teoria que não delimita de uma maneira decisiva o contexto em que os performativos intervêm, mas, pelo contrário, apresenta seu caráter iterativo e de citação, é esclarecedor para as identidades ditas transgressoras, porque ao invés de equivocadas, são apenas possibilidades que subvertem as regras sociais.

Se é possível falar de regras no caso das identidades, é porque há algo compartilhado entre membros de uma sociedade que levam à ou possibilitam a significação. Dentro da TS, os Imaginários Sociodiscursivos resultam “da atividade de representação que constrói universos de pensamento, lugares de instituição de verdades” (CHARAUDEAU, 2007, p. 53)¹¹², e isso significa, para a questão das identidades de sexualidade, que são eles os responsáveis pela construção do seu efeito de real. Indo um pouco além, os IS sobre as sexualidades, por estarem presentes em todos os atos languageiros e em todos os atos de fala, permeiam os discursos de modo a construir uma imagem naturalizada do estado de coisa, principalmente da heterossexualidade. Isso ocorre mesmo quando o assunto tratado não é a sexualidade, pois a gramática substantiva do gênero, que supõe homens e mulheres, assim como seus atributos de masculino e feminino, “é um exem-

112 Tradução nossa. No original: “de l’activité de représentation qui construit des univers de pensée, lieux d’institution de vérités”.

plo de sistema binário a mascarar de fato o discurso unívoco e hegemônico do masculino, o falocentrismo, silenciando o feminino como lugar de uma multiplicidade subversiva”. Dessa forma, impõe-se uma relação binária artificial entre os sexos, bem como uma coerência interna artificial em cada termo desse sistema binário. Logo, a regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe hegemonias.

Não proponho, neste texto, a análise de um *corpus* para ilustrar o ponto de vista aqui defendido. A ideia é pensar que as performatividades, por mais que sejam encenações de indivíduos ímpares, são possíveis de compreensão porque pretendem à universalidade. São, nesse sentido, signos específicos repetidos em circunstâncias discursivas específicas compartilhadas por um grupo de pessoas que atualizam imagens em movimento e cristalinas em um ato de linguagem específico.

De toda forma, para pensarmos em um exemplo, sugiro aquele em que um casal que quer saber, antes de o bebê nascer, qual é seu sexo, faz uma ultrassonografia. A leitura do exame *constata* a existência de determinado órgão, dito genital, e é isso que faz com que o ser seja, *a priori*, homem ou mulher. O imaginário compartilhado, por sua vez, leva à inclusão de um indivíduo em uma de duas categorias já-dadas para transformá-lo em sujeito por meio da interpelação: “É menino” ou “É menina”¹¹³. Entretanto, como o gênero e a sexualidade estão conectados à tradicional definição de sexo biológico, as categorias “menino” e “menina” já acionam suas representações de expectativas socioculturais, como com quem se relacionam afetivamente, como devem se comportar etc. Salvo pessoas que já refletiram sobre o assunto, a tríade sexo-gênero-sexualidade é naturalmente tomada em discursos como “Quando ela crescer pode namorar meu filho”.

113 Para mais informações sobre a questão da interpelação e a teoria dos gêneros, sugerimos a leitura de Butler (2001) e Butler (2004).

Mesmo quando o argumento da naturalidade da sexualidade se localiza no desejo podemos ainda contra-argumentar. Don Kulick (2003) propõe uma relação entre linguagem e sexualidade, ou melhor, entre linguagem e desejo, de modo que nenhuma das duas seja considerada um fenômeno essencialmente intencional, mas sim, no caso do desejo, que incorpora as formas convencionais da linguagem já existentes antes mesmo que o falante as enuncie. O desejo, visto como linguagem, também é iterável e, como qualquer performativo, é passível de falha; falha essa, entretanto, que não pode ser compreendida como parasitária da linguagem, mas sim como condição fundamental que lhe permite existir e funcionar no mecanismo da diferença.

Finalmente, compreender a sexualidade como performatividade de imaginários sociodiscursivos é o mesmo que assumir que tanto não se nasce mulher, mas se torna, como diria Simone de Beauvoir, como tampouco se nasce heterossexual, homossexual, bissexual, transgênero, travesti, transexual ou qualquer outro rótulo, mas também se torna. E o caminho é a linguagem, que se repete e se cita em cada ato linguageiro sem teleologia definida. Não se trata da verdade, do real ou de seus antônimos, mas da pretensão de ser, no mínimo, compreendido. É o próprio movimento do discurso.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Performative acts and gender constitution: an essay in phenomenology and feminist theory. In.: *Theatre Journal*, Vol. 40, nº. 4. Dez., 1988. p. 519-531.

BUTLER, Judith. *Subjects of desire: hegelian reflections in twentieth-century France*. New York: Columbia University Press, 1999.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynand. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (Org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996. p. 5-43.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. MARI, Hugo *et al.* (Orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: FALE UFMG/Núcleo de Análise do Discurso, 2001. p. 23-38.

CHARAUDEAU, Patrick. *El discurso de la información: la construcción del espejo social*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, H. *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. Langue(s), discours. Vol. 4. Paris, Harmattan, 2007. p. 49-63.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, Jurandir Freire. *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

DERRIDA, Jacques. Assinatura, acontecimento, contexto. In: DERRIDA, J. *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas: Papyrus, 1991. p. 349-373.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. A verdade da certeza de si mesmo. In: HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito – parte 1*. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992 [1806]. p. 119-151.

KRISTEVA, Julia. *Poderes de la perversión*. Trad. Viviana Ackerman e Nicolás Rosa. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2004.

LACAN, Jaques. A significação do falo. In: LACAN, J. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998 [1966]. p. 692-703.

LÉVY, Pierre. *O que é virtual?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich Whilhelm. *A genealogia da moral*. Trad. Joaquim José de faria. São Paulo: Centauro Editora, 2002.

PÉREZ NAVARRO, Pablo. *Del texto al sexo: Judith Butler y la performatividad*. Barcelona: Egales Editorial, 2008.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. In: *Bagoas: revista de estudos gays*. Natal, ED-FRN, v. 4, nº. 5, jan/jun de 2010. p. 17-44.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo (trad. Stella Mastrangelo). *Revista Nueva Antropología*, noviembre, año/vol. VIII, n. 30. Distrito Federal/México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1986. p. 95-145.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

WITTIG, Monique. The Straight Mind. In: FERGUSON, R.; GEVER, M.; MINH-HA, T. T.; WEST, C. (Eds.). *Out there: marginalization and contemporary cultures*. New York: The New Museum of Contemporary Art, 1990. p. 51-57.

Versão final

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

A ENUNCIÇÃO TELENOVELÍSTICA: um estudo de *O Astro*¹¹⁴

Leonardo Coelho Corrêa-Rosado¹¹⁵

Introdução

A telenovela (TN) está presente em nossa cultura desde os primórdios da história do veículo no Brasil. A televisão brasileira foi inaugurada em 18 de setembro de 1950, e, em 21 de dezembro de 1951, assistíamos à primeira telenovela: *Sua Vida me Pertence*, de Walter Foster. Mesmo sendo exibida duas vezes por semana, ao vivo, com duração de 15 capítulos e agradando a uma pequena parcela da população, *Sua Vida me Pertence* possibilitou a implementação do gênero em terras brasileiras.

Todavia, ao longo dos anos, a TN foi ficando cada vez mais central, tornando-se, nos finais da década de 1960, um dos gêneros televisivos mais importantes. Seu destaque em meio aos outros gêneros fez com que a TN, mesmo ficcionalmente, virasse um retrato do momento político, referência para a moda, fonte de comportamento e, mais recentemente, objeto de análise. Hoje ela pode ser considerada não apenas um sinônimo de entretenimento, mas uma aliada na discussão de questões sociais.

Por um lado, ela é uma prática discursiva que tem fácil penetração em todas as classes sociais, já que, com sua linguagem acessível e seu interesse público em campanhas de saúde,

114 O presente trabalho baseou-se na pesquisa orientada pela Prof.^a Dr.^a Mônica Santos de Souza Melo, da Universidade Federal de Viçosa/Minas Gerais, que resultou na dissertação *Sorrir ou chorar? A patemização na telenovela brasileira, um estudo de "O Astro"*.

115 Doutorando (Análise do Discurso) da Professora Doutora Ida Lucia Machado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POS LIN) da Faculdade de Letras da UFMG. Bolsista CAPES-DS.

comportamento e cidadania, ela nos faz emocionar, divertir e também pensar e refletir. Por outro lado, trata-se de um produto da indústria cultural, o que pressupõe que a TN seja produzida dentro de uma lógica econômica e em escala industrial.

Como um bem disponibilizado no mercado das trocas simbólicas, a TN não só participa da margem de lucro das empresas, mas também é pensada para ser consumida pelos telespectadores. Este consumo é garantido pelas diversas estratégias discursivas de captação, credibilidade e legitimidade utilizadas em suas *mise en scène*, permitindo que o público telespectador esteja cada vez mais atento e interessado em seu conteúdo.

Diante desse quadro, um estudo sobre a enunciação telenovelistica tem sua relevância, visto que ele pode nos ajudar a compreender melhor os mecanismos que permitem engendrar as diversas estratégias discursivas na *mise en scène* da telenovela. Com efeito, o presente trabalho é estudo desta enunciação sob a perspectiva da Teoria Semiológica (TS) de Patrick Charaudeau e colaboradores.

Nosso objetivo é descrever e analisar os mecanismos enunciativos da telenovela *O Astro*, exibida pela Rede Globo entre 12 de julho a 28 de outubro de 2011 no horário das 23h, a partir das categorias e pressupostos do *modo de organização enunciativo* sistematizados por Charaudeau (1992) e por Melo (2003), no que tange aos extratos verbal e visual-filmico. O *corpus* deste trabalho integra um conjunto de 10 sequências audiovisuais que representam uma trama de importância para a história de *O Astro*: a trama “Quem matou Salomão Hayalla?”.

Cumpramos ressaltar que nossas análises consideraram o posicionamento de Charaudeau (1995) no que tange ao trabalho com diversas materialidades semiológicas. Para ele, uma *estratificação do objeto* em um nível de uma *análise autônoma* das substâncias semiológicas deve ser realizada quando estamos diante de textos plurisemiológicos, como é o caso da telenovela. Este tipo de procedimento possibilita a descoberta

das unidades próprias de cada extrato e o modo de agenciamento delas no discurso.

Enunciação, Semiologia e comunicação televisual: algumas considerações

O ponto de vista a respeito do fenômeno da *enunciação* no interior da Teoria Semiológica corresponde àquele postulado por Benveniste (1989), para quem a enunciação é um *processo de apropriação* da língua. Nesse sentido, a ela é vista como um fenômeno complexo que testemunha o modo como o sujeito falante se apropria da língua para organizá-la em discurso, fazendo-a funcionar (BENVENISTE, 1989).

Ao mobilizar a língua por um ato individual de apropriação, o locutor, por meio de índices específicos, enuncia sua posição e imediatamente implementa o interlocutor diante de si. Assim, através desse processo de apropriação, “[...] o sujeito falante é levado a se situar com relação ao seu *interlocutor*, com relação ao *mundo que o circula* e com relação a *isso que ele diz*.” (CHARAUDEAU, 1992, p. 572). Diante desse *processo de apropriação*, a língua, antes da enunciação, não é senão uma possibilidade de língua e, depois da enunciação, é efetuada em instância de discurso (BENVENISTE, 1989).

Todo este processo de enunciar sua posição de locutor e de implementar o interlocutor como destinatário do ato de linguagem é engendrado no interior do ato de linguagem através do que Charaudeau (1992) denomina de *modo de organização enunciativo*. Tal modo corresponde à mecânica discursiva que, por meio de procedimentos de encenação do ato de linguagem, organiza a(s) matéria(s) linguageira(s) em função da finalidade de *enunciar*, isto é, em função da posição que o sujeito ocupa em relação ao *interlocutor*, a *isso que ele diz* e a *aquilo que diz o outro* (CHARAUDEAU, 1992).

No que concerne à comunicação televisual, a enunciação, enquanto um ato de apropriação de língua, deve ser pen-

sada de forma a contemplar as duas principais materialidades significantes que o seu dispositivo material coloca em funcionamento: a *imagem* e a *fala*. Logo, o enunciador televisual deve operar escolhas e mobilizar, a princípio, duas “línguas” distintas para enunciar sua posição de enunciador e se situar ante seu interlocutor e ante o mundo que o circula.

Nesse trabalho não adotamos o ponto de vista de Locharde e Soulages (1993; 1998) para quem a comunicação televisual realiza-se sob a forma de um desdobramento enunciativo entre uma *enunciação visual* e uma *enunciação verbal*. Locharde e Soulages (1998) explicam que em alguns contextos de realização, caracterizados pela simultaneidade entre a filmagem e a montagem de imagens, existe a possibilidade de “desprendimentos” (“*décrochages*”, em francês) entre o extrato visual e o extrato verbal. Tais desprendimentos ocorrem em contextos que os autores denominam de “televisão de continuidade” em oposição à “televisão de montagem”. Nesses contextos, visual e verbal são tomados como responsabilidades de sujeitos interdependentes (o realizador do programa e os diferentes tipos de locutores), mas autônomos, no que diz respeito ao projeto de intencionalidade (o posicionamento enunciativo) de cada um.

Não é o que vemos ocorrer discursivamente no interior da telenovela, já que ela participa de uma “televisão de montagem”, não havendo a simultaneidade entre filmagem e montagem. Encaramos, portanto, a enunciação no âmbito desse trabalho como um fenômeno *monolítico*, ou seja, um fenômeno que não se desdobra, devido à possibilidade de posicionamentos diferentes da instância de realização e dos sujeitos filmados, em uma enunciação visual e uma enunciação verbal.

Discorrendo sobre o *corpus*

A telenovela *O Astro*, exibida pela Rede Globo de Televisão entre os dias 12 de julho e 28 de outubro de 2011, é

um *remake*, escrito por Alcides Nogueira e Geraldo Carneiro, da obra de Janela Clair *O Astro*, também exibida pela mesma emissora, entre 6 de dezembro de 1977 a 8 de julho de 1978. O *remake* de 64 capítulos foi ao ar de terça a sexta-feira na faixa das 23h, inaugurando, com isso, um novo horário para a exibição de telenovelas no âmbito da grade de programação da Rede Globo.

O enredo de *O Astro* conta a história de Herculano Quintanilha, um ilusionista que trabalha na Kosmos, casa noturna no bairro da Lapa, Rio de Janeiro. A vida de Herculano se vê completamente transformada ao conhecer o filho de Salomão e Clotilde (Clô) Hayalla, Márcio. Da convivência com Márcio, Herculano passa a integrar o grupo Hayalla, primeiramente como assessor de Márcio – que após a morte do pai, Salomão, assume a presidência do grupo – e, em seguida, como presidente do grupo. O grupo Hayalla, formado pelos irmãos Salomão, Youssef, Amim e Samir, administra uma grande rede de supermercados. A ascensão de Herculano à presidência do grupo provoca a ira de Samir, que tenta de todas as formas derrubar Herculano e desmascará-lo para Márcio. Ao final, Herculano é forçado a deixar a presidência após uma auditoria apontar que o ex-bruxo desviava dinheiro da empresa para sua conta bancária particular.

Além da saga de Herculano Quintanilha, a história de também foi alimentada pelo assassinato misterioso de Salomão Hayalla, ocorrido no capítulo 15. Assim, durante 49 capítulos, a pergunta “quem matou Salomão Hayala?” ficou no ar e um grande suspense foi gerado.

Devido à importância desta última trama, o *corpus* desse trabalho é constituído de 10 sequências audiovisuais que a representam. Trata-se de uma trama de suspense que se resume da seguinte maneira: empresário de grandes posses e muito materialista, Salomão Hayalla dedicou sua vida a angariar dinheiro e aumentar sua fortuna. Seu jeito controlador, prepotente e arrogante despertou a ira dos irmãos, das cunhadas

e principalmente da esposa, Clô Hayalla. Ao ser questionado publicamente pelo filho Márcio, Salomão decide interná-lo em uma clínica de doentes mentais. Indignada com a atitude desumana do marido, Clô começa a planejar a morte dele. Em uma festa na mansão dos Hayallas, Clô empurra Salomão da janela e efetiva seu plano. A cena deixa oculta a verdadeira identidade do assassino, revelada somente no último capítulo. A trama se desenvolve de modo a levantar no telespectador a pergunta “quem matou Salomão Hayalla?”. Uma lista de suspeitos é criada no próprio desenrolar da telenovela.

A morte de Salomão, entretanto, não é somente conduzida por sua esposa, Clô. Outros personagens entram em jogo como auxiliares, sem, entretanto, configurar uma ação planejada pelo grupo. Cada um tenta matar Salomão por razões próprias que, por acaso do “destino”, acabam convergindo e configurando o assassinato. O mordomo Inácio, indignado com o jeito cruel do patrão, troca os antiácidos de Salomão por um veneno poderoso, o polônio. Youssef Hayalla, a mando de sua esposa Nádia, dá uma coronhada na cabeça de Salomão com uma pistola prata oferecida pela esposa. Já Clô empurra o marido pela janela, completando o quadro.

O processo de investigação do assassinato é conduzido pelos inspetores da Delegacia de Homicídios, Eustáquio e Elizabeth. No capítulo 64 (último capítulo), os inspetores se reúnem na sala-de-estar da mansão dos Hayalla e revelam, não só para as personagens, mas também para o telespectador, os assassinos de Salomão.

Dispositivo enunciativo de midiaticização

A comunicação televisual responde a várias finalidades comunicativas que torna a televisão um “[...] veículo de uma grande diversidade de programas em formas e conteúdos sem cessar mutáveis” (LOCHARD; SOULAGES, 1998, p. 91). Por um lado, tal tipo de comunicação midiática é o teatro de um

jogo estratégico de influência entre as instâncias envolvidas nessa comunicação, na qual a instância de produção expõe seu projeto de fala à competência interpretativa dos receptores do produto televisivo. Por outro lado, o fato de a comunicação televisual ser uma comunicação midiaticizada – pois recorre ao suporte televisivo – faz com que seus produtos estejam submetidos a uma formatação, ou seja, o dispositivo midiático televisivo limita e restringe as modalidades expressivas de cada uma de suas produções discursivas, no que tange aos tipos de materiais mobilizados, às formas de interação entre os parceiros da comunicação e também aos modos de organização do discurso.

Portanto, a comunicação televisual depende, como apontam Soulages (1999) e Lochard e Soulages (1998), de um *dispositivo enunciativo de midiaticização*, que, de modo geral, mobiliza a materialidade disponibilizada pelo dispositivo material da comunicação televisual para revelar estratégias discursivas dos programas televisivos, considerando as restrições contratuais do gênero do programa.

Nesse sentido, o *dispositivo enunciativo de midiaticização*, segundo Lochard e Soulages (1998), corresponde a uma grande mecânica discursiva que sobredetermina os programas televisuais, mobilizando procedimentos linguageiros característicos e também revelando estratégias discursivas específicas. Assim, tal dispositivo rege o posicionamento do enunciador e do telespectador, já que ele corresponde, conforme Soulages (1999), ao suporte da discursivização (*mise en discours*) que permite reunir, num mesmo espaço discursivo, sujeito comunicante (EUc) e sujeito interpretante (TUi), recorrendo a diferentes modalidades enunciativas.

Soulages (1999) apresenta uma tipologia desses dispositivos enunciativos. Para ele, existem quatro grandes dispositivos: a) o *dispositivo de mostraçãõ*, b) o *dispositivo de espetacularização*¹¹⁶, c) o *dispositivo de ficção* e d) o *dispositivo de*

116 Nossa tradução para “dispositif de *mise en spectacle*”.

simulação. Dentre esses quartos, os dispositivos de *mostração* e de *espetacularização* são aplicados a enunciados factuais, enquanto os dispositivos de *ficção* e de *simulação* são aplicados a enunciados ficcionais.

Soulages (1999) diferencia os *enunciados factuais* ou *enunciados de realidade* dos *enunciados ficcionais* em função da conexão do sujeito da enunciação ao universo real. Assim, para os *enunciados factuais*, a origem enunciativa reporta a um *Eu origem real* que aparece na realidade e embrea o seu discurso sobre a realidade; para os *enunciados ficcionais*, a origem enunciativa reporta a um *Eu origem fictícia* que gerencia uma certa diegese.

Dispositivo enunciativo de ficção e a telenovela

A telenovela é um gênero de estatuto ficcional. Seu contrato pressupõe um princípio de ficcionalidade para fazê-la funcionar. Desse modo, sua enunciação, em termos de dispositivo enunciativo de midiatização, mobiliza o *dispositivo de ficção*. Tal dispositivo é uma mecânica discursiva que ativa o princípio de ficcionalidade propondo “a simulação de uma situação possível, seja ela de ordem semiolinguística, discursiva [...], psicossocial ou espacial” (MENDES, 2004), ou seja, esse dispositivo lida diretamente com a *ficcionalidade* e com a *ficção*, na qual a primeira corresponde ao processo discursivo de produção da ficção, enquanto a segunda corresponde ao produto materializado no ato de linguagem (MENDES, 2004).

Nesse sentido, o dispositivo de ficção propõe uma clausura diegética – já que constrói uma realidade espaço-temporal independente – reportada a um *Eu origem fictícia* (o narrador) e exige do sujeito interpretante um esforço cooperativo no sentido de acreditar no que está sendo exibido na tela da TV, mobilizando, com isso, um *regime de crença* da parte do sujeito interpretante (LOCHARD; SOULAGES, 1998).

Devido a essa clausura diegética, a narrativa ficcional se apresenta como uma estrutura fechada, na qual tudo é previsto e planejado tanto no que diz respeito ao universo mostrado, quanto no que diz respeito à integração das diferentes personagens e ao nível de autonomia que dispõe o narrador em relação a estes.

Esse dispositivo está calcado sob um modo de direcionamento denominado de “operação de terceirização”¹¹⁷. Por meio dessa operação, o enunciador se “apaga” da encenação discursiva e instaura a figura de um narrador que conta a história. Além disso, há o “apagamento” do destinatário e a criação de personagens que, representados por atores midiáticos, passam a agir e a interagir no interior do mundo diegético criado pelo dispositivo de ficção e a representar o papel de “enunciadores” desse universo ficcional. Nesse sentido, a história parece existir por si mesma e o enunciador se endereça ao telespectador se disfarçando atrás do mundo que ele propõe. Com efeito, o espectador é colocado em uma posição de exterioridade em relação a esse mundo diegético proposto pela história. Em outras palavras, ele é apenas uma espécie de testemunha das ações que se desenrolam, sem ser interpelado diretamente.

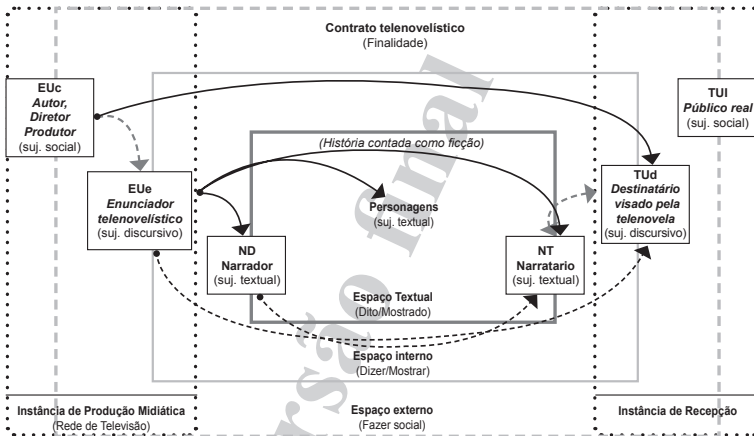
Assim, ao mobilizar o dispositivo enunciativo de ficção, o sujeito enunciador (EUE) do gênero telenovela das 23h cria uma realidade espaço-temporal independente, o mundo diegético, que, atendendo à lógica da verossimilhança, está sob a responsabilidade de um sujeito de origem fictícia, o narrador telenovelístico, que, por sua vez, se encarrega de contar a história encenada por esse ato de linguagem. Portanto, o dispositivo de ficção, por um lado, possibilita a criação de um universo ficcional que se organiza conforme a lógica do verossímil (ele simula uma situação possível); por outro lado, inscreve a enunciação numa finalidade narrativa, a de contar uma história, cuja responsabilidade é atribuída a um

117 Tradução nossa para a expressão *miseentiers* adotada por Soulages (1999).

narrador, um sujeito de origem fictícia que faz parte desse mundo ficcional.

Podemos representar o ato de linguagem telenovelístico a partir do seguinte esquema apresentado na figura 1.

Figura 1
O quadro enunciativo do gênero telenovela das 23h



O quadro foi constituído a partir do quadro dos sujeitos da linguagem proposto por Charaudeau (2008). Nele observamos que a enunciação da se realiza a partir da articulação de um *espaço externo*, de um *espaço interno* e de um terceiro espaço, a que denominamos de *espaço textual*. O espaço externo corresponde à dimensão situacional do ato de linguagem telenovelístico sendo, portanto, o *espaço do fazer social*. Nele, estão inscritos os parceiros da comunicação, nossos sujeitos sociais: o *sujeito comunicante* (EUC), os atores midiáticos responsáveis pela produção da telenovela (autor, atores, diretor etc.), e o *sujeito interpretante* (TUI), o público real que a assiste.

O espaço interno diz respeito à dimensão discursiva do ato de linguagem, sendo, portanto, o espaço do dizer/mostrar. Nesse espaço encontram-se os seres de fala, os protagonistas

da encenação linguageira: o *sujeito enunciador* (EUE), responsável por mobilizar os elementos linguageiros dos diversos extratos semiológicos para materializar o projeto de fala do sujeito comunicante, e o *sujeito destinatário* (TUd), o sujeito alvo imaginado pelo EUE.

Já o espaço textual corresponde ao resultado material do ato de linguagem, sendo, portanto, o *espaço do dito/mostrado*. Nesse espaço estão materializados, por meio de elementos semiológicos, o ponto de vista do enunciador e as estratégias por ele utilizadas. Como a telenovela aciona o dispositivo enunciativo de ficção, no *espaço textual* o mundo ficcional toma forma e se materializa em uma história, isto é, em uma sucessão de fatos ficcionais que é objeto de um discurso narrativo e resultado de um ato de narração, tal como postula Genette (2007).

No texto telenovelístico, encontramos as instâncias textuais: as *personagens*, “seres visuais e falantes” constituídos não somente pelo perfil, ações e falas, mas também pela relação entre os perfis e as falas e entre as falas e as ações, visto que tais seres dialogam entre si e realizam ações narrativas variadas; o *narrador*, a instância textual responsável por contar a história apresentada pela telenovela; e o *narratário*, alocutário do narrador.

Logo, esse espaço é o espaço das *instâncias textuais ficcionais*, ou seja, das instâncias ficcionais inscritas e observáveis somente no interior do texto ao nível dos papéis que elas assumem nesse espaço e na história contada. Não são seres sociais e nem seres de fala, como o são os sujeitos do espaço externo e interno do ato de linguagem, respectivamente. São seres do texto, que “vivem” no texto, e só podem ser compreendidos no interior da realidade ficcional que o texto materializa, já que cada um assume um determinado papel nessa realidade.

Ao considerarmos as personagens como “seres falantes e visuais”, compreendemos, por um lado, que elas são os sujeitos que falam, sem serem os fiadores do ato de linguagem, pois

não são responsáveis pelo ponto de vista que enunciam¹¹⁸. Por outro lado, elas são visuais pelo fato delas se materializarem no texto, sobretudo, por meio dos signos visuais icônicos¹¹⁹.

Portanto, as instâncias textuais são instauradas no texto telenovelístico por meio da “operação de terceirização” do qual o enunciador se vale no interior desse dispositivo enunciativo. Embora aparentemente autônomas, elas, na verdade, são criadas pelo (E)Ue com o intuito de apagar a si próprio e apagar o destinatário. Com isso, a história parece ter certa autonomia e o mundo ficcional parece existir verdadeiramente. Trata-se de um efeito de sentido que toca o plano da captação: o enunciador quer fazer-crer ao telespectador que tudo o que está ocorrendo no interior da história ocorre “naturalmente”, sem a intervenção dele. Entretanto, todo o mundo diegético, com seus eventos ficcionais, é construído e planejado por esse sujeito enunciador. Além do mais, o interlocutor é colocado numa posição de testemunha, observando o desenrolar das ações narrativas realizadas no âmbito da história. Essa posição do telespectador, garantida pelo dispositivo e pela operação de terceirização, viabiliza o acionamento de uma atitude de *identificação-projeção*. Assim, a encenação discursivapropõe a este último um discurso baseado no *fazer-ser*, no qual não subsiste nenhum traço de direcionamento direto.

Os procedimentos e as categorias linguageiras mobilizados pelo modo de organização enunciativo, como iremos apresentar nas seções subsequentes, vão ao encontro desses efeitos e dessas estratégias mencionadas nos parágrafos acima. Assim, tais procedimentos materializam essa posição do telespectador-testemunha que o próprio dispositivo enunciati-

118 Trataremos melhor desse ponto mais adiante.

119 Signo icônico é o signo visual que, de modo codificado, dá a impressão de semelhança com a realidade, jogando com a analogia perceptiva e com os códigos socioculturais herdados da tradição da representação visual (JOLY, 2010).

vo de ficção garante ao sujeito interpretante do ato de linguagem telenovelístico.

A organização enunciativa no extrato verbal da telenovela *O Astro*: a questão dos diálogos

No interior do espaço textual, as personagens tomam existência e interagem umas com as outras, visto este é o espaço da história, onde os fatos ficcionais (incluindo as ações de fala e ações materiais) se sucedem. Assim, o diálogo é o principal mecanismo para enunciar o ponto de vista do EUE no extrato verbal, uma vez que a “operação de terceirização” apaga a figura do enunciador não só por trás das ações das personagens, mas sobretudo por trás de suas falas.

Todas as sequências constituintes de nosso *corpus* são *dialogadas*. Em outras palavras, as sequências são constituídas pela relação entre imagens e falas das personagens. Desse modo, o *diálogo* é a única forma de expressão verbal do sujeito enunciador. Outras formas de expressão verbal apontadas por Melo (2003), como a *voz-in/off* e os comentários, não foram constatadas. No âmbito desse trabalho, compreendemos **diálogo** do seguinte modo: *conversa entre duas ou mais personagens, correspondendo, portanto, a uma troca verbal entre elas* (PAVIS, 1999, p. 56).

Consideremos alguns exemplos extraídos de nosso *corpus*:

Exemplo 1 - Diálogo (CAP15SEQ07)

Nádia: Esse seu irmão é o ovo da serpente.

Youssef: A:::::h sossega, Nádia. Num fala assim, amorzinho.

Nádia: Fa::lo, fa::lo. E você sabe que é verdade e isso tem que acabar.[...] O Salomão é uma praga entre nós.

Exemplo 2 - Diálogo (CAP15SEQ09)

Beatriz: O Salomão não quis a imprensa de <jeito> nenhum, Jôsi. Eu só consegui permissão pra você fotografar, porque é pra uma revista alemã.

Jôsi: É, mas não é qualquer revista. É a *Zaitrchnes*.

Beatriz: É, mas você também não é uma paparazzi. É uma artista. ((ri))

Jôsi: Poxa, obrigada Beatriz::z. Olha, o título do meu ensaio vai ser [...] <uma noite nos trópicos>. [...] Vai ficar lindo [...] e as fotos não vão ser [posadas,] tá?

O diálogo possui uma especificidade enunciativa que não podemos deixar de mencionar: ele participa, ao mesmo tempo, de duas situações enunciativas: a) a da representação e b) a da situação representada. Assim, podemos falar que, tal como no teatro e em algumas publicidades televisivas, a comunicação telenovelística, do ponto de vista enunciativo, coloca em jogo a questão da *duplicidade do diálogo encenado*, tal como propõe Maingueneau (1996). Dessa forma, na seção abaixo, procuraremos discorrer sobre esse fenômeno enunciativo e sua relação com a telenovela, valendo-se para tal dos trabalhos de Maingueneau (1996) e de Melo (2003).

A duplicidade do diálogo telenovelístico

Apesar de o trabalho de Maingueneau (1996) se referir à especificidade do diálogo no âmbito da encenação teatral, acreditamos que é possível transpor os postulados do pesquisador francês para a encenação telenovelística, já que telenovela e teatro compartilham algumas similaridades discursivas.

Segundo Maingueneau (1996), o diálogo teatral, além de ser proferido num cenário e associar-se a mímicas e jogos de cena, possui um traço evidente do ponto de vista pragmático

que é esse de sua *duplicidade*. Por meio dela, o diálogo teatral participa, ao mesmo tempo, de duas situações de enunciação: a) na primeira, um autor se dirige ao seu público através da representação de uma peça, sendo tal *representação* o ato de enunciação; b) na segunda, as personagens dialogam entre si num contexto enunciativo supostamente autônomo em relação à primeira situação, sendo essa *situação representada* o ato de enunciação. Logo, trata-se de situações enunciativas diferentes: na segunda, o diálogo entre as personagens permite que haja uma troca nas posições de locutor e alocutário, constituindo-se como uma situação dialogal; na primeira, essa troca de posições não é possível, já que a comunicação é assimétrica e monologal.

Mesmo sendo diferentes, as situações estão imbricadas, já que, como aponta Maingueneau (1996), por mais que o público seja invisível, é em função dele que os diálogos em cena se organizam. Assim, na encenação teatral “[...] estamos diante de interlocutores aparentemente autônomos, mas cujo conjunto de enunciados, a peça, está relacionada a uma fonte enunciativa invisível que [...] seria possível chamar de **arqui-enunciador**” (MAINGUENEAU, 1996, p. 160).

A comunicação entre o arqui-enunciador e o público é indireta, visto que as personagens e os atores que as representam não são os verdadeiros fiadores de suas réplicas; na verdade, como sugere Maingueneau (1996), devemos considerá-las como “sujeitos falantes” e não como locutores uma vez que elas não são responsáveis pelo seu posicionamento enunciativo e pelo processo de apropriação da língua para enunciar sua posição. Em suma, o diálogo das personagens no interior da situação da representação teatral é o elemento através do qual o arqui-enunciador interage com o seu público.

Como na encenação teatral, os diálogos da encenação telenovelistica são caracterizados por essa *duplicidade* de que nos fala Maingueneau (1996). Nesse sentido, na telenovela, os diálogos participam de duas situações de comunicação ao mesmo tempo:

- a) na primeira, o sujeito comunicante se dirige a um público através da representação da telenovela; é portanto a representação que constitui o ato de enunciação;
- b) na segunda, a situação representada, personagens trocam frases num contexto enunciativo supostamente autônomo com relação à representação.

Nesse sentido, o enunciador telenovelistico (EUE) – o que nos termos de Maingueneau (1996) corresponde ao *arqui-enunciador* – entra em contato com o seu destinatário de forma indireta, uma vez que ele se dirige ao público a partir dos diálogos entre as personagens. Ao dirigir-se ao TUD dessa forma, o EUE deve conciliar as exigências suscitadas pela existência de um destinatário duplo: o interlocutor imediato da personagem que fala no espaço textual (o espaço da história) e o protagonista do espaço interno, o nosso sujeito destinatário (TUD).

Como aponta Maingueneau (1996):

[o] mesmo discurso funciona simultaneamente em dois planos, deve agir sobre o interlocutor imediato e sobre o destinatário indireto (comovê-lo, fazê-lo rir... tudo o que se subsume sob a categoria “agradar ao público”) (MAINGUENEAU, 1996, p. 164).

Portanto, o dizer das personagens, no espaço da história (nosso espaço textual), funciona também em outro plano: ele age no sujeito destinatário de forma indireta atendendo a uma finalidade geral: a de agradar esse mesmo sujeito

É interessante constatar que essa *duplicidade do “diálogo encenado”* conjuga-se com a “operação de terceirização” suscitada pelo dispositivo de ficção da encenação telenovelistica. Na “operação de terceirização”, o sujeito enunciativo de apaga-se por meio da instituição das figuras do narrador televisual e das personagens, uma vez que ele utiliza de um

dispositivo enunciativo (o dispositivo de ficção) que permite que o mesmo crie um mundo relativamente independente que se materializa na história contada pelo narrador. Na duplicidade do diálogo encenado, esse mesmo enunciador mobiliza procedimentos de criação de falas entre as personagens que, devido à proposição do destinatário duplo, implica de maneira implícita o sujeito destinatário da telenovela.

O destinatário da comunicação telenovélistica assume, portanto, uma posição de testemunha dos fatos narrados pelas personagens através do diálogo. Com efeito, ele é convidado a participar desses diálogos a partir de uma atitude de projeção-identificação que é garantida pelo próprio dispositivo enunciativo, como vimos.

Considerando, então, as modalidades enunciativas arroladas por Charaudeau (1992; 2008), o diálogo, do ponto de vista da situação enunciativa entre o enunciador telenovélistico e o destinatário alvo – ou entre o EUE e o TUD de nosso quadro enunciativo representado na figura 1 acima –, pode ser compreendido como uma *modalidade delocutiva*. Nesta modalidade, nem o enunciador, nem o destinatário encontram-se explicitamente implicados: o propósito dessa modalidade é um texto produzido por outro locutor, e o sujeito enunciador atua nele apenas como um relator. Do ponto de vista considerado, é essa modalidade que ocorre nos diálogos de nosso *corpus*, uma vez que, através da operação de terceirização, nem o sujeito enunciador de *O Astro*, nem o sujeito destinatário estão explicitamente implicados nesses diálogos. Porém, ressaltamos que, em vez de um sujeito relator, o EUE em nosso *corpus* é um sujeito *construtor*: ele constrói as falas das personagens e as faz agir num contexto aparentemente autônomo.

Exemplo 3 - A duplicidade do diálogo encenado

- Eu odeio você, Salomão! [...] Eu *ODE:::IO:::VO:::CÊ:::!* EU *ODE::IO VOCÊ:::!*[...]MEU DE:::U::S como eu te *ODE::IO:::.* Ai::, como eu queria ter a coragem do Márcio [...] pra dizer tudo o que penso, tudo o que sinto por você. [...]O quanto eu to cansa:::da de >ser chamada< de [...] <fú:::til>, <inú:::til>, de cabeça de vento.
- (1.5)
- Salomão:** ((suspira)) Clô?! /Che-. Eu tô um tra:::po, Clô.

O exemplo 3 é um fragmento do diálogo entre as personagens Salomão Hayalla e Clô Hayalla, marido e mulher no interior da diegese, da CAP03SEQ05. Essa sequência ocorre após Salomão internar o filho do casal, Márcio Hayalla, numa clínica de recuperação. Clô, indignada com a atitude do marido, procura-o para tirar satisfações, iniciando, com isso, uma discussão entre o casal.

Pelo exemplo, observamos que Clô utiliza a expressão “eu odeio você” repetidamente para descrever o seu ponto de vista com relação ao seu interlocutor direto, a personagem Salomão. O discurso de Clô age diretamente sobre Salomão, já que ele pede a ela para parar com a discussão (“Eu tô um trapo, Clô”), mas também age no destinatário do ato de linguagem telenovelístico na medida em que tal discurso, ao revelar o estado emocional da personagem (ódio/raiva/fúria), suscita um universo emotivo que pode levar o (TUd) a se identificar com tal estado.

A organização enunciativa no extrato visual-filmico da telenovela *O Astro*: a questão dos jogos escópicos e da angulação

No que tange aos mecanismos enunciativos do extrato visual-filmico, o enunciador de *O Astro* se vale dos ângulos de

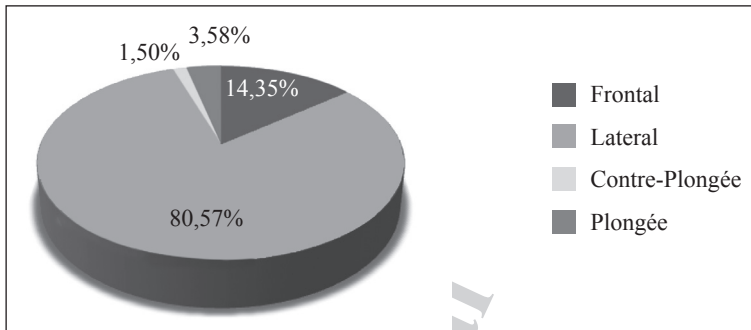
filmagem, da *escala de planos* e das *variáveis proxêmicas* como as principais categorias linguageiras para enunciar, enquanto um sujeito enunciador-mostrador, seu ponto de vista sobre o que está sendo veiculado nas sequências de nosso *corpus*.

Essas três categorias visuais-filmicas são categorias de posicionamento e de distanciamento: os *ângulos* dizem respeito à posição da câmera em relação ao sujeito ou objeto filmados; a *escala* corresponde a distância da câmera a esses sujeitos/objetos e ao tamanho aparente deles na tela da TV; e as *variáveis* referem-se ao cruzamento entre as escalas de plano e as distâncias interpessoais da *proxêmicas* (LOCHARD; SOULAGES, 1993). Assim, tais categorias permitem evidenciar, no extrato visual-filmico, a posição do enunciador telenovelístico em relação a si próprio, em relação ao seu interlocutor (o destinatário da telenovela) e em relação a um terceiro.

Em termos dos **ângulos de filmagem**, observamos que, nas sequências que constituem o *corpus* desse trabalho, há uma predominância do ângulo horizontal lateral (1825 videogramas¹²⁰, 80,57%), seguido do ângulo horizontal frontal (325 videogramas, 14,35%). O gráfico 1 abaixo evidencia a presença dos ângulos de filmagem em nosso *corpus*.

120 Para realizarmos a análise do extrato visual-filmico, observando suas categorias, optamos por adotar os procedimentos de transição visual propostos por Melo (2003). Nesse sentido, decomposemos o nosso *corpus* em unidades de análise denominadas videogramas. O videograma corresponde a *uma configuração visual estável definida pela continuidade dos parâmetros de criação de imagens e/ou dos sujeitos/objetos filmados* (LOCHARD, SOULAGES, 1993). A nossa decomposição gerou um número de 2265 videogramas.

Gráfico 1 – Ângulos de filmagem



Os ângulos horizontais são obtidos pelo posicionamento da câmera na altura do olhar do sujeito filmado, podendo tal sujeito ser filmado de frente (*ângulo frontal*) ou de lado (*ângulo lateral*). No caso de nosso *corpus*, os sujeitos/atores são predominantemente filmados de lado (completamente ou parcialmente), como podemos observar em quase todas as seqüências de nosso *corpus*.

A predominância do ângulo horizontal lateral como categoria linguageira da organização enunciativa visual-filmica faz materializar um determinado *jogo escópico*¹²¹ na tessitura discursiva do ato de linguagem telenovelístico. A noção de *jogo escópico* foi desenvolvida por Lochard e Soulages (1991; 1993) e retomada por Soulages (1999) e Melo (2003) para se referir à combinatória de diferentes pontos de vista alinhados sobre um regime escópico particular e que é proposto ao sujeito observador pelo sujeito mostrador através da criação de imagens e de sua operação. Nesse sentido, o jogo escópico, por meio do alinhamento dos pontos de vistas, propõe ao telespectador um determinado “posto de observação” da cena, atualizando a figura do destinatário televisual. Em outras palavras, o jogo escópico determina a posição do telespectador

121 No francês, a expressão original é *enjeuxescopique*.

em relação à cena apresentada sobre o seu olhar, podendo ele estar ou não implicado nela.

Como as personagens/atores, na maioria das vezes, são mostradas parcialmente ou completamente de lado, elas não podem olhar diretamente para a câmera e, desse modo, não solicitam e nem designam o telespectador enquanto tal. Logo, toda troca escópica no interior do mundo diegético se dá entre as próprias personagens. Nesse sentido, há a materialização de um *ponto de vista não direcionado* no interior desse ato de linguagem: as personagens não olham diretamente para a câmera (MELO, 2003). Nesse caso, o enunciador, valendo-se da operação de terceirização, instaura um narrador e as personagens passam a agir e a interagir em um universo aparentemente independente. Portanto, o telespectador assume uma posição de testemunha: ele observa o desenrolar dos acontecimentos, sem estar implicado no interior deles.

Isso ocorre em vários momentos das sequências de nosso *corpus* como quando da discussão entre Clô e Salomão após a internação de Márcio (CAP03SEQ05). A personagem Clô Hayalla (mostrada por meio de um plano próximo) foi filmada por um ângulo horizontal lateral e o vetor que saía de seus olhos não ia em direção ao telespectador, mas sim em direção da personagem Salomão Hayalla implicado na sequência em questão.

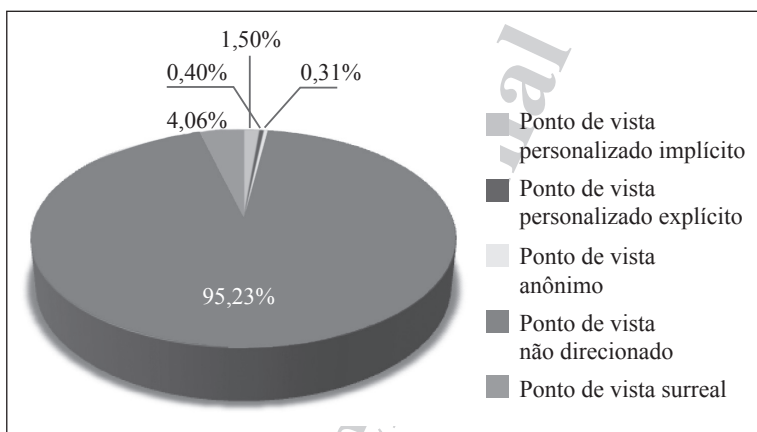
Mesmo quando há a presença do ângulo horizontal frontal em nosso *corpus* (325 videogramas, 14,35%), o jogo escópico não é atribuível ao parceiro da comunicação televisual. Quando a personagem olha diretamente para a câmera, como na cena em que Salomão é assassinado (CAP15SEQ09), o telespectador não é, de forma alguma, designado e solicitado como tal. Nesses casos, a personagem está olhando para outra personagem que, a depender da sequência considerada, pode materializar outros pontos de vistas escópicos tais como o *ponto de vista personalizado* ou o *ponto de vista anônimo*.

No que diz respeito aos jogos escópicos, Lochard e Soulagés (1991) explicam que o enunciado televisual fixa pontos de vistas múltiplos e variados, mas logicamente agenciados, atualizando ou não a figura do destinatário visual. Nesse sentido, os pontos de vistas podem ser *atribuíveis* seja ao parceiro da comunicação televisual, solicitado e designado como tal pelo endereçamento do olhar de um ator midiático à câmera; seja a um protagonista identificado; seja a um protagonista não ainda identificado, mas identificável; seja a um protagonista não identificado. Outros pontos de vistas podem ser *não atribuíveis*, correspondendo a essas imagens compósitas, na qual a heterogeneidade de sua composição anula a impressão de realidade.

Desse modo, há pelo menos seis tipos de pontos de vistas organizadores que são propostos ao destinatário televisual, segundo Lochard e Soulagés (1991; 1993) e Melo (2003): a) o *ponto de vista direcionado* (o endereçamento visual), na qual um ator midiático interpela explicitamente o destinatário visual, instalando nele um estatuto de parceiro da comunicação; b) o *ponto de vista não direcionado*, na qual o ator midiático não interpela o destinatário televisual, colocando esse último em uma posição de observador-testemunha; c) o *ponto de vista personalizado*, na qual o destinatário assume a visão de um dos protagonistas inscritos no interior do espaço interno, podendo tal ponto de vista ser *explícito* (quando vemos parte do protagonista) ou *implícito* (quando não vemos o protagonista, mas conseguimos identificá-lo); d) o *ponto de vista anônimo*, que aparenta, por suas coordenadas, ao ponto de vista personalizado, porém o protagonista não é identificado; e) o *ponto de vista surreal*, que corresponde aos pontos de vistas atípicos (*plongées* ou *contre-plongées* acentuados), não permitindo a atribuição desse ponto de vista a nenhum dos sujeitos integrados no interior da cena televisiva; e f) o *ponto de vista irreal*, que corresponde ao efeito “desrealizador” induzido por essas imagens compósitas, na qual se incluem vários planos no interior do campo/quadro.

Em nosso *corpus*, observamos que o *ponto de vista não direcionado* é predominante, na medida em que os ângulos de filmagem utilizados pelo sujeito enunciador-mostrador permitem agenciar esse ponto de vista, como já apontamos. O gráfico 2 evidencia a predominância desse jogo escópico em nosso *corpus*, bem como a presença dos demais.

Gráfico 2 - Jogos escópicos e pontos de vista organizadores



De acordo com o gráfico 2, o *ponto de vista não direcionado* ocorre em uma frequência de 95,23% (2157 videogramas), sendo, desse modo, predominante. Não há nenhuma ocorrência do *ponto de vista direcionado*, comprovando que a enunciação telenovelística coloca o telespectador em posição de observador-testemunha. O *ponto de vista surreal* ocorre em uma frequência de 4,06% (92 videogramas), seguindo o ponto de vista não. Os demais jogos escópicos – o ponto de vista personalizado explícito e implícito e o ponto de vista anônimo – juntos atingem aproximadamente 2,5% (50 videogramas).

O ponto de vista anônimo ocorre somente na sequência em que Salomão é assassinado (CAP15SEQ09). O enunciador, desejando criar o suspense no interior da telenovela, não mostra quem está indo ao encontro de Salomão e, por conse-

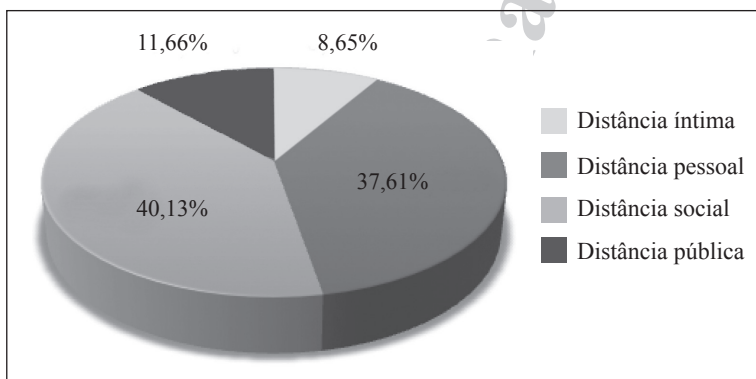
guinte, para quem Salomão endereça o seu olhar. Logo, ele engendra um efeito de suspense no discurso, possibilitando deixar o telespectador intrigado a respeito da identidade do assassino de Salomão.

Portanto, os ângulos de filmagem utilizados pelo enunciador de *O Astro* permitem agenciar jogos escópicos através dos quais o destinatário televisual não está diretamente implicado, já que as personagens não endereçam seu olhar a ele, mas sim a outras personagens. Com efeito, o telespectador é colocado em posição de *observador-testemunha* da história: ele observa o que ocorre no interior do mundo diégetico, sem estar diretamente implicado. Logo, do ponto de vista do extrato visual-filmico, essa apropriação dos ângulos de filmagem pelo (E)Ue também permite materializar a operação de terceirização de que mencionamos anteriormente e, por conseguinte, instaurar a posição do enunciador em relação ao seu destinatário.

É interessante constatar que há uma semelhança na discursivização entre essa categoria do extrato visual-filmico e as categorias do extrato verbal do ato de linguagem em estudo, já que o uso estratégico delas gera basicamente os mesmos efeitos de sentido. As categorias apropriadas pelo enunciador, nos extratos em questão, procuram apagar a presença deste e colocar o telespectador na posição de observador-testemunha. Assim, da mesma maneira que os diálogos não implicam explicitamente o telespectador, já que esses se inscrevem em uma modalidade delocutiva, os ângulos de filmagem, ao agenciar um jogo escópico calcado sobre o *ponto de vista não direcionado*, também não implicam explicitamente o parceiro da comunicação televisual, o nosso TUi. Logo, do ponto de vista da organização enunciativa, há uma interação entre os extratos languageiros, no qual o efeito provocado por um extrato é complementado pelo outro, ocorrendo uma espécie de sincronia entre eles.

No que diz respeito às **variáveis proxêmicas** – que aqui serão consideradas de forma conjunta com a **escala de planos**, já que aquela implica esta –, observamos que há uma predominância da distância social (909 videogramas, 40,13%), seguida da distância pessoal (852 videogramas, 37,62%), da distância pública (264 videogramas, 11,66%) e da distância íntima (196 videogramas, 8,65%), conforme podemos visualizar no gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3 - Variáveis proxêmicas (predominância)



De acordo com Lochard e Soulages (1993), as variáveis proxêmicas determinam o jogo de distâncias e proximidades que se estabelecem entre os parceiros da comunicação televisual. Ela é obtida pelo cruzamento da *escala de planos* com distâncias interpessoais levantadas pela *proxêmica*. Assim, por meio dessas variáveis, o enunciador pode estabelecer a distância/proximidade que ele julga necessária entre o que ele constrói no interior do espaço textual (as cenas e as personagens agindo) e o telespectador a que ele se endereça. Nesse sentido, as variáveis proxêmicas são usadas pelo EUE de forma estratégica e podem provocar no telespectador certos efeitos de sentido, devido à proximidade ou à distância com que a cena mostrada é tratada.

Em nosso *corpus*, a distância social é a variável proxêmica predominante. Nesse sentido, as cenas e as personagens são frequentemente mostradas através do plano médio (686 videogramas, 30,29%) e do plano americano (223 videogramas, 9,85%). Logo, na maioria das vezes, o enquadramento cênico mostra as personagens da região da coxa para cima, evidenciando parte do espaço diegético em que essas se encontram.

Nesses casos, além das personagens identificadas pelos signos figurativos ou icônicos, visualizamos também parte da localização espacial, materializada pelo signo do cenário, em que tais personagens se encontram. Nesse sentido, o telespectador tem contato não somente com as personagens, mas também com o espaço social em que elas circulam, podendo visualizar tanto o que ocorre com elas quanto o que ocorre ao redor delas. O telespectador é colocado, então, a uma certa distância da cena, observando o que ocorre no interior dela.

No entanto, à medida que os planos se fecham, o telespectador vai se aproximando das personagens e, com isso, ele passa a ter um maior acesso à “intimidade” delas. Em outras palavras, ao serem enquadradas em planos mais fechados, o telespectador tem, pouco a pouco, maiores condições de perceber os estados emocionais das personagens e suas reações, já que tais tipos de planos materializam, em termos de variáveis proxêmicas, a distância pessoal e a distância íntima.

Assim, enquanto nos planos americano e médio o telespectador percebe não só as personagens, mas também o espaço social em que elas interagem, por meio do plano próximo e do primeiro plano – que enquadram a personagem da altura do tórax para cima e da altura dos ombros para cima, respectivamente –, o telespectador tem a sua atenção concentrada na personagem que age ou fala. Logo, ele se torna mais próximo dela e é posicionado a uma distância pessoal. Na sequência em que Márcio e Salomão discutem (CAP02SEQ02), Márcio é predominantemente mostrado pelo primeiro plano e pelo

plano próximo, o que nos permite, enquanto telespectadores, estar situados em uma distância pessoal dele.

Já quando se enquadra somente o rosto da personagem ou detalhes dele ou de algum objeto cênico – os planos *close-up* e superdetalhe, respectivamente –, o telespectador está ainda mais próximo da personagem em foco e pode perceber claramente suas expressões, suas reações e seus estados emocionais. Dessa forma, personagem e telespectador estão a uma distância íntima um do outro. Assim, por meio da distância íntima, o sujeito enunciador faz compartilhar com o telespectador certos estados emocionais que a personagem em foco ressentente. Esse telespectador tem, portanto, um maior acesso à “intimidade” experimentada pela personagem: ele está intimamente próximo a ela. Por exemplo, quando Neco cumprimenta Nádia Hayalla na sequência da festa (CAP15SEQ09), é mostrado, através do plano de superdetalhe, a bolsa de Nádia, onde se encontra uma arma. Em seguida, há um corte direto, e o enunciador foca no rosto da personagem através de um *close-up*, evidenciando a emoção que ela experimenta: o susto por Neco ter visto a arma.

Portanto, a regulação das variáveis proxêmicas pelo sujeito enunciador possibilita a aproximação ou o distanciamento do telespectador em relação à(s) personagem(ns) em foco e à cena apresentada, permitindo a esse último ter acesso a certas informações “íntimas” da(s) personagem(ns). Assim, enquanto os ângulos de filmagem permitem o acionamento de um jogo escópico que posiciona o telespectador como testemunha da cena apresentada, as variáveis proxêmicas possibilitam que esse sujeito telespectador-testemunha observe a cena (e, por conseguinte a(s) personagem(ns)) a uma certa distância, podendo essa distância ser variável à medida em que o enquadramento cênico se fecha. Logo, essas duas categorias linguageiras da organização enunciativa do extrato visual-filmico são complementares e uma funciona auxiliando a outra, uma vez que essas categorias permitem posicionar o enunciador em relação, sobretudo, ao destinatário.

Considerações finais

Esse trabalho objetivou descrever e analisar os mecanismos enunciativos engendrados na telenovela *O Astro*, considerando duas materialidades significantes: o extrato verbal e o extrato visual-filmico. A análise do modo de organização enunciativo no *corpus* em questão revelou-nos que o ato de linguagem telenovelistico, para ser enunciado, vale-se de um dispositivo enunciativo de midiaticização de ficção. Este dispositivo permite criar uma realidade espaço-temporal independente que, devido à verossimilhança, simula uma situação possível, em termos psicossocial, discursivo, semiolinguístico e espacial. Além do mais, o dispositivo, acionando a operação de terceirização, apaga a figura do enunciador e instaura um narrador que, vivendo no interior do espaço textual, conta a história. Logo, ele permite que a realidade criada exista por si só, exigindo que o telespectador adote um regime de crença de forma a acreditar no que está sendo encenado no interior do texto.

Do ponto de vista dos extratos verbal e visual-filmico, as categorias utilizadas procuram reforçar e configurar o dispositivo de ficção. O uso dos ângulos de filmagem, por exemplo, faz com que o telespectador não seja solicitado e nem designado enquanto tal, ocupando, desse modo, uma posição de observar-testemunha.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In. _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas/SP: Pontes, 1989.

CHARAUDEAU, Patrick. *Grammairedusens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick. Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages*, v. 29, n. 117, p. 96-111. Paris, 1995.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso – modos de organização*. Coordenação da equipe de tradução Ângela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

GENETTE, Gérard. *Discoursdurécit*. Paris: ÉditionsduSeuil, 2007.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Trad. Marina Appenzeller. 14. ed. Campinas/SP: Papyrus Editora, 2010.

LOCHARD, Guy; SOULAGES, Jean-Claude. Fairevoir la parole. In. CHARAUDEAU, P. *La télévision, les débats culturels « Apostrophes »*. Paris: Didier, 1991. p. 141-167.

LOCHARD, Guy; SOULAGES, Jean-Claude. La ritualisation visuelle de “Cielmonmardi!”. In. CHARAUDEAU, P. *L'étude d'un genre télévisuel: le “talk show” – Rapport scientifique des équipes du CAD*. Paris : Université de Paris XIII, 1993.

LOCHARD, Guy; SOULAGES, Jean-Claude. *La communication télévisuelle*. Paris: Armand Colin, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. Tradução Maria Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MELO Mônica Santos de Souza. *Estratégias discursivas em publicidades de televisão*. 2003. 302f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). FALE - UFMG, Belo Horizonte, 2003.

MENDES, Emília. *Contribuições ao estudo do conceito de ficcionalidade e de suas configurações discursivas*. 2004. 267f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). FALE – UFMG, Belo Horizonte, 2004.

PAVIS, Patrice. Diálogo. In. _____. *Dicionário de teatro*. Trad. J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 92-93.

SOULAGES, Jean-Claude. *Les mises en scène visuelles de l'information: étude comparée France, Espagne, États-Unis*. Paris: Nathan, 1999.

Versão Original

O PROCESSO DE NOMEAÇÃO E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA EM NARRATIVAS DE VIDA

Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

A relação entre linguagem, pensamento e realidade vem sendo alvo de recentes discussões, especialmente porque se tem questionado certa concepção filosófica segundo a qual *as práticas linguísticas seriam capazes de refletir diretamente as coisas* (CAVALCANTE, 2003, p. 10). Norteados por essa concepção, que até então imperava, muitos teóricos, como observa Guadanini (2010), têm se oposto à ideia de que as categorias linguísticas utilizadas para descrever o mundo alteram-se tanto sincrônica quanto diacronicamente.

Uma perspectiva discursiva e voltada para a interação entre sujeitos leva-nos, por outro lado, a constatar que, em certas situações, o emprego dos nomes não significa simplesmente referir-se a algo, mas utilizar suas potencialidades em função de uma determinada finalidade interacional (GUADANINI, 2010, p. 1). Dessa maneira, torna-se de extrema relevância desmistificar o caráter neutro das palavras, uma vez que não podemos considerá-las como encarnação do real, mas sim como uma possibilidade de representação ligada a um potencial dialógico.

Essa é a perspectiva de Guadanini (2010), em quem nos apoiamos aqui ao tratarmos da *nomeação*. A autora defende que a palavra se constitui como um objeto de troca dentro das práticas sociais (GUADANINI, 2010, p. 3). Por isso, se o ato de nomear remete, por um lado, à representação/apresentação, isto é, ao modo de fazer referência aos seres, ele tem a ver, por outro, com a compreensão/visão sobre o mundo, podendo, a

partir disso, gerar desdobramentos dentro das práticas discursivas (GUADANINI, 2010, p. 3).

Nesse sentido, a nomeação como atividade de discurso leva-nos a noções ligadas ao dialogismo. Se retomarmos a máxima bakhtiniana de que todas as nossas palavras são referências às palavras do outro, de que há uma circulação de enunciados em outros discursos, podemos compreender que, pela nomeação, ativam-se, também, saberes coletivos, ideologias conceituais, estereótipos culturais e categorias identitárias.

Com efeito, a nomeação impõe, às vezes de maneira imperceptível, a ideologia conceitual e os estereótipos discursivos sedimentados nos signos linguísticos. Por vezes, essa sedimentação de estereótipos, acompanhados de uma visão *figée* e cristalizados em imaginários sociais, leva a uma concepção segundo a qual haveria, nesses casos, um apagamento do potencial argumentativo das nomeações na construção do discurso, concepção essa que deve ser rejeitada.

Faz-se necessário destacar ainda a relação entre a nomeação e a intersubjetividade na produção de sentido. Há uma dinamicidade que envolve os processos de que dispomos para representar aquilo que depreendemos e percebemos da realidade quando nos valem de uma categoria nominal – nomes e sintagmas nominais –, trazendo, assim, implicações para as relações entre linguagem, práticas discursivas e a realidade. Por isso, durante o ato de nomeação, o sujeito pode não realizar a interpretação que o enunciador pretendeu suscitar ao atribuir nomes, mas, ao mesmo tempo, ele não é livre para fazer qualquer interpretação dos enunciados. Esta segue, por exemplo, movimentos possíveis estabelecidos pelas *formações discursivas*¹²².

122 Não é de nosso interesse, neste trabalho, discutir o conceito de *formação discursiva*. Nós o tomamos aqui, com base em Maingueneau (2014, p. 41), não como “um espaço estrutural fechado, já que ele é constitutivamente ‘invadido’ por elementos provenientes de outros lugares, de outras formações discursivas, que nela se repetem, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais, por exemplo, sob forma de ‘pré-construídos’ e de ‘discursos transversos’”.

De todo modo, é válido ressaltar que toda nomeação comporta alguma intenção, mesmo que essa não seja explícita e que não haja consciência disso por parte daquele que nomeia. Podemos justificar tal afirmação a partir dos pressupostos pêncheutianos, que enfatizam a não liberdade do sujeito em sua fala e que apontam para o atravessamento ideológico e o recalque que operam nesse sujeito da linguagem. Considerando-se esses postulados, ganha importância a maneira como o homem percebe o mundo, o concebe e o categoriza ao nomeá-lo.

O ato de nomear pode, nesse sentido, estabelecer uma relação direta entre o locutor e seu referente, na medida em que envolve a escolha e o emprego de sintagmas nominais no processo de construção do mundo pela linguagem. Por meio dele, o sujeito busca instituir acordos e/ou desacordos e atingir finalidades enunciativas, evidenciando a força discursiva no âmbito de um processo intercomunicativo entre a sociedade e suas produções languageiras. Essa relação entre locutor e referente, porém, pode dar-se também de forma indireta, uma vez que o processo de nomeação pode vir acompanhado de certo grau de opacidade, que pode chegar, em alguns casos, à totalidade.

Assumimos, assim, que a linguagem só se constitui a partir do processo de nomeação do próprio mundo e que o sujeito, ao nomear, constrói seu objeto a partir de um ponto de vista determinado sobre o nomeado. Essas nomeações, em um mundo social, colocam em jogo as identidades sociais, sendo constantemente objeto de polêmica. Isso porque a atribuição de nomes a este ou àquele objeto, pessoa ou lugar comporta um potencial argumentativo e revela um caráter performático, que opera muito mais em função da busca pela eficiência do que pela busca da verdade.

Isso exposto, interessa-nos, neste texto, analisar as nomeações que fazem referência à figura do sujeito Paulo Freire nas *apresentações* de duas obras que versam sobre vida e obra desse educador: *Paulo Freire: uma biobibliografia* (1996), es-

crita por Moacir Gadotti, e *Paulo Freire: uma história de vida* (2006), de Ana Maria Araújo Freire. Mais especificamente, interessa-nos analisar os efeitos de sentido dos usos, a partir dessas duas posições enunciativas diferentes, dos sintagmas nominais que fazem referência ao sujeito Paulo Freire enquanto objeto discursivo nesses dois textos de apresentação.

Contornos de um espaço comunicativo e esclarecimentos sobre o *corpus*

Antes de contextualizarmos o *corpus*, cabe esclarecer que adotaremos aqui, para nos referirmos às obras selecionadas, o sintagma *narrativa de vida*, seguindo a tradução que Machado (2012) fez do sintagma francês *récit de vie*, proposto por Bertaux (2003). Conforme explica o próprio autor, ao fazer alusão a trajetórias e percursos de vida, essa expressão seria capaz de contemplar e abarcar “não somente a vida interior do sujeito e suas ações, mas também os contextos interpessoais e sociais” (BERTAUX, 2003, p. 31). Por isso, partindo da perspectiva desse autor, diremos que uma *narrativa de vida* não tem como função procurar compreender um dado indivíduo, mas um fragmento de realidade sócio-histórica, portanto, um objeto social.

Ademais, Bertaux (2003) salienta que essa intenção, explicitada no primeiro contato (entre aquele que escreve e o que conta), bem como incluída e aceita no processo de escritura, é interiorizada pelo sujeito, atuando como um filtro implícito. Graças a isso, ele seleciona, no universo semântico da totalização de suas experiências, o que seria suscetível de responder para atender ao pesquisador, que possui, por sua vez, um controle a partir de um pacto preestabelecido que orienta o dizer/contar.

Isso leva a outro motivo que nos faz tomar de empréstimo o conceito utilizado por Bertaux (2003) e sua tradução por Machado (2012). Diferentemente dos trabalhos que se

dedicam aos estudos de autobiografias, na esteira de Lejeune (1971), conforme nos aponta a pesquisadora supracitada (MACHADO, 2014), esse conceito está ligado a uma teoria específica. Machado (2014) argumenta que o termo seria mais apropriado que outros pelo fato de as bases *bertauxianas* se calcarem na Sociologia e Antropologia, ligadas, por sua vez, à Análise do Discurso, corrente à qual nos filiamos.

Por fim, ao assumir o sintagma supracitado, podemos nos valer mais uma vez do que Machado (2014) nos propõe, ou seja, dar ênfase aos atos de linguagem construídos por certos narradores/enunciadores que têm como objetivo alinhar diferentes partes das vidas do ser que tem sua trajetória colocada em evidência. Dessa forma, interessa-nos, especialmente, observar os efeitos de sentido decorrentes da utilização dos sintagmas nominais, principalmente no que tange à construção das identidades sociais em *narrativas de vida*.

Explicada essa questão, podemos delimitar melhor o *corpus*. As obras com as quais lidamos aqui apresentam certas estruturas composicionais já cristalizadas, organizadas em geral, antes do texto propriamente dito. Entre elas, merecem destaque as *dedicatórias, agradecimentos, epígrafes, apresentações, prefácios* entre outras. Voltaremos nossa atenção, neste trabalho, mais especificamente para a *apresentação* das *narrativas de vida* selecionadas.

Isso porque acreditarmos que, nesse espaço, podemos encontrar os contornos de um *contrato comunicativo* tal como proposto por Patrick Charaudeau (2008) no âmbito da Teoria Semiolinguística, arcabouço teórico de que nos valem neste trabalho. Consideramos que há, no texto em questão, o estabelecimento de um pacto comunicativo, já que cabe ao autor declarar suas motivações de escritura, fornecendo um quadro de restrições discursivas e um espaço de estratégias que devem ser levadas em consideração na leitura das *apresentações*, principalmente quando nos atentamos para as nomeações aplicadas ao ser que terá sua trajetória colocada em evidência.

A noção de *contrato* fica evidente na própria definição do texto de *apresentação* de uma obra, validando o empréstimo do conceito advindo da teoria Semiolinguística por se caracterizar como:

Texto opcional, escrito pelo próprio autor ou pessoa de reconhecida competência e autoridade sobre o assunto de que trata o livro, tem a finalidade de apresentar a obra ao público leitor, tecendo comentários sobre ela, traçando-lhe o histórico, o alcance e a motivação. Quando escrito pelo autor, costuma também expor sucintamente a metodologia empregada na elaboração da obra (FRANÇA, *et al.*, 2014, p. 21).

No caso das *apresentações* das *narrativas* selecionadas, ambas foram escritas por autores que têm suas assinaturas estampadas na capa do livro que reúne escritos sobre a vida de Paulo Freire, sendo destes autores, então, a responsabilidade enunciativa tanto da obra - em sua totalidade - quanto da *apresentação*.

É importante destacar que, para os estudos genealógicos, a assinatura, no discurso escrito, funciona também como uma forma de designação do enunciador. Assim, os nomes que estampam as capas dos livros contendo as narrativas, o de Moacir Gadotti, bem como o de Ana Maria Araújo Freire, são designações que remetem a um *eu*, locutor real, estabelecendo relações bastante estreitas entre aqueles que enunciam e o seu referente.

De forma breve, cabe dizer que Moacir Gadotti, que assume a autoria do primeiro texto selecionado para a análise, manteve estreitas relações com Paulo Freire durante o estágio doutoral que realizou na Suíça, em Genebra, alargando, posteriormente, contatos com ele no Brasil, vindo depois a ser um dos fundadores e o diretor do Instituto Paulo Freire em função da partilha de muitas ideias em comum com o educador. Já Ana Maria Araújo Freire, autora do segundo texto que integra nosso *corpus*, é uma pesquisadora

das correntes e vertentes da educação brasileira. Filha dos padrinhos de Paulo Freire, ela o conhecia desde a adolescência e era amiga da primeira esposa do educador, tornando-se, finalmente, após a viuvez tanto sua quanto dele, a segunda mulher desse importante teórico educacional.

Antes de procedermos à análise, é importante ressaltar ainda que vamos nos valer do aporte teórico da teoria enunciativa para fundamentar a ideia de que o sentido é construído no próprio desenvolvimento do discurso, segundo um conjunto de operações discursivas. Interessa-nos observar, com detalhes, o processo de referenciação nas diferentes *apresentações*, analisando as nomeações atribuídas ao ser *sobre quem se conta*, Paulo Freire.

Ao assumirmos essa posição, destacamos concepções possíveis de leitura, a partir do reconhecimento dos traços indicativos no enunciado, principalmente no que diz respeito à nomeação, objeto de nosso interesse. Como afirma Dahlet (1994, p. 107, grifos do autor):

Não há, de um lado, o mundo e, de outro, as palavras e um lado uma realidade estável e de outro os discursos que traduziriam mais ou menos bem essa realidade. Tal divisão, ainda muito comum atualmente, reduz o discurso a uma função instrumental, simples suporte de informações constituídas além dos textos e das quais estes extrairiam seus conteúdos e o sentido desses conteúdos, como se uma coisa ou um acontecimento do mundo já incluísse as formas e manipulações necessárias à sua significação. É precisamente essa divisão que a concepção enunciativa da construção do sentido recusa, visto que ela implica que **o referente do texto não seja dissociável da atividade enunciativa que o constitui**. Transpor uma coisa da realidade para um discurso é, ao mesmo tempo, formalizá-la e questioná-la, posto que ela é associada aos representantes linguísticos, os signos, que têm como propriedade essencial não designar di-

retamente o real, mas remeter a outros signos, isto é, criar um referente interno ao discurso, por um jogo de regularizações e de transformações determinadas por seu objeto. Desse ponto de vista, o que está além do texto se encontra, de fato, no ponto de partida, uma figura vaga, se não vazia, mas que progressivamente adquirirá formas e significações através do próprio desenvolvimento do texto.

A referência de um texto e a menção ao que está além dele sempre irão se construir no interior do próprio espaço textual, bem como no encadeamento dos enunciados, uma vez que os atos de linguagem/enunciados são resultantes dos jogos linguageiros, frutos da situação comunicativa e das condições de produção. Nesse sentido, é preciso que se adote a concepção de signo como portador de representações linguísticas, por tratar-se de uma realidade de referência de língua e discurso. Negar a representatividade dos signos é, ao mesmo tempo, isolar as propriedades imanentes ao objeto enunciado de seu referente e refutar o potencial argumentativo atrelado a cada palavra.

Isso dito, na próxima seção vamos nos ater ao processo de nomeação e à construção identitária de Paulo Freire a partir da utilização dos sintagmas nominais contidos na *apresentação* das *narrativas* selecionadas.

Nomear e construir: estabelecimento de um jogo estratégico

Na *apresentação* da *narrativa de vida* escrita por Moacir Gadotti, esse autor inicia seu texto afirmando que, na história das ideias pedagógicas, nos últimos anos, importantes marcos teóricos foram apresentados. Em seguida, aponta como um desses marcos a obra de Paulo Freire. É interessante observarmos que é atribuído a Paulo Freire o *status* de *teórico*, e um dos mais importantes no que diz respeito às ideias peda-

gógicas por ele postuladas em sua *obra*, como afirma Gadotti (1996, p.19, grifos nossos): “A história das ideias pedagógicas nesses últimos quarenta anos apresenta importantes *marcos teóricos*. Entre os mais significativos deles está, inquestionavelmente, a *obra* de Paulo Freire”.

Em seguida, o autor supracitado faz menção à questão da autoria das obras de Paulo Freire. Nesse sentido, é como se o ser sobre quem se conta existisse, de certa maneira, em função de sua produção. A ele Gadotti atribui também uma acepção/nomeação de *produtor*, principalmente de teorias, como se pode ver neste fragmento: “Tendo sua *produção* por referência, muitos educadores, principalmente da América Latina, consolidaram um dos paradigmas mais ricos da pedagogia contemporânea: a educação popular” (GADOTTI, 1996, p. 19, grifos nossos).

No decorrer do texto, outra nomeação é conferida a Freire, aquela que seria normalmente a mais esperada por aqueles que conhecem seu trabalho: a de *educador*: “Essa trajetória tem feito com que ele seja um dos *educadores* mais traduzidos e lidos do mundo” (GADOTTI, 1996, p. 19, grifos nossos). O educador é agregado um predicativo de valor positivo para a condição daquele que se volta para educar: “Ele fornece ao leitor e pesquisador uma listagem das publicações originais das obras e textos de e sobre este *grande educador*” (GADOTTI, 1996, p. 19, grifos nossos).

Finalmente, o autor da *apresentação*, ao afirmar que se trata da biobibliografia mais completa de e sobre o autor, ressalta que a obra não contém uma listagem acabada porque textos sobre o *educador* aparecem dia após dia no Brasil, valendo-se, do mesmo modo, de mais um predicativo positivo, *eminente*. Ao utilizar tal axiológico, Gadotti confere ainda uma maior relevância à nomeação *educador*: Freire é, assim, um educador famoso, cujo trabalho merece relevo. Veja-se a seguir o fragmento em questão:

Com tranquilidade e certeza, afirmamos que esta é a biobibliografia comentada mais completa de e sobre o autor, mas alertamos que não apresentamos aqui uma listagem acabada, mesmo porque textos sobre o *eminente educador* brasileiro continuam aparecendo dia após dia no Brasil e em outras partes do mundo (GADOTTI, 1996, p. 21, grifos nossos).

Vimos, deste modo, que todas as nomeações atribuídas ao sujeito Paulo Freire circundam o campo da ordem da competência profissional, atribuindo uma direção argumentativa e estabelecendo uma orientação de leitura: a de que o livro proporcionará ao leitor um encontro com uma *narrativa de vida* que irá traçar contornos, percursos e trajetórias de um *educador, teórico e autor* de muitas obras de cunho pedagógico.

Voltemos nossa atenção, agora, para os excertos da apresentação da narrativa de vida escrita por Ana Maria Araújo Freire. É importante destacar que a narrativa escrita pela viúva do educador foi publicada em 2006, 10 anos após o lançamento do livro de Moacir Gadotti. Trata-se, assim, de uma narrativa pós-morte do sujeito *sobre quem se conta*. Algumas perguntas surgem, como, por exemplo: as nomeações atribuídas ao sujeito Paulo Freire sofreram modificações devido à natureza relacional estabelecida entre o ser que conta e aquele *sobre quem se conta*? E quais seriam os efeitos de sentido decorrentes dessas novas nomeações? Seria possível afirmar que, havendo mudanças, elas poderiam ser atribuídas ao fato de o sujeito discursivo não estar mais presente entre nós, enquanto ser vivente? Essas são algumas perguntas a que tentaremos responder.

Logo no início do texto, Ana Maria Araújo Freire fala do privilégio de ter participado da vida de Paulo Freire, nas mais variadas instâncias que o relacionamento humano pode estabelecer, e já faz referência a ele usando seu *nome próprio*, o qual, por si só, tem uma função individualizante ainda mais porque a autora emprega apenas o prenome do sujeito de

sua narrativa: “Participei como pessoa privilegiada da vida de *Paulo* em várias e diferentes instâncias que o relacionamento humano pode possibilitar. Vivi cada um desses momentos com respeito, admiração e fascinação por ele” (FREIRE, 2006, p. 23, grifos nosso), diz ela. Isso denota intimidade e identificação, configurando, também, uma relação de proximidade entre o sujeito da enunciação e aquele que tem sua vida colocada em evidência, o que faz sobressair o aspecto *social* da narrativa.

No excerto a seguir, a autora se questiona sobre ser possível guardar a memória de alguém sem trair a própria vida daquele *sobre quem se conta*:

Como guardar a memória de alguém sem trair sua vida? Guardar os tempos vividos com Paulo na minha memória, no córtex de meu cérebro, no meu corpo consciente, é fácil: foram tempos intensamente vividos, profundamente sentidos. Apaixonados. Impossíveis de serem esquecidos. Ao perenizar sua figura de *homem público*, seu legado de *educador*, seus feitos por mais de cinquenta anos de luta e trabalhos, esforços e dedicação, corro o risco – como correm todos e todas que tomam para si esse dever de perenizar *homens* ou mulheres *exemplares* – de não ser fiel nem ao retrato nem à moldura de que se propõe – e eu me proponho – falar. Mais ainda quando o *retratado* foi e continua sendo objeto de admiração, fascinação e amor por parte de quem o retrata, por mim. Há, sempre, em qualquer caso, o perigo de arbítrio quando escrevemos sobre alguém, porque a total imparcialidade de quem escreve não existe (FREIRE, 2006, p. 24, grifos nossos).

Nesse fragmento, é curioso observar que Ana Maria Araújo Freire vale-se de diferentes nomeações e categorizações, utilizando, por exemplo, um elemento classificador quanto ao gênero, já que nomeia Freire como *homem público*. Em seguida, também emprega outro sintagma nominal para

referir-se a ele, afirmando tratar-se de *homem exemplar*, para, finalmente, terminar sua apreciação, recorrendo a uma categorização profissional que nele se destaca: a do *educador*.

Mais adiante, outra categoria é inserida na *apresentação* da narrativa, a de parentesco. Dessa maneira, outra instância relacional pode ser agregada à exposição da vida do ser que está em evidência, a sentimental. Tal fato faz com que outra posição enunciativa se desvele, a de Ana Maria Araújo Freire enquanto *esposa* de Paulo Freire. Mas, ao mesmo tempo, ao multiplicar as diversas designações conferidas ao ser sobre *quem se conta*, a autora apresenta uma infinidade de posições enunciativas, quase que exaustivas, conferindo um maior poder explicativo a sua *apresentação*, como se observa no fragmento que segue:

Os leitores e leitoras deste livro já devem ter percebido que não escreverei uma biografia desencarnada, “angelicalizada” ou caricata de meu *marido*. Escreverei uma história de vida, a de Paulo Freire – a que ele viveu antes de nos casarmos, a que vivi com ele e ele comigo –, como venho vivendo a minha vida sem ele, com os sentimentos e as emoções, sem perder, entretanto, a capacidade da transparência lógico-pedagógica e do compromisso ético-político (FREIRE, 2006, p. 25, grifos nossos).

Pudemos perceber que, até o momento, Ana Maria Araújo Freire transita por várias categorias na tentativa de definir e nomear o *ser-objeto-de-sua-narrativa*. Mas as nomeações não param por aí. A autora acrescenta: “Escreverei, portanto, este texto encharcado de minha paixão por ele como *homem*, *companheiro* e *amigo*, como *cidadão*, como *educador*, mesmo porque não haveria motivo de negar os meus sentimentos por ele” (FREIRE, 2006, p. 25, grifos nossos). Nesse excerto podemos notar a presença de outras nomeações capazes de expandir ainda mais o potencial argumentativo associado a

cada nova designação na *apresentação* dessa história de vida. Nele foram mobilizadas categorias como a social (*cidadão*) e outras empregadas anteriormente, como a de parentesco (*companheiro*) e a profissional/social (*educador*).

Ao longo da *apresentação*, mais uma vez se faz presente a categoria de gênero, a partir da designação do sujeito Paulo Freire enquanto *homem*, um ser que, embora tivesse tanta relevância, é tomado enquanto um ser do mundo. A autora explica:

Numa coisa os leitores e leitoras devem acreditar: procurei nessa busca do “retrato” de Paulo e da “moldura” que o envolveu o mais autêntico que habitou nesse extraordinário *homem* do Nordeste brasileiro. Sem inverdades, sem ambiguidades, sem engodos (FREIRE, 2006, p. 26, grifos nossos).

Ao nos conduzir para o final do texto, tendo já adotado uma escrita de caráter menos subjetivo, Ana Maria Araújo Freire refere-se a Paulo Freire como educador *da consciência ético-político-crítica*, valendo-se de outros predicativos para a construção dessa categoria profissional, diferentemente de Moacir Gadotti, que, simplesmente, utiliza o sintagma nominal *educador*. Veja-se o excerto que segue:

Não há dúvidas, portanto, de que Paulo Freire tem e terá sempre um papel de destaque na história das ideias, tal a profundidade e abrangência de seu pensamento, enquanto *educador da consciência ético-político-crítica*, mesmo que o mundo transforme os sonhos, as atuais utopias, em práticas da vida cotidiana (FREIRE, 2006, p. 27, grifos nossos).

Embora não seja um dos nossos objetivos analisar como o sujeito Paulo Freire se autoneomeia, podemos, por estar dentro do espaço da *apresentação*, fazer uma breve análise disso a partir do fragmento de uma entrevista que

é citada por sua viúva e na qual ele foi questionado sobre como gostaria de ser conhecido. Veja que isso implica um processo de nomeação, apesar de não ser usado aqui um sintagma nominal, propriamente dito:

- Professor, como o senhor quer ser conhecido?

Ele respondeu sem titubear:

- Esta é ótima. Esta é ótima. Essa é uma pergunta muito gostosa. Eu até vou aprender a fazer esta pergunta a outras pessoas. Sabe que eu nunca tinha pensado nisso? Mas agora que você me desafia, talvez a minha resposta seja um pouco humilde. Eu gostaria de ser lembrado como um *sujeito que amou profundamente o mundo e as pessoas, os bichos, as árvores, as águas, a vida* (FREIRE, 2006, p. 27, grifos nossos).

Como se vê, Paulo Freire se coloca como aquele que ama, *amante do mundo, das pessoas, dos bichos, das árvores, das águas e da vida*. Dessa maneira, podemos pensar que todas as nomeações atribuídas a ele decorrem, em certa medida, da não etiquetagem profissional que o próprio educador atribuiu a si mesmo, ou seja, ele rejeitou qualquer designação identitária ao privilegiar uma denominação a partir de sua própria subjetividade.

Em suma, Ana Maria Araújo Freire, ao longo da *apresentação*, faz referência ao sujeito Paulo Freire enquanto *homem, cidadão, companheiro, amigo e marido*, etiquetas/nomeações que também estão entrelaçadas a um ser *amante* do mundo, das pessoas e da própria vida. Podemos constatar que a nomeação do sujeito discursivo Paulo Freire como *educador* também acontece, porém de forma menos recorrente e marcada que aquela da *apresentação* de Moacir Gadotti.

Considerações finais

Observamos que as nomeações atribuídas a Freire pelos enunciadores nas *apresentações* realizadas nos livros a ele dedicados diferem quanto à construção identitária do *sujeito discursivo Paulo Freire*. É possível mesmo asseverar que há uma marcação definida quanto aos posicionamentos enunciativos assumidos tanto por Moacir Gadotti quanto por Ana Maria Araújo Freire.

Com efeito, o primeiro se volta para a construção identitária de um sujeito que se atém aos preceitos da educação e ao ato de educar. Dá-se, assim, contorno à figura do *educador*, deixando entrever que o leitor irá encontrar muito mais dados sobre a obra e o percurso de cunho pedagógico do que fatos e/ou apreensões do homem e sujeito Paulo Freire. Tudo isso ocorre a partir das nomeações que Gadotti utiliza para descrevê-lo, reativando uma *memória interdiscursiva*¹²³ ligada mais ao senso comum, que o toma como um sujeito que se volta para a educação.

Já o enunciativo do segundo texto focaliza seu poder de categorização no gênero, no comportamento e nas práticas sociais, buscando, com isso, edificar a figura de um sujeito possuidor de múltiplos predicados, marcado por características consideradas essenciais ao ser humano cuja vida/trajetória torna-se digna de ser contada¹²⁴. Delineiam-se, com isso, aspectos mais

123 Podemos nos valer aqui da acepção de Moirand (1999), para quem a *memória interdiscursiva* se constitui na e pela mídia, em que formulações recorrentes – como ser atribuída a Paulo Freire a identidade de educador – pertencem, inevitavelmente, a discursos anteriores, contribuindo, assim, para o amálgama desse tipo de identificação.

124 É válido destacar que um dos elementos considerados por Vilas Boas (2008) como inerentes às trajetórias de vida, o *fatalismo*, se faz presente. Na *apresentação da narrativa de vida* escrita por Ana Maria Araújo Freire, percebe-se que o sujeito sobre quem se conta ganha destaque a partir dos múltiplos papéis sociais atribuídos pelas nomeações: *amigo, companheiro, cidadão e educador*, ajudando a construir, assim, uma figura com contorno heroificado. É como se esses sintagmas nominais, por si só, já conduzissem a um referencial de vida que devesse ser contado, seguido, tamanha a importância suscitada pelas nomeações na construção identitária do sujeito discursivo.

voltados para o *homem* Paulo Freire do que para o *educador*. São incorporadas ao texto, por exemplo, categorias voltadas para grau de parentesco, como *marido*. No que tange ao aspecto social, surge a designação *companheiro*. Já em relação ao gênero, por vezes, o sujeito discursivo é nomeado como *homem*. Somente ao final, a autora o nomeia como *educador*.

Percebemos, também, a partir da análise de um fragmento do segundo texto, que muitas nomeações aplicadas ao sujeito discursivo em pauta decorrem da etiqueta que o próprio educador atribui a si mesmo: *amante* do mundo, das pessoas e da própria vida. Tais caracterizações estão relacionadas às nomeações que a autora do texto examinado emprega para designar o *ser-sobre-quem-se-conta*.

Cumpra agora, a partir dessas considerações mais evidentes, impressas no tecido textual das *apresentações* contempladas, tentar responder a alguns questionamentos que surgiram ao longo do texto. O primeiro deles diz respeito ao fato de haver uma diferença significativa nas designações atribuídas ao sujeito discursivo em cada caso. Mais especificamente, observamos que Ana Maria Araújo Freire deixa mais de lado a porção *educador*. Tal fato pode ser explicado justamente pela natureza relacional estabelecida entre a autora e o ser que tem sua trajetória contada, *marido* e *esposa*, na medida em que se torna mais fácil evidenciar outros aspectos e papéis sociais/identificações do sujeito discursivo que não aqueles que se voltam para a educação.

Outro apontamento se atém aos efeitos de sentido decorrentes da nomeação do sujeito Paulo Freire como *educador*. Bastante explorada na narrativa de Gadotti (1996), essa nomeação parece dar uma conotação mais sóbria a esse texto, enquanto que seu aparecimento bem mais discreto na *apresentação* feita por Ana Maria Araújo Freire pode ter como efeito a ideia de uma trajetória mais romanceada. É claro que tudo isso só pode ser averiguado a partir de uma análise das *narrativas* como um todo, mas ressaltamos que, via nome-

ação, tais impressões se tornam efeitos possíveis de leitura, dependendo das inter-relações estabelecidas entre linguagem, pensamento e realidade.

Finalmente, outro questionamento que se fez presente foi aquele sobre a possibilidade de o fator *morte* estar relacionado a diferenças quanto à nomeação. Essa é uma pergunta difícil de ser respondida, pois, tratando-se da linguagem, não temos como resposta algo exato. De todo modo, há uma tendência de resgate, principalmente via memória, de certos contornos heroificados em muitas trajetórias de vida que são transpostas para o papel, principalmente quando ocorrem pós-morte.

A partir do exposto, pudemos constatar que as nomeações não acontecem de maneira aleatória, pois o ato de nomear remete a uma operação enunciativa de esquematização e de intervenção sobre o mundo, que é fabricado, assim, via discurso. Durante esse processo, há sempre um procedimento de seleção, de escolha de um nome em detrimento de outro, uma vez que cada sintagma carrega e comporta um determinado ponto de vista acerca de um fato, fabricando, assim, universos de discursos.

Nesse sentido, podemos afirmar que os autores das *apresentações das narrativas de vida* anunciam suas posições enunciativas ao empregar sintagmas nominais e, com eles, focalizam determinados aspectos da constituição identitária do ser que tem sua trajetória evidenciada, construindo, assim, um percurso argumentativo.

Além disso, ao considerarmos que nesses textos é possível estabelecer o *contrato comunicativo* das obras, uma vez que é nesse espaço de *apresentação* que pode e deve ser explicitada a motivação dos autores e o ensejo de surgimento de cada narrativa, podemos observar que ambos os textos analisados obedecem a um propósito comunicativo diferenciado.

Faz-se necessário ressaltar finalmente que o processo de nomeação é resultante do entrecruzamento entre linguagem, pensamento e realidade, tendo em vista o caráter arbi-

trário dos signos, o potencial de representação das palavras, bem como o seu dialogismo imanente. Tudo isso também pode ser atrelado ao poder identitário das nomeações, principalmente quanto elegemos como material de análise textos que narram trajetórias de vida.

Versão final

REFERÊNCIAS

- BERTAUX, D. *Les récits de vie*. Paris: Nathan, 2003.
- CAVALCANTE, Mônica M. Apresentação. In: CAVALCANTE, Mônica M.; RODRIGUES, Bernardete B.; CIULLA, Aлена (org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e Discurso*. Modos de Organização. São Paulo: Contexto, 2008.
- DAHLET, P. Leitura e construção do sentido: a perspectiva enunciativa. In: YUNES, Eliane *et al.* (Org.) *A formação do leitor: o papel das instituições, formação do professor para a educação fundamental*. Caderno de Educação Básica. Editora Moderna, volume 4, 1994, p. 103-128.
- FRANÇA, Júnia Lessa *et al.* *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 9. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- FREIRE, Ana M. *Paulo Freire: uma história de vida*. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2006.
- GADOTTI, Moacir. *Paulo Freire: uma biobibliografia*. São Paulo, SP: Cortez, 1996.
- GUADANINI, Sandra Magna. *Designação: das categorias da língua às categorias do discurso*, 2010. 216f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- LEJEUNE, Philippe. *L'autobiographie en France*. Paris: Armand Colin, 1971.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MACHADO, Ida L. Algumas reflexões sobre elementos de base e estratégias da Análise do Discurso. *Revista Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 187-207, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://relin.letras.ufmg.br/revista/upload/20108-IdaLucia.pdf>. Acesso em maio de 2015.

MACHADO, Ida L. *A narrativa de vida como materialidade discursiva*. 2014 (No prelo).

MAINGUENEAU, D. Formação Discursiva. In: CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. (Org.). *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 241.

MOIRAND, S. Les índices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire. *Cahier de praxématique*, 33. Université de Montpellier, 3, 1999, p. 145-184.

VILAS BOAS, Sérgio. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: UNESP, 2008.

A INSCRIÇÃO DA HISTÓRIA NA LÍNGUA E O EFEITO DISCURSIVO DA NOMEAÇÃO NO JOGO POLÍTICO ENTRE O DIZÍVEL E O ENUNCIÁVEL

*Leda Verdiani Tfouni
Anderson de Carvalho Pereira
Dionéia Motta Monte-Serrat*

Introdução

Fatos da realidade política brasileira são descritos, neste artigo, como uma exterioridade que afeta a língua. Os planos de exterioridade e interioridade da língua podem ser discernidos segundo a teoria da Análise do Discurso de Michel Pêcheux. É dessa perspectiva que podemos observar um deslocamento dos sentidos de certas expressões e concluir que esse deslocamento se dá conforme a influência do contexto sócio-histórico exercida sobre a posição-sujeito na cadeia discursiva. Veremos que, embora a língua tenha uma ordem interna segundo suas regras e normas refletem a exterioridade provocando um “desconforto” com seus deslizamentos; afetando o sujeito de modo a deslocá-lo de sua posição-sujeito do discurso em que a interpelação pela ideologia dominante (efeito de literalidade) sucumbe aos deslizamentos do imaginário, que, por sua vez, provocam no simbólico uma demanda pela irrupção de “novos” sentidos, sentidos esses desencadeados pelas seguintes nomeações que serão objeto de nossa análise: mensalão, mensalinho, tucano-marinismo, lulismo, dilmismo, lulologia.

Esses fatos da língua, que apontam para efeitos de “novidade” sobre a realidade política brasileira, podem ser percebidos ao aproximarmos o plano discursivo da enunciação, à nomeação, localizada no plano dos enunciados. Esses efeitos

de “novidade” provocam sentidos contraditórios, uma vez que não prescindem do “já dito” para dizer e enunciar os fatos políticos. A articulação da nomeação (enunciado) ao fato de dizer algo “novo” (enunciação) evoca o aspecto lacunar do simbólico, num constante desdobramento parafrástico sustentado pela memória discursiva.

Assim podemos perceber no plano dos enunciados o distanciamento dos novos dizeres em relação ao sentido único anteriormente posto pela ideologia dominante (“já dito”). As falhas nesse suposto sentido único do discurso deram lugar à constituição de outros sentidos, que não os “previstos”; deram lugar a uma operação de deslizamento de sentido que traz o contexto sócio-histórico, oculto no discurso dominante, à tona, provocam “novos” efeitos de sentido; revelam uma dimensão na constituição do sujeito deslocada de seu efeito de exterioridade, já que a História interfere nos processos semânticos da língua. Isso mostra o discurso como acontecimento: o valor simbólico da memória, que não é o de reconstituir o passado, sustenta efeitos de repetição e diferença (PÊCHEUX, 1988, 1999).

O sujeito - que não nasce pronto, mas se constitui no discurso - é a perspectiva para iniciar nossas reflexões sobre a modificação no modo de percepção da subjetividade; no modo de percepção do sujeito sob uma dimensão que vai desde algo mensurável até algo imprevisível. No lugar do consenso, veremos que há uma tensão na sedimentação dos sentidos (TFOUNI, 2005).

Em vez de perpetuar o sentido único, que predomina devido ao apagamento da realidade do contexto, preferimos considerar as elipses, os desvios, os equívocos, a fim de compreender a História dos eventos políticos da realidade brasileira como parte da constituição dos sentidos na língua. Em outras palavras, enquanto há o processo de interpelação ideológica instalando o sentido único, o do “dever-ser” que traz a coesão nos enunciados, consideramos o sujeito dividido,

opaco, que rompe com a unidade de sentido, tornando-o polissêmico. Esse acontecimento, que só pode ser percebido sob a ótica da constituição histórica do sentido, torna o consenso uma aparência apenas, e sobrepõe-se aos sentidos configurados de antemão.

Práticas discursivas heterogêneas e a constituição do sujeito

As práticas discursivas fazem supor que os sujeitos só funcionam em relação à sua “imersão em uma situação [...] levando-se em consideração as práticas de que eles são portadores” (SCHERER & TASCHETTO, 2005, p. 121). Essa circunstância nos leva a considerar que existe o sentido dominante, uma memória social dos fatos que conflitam com o acontecimento de cada sujeito. Assim, as práticas discursivas são algo heterogêneo: vão desde os discursos unos e mensuráveis em seu aspecto ideológico até discursos constituídos num deslocamento dos efeitos ideológicos do interdiscurso (o qual determina o que deve e o que não deve ser dito). Segundo Scherer e Taschetto (2005, p. 121), o sujeito, ao enunciar, “‘perde’ o trajeto de leitura”, o que mostra que a retomada dos discursos por esse mesmo sujeito é uma questão social. Ainda segundo as autoras, a memória é suposta pelo discurso e se reconstrói quando o sujeito enuncia, e, por esse motivo, a enunciação deve ser tomada não como vinda do locutor, “mas como operações que regulam a retomada e a circulação do discurso”.

O interdiscurso constitui mecanismo de transmissão e perpetuação do conhecimento; produz um paradoxo de “evidências subjetivas”, de modo que a separação entre exterioridade e mundo interior do sujeito fica menos nítida; o sujeito é inserido numa realidade virtual que vincula aquilo que ele relata a uma operação de recobrimento (MELENOTE, 2006) a qual o tornacompacto, ou seja, sem falhas ou lapsos. Embora

assujeitado ao interdiscurso, ao momento histórico (que abriga as ideologias como forças materiais que constituem indivíduos em sujeitos) e ao momento constitutivo (que leva o sujeito a investir em uma miragem subjetivista alienando-o em uma imagem de continuidade e coerência) (WHITE, 1991), o sujeito, observado sob a perspectiva discursiva em suas enunciações, dá oportunidade a que vislumbremos o jogo de efeitos ideológicos o qual tenta contornar equívocos, lapsos e deslizes nessa imagem de coerência, sem falhas.

Memória e enunciado: rompimento e deslocamento

É a memória que regula, conserva e, ao mesmo tempo, promove o rompimento, o deslocamento da ordem (r)estabelecida do sentido de um enunciado. Esse conceito ancora-se em uma dinamicidade que se mostra também na forma como os acontecimentos históricos são ou não inscritos na memória, em como são aspirados por ela ou nela instituem uma falha, uma fissura. Isso porque a memória é constituída por uma materialidade intrincada e complexa, advinda de diferentes acontecimentos materializados linguisticamente, que deixaram o domínio da indiferença em um dado momento sócio-histórico (DAVALON, 1999), porque não foram alçados à interpretação. Pêcheux, referindo-se ao papel da memória, nota que:

[...] essa regularização discursiva que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa 'regularização' e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira [...] (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

O autor refere-se, aqui, à noção de deriva dos sentidos, processo que denunciaria as vicissitudes da memória sob o choque do acontecimento: os vai-e-vem da paráfrase (a qual, cooptando o acontecimento, pode sorvê-lo e eventualmente diluí-lo) e da polissemia (que age desregulando, perturbando, em uma “[...] espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase”) (*op.cit.*, p. 53). O acontecimento discursivo, enquanto gerador de movimentos de deriva decorrentes de perturbações na rede da memória: esse é o tema da obra definitiva de Pêcheux (1990) sobre as questões que aqui colocamos.

Podemos dizer que existe um mecanismo (ideológico) de naturalização dos sentidos, que captura o sujeito, e que pode atualizar-se na língua através da escolha de um léxico, por exemplo. Bakhtin, sob o pseudônimo de Voloshinov (1986) já afirmava que as palavras de uma língua são carregadas de um conteúdo ideológico, que reflete a história da luta de classes. Então, podemos dizer que todo acontecimento de atualização da língua através da introdução de novas palavras no seu léxico assume as feições da verdade do sujeito. Pode-se, então, pensar as atualizações na língua como produto da História social e da história particular, as quais possibilitam ao sujeito alocar-se em sítios de significação (materializados em cadeias de significantes): lugares específicos no interdiscurso, que vão servir de âncora para o sujeito do discurso durante o ato de enunciação. Mais adiante, apresentaremos uma análise de como esse processo se passa, tomando como mote fatos recentes da História do Brasil.

Formulamos, assim, um conflito, amparado por um funcionamento contraditório que permeia todo o processo de registro do acontecimento. Este último é definido como um componente histórico “descontínuo e exterior”, o qual “[...] pode escapar à inscrição, não chegar a se inscrever e pode, por outro lado, ser absorvido pela memória, como se não tivesse ocorrido” (PÊCHEUX, 1990, p. 50). Porém, como ocorre

com tudo que é recalcado, esses sentidos retornam, de forma disfarçada, e dão-se a perceber ao analista através de indícios linguístico-discursivos. Isso quer dizer que há uma memória social, ou da língua, que se sobrepõe à memória individual dos falantes, sendo que a primeira age à revelia da segunda. Por exemplo, as pessoas podem ter-se esquecido da palavra “íme-xível”, mas ela continua reverberando e fazendo sentido (além de já estar dicionarizada), e, toda vez que for usada, carregará consigo o lastro memorável do acontecimento histórico onde foi pronunciada inauguralmente.

Nesse sentido, antes de ser um campo fechado e dotado de homogeneidade, a memória caracteriza-se pela mobilidade, ou seja, “[...] é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização [...] Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1990, p. 56). A noção de interdiscurso permite trazer para a Análise do Discurso (AD) uma História não cronológica. Uma História onde está inscrita a contradição, e que captura o sujeito em uma teia (“já-lá”) de significantes, fazendo-o inscrever-se, à sua revelia, em uma formação discursiva, no mesmo movimento em que “se esquece” de que as palavras que ele (sujeito) “pensa” escolher livremente, já estão dotadas de sentido, e só por isso significam.

As relações de paráfrase e o efeito metafórico, que coexistem, enquanto virtualidade, com uma sequência manifesta, atestam que a História está ali. Foi isso que Tfouni (2003) mostrou ao discutir o uso não aleatório de Istambul e Constantinopla, respectivamente na Turquia e na Grécia: que a determinação dos processos semânticos é histórica, e a enunciação se faz como acontecimento, e não como pontualidade em uma cadeia significante qualquer. É interessante notar aqui que esse mecanismo de naturalização que captura o sujeito não se restringe à escolha de um léxico, como foi ilustrado acima.

Reafirmamos que a memória é processo dotado de um âmago dialético: por um lado, o que pode e/ou deve ser reto-

mado, recuperado; por outro lado, o que pode e/ou tem por obrigação/condição transformar, deslocar. A materialidade discursiva é estruturada de forma emaranhada, intrincada,

[...] a memória discursiva seria aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1990, p. 52).

É dessa forma que fica garantida a legibilidade, e, ao mesmo tempo, a possibilidade de irrupção do novo, via deslizamento de sentidos.

Para ilustrar isso, apresentaremos uma análise de fatos que ocorreram na atualidade do cenário político brasileiro, nomeados de “Mensalão”. Os escândalos das propinas distribuídas pelo partido do governo aos parlamentares em troca de apoio político, e do desvio de verbas dos fundos de pensão constituem fato recente da História, que, como tal, enquanto acontecimento veio perturbar a ordem do discurso estabelecida pela ideologia. Essa instabilidade caracteriza uma irrupção do novo, e, dialeticamente, clama por interpretação, ao mesmo tempo em que requer que novos arranjos enunciativos sejam elaborados discursivamente. Provoca, nesse movimento, um rearranjo nas redes de memória discursiva, afetando o funcionamento da língua.

Desse modo, temos, como consequência, que um novo léxico foi adicionado ao dicionário, ou ao arquivo, no sentido dado por Pêcheux (1997) de “as coisas a saber”. Palavras como “mês”, que tinham, em sua rede associativa anteriormente constituída, “mensal”, “mensalidade”, sob a influência dos novos acontecimentos históricos, têm suas redes de memória desviadas, refeitas, reformuladas, ampliadas. Assim as nomeações “mensalão”, seu oposto jocoso, “mensalinho”, assim como “mensaleiro”, são introduzidas aí, nesse nódulo de

memória, e passam a funcionar em relação de paráfrase com o léxico já existente, acompanhadas de uma mudança morfosintática que afeta a língua: o uso inovador da flexão de grau (diminutivo e aumentativo), que antes não se aplicava à palavra “mensal”, além da transformação do adjetivo em substantivo, são testemunhos, na materialidade linguística, de que todo fato histórico reclama por uma atualização do discurso, atualização essa que vem através de mecanismos de substituições, paráfrases, retomadas, acréscimos, apagamentos etc. ocorridos na estrutura da língua. Nesse caso, podemos constatar que “mensalão” foi à palavra cunhada pela imprensa para designar os milhares de reais que foram pagos a parlamentares a fim de garantir apoio político aos projetos do presidente. O aumentativo presta-se aí quase que a exprimir uma interjeição de espanto: tão grande era a “mesada” que o grau ordinário do substantivo não daria conta semanticamente do espanto causado pela descoberta da suposta rede de corrupção que corria solta nos porões do Senado e da Câmara:

*Esse tal de mensalão
Pelo Jéferson descoberto
Revelou muito segredo
Que por lá estava encoberto
Desde as malas de dinheiro
E os dólares sem roteiro
Na cueca do Adalberto.*

(Zé Furtado e Guaipuan Vieira, 2005).

Observamos que o trecho do poema de cordel acima inscreve, na ordem da língua, não apenas o significante “mensalão”, mas os usos sociais que ele recebeu quando de sua exposição e circulação na mídia. Assim, temos um deslocamento do significante “mensalão”, originalmente cunhado no/pelo discurso político, migrante para o discurso midiático e, depois, marcado no discurso literário como um pré-construído, a remexer nas redes de filiações já ditas. Esse funcionamento

põe em relevo o modo como os sentidos são produzidos, isto é, no calor de disputas e tensões políticas pelo poder dizer; também indicia a forma como a língua é permanentemente afetada pela historicidade, que lhe é constitutiva, não como uma borda externa, mas como algo central e nuclear.

Por outro lado, “mensalinho” surgiu por uma intenção jocosa, como parte de uma piada criada pelo povo, para referir-se a pequenas vantagens que funcionários públicos recebem do governo, como, por exemplo, o “ticket” alimentação e o vale transporte. “Mensaleiro”, não por acaso, tem o mesmo sufixo de “mensageiro”, o que vem atribuir à palavra uma carga semântica que indica “transporte de alguma coisa”, no caso, o próprio “mensalão”. Num movimento de tentativa de aliviar-se da carga emocional negativa criada pela descoberta do esquema corrupto, a voz do povo carnavaliza (usando uma expressão de Bakhtin, 1999) os fatos através da criação dos neologismos.

Do mesmo modo, “Severino” é ressignificado. É um substantivo próprio, que tem sua constituição em um adjetivo, cuja história de formulação discursiva remete a memória a grandes nomes da literatura brasileira, como Graciliano Ramos e João Cabral de Melo Neto, dois dos maiores escritores brasileiros. (Quem não conhece “Morte e Vida Severina”, ou “Vidas Secas”?). Vamos rever um trecho do primeiro:

— *O meu nome é Severino,
como não tenho outro de pia.
Como há muitos Severinos,
que é santo de romaria,
deram então de me chamar
Severino de Maria
como há muitos Severinos
com mães chamadas Maria,
fiquei sendo o da Maria
do finado Zacarias.*

(O retirante explica ao leitor quem é, e a que vai)
(Melo Neto, 1969).

Assim, o contexto histórico em que este léxico foi utilizado até a atualidade, que se filia, pela memória enunciativa, a regiões do interdiscurso amarradas por semelhança semântica, desloca, por influência da ideologia, efeitos da contradição. Severino, sob esse deslizamento, passa por uma modificação semântico-discursiva, e muda de sentido. Antes, o sentido de Severino era associado, pela memória discursiva, a dignidade, miséria e desamparo; agora, depois que se descobriu que o presidente do Senado, Severino Cavalcanti, cobrava pesadas “mesadas” do gerente do restaurante do Senado, passou a significar também seu oposto: desonestidade. O significado da palavra, portanto, mudou, e ampliou-se, sob o efeito do acontecimento (História) e isto afetou as redes de memória.

Acontece, como efeito, uma amarração entre o já-dito e a novidade: sempre que esses significantes forem ativados no interdiscurso, essa história de constituição de sentidos atualizada por novos fatos irá ativar-se; e a palavra, quando enunciada, além de um sentido imaginariamente literal, que advirá do contexto linguístico no qual ocorrer, carregará consigo toda a virtualidade semântica que a compôs historicamente. O resultado desse processo é que um enunciado como: “*Ele é um severino*”, que antes dos fatos atuais, significava mais ou menos algo como “*Ele é um pobre coitado, sofredor; porém, é digno e honesto*”, a partir de agora pode ser usada em um contexto de enunciação completamente oposto. A repetição da palavra, mesmo que ela continue imutável no dicionário da língua, será daqui para frente sempre afetada por uma memória que Courtine (1981) denomina de repetição vertical. Trata-se de repetição da ordem de uma memória lacunar ou com falhas, que ocorre à revelia do sujeito enunciatador, sob a influência da História, e que se opõe a uma repetição de elementos de extensão, da ordem de uma memória cheia, saturada.

Não é só no nível morfológico, no entanto, que a História afeta a língua. Ela o faz em todos os níveis. Vamos considerar um enunciado como: “*O PT é um partido desonesto/*

não confiável”. Levando-se em conta a História recente da constituição desse partido político, esta era uma asseveração do campo do impossível, e seria tida como semanticamente anômala, caso fosse enunciada. Tal como Pêcheux (1989) comenta para o enunciado “*A Terra é redonda*”, se fosse produzido antes de Copérnico, do mesmo modo a frase acima estava interdita ao dizer - não podia ser formulada devido a fatores de censura dados pelo contexto. Até mesmo os partidos inimigos do PT nunca se tinham atrevido a fazer tal afirmação. No entanto, à luz dos novos fatos históricos (políticos), aquilo que era impossível tornou-se possível, e o enunciado “O PT é um partido desonesto/não confiável” já circula em algumas formações discursivas, mesmo entre as de resistência à ordem recém-estabelecida. Isso é efeito do interdiscurso. Courtine coloca essa questão da seguinte maneira:

Existem, portanto, dois modos de determinação do ato de enunciação pela exterioridade do enunciável, ou interdiscurso: o interdiscurso como preenchimento, produtor de um efeito de consistência no interior do formulável, e o interdiscurso como oco, vazio, deslocamento, cuja intervenção provoca um efeito de inconsistência (ruptura, descontinuidade, divisão) na cadeia do reformulável (COURTINE, 1999, p. 22).

Em um período recente, as eleições presidenciais de 2014 no Brasil também permitiram o estranhamento de várias nomeações ocorridas em meio ao debate político. Vejamos algumas delas.

Modos de designação que glosam outros sentidos possíveis: a nomeação

Ao tratar do acontecimento do mensalão, apontado em uma reportagem de 2012, o autor do texto jornalístico abaixo

procura traçar um perfil das categorias que denomina “Petismo, Lulismo e Dilmismo”. Vejamos:

O Julgamento do Mensalão foi o primeiro racha entre o chamado Petismo e o Lulismo – ambos anteriormente conectados e muitas vezes misturados [...] Finalmente chegou ao ponto mais interessante. Após a eleição de 2010, timidamente surgiu mais um perfil, ainda mais afastado do núcleo central do PT. O Dilmista é aquele que apoia o governo da presidenta, sente segurança em sua gestão, mas não se vincula tão diretamente ao PT ou a Lula como um guia. É claro que um Petista ou Lulista pode ser ao mesmo Dilmista e estes são a grande maioria. Todavia, o Dilmista *per se* não necessariamente concorda com as atuações ou programas do referido partido. [...] O Dilmismo passa a deter uma força cada vez maior, o que não facilita a vida nem de Campos, muito menos a de Aécio Neves ou Marina Silva (todos os candidatos potenciais) (LOCKMAN; SOUZA, 2014).

Num primeiro momento, podemos analisar o uso repetitivo do sufixo “ismo”. Esse uso localiza um domínio de memória em que o conhecimento científico vulgarizado dá conta de estabelecer uma linearidade no interdiscurso a partir da qual é possível ao sujeito interpretar “com segurança”, ou seja, dentro de uma estabilidade semântica. Isso porque “ismo” em geral é utilizado para marcar uma tradição teórica, epistemológica, com caráter científico semelhante ao das expressões “darwinismo”, “malthusianismo” etc. Ocorre que, ao mesmo tempo, esse sufixo também é utilizado no sentido de algo exagerado, desacreditado e que, por isso, pode beirar o *non sense*, como em charlatanismo.

Vemos como essa “perturbação” de usos corriqueiros do sufixo, estabilizados por um lugar do imaginário em contato com a memória discursiva, abre uma dupla interpretação: por

um lado, uma disjunção entre o coloquial e o científico e, por outro, um lugar de verdade legitimado pela estabilidade semântica dada pelos nomes “petismo, lulismo, dilmismo”.

Um dos modos de essa estabilidade semântica se fortalecer é pela instalação de um efeito de algo já sabido, de certeza de que o leitor já sabe do que se trata quando se enunciam esses nomes. Trata-se, conforme Pêcheux (1996), do efeito ideológico pautado na dimensão de desconhecimento do imaginário (desconhecimento, aqui, não no sentido de “falta” ou “privação” de um conhecimento). No lugar do não saber, o imaginário lança mão de uma evidência antes assegurada por quem o decifra “de fora” - como se fosse possível esse lugar deslocado - a partir do qual atribuem-se sentidos que seriam “mais evidentes”.

Esse efeito de exterioridade é expresso por Pêcheux (1999, p. 56) em termos do real da História, pois o “fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior”.

Esse ir e vir do sentido, entre a credibilidade, a crença na legitimidade do sentido e a desconfiança, faz com que o sujeito possa se refugiar no lugar da explicação categórica tal como se apresenta no recorte em questão. A explicação das características típicas de cada um dos “tipos” marcados pelo autor (petismo, lulismo e dilmismo) se efetiva em função do uso do sufixo “ismo”, que sustenta o sentido de categoria, de uma nomeação abrangente que restringe o campo da significação.

Título: O politicídio contra o PT. Chapéu da notícia: O escritor e jornalista Bernardo Kucinski, autor do premiado ‘K’, enxerga uma mobilização em marcha para erradicar o PT da sociedade brasileira (LEBLON, 2014).

Nesse recorte, no título, o uso do sufixo “cídio”, o mesmo de homicídio (etimologicamente, “causar a morte”), sinaliza uma marca de deriva de sentido para “politicídio”, que procura assegurar ao leitor que ele “já sabe” de antemão de que se trata.

Esse modo de evocar um lugar da memória discursiva é muito utilizado pela imprensa escrita. É o que afirma Moirand (2007), quando sinaliza que os títulos e sumários já indicam a direção do sentido no tratamento do acontecimento, num modo de a linguagem construir a realidade evocando um modo de a imprensa interpretar por uma via da memória - o que faz apelo a um modo de participação legitimado pela evidência assim criada de que é “como se” os acontecimentos tivessem passado antes por seus clarividentes crivos mediadores de leitura, os quais podem ser encontrados nestes pontos: no título e no chapéu da notícia. Pêcheux (1988) demonstra que esse efeito de “como se” é um dos pressupostos do Empirismo Lógico. Um dos desdobramentos dessa tradição filosófica no campo das ciências da linguagem é o propósito de articular efeitos de unidade por meio de uma concepção pragmática de entendimento e compreensão: o sentido “tal e qual” é sustentado pela linearidade entre emissor e receptor, entre pensamento e linguagem.

Trata-se de um campo das formações imaginárias em que a unidade aparece sob a forma de “todos os partidos que se opõem ao PT” e que, ao mesmo tempo, tem por objetivo chegar ao poder político partidário integrando uma mesma designação. Percebe-se essa designação como uma asserção aberta: “Tudo que é oposto a X”, no caso em que X corresponde a “PT”. Afinal, quem mata alguém (ou algo)? A evocação de um mentor, orquestrador, no caso, do Politicídio, requer um agente. Essa demanda pelo sentido ou pela palavra “ideal” que torna esse mesmo sentido “compacto”, conforme já assinalamos no início deste texto, retoma a discussão de Pêcheux sobre a relação entre o visível, o nomeado e o acontecimento discursivo. Nas palavras do autor:

[...] essa negociação entre o choque de um acontecimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória poderia bem, com efeito, colocar em jogo a nível crucial uma *passagem do visível ao nomeado*, na qual a imagem seria um *operador de memória social*, comportando no interior dela mesma um programa de leitura, *um percurso escrito discursivamente em outro lugar*: tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito (PÊCHEUX, 1999, p. 51, grifos nossos).

Esse campo da constituição dos sentidos mantém sintonia com um campo da memória discursiva que se opõe ao Partido dos Trabalhadores: foi designado nas últimas eleições pelo nome “tucano-marinismo”. Vejamos:

Marina tinha que ser confrontada, porque a partir de agosto ela virou a candidata da direita e dos liberais. Não havia como enfrentar aquela onda com meias palavras. Se o PT errou, foi por não ter enfrentado antes a adversária. Marina e o PSDB formam um bloco único: o tucano-marinismo. Dilma, Lula e o PT precisam enfrentar os adversários em bloco. Não há escolha, nem meias-palavras. Maior prova do que Marina significava são os movimentos que ela faz agora. A imprensa amiga do PSDB espalha a notícia de que Marina vai apoiar Aécio porque está “magoada” com a “violenta campanha movida pelo PT” (VIANA, 2014).

Por ora, temos, então, o “tucano-marinismo” - “Marina e o PSDB” alinhados à ideia de “politicídio contra o PT” e, portanto, sob a ideia de serem “contra o PT”. O comentário de que “não há escolha, nem meias palavras” indica estar no nível do esquecimento número dois (PÊCHEUX, 1989). São termos de uma modalização que Authier-Revuz (1998) estudou sob o

enfoque de uma espécie de descritor das palavras, que joga em um entremeio, entre o enunciador e seus comentários; ou seja, modos de designação que, por vezes, glosam outros sentidos possíveis. Isso porque, se, por um lado, marca explicitamente que é o “tucano-marinismo” que enfrenta o PT; por outro, silencia o campo dos sentidos: o de que “não há escolha, nem meias palavras”, de que não há outra opção.

Como temos apontado à distribuição de sentidos, os efeitos de sentido dirigidos aos interlocutores nesses casos, portam a deriva em pontos do real, de modo que os acontecimentos do cotidiano, em sua dimensão ordinária, tocam a dimensão do acontecimento discursivo, lugar em que a língua se reconfigura. Isso ocorre porque a constituição do simbólico é lacunar e está num contato permanente e conflitante com o imaginário, clamando por sentidos. Um dos modos de tentar restabelecer os sentidos nessa “ordem imaginária” é o da nomeação, operação da linguagem que liga enunciado e objeto de que se trata.

A dificuldade de nomear acontecimentos, atos ou fatos sociais, para os quais não temos nomeação quando ocorrem catástrofes e/ou outras marcas no cotidiano, demandam certo uso de designação já aceita por uma coletividade. Entretanto, é a mídia impressa que necessita ser investigada por seu modo de pôr os discursos em circulação, contribuindo com sua marca nos modos de construir e atribuir sentidos aos acontecimentos e sustentando uma crença de que se reconstrói assim a realidade (MOIRAND, 2007).

Isso mostra, segundo a autora, que o objetivo de uma leitura discursiva da imprensa denuncia que ela não tem somente missão de informar, mas de analisar o tratamento midiático dos sentidos que nos chegam no cotidiano, aos quais estamos amplamente vulneráveis e pelos quais somos tomados de assalto, mesmo quando não partimos em sua busca. Trata-se de efeitos de evidência, à maneira de uma tradução da realidade por meio da nomeação, que constitui uma dicionarização feita pela imprensa escrita.

Aécio Neves e Dilma Rousseff se acusam mutuamente disso e daquilo, embora a candidata petista seja mais preparada para acusar o seu adversário de fazer o que ela faz com extrema competência: mentir. Ou seja, Dilma acusa Aécio de fazer o que ela faz. Stálin fazia isso no seu tempo, o que lhe dava motivo para assassinar seus adversários políticos e até mesmo aliados que ele entendia como futuros candidatos a derrotá-lo no Partido. E Dilma o recupera agora, sem o menor constrangimento: usar a corrupção de dez bilhões de reais que correu solta na Petrobras é, segundo ela, um “golpe” contra o seu governo. Para os petralhas larápios (o que é aqui um pleonasma, visto que petralha sempre é um larápio), investigar uma quadrilha que desde 2005 vinha dando golpe atrás de golpe nos cofres da Petrobras é, “neste momento eleitoral”, uma clara intenção de prejudicar a campanha da presidente-candidata Dilma Rousseff. Pura dilmagogia! Ou lullogia (AMARAL, 2014).

Outro dos modos de a memória se desdobrar em paráfrases, paráfrases estas marcadas por disjunções e contradiscursos, aparece acima. Num primeiro momento, dirigimos nossa análise para o neologismo “petralha”, amálgama da pronúncia de PT e parte de “metralha” – nome da quadrilha de famosa história em quadrinhos de *Walt Disney*. O articulista pretende estender a Dilma Rousseff e os petistas as características criminosas dos personagens, e, para não deixar dúvida, usa do efeito de transparência ao usar a expressão “petralhas larápios”, usando, ainda, para a fixação desse efeito de evidência, o significante “pleonasma”, marcando que não há um lugar possível sujeito à interpretação deslocada da evidência trazida nesse ponto do enunciado. No não dito, ou no não todo-dito, pode-se recuperar um silogismo com a estrutura: “Todo petralha é larápio. Dilma é uma petralha. Logo, Dilma é uma larápio”.

Conforme Pêcheux (1988), o silogismo, em seu efeito de articulação dos sentidos, expressa, ao nível do esquecimento número um, efeito de encaixe, um lugar “já-aí” da interpretação, em que se antecipa um lugar delimitado para interpretar, bem como se excluem outras possibilidades. Tfouni (2005) também argumenta que a função do silogismo é de interditar as possibilidades de outras interpretações além daquela imposta pela relação de necessidade lógica entre as premissas e a conclusão.

Ao final, o uso dos dois termos “dilmagogia” e “lullogogia” são enunciados pela aposta na obviedade do sentido de que o leitor “sabe do que se trata”. “Dilmagogia” faz um trocadilho com “demagogia”, enquanto “lullogogia” é um neologismo que remete a memória a um híbrido de “Lula” com “demagogia” (e, talvez, pelo uso duplo da letra “l”, também à corrupção da era Collor), mas, pela relação metonímica com “dilmagogia”, carrega algo desse significante enunciado anteriormente, estabelecendo com ele uma relação de contiguidade que é também semântica, fato que fica estabelecido pelo uso da conjunção alternativa “ou”.

Considerações finais

Essas anotações permitem que se observe a relação indissociável e necessária entre enunciação e interdiscurso, bem como os efeitos que fatos históricos (políticos) produzem na língua, provocando a irrupção de uma repetição lacunar. Tal funcionamento lacunar do interdiscurso age de forma a provocar deslocamentos, rupturas no formulável, e põe em relevo o modo como os sentidos são produzidos, isto é, no calor de disputas e tensões políticas pelo poder dizer; também indicia a forma como a língua é permanentemente afetada pela historicidade que lhe é constitutiva, não como uma borda externa, mas como algo central e nuclear, que, enquanto acontecimento, vem causar um desarranjo na rede da memória já estabilizada, no discurso, fazendo com que novidades irrompam, perturbando a ordem da língua, provocando lacunas no seu real.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Z. A dilmagogia da mudança. In: *Correio Popular*. Acesso em 16 de dezembro de 2014. Disponível em http://correio.rac.com.br/_conteudo/2014/10/colunistas/zeza_amaral/215823-a-dilmagogia-da-mudanca

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BAKHTIN, M. *A cultura popular no renascimento e na idade média*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BAKHTIN, M. M./VOLOSHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

COURTINE, J. J. Analyse du discours politique. *Langage*, 62. Larousse, Paris, França, 1981, p. 1-21.

COURTINE, J. J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

DAVALON, J. A imagem, uma arte de memória? In: ACAHARD, P. (Org.) *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

FURTADO, Zé; VIEIRA, Guaipuan. <mundocordel.blogspot.com.br/2013/11/cordel-de-marcos-mairton.html>. Acesso em: 7 jan. de 2015.

LEBLON, S., *O politicídio contra o PT*. Acesso em 16 de dezembro de 2014. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/O-politicidio-contra-o-PT/30728>>.

LOCKMANN E SOUZA, L. F. As diferenças entre o Petismo, o Lulismo e o Dilmismo. In: *Gazeta Vargas*. Acesso em 16 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://gazetavargas.org/as-diferencas-entre-o-petismo-o-lulismo-e-o-dilmismo/>>.

MELENOTE, G. *Sustancias del imaginário*. Tradução de Silvia Pasternac. México: Epeele, 2006.

MELO NETO, J. C. de. *Morte e vida severina*. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969.

MOIRAND, S. Discours, mémoires et contextes: à propos du fonctionnement de l'allusion dans la presse. *CORELA* [en ligne], HS-6/2007, mis en ligne le 1 novembre 2007, consulté le 21 janvier 2015. URL: <<http://corela.revue.org/1567>>.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editora, 1990.

PÊCHEUX, M. O Mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro/RJ: Contraponto, 1996. p. 143-152.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P.(Org.). *Gestos de leitura*. Tradução de Bethânia Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 55-66.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. (Org.) *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

TFOUNI, L. V. E não tem linhas tua palma: esquecer para poder lembrar. *Organon*, 35, 2003. p.143-160.

TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHERER, A.; TASCHETTO, T. R. O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os estudos linguístico-dicursivos. In: *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, Vol. 1, p. 119-123, junho 2005. <<http://www.estudosdalingua-gem.org/n1jun2005/artigos/scherer-taschetto.pdf>>.

VIANA, R. A implosão de Marina Silva. In: *Revista Forum*. Acesso em: 16 dez. de 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/pletos-poderes/a-implosao-de-marina-silva-a-candidata-do-novo-ja-negocia-com-aecio/>>.

WHITE, H. *O valor da narrativa na representação da realidade*. Trad. José Luis Jobin. Niterói: Instituto de Letras da UFF, 1991.

Versão final

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

PRÁTICAS LINGUAGEIRAS E O MOVIMENTO DE SENTIDOS EM REDES SOCIAIS: os silenciamentos das liberdades

Rafaella Elisa da Silva Santos

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Os direitos humanos na contemporaneidade: uma problemática para além do campo jurídico

O fim da primeira metade do século XX foi marcado por um acontecimento histórico que reconfigurou todos os debates acerca da política entre nações e do modo como os sujeitos deviam se relacionar. A segunda guerra mundial promoveu um deslocamento semântico na configuração dos sentidos acerca do ser humano, estendendo o caráter de humanidade para alguns agrupamentos que tiveram tal característica subtraída de seu exercício cotidiano, redefinindo as fronteiras das formações discursivas que, ao intercambiarem-se, legitimavam significações acerca do direito, dos seres humanos e, especificamente, dos direitos humanos.

A história da humanidade é marcada pela subtração. Os povos do continente americano viram seus indivíduos serem dizimados e sua configuração ser redimensionada ao se imiscuir – obrigatoriamente – com a cultura e os genes do povo hegemônico que os dominaram. A tomada das terras dos indígenas, o rapto dos povos africanos para trabalho forçado na América são exemplos de modalidades de exclusão da humanidade de alguns agrupamentos e sua total impossibilidade de viver sob a égide do universo jurídico.

Destaca-se a história dos povos ameríndios e africanos para compreensão da importância do acontecimento histórico que marcou o século XX. Embora, como é perceptível no que

foi dito, direitos humanos não fosse uma categoria de relevância na sociedade pós-grandes navegações, que fortaleceu ainda mais o poderio da Europa colonizadora – no que diz respeito aos povos citados –, é salutar a observância do deslizar semântico que a apropriação de outro povo – os judeus – em próprio solo do colonizador, promoveu¹²⁵. Reacendeu-se o debate sobre direitos e, por meio de um jogo político, instaurou-se uma nova instância discursiva por meio de um documento que, apesar de assinado por apenas quarenta e oito países, em plena era da nova colonização do continente africano, alterou os discursos do pós-guerra: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, estabelece um novo limiar no trato com o ser humano, ao indicar que todos os sujeitos são, inegavelmente, pertencentes ao universo semântico que estabelece o que é o que pode e quais direitos têm os seres humanos, apesar de tal reescritura ter sido feita, majoritariamente, a partir das filiações discursivas dos líderes das grandes nações europeias e mundiais, como a estadunidense¹²⁶.

125 É destacável a mudança de posicionamentos dos líderes mundiais no que diz respeito à “tomada de consciência” na direção da defesa de direitos dos povos sujeitos à exclusão. O fato de ser em pleno território, certamente, abalou a configuração semântica dos europeus sobre si mesmos e emergiu a necessidade de reconfigurar as instâncias políticas daquele período. Não cabe a nós, nesse trabalho, discutir as legitimidades – ou não – de cada povo nas condições de produção de emergência da DUDH e de outros documentos legitimadores de direitos, bem como as demais consequências políticas e jurídicas de suas negações enquanto seres humanos. Mas cabe destaque para que o leitor esteja atento à diferença de filiações e a contradição que marca o acontecimento discursivo que defende a igualdade entre os povos, a universalidade dos direitos, mas mantém o silenciamento acerca das negações atribuídas aos povos afro-asiáticos.

126 De acordo com Leite (2010), na elaboração da DUDH, que apresentou as abstenções da União Soviética, dos países do Leste europeu, da Arábia Saudita e da África do Sul, tentou-se conciliar os opostos interesses do Oriente e do Ocidente. O primeiro privilegiava os direitos econômicos e sociais, enquanto que o segundo defendia com mais vigor a dignidade humana e o valor do indivíduo, gerando, no fim, os 30 artigos do referido documento, que estão assim divididos, ainda conforme Leite: Normas Gerais (artigos 1-2; 28-30); direitos e liberdades fundamentais (artigos 3-20); direitos políticos (artigo 21); direitos econômicos e sociais (artigos 22-27). Essa divisão reitera o caráter ocidental da DUDH, uma vez que 60% (sessenta por cento) da declaração

Dessa forma, a DUDH e seus efeitos de sentido não podem ser compreendidos apenas sob o escopo analítico da ciência jurídica, haja vista que apesar de a DUDH não ser considerada uma norma jurídica, já que, para Bobbio (2004), a figura do direito pressupõe a figura da obrigação, o que configura a declaração como um guia a ser incorporado pelas constituições nacionais, os sentidos nela materializados organizam a práxis individual, ao possibilitar significações acerca do ser humano e de sua dignidade.

O seu caráter teoricamente universal, como é perceptível no nome do documento, é um aspecto polêmico, pois a universalidade pressupõe apagamento das idiosincrasias de determinados povos, para que todos se encaixem no mesmo agrupamento – ser humano – que, conforme sabido, é sempre semanticamente legitimado pelo agrupamento que detém o poder, construindo, então, uma identidade coletiva que, conforme Brah (2006) apaga elementos de outras identidades, suprimindo, assim, parcialmente a consciência de “heterogeneidade inteira de um grupo” (BRAH, 2006, p. 372), o que não suprime as relações de poder referentes à heterogeneidade, sobretudo porque “as subjetividades de dominantes e dominados são produzidos nos interstícios desses múltiplos lugares de poder que se interconectam” (BRAH, 2006, p. 373). Desse modo, a universalidade proposta pelo referido documento internacional, embora refira-se à igualdade e homogeneidade, é marcada pela heterogeneidade que não quer calar-se.

Os recentes fatos ocorridos na Europa referentes às tentativas de sírios e outros povos adentrarem o território do velho continente demonstram que as significações acerca dos

apresentam relação com os ideais defendidos pelo Ocidente, baseados, principalmente pela Revolução Francesa e pela independência dos Estados Unidos: a Declaração Universal dos Direitos Humanos não foi, portanto, ao nascer, universal sequer para os que participaram de sua gestação. Mais razão tinham, nessas condições, os que dela não participaram – a grande maioria dos Estados hoje independentes – ao rotularem o documento como “produto do Ocidente”.

direitos humanos ultrapassam o espaço do jurídico, reconfigura a fronteira do universal, reergue e fortalece as barreiras nacionais e, mais uma vez, escamoteia sentidos que legitimam a humanidade como critério básico para conferência de direitos. Assim, os direitos humanos não apenas pertencem ao universo jurídico e político, mas organiza dizeres que estabelecem o que os sujeitos entendem por indivíduo, ser humano, como a sociedade deve estar organizada de modo a beneficiar os seus interesses próprios para além dos propósitos supranacionais e interindividuais. Direitos humanos, então, é uma categoria relevante ao estabelecer o *modus operandi* do sujeito em sociedade e por ser o elemento motriz a conduzir a organização de uma determinada comunidade.

Todavia, essa condução requer novas e constantes reconfigurações dos sentidos sobre direitos humanos, o que nos leva a crer que eles não são estáveis e homogêneos, redefinição do que é o ser humano, categorizando-o a partir de critérios que estabelecem quem é legítimo para usufruir dessa categoria jurídica, sendo o comportamento conforme leis vigentes em dada comunidade o critério básico para atribuição de humanidade, além de restabelecer as filiações que estabelecem sentidos sobre universalidade. Os direitos humanos passam a ser legítimos para humanos direitos¹²⁷.

Apesar de, como dissemos, à época da assinatura da DUDH, países afro-asiáticos estarem sob a condição de colônias, o que possibilitou a emergência de sentidos de universal a partir do apagamento das diferenças culturais desses povos, ao longo dos anos, houve um afrouxamento desse silenciamento e tais diferenças vieram à tona, como demonstra as discussões acerca de algumas práticas culturais ainda existentes em território africano. Entretanto, não podemos assinalar um deslizar entre formações discursivas, já que o que parece ter havido é apenas um olhar míope sobre as questões dos povos até pouco

127 Conforme comunidade virtual "Direitos humanos para humanos direitos".

tempo colonizados, balizados por sentidos filiados a ideologias europeias¹²⁸ e a ideia de universal permanece sendo aquilo que é considerado ‘natural’ pelos grupos que apresentam poder político e, sobretudo, poder simbólico, entendido como

[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão do mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico da mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2007, p. 14 – grifo do autor).

Não obstante, a proposta da DUDH em tutelar internacionalmente direitos humanos, ampliando os espaços de reivindicação, promovendo, controlando e garantindo direitos humanos para além da soberania das nações, conforme Mendéz (2004) esbarra em configurações ideológicas que estabelecem os direitos humanos não como uma identidade jurídica que integra também o ramo do Direito Internacional, mas, principalmente, como elemento (re)configurador da vida em sociedade no âmbito das nações e das relações interindividuais. Assim, discutir direitos humanos é vital para compreensão das práticas discursivas de uma dada sociedade e no

128 Observa-se, então, um ciclo na emergência de sentidos sobre direitos humanos. No vai e vem dos discursos sobre tais direitos, a legitimação de determinados agrupamentos não encontra espaço na sociedade para se efetivar e o exercício pleno de sua humanidade e cidadania global encontra-se no seio de um jogo político que estabelece os momentos em que tais povos podem ser considerados humanos. Assim, permanece como legítimos aqueles que constituíram a DUDH e, quando necessário às suas instâncias políticas, eles promovem de modo inconsciente – reitera-se – a conexão com formações discursivas que possibilitam o exercício de direitos por aqueles que não pertencem ao agrupamento de poder. Em verdade, nesse jogo político, a legitimação dos povos subtraídos nunca ocorre, haja vista que estão determinados pelas instâncias que constantemente se reconfiguram para manutenção das posições políticas e de poder, seja ele simbólico ou não, do mesmo modo que se encontrava em 1948. São apenas peças do jogo de xadrez, em que não há igualdades.

modo como essa mesma sociedade vê a si mesma, constitui sua(s) identidade(s) e às demais comunidades. Discutir direitos humanos, então, é tentar entender as instâncias de poder que legitimam a sociedade analisada, principalmente em sua manifestação cotidiana.

O Brasil, os brasileiros e as redes sociais: possibilidades de emergência de sentidos

Embora saibamos que o dizer na sociedade contemporânea não é mais vigiado tal como foi no período da ditadura militar, ele não se dá de maneira completamente livre e, portanto, não está destituído de coerções. Apesar de a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, em seu artigo 11, estabelecer que “a livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos direitos mais preciosos do Homem: todo Cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente” (ISHAY, 2006, p. 244), respaldado pelo artigo 19 da DUDH, não existem tantos espaços para o exercício da liberdade de expressão.

Diversos aspectos podem ser aventados para irmos de encontro à ideia amplamente divulgada na sociedade de que somos livres para falar. Todavia, neste momento, a mais salutar é aquela que indica que os sujeitos não têm onde falar. As falas de determinados agrupamentos sociais, bem como as significações por eles assumidas não apresentam espaço para ecoar e permanecem restritos ao interior do núcleo que assume sentidos semelhantes.

Na contramão dessa limitação, a contemporaneidade é marcada pela emergência do ciberespaço como lócus de relações interindividuais e, sobretudo, como espaço que pretende retirar as amarras dos sujeitos no tocante à liberdade de expressão. Desse modo, o ciberespaço, concebido como espaço de interação, trocas simbólicas e emergência de significações, diz respeito não apenas a sujeitos, mas a entidades materiais.

Assim, conforme Levy (1999, p. 15), “[...] o termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo [...]”. Assim, o ciberespaço estrutura a sociedade em rede e amplia os espaços de interação, haja vista que desloca a modalidade de comunicação face-a-face, fragmentando o tempo e o espaço, ao mesmo tempo em que desterritorializa e reterritorializa os espaços, consoante Correia (2008).

Dessa maneira, a importância da internet para a emergência de sentidos se dá na virtualização, ou seja, na sua existência enquanto elemento virtual, como “[...] aquilo que existe apenas em potência e não em ato [...] antes da concretização efetiva [...]” (LEVY, 1999, p. 47). O ciberespaço permite que sujeitos de diversos lugares, classes sociais, escolaridade e gênero tenham possibilidade de existir simbolicamente, possam emergir significações e, acima de tudo, serem ouvidos/lidos. A internet está ao alcance de todos (ou quase todos), através de uma multiplicidade de aparatos tecnológicos, como computador de mesa, *notebook*, *tablet* e celular, sob suportes cibernéticos diferenciados, como *blogs*, *e-mails*, *vlogs*, redes sociais diversas, exigindo pouco do usuário no que diz respeito às técnicas de manuseio.

No Brasil, é latente o anseio da população em se comunicar, em mostrar aos outros o próprio pensamento e a construção, ainda que fictícia, da imagem de uma vida perfeita. Observa-se que a construção de si perpassa pela construção do Outro e como o Outro deve perceber o sujeito que está construindo a narrativa de si. Desse modo, as redes sociais no Brasil revelam-se como espaço instigante por possibilitar a construção de um *ethos* de um ser feliz, bonito, alegre, amigável e politicamente inserido na sociedade, de forma ativa e consciente. Portanto, as redes sociais passam a ser um instrumento de politização e propagação dos ideais políticos de um indivíduo e defesa de seu estilo de vida. A

rede social, então, não funciona apenas como espaço de interação entre amigos, mas como palco de embate das significações conflitantes que perpassam e constroem a sociedade e a sua análise permite observar os discursos que circulam na contemporaneidade, construindo-a.

Consoante relatório intitulado “Digital, Social e Mobile de 2015”, da Agência de Marketing Social *We are Social*, o Brasil ocupa a terceira posição no ranking de tempo gasto na internet, sendo 5h26min em desktop e laptop e 3h47min em equipamentos mobile. Levando em consideração que a penetração da internet no país é de 54%, o que coloca o país no décimo nono lugar, com 110 milhões de usuários ativos, podemos afirmar que aqueles que detêm acesso à internet atribuem a ela muita relevância em seu cotidiano, o que demonstra serem os dizeres da internet um reflexo da sociedade extra-ciberspaço e nos faz questionar a necessidade de o brasileiro significar em redes sociais. A hipótese por nós formulada em trabalho anterior é a de que

[...] o brasileiro tem necessidade de significar acerca dos assuntos que os aflige e, por faltar espaço na sua vida cotidiana, recorrem ao espaço virtual como possibilidade de existirem semanticamente, para além das obrigações do dia a dia. [...] dessa forma, passa a ser, para os usuários, a possibilidade de moldar o mundo, conforme seu entendimento e solucionar os problemas que dificultam o caminhar do homem sobre a Terra. A rede social é, então, a possibilidade de o sujeito se posicionar como se compusesse o tripé da administração pública, sobretudo no tocante aos direitos humanos, ou seja, os internautas atuam simbolicamente exercendo ao mesmo tempo, no plano discursivo, os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o que, na vida prática, lhes é cerceado (SANTOS, 2011, p. 13).

Assim, a partir das redes sociais, os brasileiros podem ter voz, exercer poder político, podem se posicionar e (re) construir o mundo conforme sua interpretação, sem estarem submetidos às coerções tradicionais da realidade, já que ocupam um espaço que na vida cotidiana não pode por eles ser ocupado, já que a democracia política é “apenas” representativa e as instâncias de poder, de fato, não são por eles ocupadas. Os sujeitos, então, promovem os sentidos que recebem de suas filiações um efeito de verdade absoluto e, com isso, estabelece-se, no ciberespaço, o embate de posicionamentos e uma tentativa de reconfigurar a realidade.

Ainda segundo o relatório, 47% dos brasileiros estão conectados às mídias sociais, sendo a *Facebook* a rede social de preferência, em substituição ao extinto *Orkut*, do gigante *Google*, que teve bastante penetração no Brasil, a ponto de Eisenberg e Lyra (2006) estabelecer um fenômeno que intitularam “invasão brasileira do Orkut”. Apesar de o Orkut não mais existir, compreender a sua importância na/para sociedade brasileira é vital, por duas razões: permite o entendimento dos sentidos que circulam e, portanto, configuram a sociedade, sobretudo no tocante a temas especiais, como os direitos humanos aqui trabalhados; contribuir para que os estudiosos da comunicação *on-line*, em suas diversas vertentes, sejam elas discursivas ou socioantropológicas, compreendam o processo que permitiu o deslizar dos sujeitos do *Orkut* para a *Facebook*, já que, teoricamente, eles apresentam a mesma função social.

Visando esses propósitos, toma-se, nesse artigo, dizeres emergidos na rede social *Orkut* como material de análise. O *corpus* diz respeito às significações emergidas em uma comunidade da rede social do *Google* intitulada *Direitos humanos para humanos direitos*, a partir de cinco fóruns, a saber: Seletividade do sistema penal; Quem é a igreja para falar de direitos humanos; Morte estupenda de um estuprador; Cuidado; Aborto. Foram selecionados tais tópicos devido à ampla discussão neles engendrada, bem como a heterogeneidade de

argumentos, em comparação aos outros fóruns e a quantidade de postagens. A comunidade analisada foi criada em 09 de abril de 2005 e até 18 de dezembro de 2010 contava com 6.640 membros.

Duas faces de uma mesma rede: a liberdade e a sua contradição – casos de silenciamento

Na condição de plataforma multimodal, o *Orkut* oferece ao analista diversas possibilidades de compreensão dos fenômenos linguageiros que constituem a sociedade. Toma-se a comunidade virtual como *corpus* nesse trabalho pela imbricação entre sentidos emergidos pelos usuários, sujeitos internautas, constituídos enquanto seres jurídico-políticos, mas também a partir do alcance da rede social do *Google* enquanto materialidade de emergência da construção de identidades.

Desse modo, o internauta, antes de emergir significações acerca dos direitos humanos, constitui uma formação imaginária de modo a atribuir-lhe valor no mercado discursivo da plataforma virtual, o que contribui para a construção das relações no ciberespaço. Assim, conforme Santos (2011, p. 21),

[...] no *Orkut*, o sujeito mostra a si mesmo enquanto um ser pensante e politicamente participativo. Nele, o sujeito não apenas indica quem é ele, mas ele é ele mesmo, configurando/exercendo, a cada momento, uma de suas identidades [...] ele simplesmente existe em várias de suas facetas, identidades, mas não todas, em um ritmo aproximado ao do cotidiano.

A participação em uma comunidade virtual, então, é parte da construção da identidade virtual, mas, sobretudo, de um sentimento de pertencimento em uma sociedade que partilha crenças, ideias, sentimentos, ideologias sobre direitos humanos, é ser reconhecido enquanto membro pelos demais

integrantes. Todavia, as comunidades virtuais são fundadas não pela vontade de identificação com outro distante fisicamente, mas próximo ideologicamente, porém pela vontade de se sobrepor ao Outro. É o conflito que funda as comunidades virtuais e que permite a união entre os membros. Desse modo, a afirmação de que os direitos humanos devem ser direcionados para humanos direitos é constituída no espaço de trocas com discursos que ‘defendem’ a igualdade jurídica entre os sujeitos. Dessa maneira, o ponto fulcral que organiza uma sociedade é o elemento que a mantém distante, simbolicamente, de outros agrupamentos. Assim, apagado o conflito, não há nada que sustente uma comunidade, pois ela perde a razão de existir. É o conflito que funda a sociedade.

O conflito que organiza o fundamento da comunidade virtual é norteado pelas significações em torno das noções de comportamento e liberdade. Tendo em vista a consideração da linguagem enquanto instância constituidora de sujeitos e manifestação do poder e os discursos enquanto estrutura e acontecimento, entende-se que o comportamento aos quais os sujeitos fazem alusão na comunidade virtual diz respeito àquele que é legitimado pelo poder do Estado, aos quais se encontram filiado. Desse modo, configuram como necessária uma competência comportamental do sujeito em sociedade, como capacidade de seguir comportamentos estabelecidos socialmente. Limitam-se, então, as possibilidades de comportar-se.

Chama atenção a contradição que emerge na comunidade virtual, pois ao passo que o Estado é instância legitimada para definir os comportamentos possíveis, ele é significado como sendo o elemento que permite que os direitos humanos não funcionem do modo como deveria. Apesar de os documentos jurídicos referentes aos Direitos Humanos tentarem frear a arbitrariedade do Estado, na comunidade virtual configura-se como um nó que os internautas não conseguem desatar. Assim, o fato de os internautas compreenderem que o Estado deveria aplicar a pena de morte, assunto

principal da comunidade, e não o faz, criticando-o por isso, como é o caso da maioria dos integrantes, cremos que os sujeitos solicitam duas posturas do Estado, incompatíveis entre si: aplicar a pena capital, configurando-se, no mais alto grau, em um governo arbitrário, com o poder máximo de manipular o primeiro dos direitos humanos – a vida; ou um afrouxamento total da arbitrariedade do governo, permitindo “a justiça com as próprias mãos”.

O Estado, então, é convocado a delimitar os comportamentos e as subjetividades. A comunidade virtual, desse modo, busca a construção de uma nova instância reguladora, aos moldes da configuração do Estado e institui regras com vistas a ultrapassar as fronteiras do universo virtual, mas, resguardando, instâncias legitimadoras tradicionais.

Sergio Rodrigo

28/05/01

Além do mais, a coercibilidade da pena de morte, segundo Cesare Beccaria é momentânea, pois, este tipo de choque sai rápido da cabeça das pessoas, a pior sanção para efeito coercitivo ainda é a prisão perpétua.

Na minha opinião, a privatização dos presídios e o incentivo aos presos em trabalhar com confecção de cadeiras de rodas e outros objetos para uso da sociedade além da instituição da prisão perpétua resolveria metade dos problemas, a outra metade a sociedade resolve com educação, recuperação da moral e dos bons costumes, respeito aos princípios e principalmente os princípios da instituição FAMILIA, se é que ainda sobrou algum, isso porque, esta é a primeira geração onde filhos mandam nos pais.

Extraído do tópico “Realidade sobre pena de morte...”, da comunidade do Orkut “Direitos humanos para humanos direitos”.

A família, como pode ser observada no excerto acima, é significada a partir de filiações que a concebem sob o prisma da tradição. A sua escrita em letras capitulares indica que o aparelho ideológico mencionado é considerado o ponto forte da sociedade e a razão pela qual os direitos humanos estão ruindo na sociedade, conforme visão dos internautas. Assim, parte-se da esfera particular para a esfera pública para significar a organização social e os problemas da sociedade são tomados a partir de desvios no eixo familiar. Vê-se ainda que a família não é qualquer uma nem formada por qualquer um. Ela é legítima caso siga o modelo católico-cristão e adote os pressupostos morais e comportamentais da ideologia cristã.

Dessa maneira, família e religião são as entidades que configuram os direitos humanos na comunidade virtual.

Tomando como ponto de partida a compreensão de que a linguagem é aberta e marcada pela incompletude, os dizeres na comunidade virtual são tomados como “virtualizações da linguagem”, em analogia ao pensamento de Pierre Levy (1996; 1999) sobre o virtual. Então, o silêncio faz parte do processo de significar e notadamente na comunidade virtual analisada, o silenciamento é parte integrante do ato simbólico de significar, o que implica em compreender que no *Orkut* constantemente há a limitação do percurso dos sentidos.

O silêncio é constitutivo, já dizia Orlandi (2007), haja vista que os sentidos são ideologicamente determinados, não apresentam essência fixa e ao mesmo tempo em que se mantêm, eles mudam. Nesse jogo parafrástico que permite a ilusão do sujeito de que os sentidos fixos e estão lá sempre, o que os leva a uma busca incessante por um sentido considerado verdadeiro e correto, silenciamentos são permitidos e ocorrem sob diversos vieses.

Levando em consideração que a liberdade é um dos direitos humanos mais festejados na contemporaneidade e um dos mais evocados, quando os sujeitos se sentem agredidos em quaisquer dos outros direitos, ela reveste-se de uma relevância na sociedade que lhe atribui o poder de configurar os dizeres sobre direitos humanos e, ainda mais, sobre os humanos destinatários legítimos desses direitos. É também a partir da liberdade que se dá o cerceamento dos direitos, haja vista que as significações em torno da noção de liberdade possibilitam o descrédito de determinados sujeitos no usufruto dos direitos humanos ou ainda na emergência de sentidos sobre eles.

Vê-se, então, que a comunidade virtual é constituída pelo ato de silenciar. Três ordens de silenciamentos foram levantadas. A primeira diz respeito à legitimidade do locutor e da língua que ele utiliza para enunciar sobre direitos humanos.

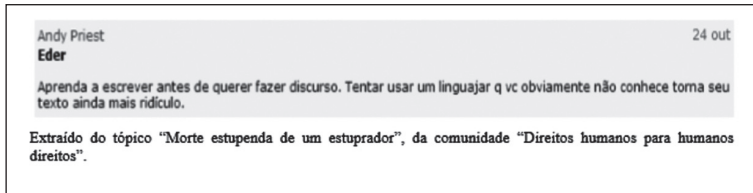
Não apenas a competência comportamental é tomada pelos sujeitos internautas para configurar sentidos sobre direitos humanos. A competência linguística imbricada à noção de erro permite entender que os direitos humanos são construídos semanticamente, pelos orkuteiros, para aqueles que dominam essas competências. A língua, assim, precisa ser referida também à ideia de competência simbólica desenvolvida por Bourdieu (1983), pois a gramática e os “[...] funcionamentos intrínsecos da língua e exigências manifestadas pelo poder se articulam de forma complexa no projeto de determinação [...]” (HAROCHE, 1992, p. 22), ou seja, a língua, enquanto sistema significante material apresenta em suas formas a manifestação do poder, sendo o sujeito, então, assujeitado à língua para constituir-se enquanto tal e emergir, assim, sentidos.

No *Orkut*, não é possível localizar sentidos que confirmam explicitamente os direitos humanos somente àqueles que detêm a norma padrão culta. Entretanto, seu domínio é critério para legitimação dos sentidos sobre a temática emergidos na rede social do *Google*, o que implica considerar que os sentidos legitimados são aqueles provenientes de um determinado grupo social, que domina tal competência linguística. É importante destacar que as discussões permitem afirmar que os sujeitos envolvidos pertencem à classe média, apresentam escolaridade acima da média nacional, são jovens/adultos e trabalham. Podemos afirmar, então, que o debate sobre temas de cunho político ainda não está disseminado nas diversas esferas sociais e, portanto, a emergência de sentidos sobre política ainda se concentra no agrupamento social que tem acesso aos direitos humanos mais básicos.

O erro normativo-gramatical deixa de situar-se apenas na esfera linguística, enquanto estrutura, e não pode ser também considerado mero esforço argumentativo dos detentores da língua padrão. Bourdieu (1983) ensina que a língua deve ser referida à legitimidade de sua realização e à noção de aceitabilidade. Dessa forma, embora o *Orkut* configure-se em um

espaço cibernético que, a priori, não destaque a necessidade de uso da norma padrão e, portanto, priorize a flexibilidade gramatical, nos fóruns da comunidade “Direitos humanos para humanos direitos”, a língua legítima faz-se presente e necessária, entendendo-se por língua legítima aquela que é autorizada na/pela sociedade, a linguagem de autoridade, aquela marcada pela aceitação social. Há, então, um esvaziamento das possibilidades de realização da língua, tal como há a da multiplicidade de comportamentos. Dessa forma, os usuários do *Orkut*, assujeitados que são à língua, e que não apresentam a competência de saber quando é preciso falar, calar, ou adaptar a forma da língua à situação de uso, no sistema de trocas simbólicas, que é a linguagem, não são considerados locutores legítimos, na “cidade azul”, e seus discursos sobre direitos humanos não são aceitos.

Na comunidade virtual analisada, a crítica aos equívocos linguísticos não é facilmente localizável por duas razões. A primeira é que os criticados normalmente saem da comunidade pelo constrangimento, ficando, algumas vezes, apenas os rastros de sua presença, como indica a fala de Andy Priest, a seguir. A segunda razão pode ser subdividida em dois aspectos: aquele que diz respeito aos usos linguísticos propriamente ditos e aquele que faz referência aos interlocutores. Percebemos que, apesar de localizarmos vários desvios da norma padrão, eles não são sinalizados pelos *orkuteiros* por serem erros de digitação, desvios linguísticos que são normalmente relevados na sociedade, como os de pontuação e acentuação; os desvios decorrentes do desconhecimento da forma padrão por parte dos *orkuteiros*, mas que também são relevados no seio da sociedade, tais como algumas concordâncias verbo-nominais, como o uso da forma plural do verbo “ter”; descuido ou desatenção ao escrever. Além disso, há ainda os casos de hipercorreção.



Todavia, chama-nos mais atenção o segundo aspecto por nós mencionado e que diz respeito aos usuários da língua no Orkut e a relação entre eles baseada nos usos linguísticos. Há aqueles de quem só é possível localizar rastros por não mais participarem da comunidade ou terem seus scraps apagados, voluntariamente ou não, e aqueles que, embora participem, não são tão atuantes e frequentes. Entendemos, então, que alguns sujeitos configuram-se como sendo locutores legítimos por possuírem conhecimentos e interesses que os demais interlocutores não têm. Assim, percebemos, por vezes no *Orkut*, um embate de legitimidade, perceptível no referido discurso de “Andy Priest”, no tópico “Morte estupenda de um estuprador”, bem como na interlocução entre “Anjinho” e “Ivaldo”, no tópico “Seletividade do sistema penal”, conforme scraps a seguir, em que o enunciador reveste-se da imagem de locutor legítimo e desacredita os sentidos assumidos por seu interlocutor, sendo uma das razões o desconhecimento do discurso jurídico, em sua forma e sentidos. Dessa forma, concebe-se língua legítima como aquela dos sujeitos que dominam (ou pensam dominar) os jargões jurídicos e que, portanto, detém o conhecimento pelos internautas interpretados como necessários para a emergência de discursos sobre direitos humanos, sendo, então, impressa uma formalidade à situação enunciativa, à linguagem, sufocando, ainda na formulação, o erro, o desvio da norma culta. A linguagem reitera-se, em palavras de Orlandi (2009, p. 115), é “lugar de debate, de conflito”.

Anjinho 08/07/06
Ivaldo
Primeiro você se confundiu todo, existe o furto famélico (e não roubo, roubo envolve coação física) e em nenhuma das duas hipóteses não haveria ligação alguma com o estado de necessidade (proteção de interesses igualmente legítimos em perigo de risco iminente)
Mas vamos pro popular, cara!!!
Extraído do tópico “Seletividade do sistema penal”, da comunidade “Direitos humanos para humanos direitos”.

Anjinho 11/07/06
Ivaldo
Se você quiser debater assuntos jurídicos, a hora não é agora e além do mais você demonstra pouco conhecimento do que fala.
Extraído do tópico “Seletividade do sistema penal”, da comunidade “Direitos humanos para humanos direitos”.

Atravessado pelos dizeres legitimados por formações discursivas religiosas cristãs, os sentidos sobre os direitos humanos na comunidade virtual silenciam as possibilidades de existência sexual. Embora os direitos de sexualidade não sejam tomados na comunidade como temática preferencial, a homoafetividade é tomada como argumento desqualificador dos dizeres do sujeito, indicando que a liberdade sexual não é considerada um direito humano.

□ дивляе ♥ Deeh□ 17/05/06
bixinha viadinho homossexual
Extraídos do tópico “Cuidado”, da comunidade “Direitos humanos para humanos direitos”.

Evidencia-se um discurso heteronormatizador em que aos sujeitos é permitido apenas um modo de comportar-se sexualmente, alicerçado por discursos que determinam a heteroafetividade e a postura de homem másculo e viril como padrões de comportamento, o que também determina a legitimidade dos sujeitos como locutores legítimos e a homoafetividade enquanto desvio. Nota-se que “a sexualidade é um dispositivo histórico do poder que [...] opera por meio de um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais” (MISKOLCI, p. 3).

A utilização de vocábulos pertencentes ao mesmo campo semântico objetiva desqualificar a orientação sexual dominante, em todas as suas nuances. Se a fala a camada popular foi anteriormente desqualificada como legítima para falar de direitos humanos, ela é aqui tomada para reiterar a desqualificação do sujeito homoafetivo e culmina em uma desqualificação que perpassa todas as instâncias linguageiras da sociedade. Ao utilizar lexias de diversos agrupamentos, o sujeito indica que ser homoafetivo é desqualificante para qualquer classe social. É um problema inaceitável em qualquer instância.

A última ordem de silenciamento das liberdades por nós aqui trazida diz respeito à liberdade religiosa e de posicionamentos políticos, que se coadunam para deslegitimar determinados sentidos e determinado sujeitos. Dessa forma, a ideologia cristã que já havia sido por vezes destacada como instância legitimadora de sentidos sobre direitos humanos é mais uma vez invocada, agora de modo indireto para desqualificar sentidos.

NINROD	8 set
É um ateu comunista que vem aqui pra defender os seus "ideais" ?!?!?	
Estude a história sobre as aberrações que sua gente fez e defende.	
Marcio	1 ago
É um cara podre de ideologia marxista, infestado, só que ele grita que não é ideologo.	
É um debochado desonesto, ou débil mental ignorante.	
Tudo bem ele ser ateu, não tenho nada contra ateu - agora essa militância contra a religião, só os marxistas e revolucionários de toda a estirpe fazem, e fizeram.	
[...]	
Sem contar os nacionais SOCIALISTAS - NAZISTAS - que perseguiram os religiosos, e implantaram o paganismo na Alemanha.	
Extraídos do tópico "Quem é a igreja para falar de direitos humanos", da comunidade do Orkut "Direitos humanos para humanos direitos".	

A liberdade religiosa pressupõe que o sujeito possa escolher não apresentar nenhuma vinculação. O ateísmo configura-se, todavia, na comunidade virtual em elemento deslegitimador. É importante não apenas verificar a necessidade de associação religiosa por parte dos internautas, mas a associação feita por eles entre religião e posicionamento político. Apesar de o Estado ser laico, os sujeitos em questão configuram significações sobre direitos humanos como um conjunto

de elementos que apresentam a necessidade de uma política partidária para alicerçá-los. Além disso, posicionamentos de esquerda que, por tradição (sendo que já é contraditório imiscuir esquerdismo e tradição) lutam em defesa dos direitos da população em geral, sobretudo, os grupos minoritários, são significados como sendo negativos e destoantes com a história dos direitos humanos.

Embora o eixo central da comunidade virtual seja a configuração de sentidos que estabelecem o descontentamento com as práticas estatais referentes à conferência de direitos humanos e resolução dos problemas da violência, os sujeitos parecem afinados à ideologias estatistas que vêm no Estado a entidade legitimadora de todos os processos sociais. Apesar de apresentarem demandas que denotam um afastamento do Estado, os sujeitos assumem sentidos que requalificam o Estado como emanador legítimo e suas proposições como necessárias. Em verdade, o desejo dos internautas é que o Estado retome a força coercitiva e estabeleça, de fato, quem é merecedor do usufruto dos direitos humanos.

Os sujeitos em questão deslizam da direita à esquerda, mobilizando sentidos que estejam de acordo com as necessidades de seu agrupamento que, como já dissemos, por pertencerem à classe média, não configura como direitos humanos necessidades básicas como comer, morar e estudar, já que a eles esse *locus* é preenchido e pertence à esfera do natural. Assim, apesar desse deslizar entre direita e esquerda, os sujeitos constituem sentidos sobre direitos humanos a partir de um viés que exclui os grupos minoritários, silencia as demandas de negros, mulheres, homoafetivos e pobres e concebem direitos humanos não como uma coletividade, mas a partir de um único indivíduo. Na comunidade virtual, direitos humanos pertencem à direita política.

Considerações finais

Muitos são os dizeres sobre direitos humanos na sociedade. É uma temática de excelência por perpassar todas as esferas da vida em sociedade. Entretanto, a igualdade não é elemento configurador de significações acerca desse tópico.

O silenciamento é prática discursiva que norteia os dizeres na comunidade virtual analisada. Constituída pelo conflito, ela é marcada por silenciar não apenas dizeres que atribuam os direitos humanos de modo universal, mas silencia modos de dizer e características que acabam por deslegitimar sujeitos para usufruir desses direitos ou ainda emergir sentidos sobre, o que, na prática, os desqualifica também como sujeitos jurídicos, haja vista que a liberdade de expressão é também um direito humano.

Diversas liberdades são silenciadas na comunidade virtual. As liberdades religiosa, linguística, de opinião política e sexual são apagadas enquanto possibilidades para os sujeitos do Orkut. Percebemos, então, a impossibilidade de exercício pleno da vida cidadã e jurídica na sociedade brasileira a partir do momento em que ser livre não é possibilidade legítima para os sujeitos analisados.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, Renato (Org). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 156-183.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: _____. *O poder simbólico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 7-16.

EISENBERG, José; LYRA, Diogo. A invasão brasileira do Orkut. *Revista ciência hoje*. Vol. 38. n.º 226, 2006.

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.

ISHAY, Micheline R. (Org.) *Direitos humanos: uma antologia*. Principais escritos políticos, ensaios e documentos desde a Bíblia até o presente. São Paulo: EDUSP, 2006.

LEVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 1996.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MÉNDEZ, Emilio García. Origem, sentido e futuro dos Direitos Humanos: reflexões para uma nova agenda. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, V. 1, número 1, p. 7-19, 2004. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/18297/Origem_Sentido_e_%20Futuro_dos_Direitos.pdf?sequence=4>. Acesso em: 5 dez. de 2010.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. In: *Anais 16º COLE*, 2007. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf. Acesso em 29 set. de 2014.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. *Discurso e leitura*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Rafaella Elisa da Silva. *Direitos humanos para humanos direitos?: a emergência de sentidos sobre direitos humanos em uma comunidade do Orkut*. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011.

Versão Final

SOBRE OS AUTORES

Anderson de Carvalho

Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/
UESB.

Celso Ferrarezi Junior

Professor Titular no Instituto de Ciências Humanas e Letras da
Universidade Federal de Alfenas/UNIFAL, MG, e professor
convidado do programa de Mestrado em Letras da Universi-
dade Federal de Rondônia.

Carolina Fernandes

Professora da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

Clécio Luis Gonçalves de Oliveira

Mestrando em Estudos da Linguagem na Unidade Especial de
Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás/UFG,
Regional Catalão.

Daniel Mazzaro

Professor da Universidade Federal de Alfenas/UNIFAL, MG.
Doutorando em Estudos Linguísticos na Faculdade de Letras
na Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

Dionéia Motta Monte-Serrat

Acadêmica do Instituto de Estudos da Linguagem na Univer-
sidade Estadual de Campinas/UNICAMP.

Dominique Maingueneau

Professor da Universidade de Paris IV, Paris-Sorbonne, onde
exerce a função de pesquisador no Centre d'étude des discou-
rs, images, textes, écrits, communications (CÉDITÉC). Tam-
bém é membro do Institut Universitaire de France.

Gláucia Muniz Proença Lara

Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

Grenissa Bonvino Stafuzza

Professora da Unidade Especial de Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás/UFG, Regional Catalão. É líder do GEDIS – Grupo de Estudos Discursivos (CNPq). Link para acesso ao site do grupo: https://gedis_letras.catalao.ufg.br/

Ida Lucia Machado

Pesquisadora 2 do CNPq. Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

João Bôsko Cabral dos Santos

Professor do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia/UFU.

Josiane Boutet

Professora da Universidade Paris VII.

Leda Verdiani Tfouni

Professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo/USP, *Campus* de Ribeirão Preto.

Leonardo Coelho Corrêa-Rosado

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

Luciane de Paula

Professora da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”/UNESP,

Campus Assis. É líder do GED – Grupo de Estudos Discursivos (CNPq). Link para acesso ao site do grupo: www.gedunesp.com/

Maria Cristina Leandro Ferreira

Professora titular do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuando na graduação e pós-graduação. Sua área de interesse na pesquisa mais recente tem sido a região de interface da Análise do Discurso com o campo da Psicanálise, da Antropologia e das Artes, com atenção especial na relação entre ideologia, inconsciente e cultura.

Maria Cristina Ramos Borges

Professora da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus Rolim de Moura.*

Patrick Charaudeau

Université de Paris 13, CNRS-LCP. Professor da Universidade Paris-Nord (Paris XIII), com pesquisa sobre interações entre indivíduos, seu contexto social e práticas midiáticas e políticas.

Pollyanna Júnia Fernandes Maia Reis

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Professora de Ensino Básico, técnico e tecnológico (EBTT), do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) - *Campus Ponte Nova.*

Rafaella Elisa da Silva Santos

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano/IFBAIANO, *Campus Santa Inês.*

Sérgio Nunes de Jesus

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia/IFRO, *Campus Cacoal.*

Tânia Maria de Oliveira Gomes

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG.

Versão final

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização

Versão final

Versão final

SOBRE O LIVRO

Tiragem: 1000

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 12 X 19 cm

Tipologia: Times New Roman 11,5/12/16/18

Arial 7,5/8/9

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal Supremo 250 g (capa)

Editora CRV - Proibida a impressão e comercialização